

MICHELE FERNANDA SABINO GUBBIOTTI

**VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS, MEMÓRIAS
QUE SE ENTRELAÇAM:** histórias de negros na Terra
da Saudade



ARARAQUARA - S.P.
2024

MICHELE FERNANDA SABINO GUBBIOTTI

VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS, MEMÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM: histórias de negros na Terra da Saudade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Faculdade de Ciências e Letras -
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Mestra em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e
Direitos

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Cristina Danaga

ARARAQUARA - S.P.
2024

G921v

GUBBIOTTI, Michele Fernanda Sabino

VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS, MEMÓRIAS QUE SE
ENTRELAÇAM: : histórias de negros na Terra da Saudade / Michele
Fernanda Sabino GUBBIOTTI. -- Araraquara, 2024

219 p. : fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Amanda Cristina Danaga

1. histórias de vida. 2. história coletiva. 3. identidade negra. 4.
negros em Matão. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MICHELE FERNANDA SABINO GUBBIOTTI

VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS, MEMÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM: histórias de negros na Terra da Saudade

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Faculdade de Ciências e Letras -
UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Mestra em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e
Direitos

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Cristina Danaga

Data da defesa: 19/01/2024.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Amanda Cristina Danaga
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo César Cedran
Centro Universitário Moura Lacerda

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus bisavós maternos e a minha querida tia: Octacílio, Francisca e Tutu.
Aos meus avós Marlene e Benedito; Aparecida e Adelino.
(in memoriam)

Aos meus pais e irmãos: Antônio, Cleide, Márcio, Cleiton, Lucas e Naira.

A comunidade negra (e não negra) matonense,
dedico.

Para Lucas, Sara, Gabriela e Samuel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, pela minha família e pela saúde. Sou grata por todas as oportunidades que Ele me dá, algumas bem aproveitadas e outras não, mas acredito que isso faz parte da experiência humana.

Agradeço aos meus três filhos; foram muitos “nãos”, “agora eu não posso” e “espera mais um pouco”. Essas frases não são fáceis de serem ouvidas nesta etapa da vida, em que não existe preocupação com o tempo. Sem entender, e com razão, a minha necessidade de concentração e pressa, na medida do possível, me ajudaram nesse momento da maternidade que não é retratado nas pinturas de quadro. Antes de um estudo finalizado, tem muitas roupas lavadas, comida pronta e a tentativa de não se ausentar. Para isso, os estudos ganharam o tempo noturno, ou acordar mais cedo, para estar mais disponível quando as crianças estivessem despertadas. Quem é mãe talvez consiga compreender, mas toda a minha caminhada é para nós. Há quem critique esses afazeres das mulheres, considerando que representam a construção de uma narrativa sobre os gêneros que impregna a sociedade. Uma provocação: imagine se todas não quisessem mais ter filhos e cuidar do outro; a humanidade estava fadada a sucumbir.

Sara, a mais velha, agradeço pelo companheirismo e compreensão (e as inúmeras massagens nas costas). Gabriela, a do meio, pela doçura do rostinho rodeado pelos cabelinhos dourados. Ao Samuel, pelo olhar que mostra o encantamento com o mundo e que me desperta o sentimento de que somos sempre crianças se o quisermos ser. Agradeço pela paciência nos dias fora de casa, esperando-me para cumprir as obrigações do Mestrado. Sei que não foi fácil.

Ao meu esposo, Lucas Gubbiotti, como ele mesmo diz: pai, esposo, motorista, agradeço pelos esforços que fez para eu chegar aqui. No primeiro semestre da Pós-Graduação, eu tinha aula de manhã e à noite, e o nosso percurso era grande. As crianças eram deixadas nas escolas em Matão às 7h da manhã; depois íamos para Araraquara, destino campus; Samuel ia para a casa da minha sogra, que mora em Araraquara (do outro lado da Universidade). Que cidade imensa! Meu esposo já seguia para Matão, pois teria que pegar a Gabriela na escolinha de Educação Infantil (EMEI Profa. Clarice Mendonça) e logo depois a Sara na outra escola de Anos Iniciais (E. E. Padre Nelson Antônio Romão). Iam direto para o campus, onde eu já esperava cerca de uma hora. Depois disso, ficávamos na casa da minha sogra até às 18h40, quando eu retornava ao campus, às vezes de carro, às vezes de ônibus, e às 23h meu esposo ia me buscar para voltarmos para Matão, com as crianças que haviam jantado e tomado banho.

Descrevi este percurso porque tudo era importante para mim, mas impactava a vida de outras pessoas. Meu esposo perdeu um dia de trabalho, ficou horas no trânsito... Enfim, uma trajetória que se iniciava às 7h da manhã e terminava quase à 1h. Para que isso acontecesse, é necessário muita empatia e companheirismo. Espero um dia poder retribuir.

Descrevo também esse esforço porque as palavras permanecem quando são registradas; pelo menos é o que se espera. Quero que isso sirva de pequeno exemplo para os meus filhos: nada muda se não formos à luta. Para mover o mundo, pelo menos o nosso mundo, é preciso mover-se primeiro. E tudo aquilo que se fundamenta na educação tem o potencial de transformar a vida das pessoas. Realmente, a educação é um tesouro a ser descoberto.

Agradeço à minha querida sogra, Maria Elisa Atelli, por nos ter recebido em sua casa quando estávamos em Araraquara, auxiliando nos cuidados com as crianças, para que eu pudesse seguir a minha jornada com tranquilidade.

Agradeço à minha mãe, Cleide, que mesmo sem expressar por palavras, suas atitudes mostram que ela torce por mim. Gosto de ir até a sua casa, sentarmos e tomarmos um café, e sempre peço que isso dure por muito e muito tempo, já que para sempre não é possível. Lá, sento-me debaixo das árvores, aprecio o céu azul e límpido, às vezes carregado de nuvens bem branquinhas, inspiro e expiro ar puro com muita força, renovando a vida a partir da natureza e do ambiente da infância.

Agradeço ao meu pai, que mesmo distante, quando nos encontramos, sei que estou sempre nas suas lembranças diárias.

Também agradeço aos meus irmãos. Cada um tem um pedaço na minha história: Márcio, Cleiton, Lucas e Naira. Quantas mãos estendidas na jornada da vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Amanda Cristina Danaga, ainda a vejo mais jovem, escuto sua voz no passado e tenho sua imagem pelos corredores da UNESP de 2003-2007. Quando a Seção de Pós-Graduação me enviou um e-mail informando sobre minha orientadora, o nome não me era estranho. Então, busquei o álbum de fotografias da graduação e lembrei-me de tempos atrás. Terminamos a graduação juntas. A Amanda do passado agora é minha orientadora, que me ensinou a fazer uma etnografia, o que para alguns pode parecer óbvio, mas retorno à universidade depois de quinze anos, envolvida por uma abordagem malinowskiana. Não tenho palavras para descrever sua importância nesta dissertação. Foi inspiradora. Todas as minhas dúvidas mais cruéis eram sanadas em meia hora de conversa e com a indicação das mais valiosas leituras para meu contexto. Obrigada pelas leituras atentas, pelos apontamentos maduros carregados de conhecimento. Agradeço por esta trajetória de dois anos.

Agradeço pela oportunidade que a Universidade me deu para ser facilitadora no Curso de Especialização da UNIVESP “Processos Didático-Pedagógicos para Cursos na Modalidade a Distância”, como bolsista. Foi minha primeira experiência de orientação a alunos de graduação.

Agradeço aos professores Dagoberto José Fonseca e Edmundo Antônio Peggion por terem aceitado participar da minha banca de qualificação. Eu estava ansiosa para ouvi-los e as contribuições foram significativas para que meu estudo tomasse a presente forma. Mas a história é antiga, aproveito para agradecer-los por tudo o que fizeram pela minha formação desde a graduação em Ciências Sociais.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo César Cedran por ter aceitado participar da minha banca de defesa.

Agradeço a todos os meus entrevistados pela sensibilidade de compartilhar comigo as suas histórias de vida: Alba, Luiz Cezar, João Bento, Márcio, Marco, Élio, Juliana, Arlene, Cleide, Sérgio, Paulo e Iraci.

Meus agradecimentos se estendem ao Sérgio Gabriel, do Jornal A Comarca, por compartilhar a série especial “A história dos negros em Matão”. Obrigada, Prof. Júlio Ribeiro, por ter me auxiliado neste processo.

Por fim, agradeço àqueles a quem dediquei este estudo e são responsáveis pelas experiências com a comunidade negra matonense: aos meus bisavós e à minha tia Aparecida David, a qual gostava muito do seu apelido, Tutu. Eles me fizeram o que sou hoje, deram um significado especial à minha infância. Volto ao passado e penso, que sorte! Quando os pais se separam, às vezes as consequências podem não ser as melhores. No entanto, tive a sorte de ser cuidada por velhos, meus queridos antepassados. Que experiências incríveis e lugares de memória maravilhosos. Tudo o que vivi e todas as experiências “vividas por tabela” foi muito significativo para mim. É como se eu tivesse muito mais passado do que todos os anos que tenho de vida.

Gratidão.

“Recordar é preciso”.
Conceição Evaristo (2008, p. 9)

RESUMO

Esta dissertação versa sobre memórias e procura resgatar histórias que foram negligenciadas pelos registros oficiais. Busca escrever textualmente as experiências dos negros em Matão a partir das narrativas individuais e das lembranças da pesquisadora. A hipótese é que essas experiências foram omitidas ou estereotipadas, o que mostra a necessidade de outra abordagem para evitar a perda dessas histórias na efemeridade das lembranças. O estudo procura preencher lacunas, enfatizando a importância da memória do negro em Matão e da oralidade na preservação das vivências de classes marginalizadas e racializadas que foram apagadas dos registros oficiais. Por meio da autoetnografia e da etnografia de histórias de vida, objetiva-se construir histórias de negros em Matão, no interior de São Paulo, considerando a perspectiva das presenças múltiplas, ou seja, negros e não negros contribuindo para o tecimento de uma história não observada no material oficial. O povoado surgiu uma década após a Abolição da Escravatura, apresentando significativa presença de pessoas negras no primeiro bairro e na incipiente cidade. Mais tarde, o surgimento do Clube Henrique Dias pôde demonstrar as configurações sociais da época que excluía o negro por inúmeras razões, possivelmente como consequência do escravismo e das características da sociedade que se formava. Por meio das memórias, considerando também aspectos históricos da sociedade brasileira, a pesquisa busca registrar e compreender as experiências de uma população que foi apagada da história da cidade. Os resultados do estudo proporcionam um conjunto de informações a partir da perspectiva do próprio campo, contribuindo para a desconstrução de imagens retratadas na historiografia oficial, bem como o preenchimento dos vazios neste registro. Oferece, ainda, à comunidade negra matonense um espaço na história da cidade, sendo uma de inúmeras outras versões de histórias de negros. A combinação da autoetnografia com a etnografia de histórias de vida, isto é, a (auto) etnografia, segundo a pesquisadora convencionou denominar, auxiliou na construção desta narrativa, por meio da escrita das próprias lembranças e dos encontros com pessoas, negras e não negras, para falar dos negros na história do município. Não foi delineado um recorte temporal, pois os eventos que vêm à tona por meio da memória não seguem uma ordem cronológica. No entanto, ao investigar uma história de negros na cidade, o campo trouxe alguns tempos em específico, como as décadas de 1940 a 1980, lugares como a Vila Santa Cruz, as Fazendas do Cambuhy e situações como a impossibilidade de entrar em Clubes no Centro, fundados por imigrantes europeus. Ao resgatar e documentar as histórias nesta região, a pesquisa contribuiu para uma narrativa mais inclusiva do passado, ao reconhecer a relevância que cada voz desempenha na composição da identidade e da herança cultural de uma comunidade. Espera-se que o estudo seja uma inspiração para pesquisas futuras destinadas a reconhecer e preservar a diversidade e a riqueza de histórias de negros negligenciadas nos mais variados territórios.

Palavras-chave: histórias de vida; história coletiva; identidade negra; negros em Matão.

RESUMEN

Esta disertación trata sobre memorias y busca rescatar historias que han sido descuidadas por los registros oficiales. Busca escribir textualmente las experiencias de los negros en Matão a partir de las narrativas individuales y los recuerdos de la investigadora. La hipótesis es que estas experiencias fueron omitidas o estereotipadas, lo que muestra la necesidad de otro enfoque para evitar la pérdida de estas historias en los recuerdos efímeros. El estudio busca llenar lagunas, enfatizando la importancia de la memoria del negro en Matão y de la oralidad en la preservación de las vivencias de clases marginadas y racializadas que fueron borradas de los registros oficiales. A través de la autoetnografía y la etnografía de historias de vida, se busca construir historias de negros en Matão, en el interior de São Paulo, considerando la perspectiva de las presencias múltiples, es decir, negros y no negros contribuyendo al tejido de una historia no observada en el material oficial. El pueblo surgió una década después de la Abolición de la Esclavitud, presentando una presencia significativa de personas negras en el primer barrio y en la incipiente ciudad. Más tarde, el surgimiento del Club Henrique Dias pudo demostrar las configuraciones sociales de la época que excluían al negro por innumerables razones, posiblemente como consecuencia del esclavismo y de las características de la sociedad que se formaba. A través de las memorias, considerando también aspectos históricos de la sociedad brasileña, la investigación busca registrar y comprender las experiencias de una población que fue borrada de la historia de la ciudad. Los resultados del estudio proporcionan un conjunto de informaciones desde la perspectiva del propio campo, contribuyendo a la desconstrucción de imágenes retratadas en la historiografía oficial, así como al llenado de los vacíos en este registro. Ofrece, además, a la comunidad negra de Matão un espacio en la historia de la ciudad, siendo una de las innumerables otras versiones de historias de negros. La combinación de la autoetnografía con la etnografía de historias de vida, es decir, la (auto) etnografía, según la investigadora ha convenido en llamar, ayudó en la construcción de esta narrativa, a través de la escritura de los propios recuerdos y los encuentros con personas, negras y no negras, para hablar de los negros en la historia del municipio. No se delineó un recorte temporal, pues los eventos que emergen a través de la memoria no siguen un orden cronológico. Sin embargo, al investigar una historia de negros en la ciudad, el campo trajo algunos tiempos en específico, como las décadas de 1940 a 1980, lugares como la Vila Santa Cruz, las Fazendas do Cambuhy y situaciones como la imposibilidad de entrar en Clubes en el Centro, fundados por inmigrantes europeos. Al rescatar y documentar las historias en esta región, la investigación contribuyó a una narrativa más inclusiva del pasado, al reconocer la relevancia que cada voz desempeña en la composición de la identidad y la herencia cultural de una comunidad. Se espera que el estudio sea una inspiración para investigaciones futuras destinadas a reconocer y preservar la diversidad y la riqueza de historias de negros descuidadas en los más variados territorios.

Palabras clave: historias de vida; historia colectiva; identidad negra; negros en Matão.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Construções onde foram o Bar (onde está escrito Tapeçaria), o salão de baile/pensão, a Escolinha de Educação Infantil para as crianças negras e de menos condições econômicas, depois a Escola de Datilografia (onde está escrito Princesa Isabel), atualmente a Tapeçaria Princesa Isabel.	57
Foto 2 - Batistério de Aparecida David (Tutu).	61
Foto 3 - Octacílio David no carnaval de Matão.	74
Foto 4 - Michele e Octacílio.....	81
Foto 5 - Capelinha construída na Vila Santa Cruz por Pedro Bernava na década de 1920.	88
Foto 6 - Michele e Francisca no quintal da casa na Vila.	92
Foto 7 - Fachada do Grêmio, atual Montreal Magazine.	105
Foto 8 - Parte da primeira página da ata da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”. ..	110
Foto 9 - Uso da expressão “colored”: massa colored (A) e Rainha Colored (B).	124
Foto 10 - Concurso de Beleza Negra.	130
Foto 11 - Visita de Erasmo Dias em Matão, no Clube Henrique Dias.	134
Foto 12 - Paulo Salim Maluf, em visita a Matão nas eleições de 1988.	136
Foto 13 - Desfile cívico na cidade de Matão na década de 1960.	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Constituição da Diretoria Provisória da “Sociedade Matonense dos Homens de Côm” até que houvesse eleições conforme Estatutos.	112
Quadro 2 - Alteração de secretariado conforme o Artigo 18 do Estatuto.	120
Quadro 3 - Alteração de secretariado devido motivos diversos.	121
Quadro 4 - Conselho Deliberativo eleito em 03 de abril de 1960 por meio de votação pública.	122
Quadro 5 - Demais membros eleitos em 03 de abril de 1960 por escolha do Conselho Deliberativo.	122
Quadro 6 - Nota de agradecimento àqueles que trabalharam na demolição e carregamento dos materiais adquiridos da Corinda S.A. para a futura construção do clube.....	127
Quadro 7 - Constituição da Diretoria em 1967.	131
Quadro 8 - Constituição da Diretoria em 1970.	132
Quadro 9 - Substituição de conselheiro por motivo de falecimento, em 1973.	133
Quadro 10 - Constituição da Diretoria em 1976 e 1978.	133
Quadro 11 - Referências sobre estereótipos e preconceitos na literatura didática brasileira na década de 1950.	144
Quadro 12 - Algumas características detectadas pelos estudos sobre representações das categorias étnico-raciais em livros didáticos brasileiros.	146

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 O INÍCIO.....	19
1.1 Contextualizando a pesquisa	19
1.2 Considerações sobre o método	34
1.3 A respeito da escrita	36
1.4 O “eu” no estudo.....	38
1.5 A jornada: buscas e encontros	40
1.6 A estrutura do texto	49
2 ESCREVIVER	51
2.1 Lembranças partilhadas	51
3 AS RELAÇÕES NA MATÃO DO PASSADO: OUTROS LUGARES.....	96
3.1 Entre o rural e o urbano	96
4 “SOCIEDADE MATONENSE DOS HOMENS DE CÔR”	109
4.1 Lugar de sociabilidade, solidariedade e política.....	109
5 IMAGINÁRIOS.....	141
5.1 Retratos na educação: um olhar sobre o negro no contexto escolar	141
5.2 O negro nas narrativas oficiais	152
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS.....	167
ANEXOS.....	173
Anexo A - Lei nº 166, de 9 de dezembro de 1959 (Doação de propriedade do Município à Sociedade Matonense Henrique Dias).....	173
Anexo B - Lei nº 307, de 15 de dezembro de 1962 (Desapropriação e doação de terreno)...	174
Anexo C - Lei nº 418, de 5 de abril de 1965 (Doação de imóvel à Sociedade Matonense Henrique Dias).....	175
Anexo D - História dos negros em Matão é contada	176
Anexo E - Dos caminhos do ouro ao café	177
Anexo F - Cem anos de três ícones negros.....	179
Anexo G - A liberdade de culto religioso	181
Anexo H - O negro na galeria de prefeitos	184
Anexo I - O esporte como fator de inclusão	186
Anexo J - A trajetória da família Floriano.....	187
Anexo K - O legado dos ingleses	190
Anexo L - Estrangeiros motivaram igualdade racial	193

Anexo M - Sociedade Matonense de Homens de Cor	195
Anexo N - A Mãe Gê e o Candomblé em Matão	197
Anexo O - Desafios da história local e cotidiana	199
Anexo P - Reportagem sobre a Vila Santa Cruz, Jornal “A Comarca”	201
Anexo Q - Membros da comunidade negra querem reerguer a Sociedade Matonense Henrique Dias	202
Anexo R - Lei nº 5.619, de 07 de julho de 2022. Projeto de Lei nº 086/2022	204
Anexo S - Portaria nº 29, de 01 de janeiro de 1949	205
CADERNO DE IMAGENS	210

APRESENTAÇÃO

Escrever esta dissertação representou a concretização de um projeto de vida, uma meta que havia surgido desde os tempos da graduação em Ciências Sociais, por volta de 2006. Embora tenha tomado inicialmente alguma forma na monografia, o projeto permaneceu no silêncio por aproximadamente quinze anos devido a inúmeras questões da vida cotidiana, até que no tempo oportuno o retomei. Caso as coincidências existem, foram muitas nesta trajetória, como ser orientada por uma companheira de turma na graduação ou examinar um assunto num momento em que outras pessoas também buscavam desvendar algumas partes dele para resgatar o Clube Henrique Dias, do qual tratei nesta pesquisa.

Em vias de concluir o Mestrado participei do 3º Festival de Artes de Matão (FESTA)¹, que aconteceu entre os dias 19 e 27/08 de 2022, em comemoração ao aniversário de 125 anos do município. Neste evento, na modalidade literatura, falei sobre a minha pesquisa na Pós-Graduação, a qual havia sido escolhida a partir de um Edital da Cultura², por julgarem ser o tema interessante para a nossa cidade.

Para discutir a temática, uma classe de ensino médio de um Instituto Federal do município foi convidada. Chegaram à Biblioteca Municipal acompanhados de dois professores: um deles foi professor de História do meu esposo em um curso técnico integrado e a outra professora era uma pesquisadora que o meu orientador na graduação, Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, havia me dado uma cópia da sua dissertação, para que eu tivesse algumas ideias de como poderia conduzir a minha proposta (Profa. Dra. Valquíria Pereira Tenório). Inclusive fiz algumas citações do seu trabalho. Neste dia falamos sobre estudos que estão sendo feitos na região e como o interior tem explorado a (re) construção das histórias que foram apagadas dos registros oficiais.

Ao concluir a minha exposição, envolvida por diálogos, trocas, filmagens e fotografias, perguntei ao meu esposo sobre as suas impressões da apresentação. Ele compartilhou que em alguns momentos percebeu a minha voz embargada. Respondi-lhe que a entonação resultava da extensão do discurso. Naquele instante, omiti a profundidade do vínculo pessoal entre mim e a pesquisa, de forma que tratar sobre o tema desperta algumas

¹ Documentário do evento disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&mibextid=FggW5e&ref=watch_permalink&v=5249965928461455.

² Edital Cultura nº 01/2023 - Processos Criativos, disponível em <https://www.matao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/edital-01-2023.pdf>. Fiz a apresentação do meu projeto na Biblioteca Municipal no dia 23/08 e depois no dia 14/11 em comemoração ao mês da Consciência Negra.

emoções e a subjetividade aflora. Talvez essa reserva fosse uma resposta a algum receio, semelhante ao vivenciado por Zora Neale Hurston, criticada por transitar entre a academia e a cultura. E quem sabe pelos argumentos de alguns críticos da autoetnografia, dizendo que o método é cercado pelas angústias do pesquisador.

Por meio deste estudo se fala sobre um grupo que não é citado nos registros oficiais. Por esta razão, as histórias de vida são um meio para dar voz a essas pessoas que não são retratadas no material oficial. Quantas vezes nos encontros surgiu a pergunta: então, você se lembra? Ou aquela conhecida frase: “aí está alguém que não me deixa mentir” (BOSI, 2004, p. 406). São nestas questões que Bosi (2004) reforça que somos somente uma testemunha de nossas próprias recordações, as quais às vezes nós não cremos e apoiamo-nos no outro para que a nossa visão seja confirmada. Ainda, o encontro com velhos parentes faz o passado reviver de forma mais acentuada, o que não aconteceria na evocação solitária. Deste modo, a pesquisa foi conduzida por meio de encontros entre pessoas, seja de forma virtual ou presencial.

São muitas histórias individuais que se cruzam para a escrita de uma história coletiva. Não busquei, obviamente, realizar generalizações que poderiam se caracterizar como verdades universais para o contexto, mas são trajetórias individuais que integram uma complexidade de relações sociais, revelando perspectivas significativas sobre determinados fenômenos.

Mencionei a 3ª Edição do FESTA porque resultou na visibilidade do meu projeto e das nossas narrativas no município. Ainda, se dermos continuidade, os resultados podem ultrapassar as fronteiras das projeções que foram inicialmente estabelecidas.

Os estudiosos de Benjamin (1987), ao analisarem a sua obra *O Contador de Histórias*, afirmam que a narração parece desempenhar um papel terapêutico. Segundo essa perspectiva, o processo de cura tem início quando alguém se dirige a um médico e começa a relatar para ele os sintomas. Da mesma forma, na infância, a criança que experimenta o medo inicia seu processo de cura por meio das histórias que os pais lhe contam antes de dormir. Assim a narração, ou seja, o ato de contar ou relatar alguma coisa seria como o início de um processo de cura, mesmo que Benjamin (1987) não tenha expressado essa ideia de maneira direta.

Aqui estendo um pouco as reflexões sobre este autor dizendo, a partir da minha percepção, que a escrita inicia um processo de cura. Escrever as nossas histórias é a cura para o apagamento de um povo nos materiais oficiais.

O que sabem sobre nós, por vezes, chega impregnado de distorções. Para ilustrar: no dia do evento comentado, chegamos à biblioteca meu esposo, nossos três filhos e eu. Alguns dos responsáveis pela organização dirigiram-se a ele: o senhor quem escreveu o livro? Naquele momento o que percebi é que no imaginário das pessoas, certamente por alguma razão, aqueles capazes de produzir algo são os homens brancos. O que poderia produzir, no contexto acadêmico, uma mulher com três filhos, esposo, cuidadora da família e do lar? Neste evento em específico não abordo sobre a questão étnica, apesar de que o padrão “homem branco” já traria implícita a questão. Mas o contexto me fez entender que seria pelo fato de ser mulher.

Nossas histórias estão na coletividade, dentro de cada pessoa que viveu ou ouviu as narrações dos antepassados. Faço, aqui, referência a Pollak (1992), sobre pessoas, acontecimentos e lugares. Quando o autor fala dos enquadramentos da memória, ou seja, como ela é constituída, aponta que existem pessoas, acontecimentos e lugares que estão em nossa memória porque tivemos uma experiência direta: visitamos os espaços, conhecemos pessoalmente os sujeitos ou estávamos presentes no acontecimento vivido.

Mas também existem em nossa memória pessoas, lugares e acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, é uma experiência indireta, pois nos contaram sobre os lugares, sobre as pessoas e sobre os fatos. Bosi (2004) explora esta questão e diz que existem memórias que são tão nossas pelo fato de termos nos apropriado delas. Porém, na verdade, se trata de uma memória herdada e que está tão impregnada em nosso imaginário que não temos a certeza se experienciamos ou não tal fato.

Estas são as memórias e lembranças que recolhi, as quais não são únicas, mas sofrem influências e nem por isso perdem a sua validade. Assim como Thompson (1992) reforça ao fazermos uso da entrevista para a coleta de dados: deixamos que o sujeito expresse livremente as suas narrativas, desenvolva as suas teorias sem sentido, use os seus argumentos, sem qualquer objeção ou expressão de discordância de nossa parte.

Portanto, considerar e registrar as recordações das pessoas fez com que as histórias não desaparecessem na efemeridade das lembranças. Esta etapa finaliza uma meta e dá início às outras. Assim é a vida, como um ciclo, movimentada por objetivos. Quando um termina, logo outro toma o seu lugar.

No percurso da pesquisa foi possível observar algum movimento da comunidade negra, termo que gostamos de utilizar desde o passado, para resgatar o espaço do Clube

Henrique Dias como lugar de conhecimento e memória. Trata-se de um objetivo que poderá colher os frutos desta pesquisa, pois ela evidencia histórias da sociedade.³

Como diz Soares (2022), este estudo é de autoria coletiva. Documentos primários foram analisados, conversaram com as lembranças e a narração ganhou forma de escrita. Pela primeira vez, algumas de nossas memórias, que revelam muito da história de uma coletividade, podem tomar um lugar junto aos registros oficiais.

³ Reportagem sobre a reunião realizada pela comunidade negra no Anexo Q. Também disponível em http://www.acomarcenet.com.br/materia.php?id_materia=10876. Esta reunião aconteceu no dia 20 de janeiro de 2024, um dia após o exame de defesa. Os dados foram inseridos no tempo oportuno para revisão da dissertação antes de entregá-la à Biblioteca.

1 O INÍCIO

*Cada palavra uma folha
no lugar certo.*
Cecília Meireles (2018, p. 17)

1.1 Contextualizando a pesquisa

Esta é uma dissertação sobre memórias. Trata-se de uma (auto) etnografia. É a construção de um relato (escrita), sobre um grupo do qual faço parte (um povo), a partir de nós mesmos. É a elaboração de uma história por nós e por quem pode contribuir para falar para, por, de, com e/ou sobre nós. Falar “para, por, de, com e/ou sobre” se justificou nas vidas entrelaçadas entre pessoas (negras e não negras). Na cotidianidade compartilhada. Não é possível separar os sujeitos: é preciso compreender o discurso das presenças múltiplas, como diria Ribeiro (2006), o caldo que forma o povo brasileiro. Existe uma complexidade no uso das preposições citadas. Todas elas foram utilizadas na construção desta história. Somos todos afrodescendentes⁴ falando a partir da diversidade⁵ na tentativa de construir histórias *de negros*.⁶

A escrita evidencia as minhas experiências individuais e as histórias contadas por aqueles que, em algum momento, foram moradores de Matão. Ao ouvir diversas vozes e aprofundar-me em suas narrativas, a escrita representa uma entre muitas versões, razão pela qual faço uso da palavra histórias. Caso utilizasse a sua versão no singular, poderia equivocadamente desconsiderar tantas outras que não foram aqui relatadas.

Segundo Geertz (1973), a exploração de histórias individuais e narrativas locais pode auxiliar na compreensão profunda da riqueza e complexidade da cultura, contribuindo para uma análise mais completa e contextualizada da história coletiva. Assim, a pesquisa examina as experiências pessoais e as narrativas específicas da comunidade, servindo como base para uma interpretação abrangente da cultura e da história compartilhada por esse grupo.

Considero também a perspectiva de Foucault (1971), em sua obra *A Ordem do Discurso*. Não trato aqui da relevância da voz sem nome, ou seja, a força que impulsiona o

⁴ Afrodescendente indica uma origem em comum, a ancestralidade africana de todos nós.

⁵ Faço referência às características observáveis, ou seja, ao fenótipo, conceito científico adotado em Genética.

⁶ Irei utilizar a expressão *de negros* para a fluidez da leitura e, no caso, ela irá carregar o sentido da complexidade de relações e formas de contar que atravessam o discurso: para, por, de, com e/ou sobre.

sujeito a falar, de forma que o discurso não é controlado exclusivamente por aquele que o profere, já que o contexto influencia. Não são todos os sujeitos falantes que têm igual acesso ao discurso e algumas regiões apresentam discursos mais bem controlados e definidos do que outras. A partir de sua teoria, Foucault (1971) também diz que a diferenciação no acesso e controle cria hierarquias de poder e, deste modo, sujeitos e instituições possuem mais autoridade e influência sobre o que é dito e aceito como válido no discurso do que outros que podem ser marginalizados ou excluídos. Essa reflexão da obra foucaultiana me fez considerar algo um tanto óbvio: na construção de histórias *de negros* o próprio campo teve autoridade para construí-la.

Combinou a autoetnografia, assim como fez Soares (2022), ao escrever sobre o povo Karipuna do Amapá, sendo uma jovem Karipuna, com a etnografia de histórias de vida, pois partes do texto se concentra nas minhas próprias experiências e outras buscam narrar as experiências de outras pessoas.

Ouvi tanto as vozes negras quanto às perspectivas de pessoas não negras ao tratar de nós. Essa escolha se justifica ao considerar que, se fizesse uma abordagem diferente, correria o risco de reproduzir o que muitas vezes foi feito pela história oficial: apagar grupos e pessoas dos discursos.

Estaria assim permanecendo com aquilo que se busca desconstruir, ou seja, uma narrativa na qual a presença do outro não é reconhecida, e quando o é, acontece de forma estereotipada. A representação do branco como personagem ausente faria cometer as injustiças que foram e ainda são cometidas. Dessa forma, somos uma única raça escrevendo histórias *de negros*. A expressão *de negros* também pode ser entendida a partir de uma inclusão implícita: negros e não negros compartilham e entrelaçam histórias. Neste estudo busco escrever histórias *de negros* porque ela é negligenciada nos registros oficiais. As narrativas minhas e de outras pessoas auxiliam nesta construção.

Segundo Munanga (2022), toda a diversidade, como a cor da pele, deveria ser entendida como a riqueza da humanidade, porém foi base, por exemplo, para o racismo. E assim alguns grupos foram apagados da história. Portanto, uma versão de muitas outras histórias *de negros* é escrita por meio de várias contribuições, principalmente a partir da oralidade.

Minha intenção é elaborar uma história que possa ser fundamento para pensarmos numa história coletiva a partir das experiências compartilhadas entre pessoas. Essas

experiências passaram pelas gerações⁷ e é fonte para os contadores de histórias (BENJAMIN, 1987). “Você tem que ir à tradição oral. Para as pessoas que foram dominadas, não há história, não há passado. Estas pessoas não têm voz. Portanto, você tem que ir ao contador de histórias” (CHAMOISEAU, 2018, p. 33).

A escrita atravessa gerações e conecta experiências sobre um determinado tempo. Procurei saber de nós, mas o recorte temporal não tem medida, assim como as lembranças não possuem uma lógica temporal: a linearidade não lhe é característica. É válido reforçar que procurei vasculhar o tempo mais distante possível, o que justifica a construção de uma história por meio de lembranças. Fundamentando-se na memória coletiva proposta por Halbwachs (1968), que destaca a influência do contexto social na construção das lembranças, esta pesquisa busca compreender como as narrativas se cruzam com a trajetória histórica e social.

E assim, como se procurou “ver imagens, ouvir vozes de um passado distante” conforme aponta Cunha (2004, p. 8), existindo, portanto, uma distância temporal entre o vivido e algumas lembranças compartilhadas por meio da oralidade, aproveito para fazer uma consideração sobre a memória.

Conforme os pressupostos de Halbwachs (1968), a memória não é única, pois sofre influências. Uma memória não é somente uma lembrança individual e objetiva sobre os eventos, mas ela se molda de forma contínua, sendo influenciada pelas interações e estruturas sociais do lugar onde o sujeito está inserido.

Portanto, as lembranças podem receber percepções e significâncias distintas no decorrer da vida. Na obra de Proust (1909-1922) *Em busca do tempo perdido*⁸, observamos a perspectiva do autor sobre como nossas memórias são influenciadas pelas emoções, circunstâncias presentes e perspectivas pessoais, o que dificultaria a transmissão exata das nossas experiências para os outros. Dizia ainda que nunca poderemos narrar o vivido. Para reforçar, Benjamin (1987), na mesma medida, afirmava que a narração não procura transmitir o acontecido em si, mas tece até encontrar uma forma adequada.

Considerando por outro lado a História, também foram observados os registros oficiais pertinentes ao tema do estudo, pois a teoria se entrelaça na cotidianidade e está presente nos dados que recebem um tratamento analítico. Peirano (2014) afirma que muitas vezes a vida é

⁷ Não trato aqui das experiências que se transformam nos ditos populares, como faz Benjamin quando analisa os contos de Nikolai Leskov, mas das vivências que os mais velhos contam aos mais jovens a partir das lembranças do tempo passado (BENJAMIN, 1987).

⁸ Esta referência à obra de Proust (1908-1922) considera uma percepção sobre a memória e a narração do vivido a partir do conjunto de sete obras, cujas reflexões foram apresentadas III Seminário do Grupo de Pesquisa Literatura e Tempos Sombrios - Literatura: gestos de resistência de 08 a 11 de agosto de 2023.

uma repetição da teoria, a qual não envolve apenas o trabalho da escrita. No entanto, o pesquisador vai ao campo de espírito aberto.⁹

O pesquisador se fundamenta em teorias, mas elas não devem produzir de forma predeterminada conceitos a partir dos quais os eventos serão analisados, pois é preciso que se considere o que o campo tem a dizer, já que o processo etnográfico implica numa recusa de orientações previamente definidas, pois elas podem levar a equívocos. Esta reflexão é tão concreta, uma vez que, ao retornar do campo, precisava reestruturar meu texto com base nas novas informações colhidas.

Esta pesquisa, portanto, é um encontro com pessoas. Um encontro com as próprias lembranças. Constituiu-se num trabalho de campo realizado a partir do diálogo vivido, apresentado por meio da escrita (PEIRANO, 2014). Com as nossas lembranças, tentou-se, portanto, escrever histórias *de negros*.

Inicialmente, o meu ponto de partida era a Vila Santa Cruz, chamada de “boca do mattão” em fins do século XIX. Vindo de Araraquara, passando por Silvânia, depois de cruzar várias fazendas, no Bairro do Retiro iniciava-se a Vila Santa Cruz que foi primeiro a Vila Raposo. Talvez eu estivesse atravessada pela subjetividade tão discutida dentro das Ciências Sociais, já que a Vila é território dominante na minha trajetória. Este bairro foi local onde os negros estavam em sua maioria, conforme a história oficial. Também foi o ponto de partida de Matão, pois bairro e cidade nasceram juntos e cresceram juntos. Em geral, pode-se dizer que o recorte espacial é a cidade de Matão, apesar de a Vila ter se mostrado protagonista em muitas questões que foram aqui exploradas, não porque se tenha dado enfoque ao território, mas pelas informações que o campo trouxe.

Conforme Peirano (2014), os etnógrafos são ávidos pelo conhecimento do mundo, não se satisfazendo com verdades estabelecidas e estão dispostos a abrir-se ao imprevisível, questionar evidências e permitir que as descobertas os surpreendam. Assim, menos certezas são compartilhadas e as dúvidas permitem mais liberdade intelectual para explorar e compreender o mundo de novas maneiras.

Por meio das informações que o campo traz, o trabalho da escrita fica numa intersecção entre o dito, o observado e a tradução desses elementos. Os aspectos da História podem auxiliar neste processo, já que para compreender o presente muitas vezes é preciso conhecer o processo histórico que o constituiu. Mas não se trata aqui de um processo rígido,

⁹ A expressão “ir ao campo de espírito aberto” é uma paráfrase da professora Maria Aparecida Chaves Jardim, que sempre frisou este aspecto em nossas aulas de Teoria e Metodologia em Ciências Sociais.

pois o campo surpreende. Além disso, a pesquisa também precisa dar a sua contribuição teórica, na medida em que a teoria se aprimora com a introdução de novos dados e novas experiências oportunizadas pelo trabalho em campo (PEIRANO, 2014). Este estudo foi realizado a partir destas considerações.

Esta dissertação também se fundamenta em questionamentos. Talvez as inquietações não fossem apenas minhas, pois há uma lacuna na história em Matão na qual não se percebe o negro. Vou dar um exemplo: uma escola estadual localizada na cidade, ao construir na própria instituição um “museu” da história do município, compôs o local com cópias de literatura oficial, fotos, mapas, objetos e outros elementos. No entanto, no espaço destinado a uma história para os negros, as principais informações são as escritas de próprio punho por pessoas que elaboraram um texto sobre os seus antepassados.

No ano de 2016, algumas pessoas também se ocuparam em escrever artigos no jornal “A Comarca”. Eram matérias para uma série de reportagens intituladas “História dos Negros em Matão”, porque seria uma forma de trazer ao público as histórias que não estão registradas nos materiais oficiais. Para isso, contou com os relatos das famílias; inclusive na reportagem inicial que informava a previsão de publicação de doze reportagens, o professor Julio Ribeiro reforçou: “precisaremos da contribuição de todos, com sugestões e informações pertinentes ao tema”¹⁰, ou seja, para a construção dessa história, se fazia necessário relatos das pessoas, pois os acontecimentos não foram registrados.

A minha família sempre foi procurada¹¹ quando se quer conhecer a história dos negros na cidade, pois meu bisavô, negro e filho de ex-escravizado, chegou a Matão, vindo da Bahia, em 1942, vindo de Tabatinga, de trem. No caso, também fomos procurados para fornecer informações para o referido museu no ano de 2021. Portanto, na cidade se conhecem referências que poderiam contribuir para falar da presença negra na história da cidade. Aqui justifico a autoetnografia. Os meus bisavós viveram a constituição de Matão enquanto município e a convivência na infância¹² com as histórias, livros, discursos, documentações e

¹⁰ Reportagem completa sobre os artigos publicados no Anexo D.

¹¹ Reportagem de Tutu sobre a Vila e os negros no Anexo P

¹² O contato com os bisavós não se deu de forma esparsa. Aos cinco anos de idade, a pesquisadora foi morar com eles, que na ocasião já tinham setenta e três anos. Vale ressaltar que na mesma casa também havia uma filha do casal, que foi a pessoa que mais narrou muitas histórias. Assim, conviveu toda a infância, adolescência e juventude sob os cuidados destes familiares. Certamente, conviver com os velhos trouxeram experiências distintas daquelas que seriam oportunizadas em outros contextos. Segundo Bosi (2004), a criança não tem do passado apenas dados escritos da história, mas mergulha em histórias vividas, aliás, sobrevividas, que as pessoas de mais idade tomaram e acabam socializando com a criança. Há a possibilidade de a criança ficar mais tempo com os mais velhos do que com os pais, os quais podem estar ocupados, em grande parte, com as atividades inerentes à vida madura. Para a autora, neste momento de socialização, os mais velhos não se preocupam em

vivências no Clube Henrique Dias, fizeram formar no meu imaginário lembranças que também foram narradas na pesquisa.

Realizando uma reflexão sobre isso, o epistemicídio mencionado por Carneiro (2005) fez sentido para mim de uma forma prática, na medida em que não se observou na literatura oficial o registro dos saberes e realizações locais da população negra. E ainda, quando o fez, a história local pareceu dar continuidade àquela história nacional, cuja racionalidade legitimada se ligou ao processo de eurocentração: a fala sobre a população negra sugere um apagamento simbólico das referências identitárias e dos modos de ser e viver, tendo por consequência a marginalização não só das formas de conhecimento, saberes e práticas desse povo, mas também a sua marginalização em relação à memória histórica brasileira.

Carneiro (2005) em diálogo com Boaventura de Sousa Santos conceituam o epistemicídio como um apagamento subjetivo e sistêmico das pessoas racialmente inferiorizadas, negando a elas que se torne possível a realização de suas capacidades intelectuais. Além disso, Reis (2022) menciona que o epistemicídio é uma dimensão que complementa o genocídio colonial/racial, com a eliminação das formas de conhecimento locais e a busca por uma imposição da racionalidade exclusiva e excludente associada ao processo de eurocentrismo na modernidade/colonialidade. Nota-se a partir daí uma eliminação de referências, vozes e bibliotecas não ocidentais que se sustentam no racismo epistêmico, fundamentando a colonialidade do saber, com suas hierarquias e critérios valorativos monoculturais.

Quando pensei em escrever sobre nós, para mim eu já tinha tudo o que era necessário: nomes presentes na ata do Clube Henrique Dias, cuja descendência já me era conhecida. Inclusive uma parte das pessoas que eu inicialmente imaginava procurar para as minhas entrevistas eram aquelas sempre lembradas quando se quer saber mais sobre o negro na história da cidade. No entanto, quando nos dispusemos a empreender uma etnografia, a percepção que tenho é de que de repente se abriu um mundo de possibilidades e que a etnografia, bem como disse Cunha (2004), não tem hora para acontecer. Em vias de concluir a escrita deste estudo, fui convidada para falar sobre o Dia da Consciência Negra, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em Matão, com um grupo de idosos. Ao tratar sobre o tema, também comentei sobre o meu estudo.

falar com a criança o que é próprio de sua idade, mas refletem sobre eventos políticos e históricos que chegam às crianças por meio de deformações do imaginário popular.

Fui preparada para uma fala de mais ou menos quarenta minutos, a pedido da educadora social. Mas confesso, ela não durou mais que dez. Bosi (2004) já dizia que o trabalho do velho é lembrar. E a cada frase que eu expunha, era interrompida pelas lembranças. Os velhos¹³ estavam mais preocupados em falar do que em me ouvir. Deste modo, fui surpreendida pelo campo e novamente me vi como uma nativa etnógrafa (CUNHA, 2004).

Quando mencionei sobre a possível segregação racial que acontecia na informalidade em Matão, uma senhora levantou a mão e contou que um dia foi com sua amiga para um baile no Grêmio, nome mais recente da Sociedade Ítalo-Brasileira Matonense (*Stella D' Italia*), isto é, Estrela da Itália, e que chegando à portaria, foi barrada. *Você não pode entrar aqui, você é preta*, demonstrando um movimento da mão pelo braço para mostrar a cor da pele. *Quem mandou você ser preta?* [risos], disse a amiga, que então entrou no evento e ela voltou para a casa¹⁴. Isso reafirma que existem histórias de pessoas que nunca são procuradas para falar sobre o negro e, portanto, dentro de um apagamento histórico, há ainda aquelas histórias que estão em maior risco de esquecimento e que poderiam auxiliar na composição de nossa história coletiva.

Para escrever histórias *de negros*, inicialmente procurei identificar a nossa trajetória. Gostaria de enfatizar que não se pretendeu questionar o trabalho realizado pelo professor e historiador Azor Silveira Leite (1992; 1993; 1995), o qual deixou para Matão uma contribuição relevante, contando a história da cidade por sua perspectiva. As suas obras se tornaram referência para pesquisas sobre a história do município e este material foi, inclusive, importante para a realização desta proposta.

Para elaborar seus livros, o autor utilizou uma abordagem que unia tradição oral e fontes documentais. Dessa maneira, por meio de relatos de pessoas que testemunharam o início da cidade e documentos como escrituras de compra e venda, mapas, fotografias, atas, reportagens do jornal “A Comarca” e materiais oficiais da história da região, reuniram-se informações que deram origem a uma história oficial de Matão. As obras fizeram parte de um projeto intitulado “Matão 100 anos”.

¹³ Muitas vezes utilizo o vocábulo “velho”, mas nesta etapa em que trato de um evento na Assistência Social, que usualmente utiliza o termo “idoso”, quero aproveitar para reforçar que não faço uso de forma pejorativa, mas reafirmo a relevância dessa fase da vida, especialmente para estudos com as características desta dissertação. A expressão “velhos” faz parte do título do livro de Bosi (2004), amplamente citado nesse estudo, cuja palavra para mim recebe inúmeras significâncias.

¹⁴ Dona Benedita comenta que certa vez foi barrada no referido clube e que nesse momento ficou sabendo que negro não poderia frequentar o estabelecimento.

Ao procurar a presença do negro nesta história oficial, observaram-se lacunas. Tanto esses vazios quanto as informações encontradas foram, justamente, o ponto de reflexão para este estudo. Quando o negro é mencionado na obra, observaram-se informações que parecem traduzir um imaginário popular: “[...] num tempo que não vai muito longe, algumas facetas da sua atividade social, na maior parte ligada a comunidade negra, com seus batuques, umbigadas¹⁵ e outros tipos de dança que lembravam os tempos da velha África [...]” (LEITE, p. 163).

A umbigada é importante, o maculelê é importante, a capoeira é importante, qual o outro também? Mas eu acho a umbigada a mais interessante. Porque ele [escravo] jamais, dentro daquele contexto histórico, daquela situação, nós três não poderia estar sentado reunido¹⁶, porque nós era muito vigiado [...] por causa da demanda eles trouxeram negro de toda a banda e aí o que dá pra perceber, como que era essa comunicação, tendo os mais velhos como referência e os mais novos sempre queriam a rebeldia. Então, o que acontece, a umbigada foi a melhor maneira de nós entrelaçarmos e transferirmos conhecimento, e eles deixavam nós fazermos isso porque nós dávamos rendimento na segunda-feira, no trabalho. Então esse festejo era uma desculpa para ganhar lá e nós ganhamos aqui.¹⁷

O trecho faz referência a Vila Santa Cruz e a atividade social da comunidade negra presente em grande parte neste espaço. É possível que tais atividades pudessem ter ocorrido da maneira descrita, mas a expressão “velha África” já nos sugere uma *África pitoresca*¹⁸ como vemos na literatura. Como se ao falar em África, estivéssemos sempre falando de uma mesma coisa, desconsiderando a variedade de etnias que compõem os países do grande continente africano e as especificidades de cada uma. Afinal, talvez a história da África nunca seja totalmente conhecida, *são mais de cinquenta e tantos países, mais de dois mil dialetos*¹⁹, ou seja, uma complexidade talvez difícil de ser apreendida.

¹⁵ Umbigada ou choque de ventres trata-se de um gesto coreográfico de origem africana, segundo uma descrição clássica (CARNEIRO, 1961).

¹⁶ No momento do comentário estávamos reunidos os entrevistados João Bento, Cleide e eu, na Vila Santa Cruz.

¹⁷ Umbigada a partir da visão do participante da pesquisa João Bento.

¹⁸ Comentário de parte do meu estudo de professora aposentada de Teoria Literária da UNESP/FCLAr, durante o evento FESTA em agosto de 2023.

¹⁹ Considerações sobre a África a partir do entrevistado João Bento, ao mencionar a complexidade do continente que apresenta um total de cinquenta e quatro países.

Isto demonstra um imaginário criado em torno dos negros, um epistemicídio por meio do qual a identidade de um povo é reduzida a uma coisa só, a um olhar eurocentrado que parece, inclusive, mencionar os traços identitários com certa inferioridade. Portanto, embora o material oficial seja um meio importante para se procurar informações sobre a população negra, em geral, o que se observa são registros escassos e fragmentados (TENÓRIO, 2004). Desta forma, este estudo passou por desafios semelhantes aos enfrentados por Tenório (2004) em sua pesquisa sobre a presença dos negros em Araraquara. É importante salientar que a ausência de registros formais não significa a ausência dos negros na cidade, assim como a ausência dos índios na história de Araraquara, não significou a sua inexistência nos primórdios do município. De fato, seria fundamental buscar outras fontes e abordagens que pudessem trazer esclarecimentos sobre uma história negra em Matão.

Conforme ressalta Tenório (2004, p. treze), ao realizar um estudo sobre o Baile do Carmo em Araraquara, “[...] algumas dificuldades foram vencidas, porque trabalhamos primordialmente com o recolhimento de depoimentos orais dos antigos participantes do evento”, referindo-se a uma reconstrução da história em Araraquara utilizando como recurso metodológico a história oral.

Ao realizar uma análise dos materiais que eu dispunha com a pesquisa de Tenório (2004), notei que o Clube Henrique Dias era uma manifestação negra diante da sociedade de classes firmada após a Abolição da Escravatura. Embora as expressões tivessem as suas diferenças, havia um motivo em comum: a exclusão dos negros de espaços de lazer frequentados pelos brancos, devido questões que o desenvolvimento deste estudo pode em parte responder.

O estado de São Paulo é espaço relevante para pesquisas das questões raciais, já que a economia da cafeicultura, alicerçada no trabalho de homens e mulheres escravizados, perpassou toda esta nossa região. Em um estudo sobre territórios negros na Pós-Abolição, recentemente Oliveira e Bortolucci (2018) mencionaram que na condição de homem livre, o que o negro encontrou foi à marginalização. No caso específico de São Carlos as estratégias segregacionistas vivenciadas no estado resultaram na formação de bairros para este contingente, como o caso da Vila Isabel. São histórias carregadas por suas especificidades locais que por vezes trazem a expressão de um contexto histórico e social mais abrangente.

No caso deste estudo, a autoetnografia, junto com a etnografia, considera histórias narradas, informações partilhadas entre pessoas para vencer, na mesma medida, a ausência de

informações nos documentos oficiais, uma vez que a história das classes marginalizadas e racializadas não interessam para o discurso oficial.

Este estudo é uma extensão da monografia realizada na Graduação em Ciências Sociais no ano de 2007, intitulada “Vivências, memória e identidade negra em Matão”. Na época, a pesquisa se concentrou na parte teórica, realizando uma análise histórica da formação do Estado de São Paulo e da nossa região, a fim de compreender e quem sabe interpretar a presença e as vivências do negro na cidade. Entretanto, a proposta inicial não avançou para a etapa de pesquisa de campo, na qual seria utilizada a história oral como recurso metodológico.

Isto me fez lembrar as palavras de Fernando Henrique Cardoso, em sua obra intitulada *A Arte da Política: A História que Vivi*²⁰, em que ele afirma que “o tempo não perdoa”, referindo-se ao tempo decorrido para decidir finalizar um projeto antigo, pois quando se deu conta, já estava com setenta e quatro anos e havia escrito somente a introdução do livro que almejava desenvolver (CARDOSO, 2006, p. 1). Certamente, ao utilizar a tradição oral como ferramenta para reconstruir a história, o tempo pode não perdoar. Durante a elaboração da monografia, meus possíveis entrevistados já estavam com certa idade e agora, ao retomar esse projeto, percebi que alguns deles já partiram. E assim, “[...] na canção que vai ficando já não vai ficando nada” (MEIRELES, 2018, p. 17), apesar de, ainda, haver muito que ser explorado.

Mas, como dizia Benjamin (1987), este foi o tempo que me coube e, por que não, o tempo propício, ou o Tempo do Agora, conforme sugere em suas teses sobre a História. Este foi o tempo em que me dediquei na finalização de uma proposta antiga. Por isso os versos da poesia de Cecília Meireles iniciam a minha introdução: “Cada palavra uma folha no lugar certo” (MEIRELES, 2018, p. 17). Podem existir outras maneiras de narrar esta história, mas acredito que de alguma forma a pesquisa traga a sua contribuição, pois assim que foram colhidas (e escritas), posso dizer que as narrações possuem um lugar na história matonense, sendo uma versão de inúmeras outras.

E assim, quando a distância infinita da morte faz de seu desperdício um gozo, às vezes se pode negligenciar algo valioso, que é o tempo. Porém, esta sensação se trata de um consolo para rupturas e a mais trágica de todas é, sem dúvida, a ruptura da vida. Displicente é quem não se dá conta disso (CARDOSO, 2006). A passagem do tempo pode, portanto, afetar o registro e a preservação das vivências e memórias das pessoas quando elas são o nosso objeto

²⁰ Esta citação não tem nenhum viés político. Adquiri o livro logo que foi lançado e ao escrever esta dissertação prontamente me lembrei da introdução de Fernando Henrique Cardoso à obra, em que ele conta que sempre teve a intenção de escrever este livro, mas de repente viu-se na situação de ter iniciado com setenta e dois anos e aos setenta em quatro apenas a introdução havia ficado pronta. Isto o fez parafrasear Ulysses Guimarães, que sempre repetia que o tempo não perdoa quem não sabe trabalhar com ele (CARDOSO, 2006, p. 2).

de análise. *Às vezes eu quero saber alguma coisa, quero alguma informação e aí eu penso, vou perguntar para quem?*²¹

Fiquei por um tempo pensando em colocar parte de um texto poético nesta etapa, pois ele ilustra claramente o que sinto em dar continuidade ao estudo. No entanto, existem controvérsias sobre a sua autoria²². Mas acredito que ele faria compreender de uma forma direta o que vivi: “Sinto-me como aquele menino que ganhou uma bacia de jabuticabas. As primeiras, ele chupou displicente, mas percebendo que faltam poucas, rói o caroço [...]”. Grande parte da minha vida, especialmente na graduação, a minha bacia ainda estava cheia. Assim, na correria do dia a dia, algumas memórias não foram exploradas. Nos encontros a partir do percurso da pesquisa, pude apreciar histórias de outras pessoas, de várias idades, que me mostraram cada vez mais que muitas histórias importam. E que a escrita cura.²³

Quando falamos em memória observamos também outro problema justificado por Bosi (2004), certamente parafraseando Walter Benjamin, que já se perguntava por que havia decaído a arte de contar histórias. Para a autora, isto é uma consequência do empobrecimento da arte de trocar experiências. Ainda, a Guerra, a Burocracia e, por fim, a Tecnologia a cada dia tende a desmentir o bom senso do cidadão.

Assim, a narração exemplar foi substituída pela informação de imprensa, onde “o receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado” (BOSI, 2004, p. 87). A autora também menciona que, ao se deparar com a finitude da vida, os sujeitos tendem a se esquivar de atividades que demandam tempo e trabalho árduo, como aquele empreendido na escuta de histórias e lembranças. Por ter convivido com velhos, e como diz Bosi (2004), o trabalho do velho é lembrar, posso dizer que sempre ouvi histórias, num contexto em que esta ação parecia ter diminuído.

Ouvir histórias de velhos, ou compartilhar experiências pode ser um exercício importante no mundo contemporâneo, no qual passamos por muitos acontecimentos, mas poucos se transformam em experiência e, ainda, a arte de contar histórias é algo que está em declínio e se tem um vazio trazido pela sensação de progresso. E porque não o

²¹ Reflexão de Iraci ao comentar que no decorrer da vida, nunca tinha pensando em saber sobre os seus antepassados e agora algumas inquietações surgem na mente e não tem para quem perguntar.

²² Não há consenso sobre a autoria deste poema.

²³ Walter Benjamin não diz exatamente que a narração cura, mas estudiosos de sua obra argumentam que o ato de compartilhar experiências e sentimentos pode ter um benefício terapêutico, segundo a maneira como expõe o tema da narrativa na obra *O Narrador* ou *O Contador de Histórias*, que é outra possibilidade de tradução que vem sendo utilizada. Neste sentido, faço uma extensão das interpretações de Benjamin (1987), a qual evidencia a minha experiência, pois escrever este estudo é uma cura pela negligência ao não aprofundamento de muitas narrativas do passado. A escrita é o registro da narração e uma “cura” para o apagamento da história de determinados grupos, conforme as minhas próprias reflexões.

desvanecimento das experiências coletivas a partir da ascensão e o desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, a modernidade distancia as gerações e cada vez mais impede o ato de rememorar (BENJAMIN, 1987).

Para Fabian (2006) a linguagem, o tempo compartilhado (coetaneidade) e a escrita na prática etnográfica são elementos relevantes. O autor evidencia a influência de pensadores como Herder e Wilhelm von Humboldt e a visão materialista da linguagem. Para eles, a linguagem não era apenas um sistema de símbolos, mas uma forma de trabalho e transformação da matéria, enfatizando o som como uma realidade material.

A comunicação linguística é fundamental na pesquisa etnográfica e a compreensão mútua entre sujeitos na comunicação é possível por meio do compartilhamento do tempo, quando se compartilha entendimentos e significados uns com os outros. A introdução do conceito de coetaneidade como uma condição necessária para a prática etnográfica mostra que a pesquisa de campo não é apenas uma questão de estar no mesmo tempo e lugar que os membros da comunidade estudada, mas envolve a partilha de experiências temporais e a presença física de corpos. A escrita desempenha um papel importante nesse contexto e é uma parte integral da pesquisa etnográfica desde o início, e não algo separado da coleta de dados ou da teoria. A compreensão da coetaneidade, da escrita e da comunicação linguística é essencial para a etnografia, pois ajuda a superar distorções temporais e culturais que podem surgir na representação das comunidades estudadas (FABIAN, 2006).

Portanto, a ideia de coetâneo vai além da observação, mas é o compartilhamento e a compreensão de experiências temporais.

De acordo com Nora (1993) memória e história são palavras longe de serem sinônimas, há uma oposição em tudo o que as envolve. Por um lado, tem-se a memória, a qual é considerada sempre viva, carregada por sujeitos e grupos vivos. Por esta razão a memória está sempre em evolução, num cruzamento constante entre o “lembrar-se de” e o esquecer, inconsciente de que há neste movimento deformações que lhes são sucessivas, permeadas por vulnerabilidades, usos e influências. Por outro lado, há a história, a qual Nora (1993) diz ser a sua reconstrução sempre contestável e incompleta daquilo que não existe mais. A história requer um tratamento analítico e crítico, no seu operar fundamentalmente intelectual e laicizante, ocupando-se da representação do passado.

A memória pode ser considerada um fenômeno sempre atual, a qual surge de um grupo que ela une. Por natureza, Maurice Halbwachs diz que a memória é sempre “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9). Contrariamente, a

história pertence, de forma simultânea, a todos e a ninguém, o que dá a ela um caráter universal, ligando-se, sobretudo, às continuidades temporais, evolução e relações entre as coisas.

A memória é em si absoluta, é alimentada por lembranças vagas, particulares e simbólicas. A memória arraiga-se naquilo que é concreto, nos objetos, nos gestos e nas imagens. A história somente conhece o relativo. Ainda, há na história um criticismo que tende a destruir a memória, de forma que esta é, para ela, sempre suspeita (NORA, 1993).

Conforme Le Goff (1996) a história, na sua essência, é equívoca, é o reino da imperfeição. Considerá-la de tal maneira não é inútil, mas pode ser uma explicação para o seu método inexato, pois a história quer ser objetiva e não pode sê-lo. A história busca reviver o passado, mas pode apenas reconstruí-lo.

De acordo com Pollak (1989), a oralidade seria uma estratégia para reconstruir a história das classes subalternas e resgatar a voz daqueles que muitas vezes são ignorados pelos registros oficiais. Desta forma, por meio da tradição oral poderíamos registrar outros fatos que dariam para o negro um lugar na história da cidade, na medida em que estas histórias estão no interior dos grupos e só não foram escritas, mas são histórias relevantes assim como aquelas que foram registradas.

Ademais, considerar apenas os registros escritos nos remeteria a historiografia positivista, quando apenas se considerava os registros oficiais, o que dava para a história um sentido nacionalista, escrevendo somente eventos que envolviam figuras importantes para a nação. A história que aqui se supõe já começa a nascer no início do século XX²⁴, onde tudo é história e os depoimentos orais ganham, neste contexto, determinado valor na forma de se escrever sobre os acontecimentos passados, caso observemos um viés da História a partir das correntes historiográficas.

As lembranças podem permanecer no silêncio e podem ser transmitidas para gerações por meio da oralidade²⁵ e, mesmo que não seja por meio de publicações, permanecem vivas: “[...] o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é resistência que

²⁴ Referência a Escola dos Annales, movimento historiográfico do século XX.

²⁵ De acordo com Pollak (1992) em *Memória e identidade social*, existem elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva. Os principais elementos são os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos vividos indiretamente por meio de um grupo ou coletividade, e eventos que transcendem o tempo e espaço da pessoa ou grupo. Além disso, a memória é formada por personagens, incluindo aqueles encontrados pessoalmente, personagens indiretamente conhecidos e figuras históricas. Lugares também têm um papel relevante na memória, com alguns ligados a lembranças pessoais e outros a eventos públicos, como monumentos comemorativos. Deste modo, as lembranças transmitidas podem se dar considerando este conjunto, os quais, Pollak (1992) denomina como elementos constitutivos da memória.

uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 5). As lembranças transmitidas pelos antepassados podem, portanto, ajudar com informações para a (re) construção da história.

Como a memória é socialmente construída, pode-se considerar que toda a documentação também é. Não é perceptível que haja uma diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral (POLLAK, 1992). Para o autor, a crítica da fonte, da maneira que o historiador aprende, deve ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desta forma, vamos considerar, e não ficaremos justificando, que toda a memória narrada tem a sua importância para a história, assim como os fatos que foram escritos oficialmente.

A perspectiva de reconstituir textualmente uma história *de negros*, portanto, não foi descartada. A sensação que tenho é que isto se trata de um projeto de vida que me persegue desde a graduação. Entretanto, a primeira proposta passou por algumas alterações: a passagem do tempo também me fez evoluir enquanto pesquisadora. Acredito que seria óbvio reforçar que o Mestrado oportuniza um novo olhar sobre o mesmo problema. Poderia, assim, parafrasear Luís Vaz de Camões (2000), pois quando ofereço aquilo que tenho e tudo o que posso quanto mais pago, mais pareço dever. O que me ocupei em registrar, como já mencionei, foi somente uma contribuição entre outras possibilidades.

Tudo começou com arquivos etnográficos que, segundo Cunha (2004), são equivalentes aos arquivos pessoais. Não sei ao certo quando, ao examinar materiais antigos de família, deparei-me com uma ata de reuniões. Em vias de concluir a graduação e da necessidade de escrever a monografia, lembrei-me desta ata. Num primeiro momento, levei-a até uma encadernadora para refazer a capa que estava se desfazendo e restaurar a colagem das folhas do livro de cento e noventa e seis páginas, com a numeração marcada no canto superior direito, indicando a sua função de registrar os eventos. Nas anotações observa-se a necessidade de criação de um lugar onde os negros pudessem se reunir, o que fez surgir a “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”²⁶, que mais tarde recebeu o nome de Sociedade Matonense Henrique Dias ou Clube Henrique Dias, como era comumente chamado.

Cunha (2004) aponta que os arquivos devem ser vistos como produtores de conhecimento, bem como construções culturais que possibilitam a compreensão de certas narrativas. Os antropólogos têm se voltado a estes arquivos que não abrigam, simplesmente, eventos passados ou segredos, mas são marcas a partir das quais elas próprias devem ser interpretadas. Inicialmente, minha intenção era restituir esses registros documentais à

²⁶ Grafia da época, extraído da ata de reuniões do Clube Henrique Dias.

sociedade matonense, como objeto a partir do qual o conhecimento se classifica e o “Estado”, acredito que aqui também caberia o termo “discurso oficial”, necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma cultural de um repositório do passado (CUNHA, 2004).

Mas notei que isso não poderia ser feito de qualquer maneira. Não seria justo, visto que essa documentação pertencia a uma Cientista Social e deveria receber um tratamento analítico. Partindo das lembranças e documentos primários, razões pela qual é possível não sucumbir ao esquecimento lembra-me Hurston (BASQUES, 2019), que apesar da formação acadêmica, iniciou a carreira num ambiente familiar, a partir das pesquisas com Olualê Kossola, na qual a oralidade demonstrava um jeito negro de falar, sendo também a pesquisadora, negra.

Este estudo, portanto, se tratou de uma autoetnografia. Desde a infância sempre ouvi lembranças de velhos²⁷. Na conclusão da graduação, a ideia de trabalhar com rigor científico e de trazer para dentro da academia um debate tão importante como uma história *de negros* se tornou uma possibilidade tangível, especialmente porque se dispunha de alguns documentos que requeriam análise minuciosa.

A (auto) etnografia se justificou nos encontros promovidos para colher memórias. Encontros com pessoas. Encontro com as próprias lembranças. Cada história importou, inclusive a minha. E assim se tentou escrever histórias *de negros*, falando por mim mesma e registrando o que outros disseram por meio de condições criadas para a prática de falar e do diálogo (ALCOFF, 2020). Portanto, conforme os pressupostos de Bosi (2004) por muito que se deva à memória coletiva, o sujeito é quem recorda.

Assim, esperou-se reconstruir partes omitidas ou negligenciadas pela história oficial, subsidiando-se em lembranças compartilhadas.

A presente dissertação está inserida na linha de pesquisa "Diversidade, Identidades e Direitos" do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e teve como objetivo (re) construir histórias *de negros* em Matão. Na verdade, é mais uma construção do que uma reconstrução. O prefixo (re) envolve, num universo de aproximadamente seiscentas páginas de história oficial, talvez uma que fale sobre o negro.

²⁷ A memória dos velhos e a lembrança que eles evocam são distintas daquela empreendida pelo adulto. Maurice Halbwachs aponta que o adulto, entretido com as suas atividades do presente, quando se põe a lembrar, esta ação é um relaxamento da alma, um momento de repouso, uma situação marcada pela brevidade, apesar de intensa. O adulto ativo, quando provocado a lembrar, não se ocupa longamente do passado, mas este lhe sobrevém como um sonho. Porém, o velho se trata do homem que já viveu a vida e quando se lembra do passado ele não está simplesmente, por algum momento, escapando do labor cotidiano, quanto menos se entregando de forma fugitiva às delícias do sonho. O velho se ocupa de uma forma atenta e consciente do passado (BOSI, 2004).

O ponto de partida foram as narrativas e os documentos, por meio dos quais foi possível identificar vivências da população negra na constituição da cidade. Partindo-se da hipótese de que a história oficial²⁸ não apresenta informações relevantes sobre a vivência dos excluídos, minorias e classes marginalizadas, não é viável reconstruir a história dos negros apoiando-se em materiais oficialmente produzidos, já que não há informações suficientes para interpretações mais abrangentes. Diante desse cenário, a (auto) etnografia foi escolhida para a reconstrução desta história, permitindo uma abordagem mais ampla, pois há a possibilidade de destacar o que está no interior dos grupos a partir das lembranças, dos discursos e das memórias narradas.

1.2 Considerações sobre o método

Este estudo foi desenvolvido a partir de duas formas de se fazer pesquisa: a autoetnografia e a etnografia de histórias de vida. Por esta razão, quando abordo a questão metodológica, cito no texto (auto) etnografia, me referindo à combinação destas duas propostas. Em outros momentos refiro-me a elas separadamente, apontando como cada uma deu a sua contribuição.

Assim como o termo “escrevivência” adotado por Conceição Evaristo é a junção das palavras “escrever” e “vivência”, as quais carregam a escrita da coletividade²⁹, a (auto) etnografia³⁰ também é a junção de duas palavras que revelam duas formas de pesquisar que não se esgotam nos sujeitos.

²⁸ Conforme Pollak (1992) a história oficial, escrita sob o olhar da classe dominante, não se ocupa em descrever a história das minorias, das classes marginalizadas e excluídas. O negro se enquadra neste contexto, quando se busca informações para a reconstrução de uma história. O que se tem de informação, em geral, foi escrito sob o olhar do colonizador, da classe dominante. Halbwachs (1968) enfatiza que a memória nacional, ou oficial, se trata da forma mais completa de uma memória coletiva, a qual se dá por meio de negociações, ou seja, a memória individual se concilia com a coletiva quando há uma concordância entre a memória dos outros e a nossa para que se possa, portanto, reconstruir as memórias numa base comum. Numa perspectiva construtivista, em que se observam novas perspectivas sobre a memória coletiva, tem-se uma contrariedade àquela assumida por Halbwachs (1968), na medida em que o caráter uniformizador e opressor da memória coletiva nacional se opõe às memórias subterrâneas que seguem o seu trabalho de subversão silenciosamente, aflorando-se, mesmo que de forma imperceptível, em momentos de crise.

²⁹ Conceitos extraídos da notícia sobre o termo escrevivência de Conceição Evaristo, por Beatriz Hermínio, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acessado em 07 dez. 2023.

³⁰ Termo que utilizei na pesquisa para tratar da combinação dos dois métodos citados, inspirando-me em Conceição Evaristo.

O uso do termo autoetnografia remonta ao ano de 1966, quando foi mencionada em um seminário por Raymond Firth³¹, porém, no contexto das Ciências Sociais, a palavra “auto-etnografia” foi utilizada pela primeira vez pelo antropólogo David M. Hayano³² em 1979. A partir de 1980 essa abordagem metodológica começou a se desenvolver e foi definida como um método à medida que outras compreensões do campo de pesquisa surgiram (MOTTA; BARROS, 2015). Não vamos nos reter aqui à historicidade do termo, mas considerar que até então, enquanto a maioria das pesquisas nas Ciências Sociais buscava a impessoalidade, a autoetnografia surgiu para examinar a experiência pessoal.

Deste modo, de acordo com Motta e Barros (2015), o método nasce com o objetivo de evidenciar como a experiência é fundamental no estudo da vida cultural, sem se propor como método mais válido do que outros. Em vez disso, configurava-se numa abordagem alternativa nos estudos socioculturais, representando a experiência pessoal dentro do contexto de relações, categorias sociais e práticas culturais. Dessa forma, o método procurava revelar o conhecimento interno do fenômeno, destacando aspectos da vida cultural, os quais poderiam escapar à pesquisa convencional.

Por meio da autoetnografia se reconhece e se inclui a experiência do pesquisador tanto na definição do tema quanto no desenrolar do estudo. Elementos como memória, autobiografia, histórias de vida e proximidade com o assunto são alguns recursos do método. Há certa ênfase na narrativa pessoal e nas experiências, tanto dos sujeitos envolvidos quanto do pesquisador. Destaca-se, portanto, pelo fato de dar voz aos que participam do estudo (SANTOS, 2017).

Conforme sugere Soares (2022), a autoetnografia certamente pode ser entendida como uma teoria da escrita que se adequou à pesquisa.

A etnografia esteve presente nos encontros com pessoas para colher, a partir de entrevistas, as narrativas que poderiam auxiliar na construção de uma história apagada dos registros oficiais. Mas além dos encontros previamente marcados, seja de forma presencial ou virtual, depois de explicar sobre o estudo e de como os dados seriam utilizados para fins acadêmicos, pode-se dizer que a pesquisa de campo não teve um momento exato para iniciar, nem para acabar. Segundo Peirano (2014) o momento depende da potencialidade do estranhamento, do não habitual da experiência, da necessidade de analisar alguma situação

³¹ Foi um etnólogo neozelandês (1901-2002).

³² Professor emérito de antropologia da *California State University Northridge (CSUN)*.

vivida ou observada que surpreende, razão pela qual na própria cotidianidade é possível fazer etnografia.

Como diz Peirano (2014), não existe antropologia sem pesquisa empírica. No caso, a etnografia é base para o antropólogo. A boa etnografia se revela na comunicação com outras pessoas no contexto da situação, transforma a experiência viva e de campo em linguagem escrita e, por fim, analisa a eficácia social das ações observadas.

A coleta de dados a partir dos encontros e também aqueles que aconteceram no cotidiano, como já mencionado, aconteceu entre os meses de agosto e dezembro de 2023.

Deste modo, a linguagem do texto escrito não deve ser entendida como referencial, ou seja, que “diz” e “descreve” a partir da relação entre palavra e coisa. As palavras, no entanto, são produtoras de ação, trazendo consequências, realizando tarefas, comunicando e produzindo resultados. As palavras também não são a única forma de comunicar, o silêncio também realiza essa tarefa, assim como os outros sentidos, os quais têm as suas implicações que também devem ser analisadas (PEIRANO, 2014, p. 386).

Quantas vezes, ao encontrar novamente o entrevistado, perguntei a respeito de um mesmo evento e ao investigar, algumas informações não tinham sido ditas anteriormente. Num primeiro momento, omitiu-se algum detalhe ou algo mais específico. Não se trata de uma tarefa fácil, é preciso compreender tanto o dito quanto o não dito.

1.3 A respeito da escrita

Considerando os métodos utilizados, desta maneira, o texto apresentado é elaborado em primeira pessoa do singular já que trata das “nossas biografias, vivências, diálogos e coletividades”. E o “nós” utilizado no texto representa um “mosaico de vozes”, na medida em que as histórias individuais e/ou coletivas e as lembranças pessoais relacionam-se à história de um povo (SOARES, 2012, p. 12).

Assim como Soares (2022) elaborou o seu estudo a partir da autoetnografia e da autoria coletiva, esta dissertação foi construída a partir de mim e de outras vozes.

Em partes do texto uso a primeira e a terceira pessoa do singular e em outras a primeira pessoa do plural. Há uma variedade de personagens: autores, documentos, negros, não negros e a própria pesquisadora. Posso dizer que é uma construção coletiva. Revela a multiplicidade de perspectivas que contribuem cada uma a seu modo para o desenvolvimento da narrativa.

As palavras que aparecem entre aspas, principalmente no Capítulo 4, demonstram termos utilizados na época, bem como o modo de escrever, conforme o acordo ortográfico naquele tempo histórico.

A escrita em itálico demonstra as falas dos participantes. Essa escolha é inspirada na abordagem de Hurston (2021), pois em sua obra *Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado* a autora fez um esforço para manter a linguagem autêntica de seu protagonista, Cudjo Lewis (Kossola), o último homem conhecido por ter sido trazido ilegalmente da África para os Estados Unidos como escravizado.

Fez uso, deste modo, da linguagem do participante e dos padrões linguísticos característicos do dialeto iorubá que ele falava. Optou na preservação da autenticidade de sua voz, mantendo as especificidades linguísticas e expressões específicas das quais ele fazia uso. Essa escolha foi feita para dar aos leitores maior aproximação à sua história, evidenciando a sua voz, com preservação da riqueza cultural de suas narrativas, além de ter sido para ela uma escolha política. Essa abordagem, no entanto, também gerou alguma controvérsia, uma vez que a autora, ao priorizar a autenticidade linguística, abriu espaço para discussões sobre representação e interpretação na escrita etnográfica.

Deste modo, este estudo faz uso de uma intersecção das falas: teorias, entrevistados e a minha. Cada uma delas carrega o que lhe é próprio, por vezes o estilo da academia e em outras o jeito de falar. E assim se registrou algumas histórias *de negros*, as quais poderiam se perder na efemeridade das memórias, dando para a população uma história não observada na literatura oficial.

Como também já mencionado utilizo a expressão histórias *de negros*. Histórias porque representa uma possibilidade de escrita dentre outras e *de negros* carrega o uso de outras preposições que dão sentido à construção da escrita (para, por, de, com e/ou sobre), porém escolheu-se uma forma simplificada para a fluidez da leitura. E, ainda, *de negros* carrega uma inclusão implícita, como já me referi, destacando as presenças múltiplas que compartilham as suas experiências.

Ao longo da pesquisa faço uso de “escravizado” para fazer uma justiça semântica ao termo (FONSECA, 2024). Trata-se de uma escolha de palavras e expressões para evitar termos prejudiciais e/ou que perpetuam estereótipos. No contexto da história, utilizar termos como “escravizado” em vez de “escravo” é um exemplo de se fazer justiça semântica. Isso não apenas reconhece a humanidade daqueles que foram subjugados, mas também contribui para uma narrativa mais precisa. “Escravo” é um termo historicamente usado para descrever

uma condição imutável e “escravizado” é outra abordagem que enfatiza uma condição imposta ao sujeito. Isto significa o uso de termos que mudam o sentido daqueles que carregam implicações históricas e sociais.

Hurston (2021) já havia mencionado em sua obra sobre Kossola que substituiu o termo “escravo” por “escravizado”, apesar de não haver um consenso acerca desta substituição. Porém a autora entende que os sentidos que se atribui ao passado são decisões tomadas no presente e, além disso, as terminologias das quais fazemos uso evidenciam qual é a compreensão que nós atribuímos ao passado.

Não se trata, assim, de uma diferença semântica apenas. Escravo carrega a noção de condição primordial de objeto, que pertencia a um sujeito. Escravizado mostra que a pessoa sofreu um processo de escravização, no entanto, a sua condição não se resumia a isso, na verdade lhe foi imposta.

Kossola nasceu em 1841 e com catorze anos havia feito treinamento para ser soldado, desenvolveu habilidades de caça, perseguição e acampamento. Todos os treinamentos pelos quais passou eram para inseri-lo numa sociedade secreta de homens que se chamavam *oro*. Aos dezenove anos ele passava por um processo de iniciação para o casamento. Porém, tudo foi interrompido em decorrência do comércio transatlântico de pessoas escravizadas. Portanto Kossola, como muitos outros africanos, foram colocados na condição de escravizados.

A minha conversa com um entrevistado e a experiência por ele vivida deixou claro para mim a importância da justiça semântica. Escravizado se trata de uma condição imposta e foi deste modo que nativos africanos saíram de seu país via rota transatlântica. No entanto, em nossa sociedade, certamente impregnada pelo sentido do termo escravo, faz perpetuar situações, como a descrita por João Bento, observada no Capítulo 5, que aborda sobre a necessidade de desconstruir imaginários.

1.4 O “eu” no estudo

Subjetividade e objetividade são duas questões discutidas há muito tempo nas Ciências Sociais. De acordo com Weber (1991), a tarefa do conhecimento científico consiste numa ordenação racional da realidade empírica. Ou seja, não se trata de reproduzir em ideias uma ordem objetiva já dada, mas de atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos. Nesse sentido, a objetividade não é uma característica do objeto em si, mas sim uma qualidade do

conhecimento produzido pelo pesquisador, o qual deve seguir critérios de análise e interpretação.

Weber (1991) reconhece que a subjetividade desempenha um papel importante na produção do conhecimento científico. Para ele, o pesquisador não é um mero observador passivo, mas sim um sujeito ativo que seleciona, interpreta e organiza os dados empíricos de acordo com suas próprias perspectivas e valores. Além disso, critica a ideia de uma ciência social isenta de pressupostos, enfatizando que os valores e as perspectivas subjetivas do pesquisador influenciam a escolha dos temas de pesquisa, a seleção dos dados empíricos e a interpretação dos resultados.

Diante disso, observamos a proposição de uma abordagem científica que reconhece a influência dos valores e das perspectivas subjetivas, mas que também busca a objetividade por meio de métodos e critérios. A objetividade não significa neutralidade axiológica, ou seja, a ausência de valores e juízos de valor na pesquisa científica. Pelo contrário, a objetividade deve ser entendida como um ideal regulativo que orienta a pesquisa científica, mas que não pode ser alcançada de forma plena e definitiva (WEBER, 1991).

Deste modo, a partir da perspectiva weberiana podemos notar que objetividade e subjetividade não são opostas, mas se complementam. A subjetividade é uma condição necessária para a produção do conhecimento científico, pois permite ao pesquisador selecionar e interpretar os dados empíricos de acordo com suas próprias perspectivas e valores. No entanto, a subjetividade não pode ser vista como um obstáculo à objetividade, mas sim como um elemento que deve ser controlado e regulado pelos métodos e critérios universais da pesquisa científica. Trata-se de duas terminologias complexas e controversas, que envolvem a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, a influência dos valores e das perspectivas subjetivas na pesquisa científica, bem como a busca por métodos e critérios que possibilitem produzir um conhecimento objetivo aceitável.

Velho (1986) revisita os conceitos de Simmel acerca da cultura objetiva e subjetiva, e evidencia que a subjetividade, ou seja, o aspecto interno se molda numa relação com o externo. A subjetividade, deste modo, não é algo predefinido, mas se manifesta no contato e nas trocas, mostrando as posições e referências culturais dos envolvidos.

No contexto da antropologia, existe o desafio da proximidade, o que envolve o estranhamento do familiar. Em *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*, Velho (1986) trata do processo de autoconhecimento e amplia o seu entendimento sobre sua própria sociedade por meio da prática antropológica. Reconhece, sobretudo, que este

conhecimento é situado teórica e metodologicamente, destacando a importância de incorporar a subjetividade ao processo de pesquisa. Conforme as suas reflexões, há uma experiência subjetiva na relação com a pesquisa, que vai desde as interações em campo até a construção da etnografia. A subjetividade é considerada inerente à pesquisa, tornando-se parte da reflexão sobre uma diversidade de temas.

Segundo Motta e Barros (2015) a autoetnografia se trata de uma pesquisa social considerada até mesmo menos alienadora, já que o pesquisador não tem a necessidade de suprimir a sua subjetividade, na medida em que faz uma reflexão do seu trabalho não só para os outros, mas também para si e todos os elementos (emocional espiritual, intelectual, corporal e moral) que possuem voz e se integram. Deste modo, representa uma experiência pessoal num contexto de relações.

Os próprios sentimentos e experiências do pesquisador são incorporados à história e são considerados como parte integral do processo, pois o pesquisador é um ator social marcadamente visível no texto escrito. Esta é uma importante característica da autoetnografia.

Deste modo, a partir da escolha dos métodos para a condução do estudo, posso dizer que tanto a objetividade quanto a subjetividade são elementos presentes na pesquisa. Por meio da etnografia, por exemplo, certamente é necessário fazer perguntas para descobrir respostas que deem significado ao fato estudado e não para os preconceitos do pesquisador. Deste modo, as entrevistas informais, exploratórias e que evitem as perguntas fechadas são características da etnografia, por meio das quais a descrição do outro, ou do fato, se dá pela perspectiva dos próprios sujeitos. São as pessoas, os objetos e as suas relações que possuem significado próprio, ou seja, os autores dão significado às suas práticas e cabe ao pesquisador captar os significados que a pesquisa no campo faz emergir. A subjetividade está envolvida neste processo (MOTTA; BARROS, 2015).

O “eu” do estudo, portanto, transita entre a subjetividade e a objetividade, cabendo a cada uma o seu espaço na construção da pesquisa.

1.5 A jornada: buscas e encontros

Nesta parte, falarei das pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa por meio da partilha de suas lembranças. Comento sobre como foi o nosso encontro e apresento algumas informações, as quais foram fornecidas por eles mesmos. O texto em *itálico* são partes das conversas que revelam explicações sobre os entrevistados ou

lembranças de um tempo antigo, quando pedi a cada um que me falasse quem são. Construí desta maneira, pois se trata de um estudo feito por pessoas, e notei que seria uma forma de dar mais humanidade à narrativa.

É uma pesquisa com pessoas que compartilharam memórias para tecer histórias *de negros*, razão pela qual me dediquei a um pequeno espaço para retratar cada um desses sujeitos importantes no estudo, que se dispuseram a compartilhar as suas vivências.

Num determinado dia³³, eu estava em uma rede social e vi que uma senhora havia comentado uma fotografia de 1951 do Santa Cruz Futebol Clube. Existe uma página nesta rede que uma pessoa sempre publica fotos muito antigas. Na referida foto havia brancos e negros. Neste momento, ou seja, década de 1950, falava-se na criação de um clube para a comunidade negra, pois não poderiam frequentar aqueles que existiam na cidade. À primeira vista, estariam juntos no futebol, mas não em outros lugares de lazer. Eram algumas questões que possivelmente seriam respondidas ao longo do estudo. A senhora que comentou a foto era, conforme a manifestação fenotípica, branca. A partir disso chamei-a para falar de minha pesquisa, pois me parecia conhecer fatos mais antigos da cidade.

Alba Baldan tem oitenta anos, nasceu em 1944 e passou toda a sua infância e juventude em Matão. Foi para São Paulo para prestar vestibular em 1963 e nunca mais voltou. Faz sessenta anos que não mora mais em nossa cidade. No entanto, conversamos por quase dois meses a partir de mensagens de texto, que foi a maneira que a participante preferiu para nos comunicarmos. Fez Letras (Inglês-Português), em uma faculdade feminina (F. F. C. L. Sedes Sapientiae) agregada à PUC posteriormente. Lecionou Literatura Brasileira onde se formou e depois de prestar concurso, foi professora efetiva de Língua Portuguesa de colégios estaduais até a aposentadoria.

*No estado lecionei de quinta à oitava porque não havia colegial na escola. Lecionei nas classes de Magistério do Colégio Santa Marcelina até meu filho mais velho nascer e também literatura brasileira na faculdade na mesma época. Quando ele nasceu, desisti da carreira porque morávamos longe de todos e não deixaria meu filho com uma estranha: minha primeira vocação sempre foi a maternidade.*³⁴

³³ 14 de setembro de 2023.

³⁴ Alba, discorrendo sobre carreira e escolhas pessoais.

Ela me passou a sua visão de descendente de imigrantes europeus a respeito da nossa cidade, num momento em que busquei identificar a história negligenciada no material oficial.

Minha família é da província de Veneza, com exceção dos bisavós maternos, Pietro Andreucci e Meneghina Menghinini que eram da Toscana. Meu avô materno, Alessandro Giosué Dalle Vedove, veio com a família no final do século 19 de Treviso (VE).

A família Baldan veio de Noale (VE) no início do século 20, quando meu avô Pietro, tendo ficado viúvo com 6 filhos (4 rapazes, 1 menino e 1 filha adolescente) resolveu vender o que tinha e emigrar. Tanto o pai de meu pai quanto o de minha mãe eram ferreiros de profissão e, portanto, não vieram substituir os escravos na lavoura.

Meu pai e irmãos também tinham profissão e se estabeleceram em Matão com uma oficina que consertava ou fazia charretes e carroças e cabos de arados (que eram manuais e de tração animal). Trabalharam muito, ganharam dinheiro, compraram fazendas e uma indústria de implementos agrícolas que existe ainda hoje.

Minha mãe Anita D. Vedove estudou contabilidade quando só os homens faziam isso, mas trabalhou como costureira e professora de corte e costura até se casar. Meu pai só estudou até o segundo ano elementar e foi tirado da escola para trabalhar.

Apesar disso gostava de música, de teatro e de viagens (o que só pode aproveitar depois de trabalhar arduamente até a metade da vida). Depois de encontrar orquídeas durante uma pescaria, tornou-se colecionador e fundou, com amigos, a Sociedade Matonense de Orquidófilos. Mas só pude cursar faculdade graças à persistência de minha mãe.³⁵

Luiz Cezar, sessenta e cinco anos, administrador da rede social que mencionei. Nosso encontro se deu a partir desta rede, sempre com muitas fotos e histórias para compartilhar sobre a nossa cidade.

Quando conversamos, ele me disse que durante o período escolar foi incentivado à leitura por seus professores de Língua Portuguesa e de História. A partir disso começou a ler bastante e a pesquisar sobre a história de Matão. Pesquisou em livros na biblioteca e principalmente em Livros-Tombo³⁶ das paróquias. Forneceu-me algumas fotos antigas e partilhou algumas memórias sobre o assunto que tratamos neste estudo. Cursou a Faculdade de Administração de Empresas e Economia na FEFIARA, atual UNIARA, em Araraquara.

³⁵ Informações de Alba sobre a sua descendência.

³⁶ São livros das próprias paróquias onde os padres registram os principais eventos nas igrejas e na cidade.

Foi professor de Matemática Comercial e Financeira na antiga Escola do Comércio. Escreveu matérias para o Jornal “A Comarca” e “Espaço Matão”, “Revista A Comarca”, “Revista Maxxi”, e fez a “Revista Especial do Jubileu dos 125 anos da Paróquia Senhor Bom Jesus”.

Também é formado como treinador e árbitro da Federação Paulista de Futsal. Trabalhou em algumas empresas em Matão e na Prefeitura Municipal. Desde 2018 é Juiz de Paz (Juiz de Casamentos) da sede da Comarca de Matão.

Conta que quando estudante na E. E. Professor Henrique Morato, incentivado pelos professores Azor Silveira Leite (professor de Português), pelo Professor Padre Nelson Antônio Romão e Luiz Fontana Filho (História) começou a ler bastante, pesquisar sobre a história de Matão e da Paróquia Senhor Bom Jesus.

João Bento (Cucão), setenta e um anos, trata-se de uma longa história. Conheço desde a infância e as nossas famílias também. Casado com Lurdinha e tem dois filhos, Alexandre e Eduardo. Foi trabalhador braçal e depois ingressou em empresas matonenses. Sempre nos encontramos no mercado da Vila e nas últimas vezes falei sobre a minha pesquisa, a qual prontamente concordou em me ajudar.

A ata do Clube Henrique Dias ganhou mais sentido, pois a partir de nossa conversa alguns pontos deste documento foram elucidados, pois havia “falas” que necessitavam de interpretação e ele havia vivenciado alguns momentos dessa história. Existiam, ainda, inúmeras fotos que João Bento, também conhecido como Cucão, auxiliou informando quem eram as pessoas retratadas. Como é estudioso de questões raciais e tem interesse (além de ter vivido) na história de nossa cidade, teve uma contribuição relevante. Algumas vezes nos reunimos (minha mãe, entrevistado e eu) e as memórias se cruzaram, e o espaço (Vila Santa Cruz), fez emanar inúmeras recordações.

Quando fiz uma leitura do livro *Lembranças de velhos: memória e sociedade*, de Bosi (2004) fiquei um tanto surpreendida quando descobri que dois dos entrevistados eram irmãos. Logicamente cada fato vivido é registrado conforme a subjetividade de cada um, mas na primeira leitura me pareceu que ambos descreviam espaços e famílias distintas, no entanto era o mesmo lugar e pessoas. Considerei estender o convite ao meu irmão Márcio José Sabino, para conhecer as suas versões de coisas que vivemos juntos.

Márcio, quarenta e dois anos, viveu praticamente o mesmo espaço-temporal que eu, juntamente com as mesmas pessoas. É assistente social num município próximo a Matão, mas mora e sempre morou na cidade. Algumas das documentações que estavam no interior de

nossa família ficaram comigo e outras com ele. Compartilhamos as histórias que nos foram relatadas no passado e muitos fatos dos quais participamos.

No mês de novembro de 2024, falava sobre a minha pesquisa com uma professora na escola em que trabalhava e ela me disse que nunca tinha visto alguém falar com tanta paixão da Vila Santa Cruz, como o seu amigo Marco Geraldo. Desde pequena o negócio da família está localizado na esquina da minha casa na Vila. Considerando a construção de uma história *de negros* por pessoas não negras, convidei-o para participar do estudo.

Marco Geraldo, cinquenta e quatro anos, dos quais cinquenta e dois morou *na minha amada e querida Vila Santa Cruz, que por coincidência do destino sempre na mesma rua, a qual leva o nome de Avenida Santa Cruz.*³⁷

*Com o “Armazém São Geraldo”, eu e minha família conhecemos pessoas de grande significado que ajudaram a construir a querida Vila Santa Cruz. Dentre elas, destacam-se o grande e inesquecível Octacílio David (o Tacilião), taxista e precursor da famosa escola de samba “Unidos da Vila Santa Cruz”; Antônio Victuri (Piriquito), com o açougue na Vila, sempre bravo e ao mesmo tempo com o riso nos lábios; Seu João Cavichia, homem simples, sempre bem humorado; Seu Antônio Zanoni (o Cabeção, in memoriam), com bar na esquina da Praça da Santa Cruz, onde os vendedores de cidades vizinhas vinham para Matão a trabalho e sempre passavam no “Bar do Cabeção” para saborearem os famosos salgados feitos pela Dona Mercedes, esposa do Cabeção. Seu Aparecido Mário Geraldo, o tio Cido (in memoriam), junto com seu irmão José Geraldo (o Zezão taxista), abriram a máquina de beneficiar arroz, mas no final acabou ficando somente a venda do Cido e da esposa Dorotéia, na esquina entre as ruas Rui Barbosa e Santa Cruz.*³⁸

Deste modo, tratamos especialmente sobre a Vila, pois a sua família decidiu abrir um comércio no local que estavam às pessoas menos favorecidas, mas mesmo assim não havia distinções: *vendia para todo mundo, gente do centro, da vila*³⁹ E como se trata de um empreendimento muito antigo na cidade, foi possível compartilhar lembranças.

O contato com Élio Floriano aconteceu a partir de um evento na prefeitura chamado “Panorama Cultural”. Assim como havia feito 3º Festival de Artes de Matão (FESTA), fiz

³⁷ Marco Geraldo, sobre a Vila.

³⁸ Lembranças narradas por Marco Geraldo, retratando a Vila Santa Cruz como o seu espaço dominante, desde a infância.

³⁹ Fala de Cleide sobre o Armazém São Geraldo, onde a família costumava comprar alguns tipos de alimentos.

uma exposição desta pesquisa, só que neste caso, como parte das comemorações da semana da Consciência Negra. Élio fez a abertura da minha fala e ao final conversamos muito sobre a Matão do passado e as vivências do negro. Aceitou participar deste projeto, compartilhando as suas histórias. Foi morador da Fazenda Toriba, depois foi para Campinas para tentar uma vida melhor, mas não se adaptaram e voltaram para Matão, onde não ficou por muito tempo, retornando novamente a vida em São Paulo, sem muitas condições. Um tio arrumou emprego para o pai e outro tio ajeitou um lugar para ficar.

*Um barraquinho, com um banheiro coletivo, um quartinho onde a gente amontoou. Isso era a década de 1960. São Paulo era terrível no inverno, três meses de frio dia e noite, deve ser por isso que chama Terra da Garoa. Em 1975 meu pai se aposentou, conversou com a minha mãe sobre voltar para Matão. Então ela falou: vamos voltar. São Paulo já deu o que tinha que dar.*⁴⁰

É desenhista de profissão. Fez curso profissionalizante de desenho, mas desenhava desde criança. Foi o desenho técnico que o colocou no mundo da arte, com noção de proporção e escala. Trabalhou também como letrista e pintura de painéis. Falamos do período de sua infância, quando morava na fazenda e ainda era uma criança de colo (na década de 1950). Tratamos de histórias sobre o Toriba, o que envolve as Fazendas do Cambuhy.

Arlene Aparecida Pinotti David é esposa de um dos filhos de Octacílio (Carmo David, in memoriam), nascida em 1953, atualmente com setenta anos de idade. Estudou até a quinta série na Escola Estadual José Inocêncio da Costa, ingressando aos seis anos e concluindo aos dez. Iniciou sua carreira como empregada doméstica aos dez anos de idade e posteriormente trabalhou na fábrica de meias Sônia, um dos poucos lugares que empregava mulheres na época, onde permaneceu por um ano quando tinha catorze anos. Conheceu seu primeiro namorado, Carmo, com quem se casou aos dezessete, sendo ele catorze anos mais velho. Durante esse período, dedicou-se ao lar, tendo dois filhos, e ficou viúva em 2019. É filha de pais descendentes de italianos e poloneses.

Juliana Aparecida David nasceu em 1978, tem quarenta e cinco anos. Filha de mãe “branca” e pai “pardo” (Arlene e Carmo David), sempre estudante de escola pública. Primeiro

⁴⁰ Élio, descrevendo a estadia da família fora de Matão para tentar uma vida melhor e as razões da volta para a cidade, onde permanece até hoje. O entrevistado também comenta a história da família no Anexo J.

grau na E. E. José Inocêncio da Costa e segundo grau na E. E. Prof. Henrique Morato⁴¹. Ingressou no curso de direito em 1996. Formada em Bacharel em Direito no ano de 2000 pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Aprovada no exame da Ordem dos Advogados do Brasil no ano de 2000. Exerceu a advocacia por aproximadamente três anos. Aprovada em concurso público na secretaria da educação. Trabalhou na escola onde estudou E. E. Prof. Henrique Morato, no período de 2004 a 2005. Aprovada em concurso público do Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo nomeada em 2005. Atualmente, exerce o cargo de chefe de seção da primeira vara cível em Matão.

Convidei-as para a pesquisa porque o meu tio foi jogador da Seleção Brasileira na década de 1960 e eu queria investigar o impacto de seu *status* nas relações sociais da época. Arlene e Carmo se conheceram num baile no Grêmio, momento em que os negros não entravam neste lugar. Mas o meu tio estava lá. Como veremos, os negros distintos⁴², ou de alma branca.⁴³

Cleide Maria dos Santos nasceu em 1961, tem sessenta e dois anos. Neta de Octacílio e Francisca. Trabalhou em Autoescola um pouco antes de casar de pouco depois de casada. Trabalhou na Matriz, na Vila Santa Cruz, onde dava aula de motor com Tutu. Lá tinha todas as peças. Naquela época, para tirar carta era preciso ter aula sobre partes e funcionamento do motor. Depois ficou um tempo na filial no Bairro Alto e também trabalhou numa filial em Dobrada.

Passou em concurso público na cidade de Matão, mas não se apresentou para o cargo porque estava grávida do terceiro filho. Fora a Autoescola onde trabalhou por dez anos, sempre foi do lar. Passou grande parte de sua trajetória na Vila Santa Cruz, onde mora atualmente.

Quando eu tinha meus oito anos, que eu me alembro até hoje, aqui parecia o início do mundo, sabe? Porque era terra, tudo terra, tinha os rios lá embaixo, árvore plantada em volta, água limpinha. Lá no Bosque não existia Bosque [o bairro] era só árvores. Tinha a Vila Santa Cruz e o Centro. Tava como iniciando o mundo, sabe? Eu e as minhas irmãs onde é a marginal hoje, né? A gente descia lá aquele monte de árvores, aquela aguinha limpinha,

⁴¹ Na contemporaneidade são chamados de Ensino Fundamental Ciclo I e II e Ensino Médio, mas no texto mantive as informações conforme a entrevistada passou.

⁴² Expressão observada no Anexo O.

⁴³ Podemos observar o uso da expressão conforme o Anexo G.

*não era funda, a gente ficava brincando lá, fazia voltas que ia embora... Muito bom para brincar.*⁴⁴

Cleide é minha mãe. Fiz o convite para participar deste estudo porque já havíamos compartilhado muitas memórias que agora foram registradas.

Sérgio Luiz Figueira, mais conhecido como Sabará, é jornalista e radialista, com diploma em radialismo obtido no Senac. Com uma carreira de quarenta anos na área de comunicação, especialmente na TV Agência de Publicidade, Sabará é uma figura importante no ramo de comunicação. Atualmente, é responsável pelo canal TV Negritude e conduz um programa na Rádio Educadora.

As entrevistas com Sérgio “Sabará” Figueira aconteceram a partir da indicação de Élio Floriano, pois o mesmo informou que se tratava de uma presença antiga na cidade e que tinha interesse por nossa história.

Sérgio tem se dedicado recentemente a um projeto especial sobre as cachoeiras da região e é o idealizador do Projeto Negritude⁴⁵, que visa contar a história do negro. Ele foi pioneiro ao abordar esse tema em salas de aula na cidade, abrindo caminho para outros. Sabará reconhece seus receios, especialmente ao falar sobre racismo, mas mesmo assim, o Projeto Negritude persiste há muito tempo.

Também criou o Projeto “Quero ver meu rio limpo”, focado nas nascentes e nos pássaros. Desde o ano 2000, Sérgio “Sabará” Figueira tem trabalhado, principalmente, no Rio São Lourenço e seus afluentes. O projeto “Quero Ver Meu Rio Limpo” surgiu antes do “Matão mais verde”, que teve início em 2006. Sabará leva o trabalho tanto dos pássaros quanto dos negros para as escolas, realizando exposições sobre temas, como Zumbi dos Palmares. Sua exposição fotográfica já percorreu diversos lugares, como Argentina, Chile e várias cidades do estado de São Paulo.

⁴⁴ Cleide, relatando como era a Vila Santa Cruz de sua infância.

⁴⁵ O Projeto Negritude, fundado em 1986, por Élio Floriano, Sérgio 'Sabará' Figueira e Salvador Scutti Júnior, promove a cultura e a história dos negros no Brasil e na América Latina, destacando sua importância na formação da sociedade. Ao longo de 30 anos, o projeto tem se dedicado à luta pela igualdade racial, realizando palestras de conscientização em escolas, empresas e centros culturais, além de incentivar a contratação de funcionários negros por empresários. Também atua na conscientização sobre a Anemia Falciforme. O primeiro evento do Projeto Negritude foi uma apresentação musical sobre a América Latina, com a participação de diversos artistas locais. O projeto enfatiza a importância de combater o preconceito e promover a igualdade, ressaltando a contribuição da África para a história da humanidade e buscando disseminar o conhecimento sobre a história e cultura negra de forma ampla e contínua. Uma reportagem sobre o projeto, da qual extraí estas informações, pode ser vista na íntegra no Anexo O.

A história de Sérgio “Sabará” Figueira é marcada por uma diversidade de atividades, mas no momento, ele concentra seus esforços no canal, onde aborda temas relacionados aos negros, à vida e às religiões de matriz africana. Mesmo se identificando como negro, realiza diversas atividades que vão além dessa identidade.

*Atualmente, aos sessenta e seis anos, optei por reduzir minha participação em diversas atividades. A partir de dois anos atrás, foco principalmente no canal, onde compartilho minha paixão por temas relacionados aos negros, à vida e às religiões de matriz africana. Essa é a minha trajetória. Agora, estou mais tranquilo e não tenho o desejo de me envolver em muitas atividades, pois acredito que já contribuí o suficiente ao longo desses anos. Agradeço por ter sido escolhido para compartilhar minha história.*⁴⁶

O contato com Paulo Augusto Bernardi se deu por meio de João Bento. Trata-se de uma pessoa branca com grande envolvimento em histórias de negros.

Nasci em Matão, em 27 de abril de 1965. Bisneto de italianos eu sou filho de Helder Bernardi e de Ivone Maria Bussola Bernardi, ambos já falecidos.

Sempre estudei em Matão. Fiz faculdade de Direito na atual UNIARA, colando grau no em fevereiro de 1988. Sou pós-graduado em Direito Médico e da Saúde.

Fui presidente da APAE (1996/97) e depois presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por quase quinze anos. Foi nas minhas gestões que foram criadas as Casas do Pequeno Cidadão e construída a nova Casa Abrigo.

Sou Advogado desde 1988 e no ano de 2020 disputei a minha primeira eleição, tendo sido eleito vereador pelo MDB, com 1.349 votos.

Sempre tive um apreço pela história de Matão e até cheguei a fazer um movimento pela criação de um Arquivo Histórico. Infelizmente, apesar de constar na Lei Orgânica, nunca houve interesse por parte dos gestores.

Com a causa da comunidade negra, enxerguei que era necessária mais ações em relação a esse povo.

Quando eu era jovem, sempre ouvia falar no Henrique Dias, que era o clube da comunidade negra, enquanto nós, brancos, tínhamos a Sorema, clube que até os anos 1980, salvo engano, não tinha negros em seus quadros sociais.

⁴⁶ Sérgio “Sabará” Figueira tratando sobre as suas escolhas atuais.

*A minha aproximação com o João Bento, meu caro amigo Cucão - a quem eu admirava desde os tempos da escola de samba - (aliás, sempre gostei e nunca perdia um desfile, desde os tempos em que o Tacilião descia a avenida com seu traje de gala, saudando o povo e as autoridades e comandando a Escola de Samba da Vila Santa Cruz) me fez inserido no contexto de realizar alguma coisa em prol da comunidade.*⁴⁷

Iraci Regina, criada por Octacílio e Francisca, seus tios. Filha de Hilda, irmã de Octacílio e de Brito. Mãe de Renato e Rodrigo, avó de Maiara e Bruna.

Estas são as personagens que auxiliaram na construção de uma versão de histórias *de negros*, dentre inúmeras outras histórias. Aproveito para reforçar que não são memórias mais relevantes do que outras, mas uma versão num universo maior de possibilidades.

1.6 A estrutura do texto

Com a evocação de lembranças são muitos assuntos que surgiram. Após colher memórias, os capítulos desta pesquisa expressam as categorias criadas a partir das informações coletadas no decorrer do percurso. Por se tratar de uma autoetnografia, já pensava em iniciar com as minhas vivências. “Então, eu escrevo minha experiência como uma história. Ao explorar uma vida particular, eu espero compreender um modo de vida” (SANTOS, 2017, p. 17). Começo com as lembranças de sujeitos que me fizeram sentir pertencente ao grupo e pelo meu espaço dominante, mas a partir da relevância que atribuo ao espaço, também compreendi a sua significância para os outros e como histórias *de negros* se constituíram neste lugar em específico.

Deste modo, o primeiro capítulo “Escrever” tem como subtítulo “Lembranças partilhadas”, porque as minhas lembranças se cruzaram com outras. Tratam-se de memórias diversas sobre um espaço em comum.

O segundo capítulo intitulado “As relações na Matão do passado: outros lugares” abordou sobre as vivências em outros lugares da cidade, especialmente no Centro e nas “colônias” das Fazendas do Cambuhy. Como a pesquisa revela, sobretudo, Matão nas décadas de 1940 a 1980, se fala sobre os primeiros bairros da cidade, como a Vila, a mais antiga, o Bairro Alto e a Vila Pereira. Nesses espaços podemos explorar a vivência de negros e brancos para fundamentar alguma interpretação para histórias *de negros*.

⁴⁷ Relato de Paulo Augusto Bernardi.

O terceiro capítulo versa sobre o Clube Henrique Dias. Esta sociedade surgiu a partir da necessidade de um lugar de lazer, onde os negros pudessem se reunir. Os registros documentais e as etnografias de histórias de vida auxiliam no tecimento de informações que possivelmente possam fazer compreender as vivências do negro na cidade, contribuindo, deste modo, para uma história que não é encontrada na história oficial do município e que corrobora muitos outros estudos sobre o mesmo tema.

O quarto capítulo aborda sobre imaginários, considerando discursos que podem auxiliar numa visão depreciativa tanto do negro, como da Escravidão Moderna enquanto momento histórico. Nesta parte fala-se de imaginários construídos, mas também evidencia outra faceta da história, assim como este estudo no geral, o qual evidenciou histórias que antes não eram conhecidas. Também se discutiu sobre como o negro era representado na literatura didática por volta de 1950, devido a um relato de João Bento sobre uma situação vivida durante um evento cívico organizado por uma instituição escolar. Sua história trouxe a necessidade de investigar como o negro era retratado nos currículos nesse momento da história. O contexto também mostrou a necessidade da justiça semântica abordada por Fonseca (2024).

No decorrer dos capítulos podem existir dois espaçamentos entre um parágrafo e outro. Utilizei este recurso inspirando-me em como Bosi (2004) conduziu o texto sobre as memórias de seus entrevistados. Como há uma quebra na ordem dos assuntos que estão sendo tratados, fiz a separação desta forma, já que a memória traz à tona informações que não seguem, às vezes, uma sequência.

2 ESCREVIVER

Uma paixão profunda é a boia que me emerge.

Conceição Evaristo (2008, p. 9)

2.1 Lembranças partilhadas

As memórias aqui relatadas têm como cenário a Vila Santa Cruz. Trata-se de um dos bairros mais antigos da cidade e onde a comunidade negra aos poucos ia se instalando. Maria Aparecida Sbrissa, conhecida como Didinha Sbrissa, bisneta de escravizados que moraram em São Carlos, relata que a avó materna Josefina de Arruda fez residência na Rua Prudente de Moraes, local onde os negros se reuniram para discutir assuntos pertinentes ao grupo.⁴⁸

Esta parte retrata as relações na Vila entre pessoas, o que evidencia histórias da população negra até então mantida no interior das famílias ou algumas delas apresentadas em matérias de jornais que se dispuseram a investigar um pouco dessa história.

Não tem como estabelecer uma cronologia para os fatos e também não foi possível “criar” subcapítulos aqui nesta parte para as lembranças evocadas: muitos assuntos foram surgindo, como a criação da primeira escola de samba e até mesmo como eram os funerais na Vila do passado. No entanto, considerando as histórias relatadas, elas exprimem vivências entre 1940 a 1980. As mais antigas são um retrato da luta da comunidade negra na sociedade brasileira que estava se desenvolvendo no início do século XX e as mais recentes uma continuidade da vida a partir das transformações numa sociedade em desenvolvimento ininterrupto.

A minha identificação com a comunidade negra matonense começou com Octacílio David, meu bisavô materno. Octacílio foi importante personagem nas minhas vivências, na vida de muitas pessoas e da coletividade onde estava inserido. Liderança negra na Matão de meados do século XX. Dizem que o Clube Henrique Dias surgiu a partir do esforço e união de muitas pessoas relevantes na história da cidade e que permaneceu no tempo com a insistência do meu bisavô e de sua filha Marlene, minha avó. Quando estas gerações anteriores se foram, muitas coisas também se foram: o clube, os desfiles de carnaval da forma como eram feitos antigamente... São muitas figuras relevantes na constituição desta história, como o “seu” Juvenal dos Santos, morador antigo da Vila, que faleceu quando eu ainda era criança. Mas

⁴⁸ Informações contidas no Anexo O.

não foi esquecido: sempre falavam dele, o “seu” Juvenal e a “dona” Malvina, sua esposa, sempre nas lembranças dos moradores da Vila.

Neste texto em específico falo de mim e das referências que me fizeram inserir desde cedo nos contextos que busco descrever. As minhas experiências se cruzam com as vivências de outras pessoas, razão pela qual esta parte carrega o nome de “Lembranças partilhadas”.

*O meu bisavô Octacílio David veio do estado da Bahia. Dizem os antigos que ele veio no lombo de um jumento, o meu bisavô é descendente de escravos libertos. Cheguei a ter acesso à certidão de nascimento do pai do meu bisavô, onde constava que ele era escravo liberto.*⁴⁹

No momento da lembrança, da partilha de histórias e por fim, no registro das narrativas é como se estivéssemos lendo um livro: imaginamos a paisagem, criamos a cena em nossa mente. Recolher histórias faz voltar ao passado e mesmo sem querer me imagino na situação de sair rumo ao desconhecido e algumas perguntas não calam na mente inquieta, indagando sobre os recursos, os riscos do caminho ou o que havia motivado certas ações. Também considero o momento histórico vivido, pois eram pouquíssimas décadas após o fim da escravização e as condições sociais do contingente negro não eram as melhores.

Estas são algumas indagações sem resposta. Mas quando faço um tracejado deste aspecto do passado, penso em determinação e coragem. Por alguma razão, o meu bisavô, certamente à margem da sociedade, veio em busca de melhores condições de vida.

Não dá para resgatar uma história e de repente não se sentir dentro dela. Ouvindo os relatos, me sinto também percorrendo o caminho. Assim como não dá para visitar um local e deixar de imaginar o passado que ele carrega: *meu Deus é aqui que meus antepassados matavam a sede, é aqui que eles banhava, é aqui que nós curava os nossos ferimentos.*⁵⁰

Quando busquei detalhes da vinda de Octacílio para o interior de São Paulo, familiares disseram-me que não ficavam perguntando, vasculhando o passado. O que tinham de informação é que parte do trajeto havia sido feita de jumento, conforme ele próprio havia relatado.

⁴⁹ Lembrança de Márcio sobre a vinda do bisavô para Matão.

⁵⁰ Comentário de João Bento a partir de suas visitas às cidades históricas brasileiras, com a presença marcante de escravizados africanos.

*A gente deixou muito de conversar com os pais e com os outros parentes para saber a história deles, né? Porque a história deles não é aqui do Estado de São Paulo, é da Bahia [...] não tinha esse diálogo de você falar e a gente não tinha esse interesse de saber sobre a família.*⁵¹

Vejo em minha família duas situações: aqueles que contavam sempre, com detalhes, sobre a vida no passado, como a minha bisavó Francisca e a minha tia Tutu e outros, como Octacílio, que ao não falar, talvez por não ter sido questionado, os acontecimentos ficaram por conta de vestígios e do nosso imaginário. Benjamin (1987) ecoa novamente na minha escrita, reforçando-me a significância dos contadores de histórias. Este ainda é um tempo, principalmente no contexto das classes que foram marginalizadas, em que a oralidade é o principal recurso para a compreensão do passado.

Talvez tenha ficado para Octacílio o mais importante, que era finalmente a sua chegada ao Estado de São Paulo. Ele veio primeiro, conheceu Francisca em Matão que era natural desta cidade. Depois vieram o seu pai e a sua irmã.

Quantas coisas a ação de sair de onde estava para outra localidade, carrega: o motivo, o que a sua família pensava a respeito, o que sabia sobre esse lugar. São algumas questões para as quais temos, talvez, hipóteses. Meu tataravô, José David de Souza, viveu em Matão. Não tenho informações de como e porque saiu da Bahia. Sabe-se que veio para cá com a sua filha Hilda, sem a esposa, e quando retornou tempos depois para a Bahia, por volta de seis meses, ela já havia se casado novamente, com o Doutor Franco, Juiz de Direito. Dizem que a casa onde vivia com o “novo” esposo era um palacete, com mais de vinte cômodos. A irmã de Octacílio, Hilda Angélica David da Silva, veio para Matão e a sua história se fez nesta cidade.

*Minha mãe [Hilda] veio depois para poder ajudar eles [Francisca e Octacílio] e depois que veio o meu pai [Brito, esposo de Hilda]. O meu pai era afilhado da minha avó [Sebastiana] e lá era assim, como a minha avó criou o meu pai e eram padrinhos dele, tinha que casar com a minha mãe. Então o meu pai casou com a minha mãe. Minha mãe gostava do meu pai, mas da parte dele, não. Então minha mãe veio mais para ajudar meu pai Octacílio.*⁵²

⁵¹ Relato de Iraci ao falar sobre o que sabe de seus antepassados.

⁵² Iraci chamava Octacílio de pai por ter sido criada por ele e Francisca, a qual chamava de mãe, mas na verdade eram seus tios.

José David de Souza faleceu em 14 de abril de 1949, com sessenta e quatro anos de idade. Não há registro de sua data de nascimento, mas consta a sua naturalidade de Jacaraci, Bahia, filho de Eleutério de Souza e Eva David, que foram escravizados, devido ao período histórico em que viveram, mas podemos afirmar pelos relatos de família. Deste modo, se houver coerência nas datas (que nem sempre eram certas) José teria nascido alguns anos antes da abolição. Tutu sempre dizia que o seu avô, José David, teria sido escravizado até os cinco anos de idade. Com essas informações se nota também que o sobrenome “de Souza” se perdeu na descendência, sendo o sobrenome “David” o qual seguiu para as gerações seguintes, que era de Eva.

*Na verdade, o jumento era um meio de transporte. O meu avô conta que saiu da Bahia de jumento, depois no meio do caminho, a pessoa que fazia o transporte com jumento voltou e ele foi vindo, um pouco de carona, um pouco de a pé. Levou uns seis meses para ele chegar em São Paulo, passou por Matão, Curupá, depois em Tabatinga. Depois, a vida lá estava difícil, de emprego, né? Então ele veio para Matão. Inclusive, veio da Bahia porque lá era muito difícil de emprego.*⁵³

O jumento foi um animal muito utilizado no transporte de passageiros e cargas. Não é à toa que foi título do livro *O jumento, nosso irmão*, traduzido para o inglês e publicado em Nova York sob o título *The donkey, our brother*, de Padre Antônio Vieira. Inspirando-se na obra Luiz Gonzaga e José Clementino até mesmo escreveram uma música: “[...] levanta com hora e vamo, o jumento já rinchou [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Octacílio e Francisca se casaram na igreja de Tabatinga, no dia dez de agosto de 1935. Moravam em Curupá e depois vieram para Matão em 1942 de trem, já com os filhos.

Octacílio era dono de uma autoescola. O nome Autoescola “Paratodos” foi uma sugestão do Dr. Júlio⁵⁴, dizendo que seria convidativo para “chamar” a população. Ele havia

⁵³ Cleide a respeito da chegada de seu avô à Matão.

⁵⁴ O Dr. José Benedito Júlio foi Delegado de Polícia (Polícia Civil) pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, natural de Caçapava, nascido em 05 de agosto de 1929. Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito de Bauru, SP. Também foi professor secundário (Estudos Sociais), formado pela Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Matão. Foi soldado, cabo, sargento e subtenente da antiga Força Pública do Estado de São Paulo, polícia militar por vinte e três anos, servindo na capital, em Mirassol, São José do Rio Preto, Catanduva e Araraquara. Foi Delegado de Polícia durante dez anos trabalhando na Delegacia de Polícia de Santa Lúcia, Araraquara, Américo Brasiliense, Pradópolis, Guariba e Matão. Escreveu um livro intitulado “Linchamento em Matão”, pois era Delegado de Polícia na cidade na época em que aconteceram os linchamentos. A sua biografia foi retirada do referido livro que faz parte da minha biblioteca pessoal. Era muito

pensado em Autoescola Vila Santa Cruz, mas seguiu a orientação do delegado de polícia. O negócio foi aberto em quatro de novembro de 1977.

A minha mãe morou com os seus avós maternos desde pequena, pois os seus pais trabalhavam e ela fazia companhia para a minha bisavó que passava muito tempo sozinha, já que meu bisavô tinha inúmeras funções: carregava turma, era delegado de bairro e investigador, estas duas últimas exercidas sem haver um cargo oficial. Ela trabalhou por muitos anos na Autoescola Paratados e o meu pai, vindo de José Bonifácio, tirou a sua carteira de habilitação nesta autoescola e foi assim que conheceu a minha mãe, Cleide. O tempo se passou, voltaram a se encontrar e casaram-se. Meu pai foi, por alguns anos, instrutor de trânsito neste negócio da família.

Como não poderia ser diferente, trabalhei na autoescola desde a infância, num barracão mais novo, porém somente a casa da família o separava do antigo, que foi por muito tempo *espaço de política*.⁵⁵ Uma estrutura de ferro, com cortina feita de chita bem florida fazia a separação entre a recepção e o local onde ficava as cadeiras nas cores laranja e bege, com braços de metal e apoio de madeira para a escrita, uma lousa imensa com todas as placas de trânsito e uma vara de pescar, utilizada para apontar a placa para o aluno. Um dia meu irmão Márcio e eu estávamos ali brincando de escolinha e ele me atingiu próximo dos olhos com a vara.

Veja como o nome “Paratodos” fazia sentido. A autoescola era procurada por quem não sabia ler e escrever. Às vezes as pessoas ficavam ali por um ano, só aprendendo as placas e a escrever corretamente o nome de cada uma delas. Como se sabe ser alfabetizado é um dos requisitos para obter a carteira de habilitação. E assim, pessoas de mais idade, mulheres inseguras e quem não sabia ler e escrever permanecia ali pelo tempo que fosse necessário. Havia também muitos alunos de fazenda. Lembro-me de um que já dirigia na zona rural e estava em processo de tirar a carteira nas categorias A e B. Já havia passado no exame prático de carro, mas foi pego pela polícia sem habilitação e teve que parar todo o processo por um ano, já que desejava também ser habilitado na outra categoria. Passado esse tempo, retornou à autoescola para finalizar o seu projeto. No mesmo dia em que buscou a sua habilitação, alguns quarteirões para cima da autoescola sofreu um acidente de moto, no caso, ele era o passageiro, caiu, bateu a cabeça na sarjeta e veio a falecer.

amigo de meu bisavô Octacílio e sempre quando minha tia falava sobre ele, gostava sempre de lembrar que se tratava de um delegado negro.

⁵⁵ Fala de Cleide, ao lembrar que durante o tempo que trabalhou na escola, lá eram recebidos inúmeros candidatos em épocas de eleição.

Havia umas provas plastificadas que simulavam o teste teórico e um bloco impresso como folha de respostas. Eu montava estes testes, entregava aos alunos, fazia uso da vara de pescar e perguntava cada uma das placas. Por um ano ajudei o “seu” Joaquim na escrita para que pudesse fazer o teste teórico.

Ainda, datilograva os prontuários dos alunos, ia ao banco recolher taxas e buscava todos os dias às 16h, as carteiras de motorista que eram assinadas pelo delegado e liberadas para as autoescolas. Eu não tinha nem treze anos. Não gostava de ir buscar estes documentos, pois me parecia que não gostavam muito de entregá-los para um menor de idade. O trajeto percorrido entre a CIRETRAN e a autoescola não era pequeno, sem contar o sol deste período do dia. Éramos “pequenos” e trabalhávamos.

Desde que nasci morei na Vila Santa Cruz. Quando eu vivia com os meus pais, a nossa casa era uma das casinhas de aluguel que o meu bisavô possuía. Existem ali naquela quadra duas pequenas construções de esquina, onde uma delas foi o seu bar, pois ao chegar a Matão, observou naquele local uma possibilidade de negócio.

*Eu trabalhei muito tempo no bar. Eu ficava olhando o bar para eles.*⁵⁶

Quando os bisavós chegaram em 1942 com as suas crianças estas construções já existiam e ainda existem. Certamente foram feitas com barro e tijolo, pois partes dos cômodos tão antigos quanto elas, da nossa casa na Vila, são feitas dessa forma. Os telhados em triângulos, a porta de madeira que sobrou do passado, de um dos barracões, o piso de quadradinhos pequenos com desenho da época, a fachada com aquelas decorações de um tempo que se foi, no caso um círculo em alto relevo onde os dois telhados se juntam. Ao lado destes dois prédios, entrando por um corredor, havia várias “casinhas”. Numa delas, eu morei na infância:

*Vou contar uma história pra você: hoje, esse espaço aqui, me lembra muito o passado. O cara fazia uma casa né? E depois os filhos chegavam não tinham condições, ele fechava um quarto, abria uma portinha aqui pra você morar dentro, que naquele tempo era chamado até de cortiço. Nesse corredor aqui, tinha várias casinhas. E ainda tem num é? Você tá vendo? Ele tinha um quartinho para morar [...].*⁵⁷

⁵⁶ Relato de Iraci, sobre o bar de Octacílio.

⁵⁷ João Bento, ao se recordar da Vila Santa Cruz de antigamente.

Eram várias casinhas com quintal compartilhado entre vizinhos. Quantas pessoas passaram ali. Certo dia apareceu um moço que morava sozinho num quartinho e conheceu uma baiana nesse local. Eles se casaram, tiveram filhos e tempos depois levou as crianças para conhecerem onde ele havia morado no passado. Em geral, muita gente que vinha de fora para trabalhar na lavoura morava ali. E assim foi a minha infância. Quantas vezes minha mãe estava limpando a casa e eu deitada no sofá de um só lugar, marrom, contemplando a pintura azul com florezinhas marcadas pelo rolo de pintura a cal. Assim eram as pinturas da época, a base de cal e o chão de “vermelhão”. Isso em residências como a nossa.

Foto 1 - Construções onde foram o Bar (onde está escrito Tapeçaria), o salão de baile/pensão, a Escolinha de Educação Infantil para as crianças negras e de menos condições econômicas, depois a Escola de Datilografia (onde está escrito Princesa Isabel), atualmente a Tapeçaria Princesa Isabel.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Mas nem sempre foi assim. Iraci conta que o barracão que fica exatamente na esquina era o bar e o barracão ao lado era um grande salão onde havia bailes e também era alugado como pensão:

Onde está escrito Princesa [Foto 1] era uma parte do salão, porque o salão ia até mais no fundo e o bar ficava do lado, onde está escrito Tapeçaria [Foto 1]. É ali que era o baile e que os peão, peão era o jeito que falava naquela época, e onde que era a escolinha

*era onde eram os bailes, era tudo nessa parte. Agora é casinha, mas antes ali onde a sua mãe morou, aqui na frente era um grande salão, um salão enorme. E ficava todas as camas lá no salão e a noite tirava, limpava, quando tinha baile e o baile era ali. Depois que fechou e fez várias casinhas.*⁵⁸

*E não sei se você sabe. Onde a Tutu morou, naquela casinha, o vô tinha uma casa de mulher. Tinha umas mulheres bonitas que moravam ali, eram a sensação da Vila Raposa.*⁵⁹

Ao lado do bar, onde era o salão de baile/pensão, também foi uma escola de datilografia. Eu fiz este curso e o concluí aos onze anos. Quando a professora ficava de frente para nós, eu olhava para o papel, posicionando os dedos corretamente nas teclas, e teclava: “asdfg” e depois com a mão direita “çlkjh”. Mas quando ela ficava de costas eu olhava o teclado e terminava rápido todas as lições. Deve ser por isso que até hoje não consigo digitar sem os olhos darem uma escapada para o teclado. O curso durou seis meses, e apenas no último fui para uma escola no centro, pois a escolinha da Vila havia fechado.

Enquanto eu estava fazendo as lições, via os meus primos passando pela calçada de bicicleta, querendo chamar a minha atenção. E quando eu não estava em aula, rodeava o quarteirão com a minha bicicleta e passava em frente à escola de datilografia para ver a professora (Dona Lurdes). Seus cabelos eram lisos, uma mescla entre grisalho e castanho, um pouco abaixo da altura do ombro. Magra, alta (na minha percepção de criança). Na minha mente consigo “ouvir” a sua voz.

E fiz uma descoberta no decorrer da pesquisa e confesso que fiquei um tanto atônita, pois ninguém na família nunca havia comentado, mesmo sempre lembrando sobre situações passadas. Não era possível que Tutu não tenha me relatado sobre isso. Onde foi o salão/pensão e a escola de datilografia, também havia sido uma escolinha para alfabetizar as crianças negras e menos favorecidas da Vila. As histórias que ouvi me permitem dizer o seguinte: “a Vila Santa Cruz foi um lugar de solidariedade e de atitudes políticas”. E a minha afirmação, eu explico por meio das memórias da coletividade.

Você não sabe o que eu fiquei sabendo na época da pandemia! Sabe aquela rotatória onde fizeram uma homenagem pro vô? Eu estava lá e veio o vereador que fez o projeto que

⁵⁸ Iraci sobre as construções do passado.

⁵⁹ Relato de Iraci sobre o prostíbulo existente na Vila.

*homenageou o vô, me disse que ele pagava uma professora para ensinar as crianças na Vila.*⁶⁰

*Você sabia que aqui na esquina era uma escolinha de alfabetização? Eu estudei aqui. A gente descia ali na marginal aquele monte de criança, a gente ficava todo mundo esperando a professora, ela chegava era a maior festa então a gente subia, acompanhava ela. Sabe, seu bisavô não sabia nem ler e nem escrever. Ele só sabia assinar o nome, ninguém sabe disso, porque para ser vereador o pré-requisito é ser alfabetizado. Ele não tinha, mas queria dar essa oportunidade para os outros.*⁶¹

*Os pretinho ia buscar ela lá embaixo na beira do rio, porque a marginal Padre Nelson tinha uma ponte ali embaixo, tipo de uma pinguela, uma ponte. E tudo ali era uma horta do Apoloni. Vendia verdura ali. Então nós criança ia buscar ela lá embaixo, ela vinha a pé, e trazia ela até aqui no Tacilião e quando terminava a molecada, nós molecada, levava ela de volta lá embaixo.*⁶²

*Ah, tinha mesmo, é verdade, eu fiz a educação infantil ali. Onde agora é o Seu Zé [Tapeçaria Princesa Isabel] e onde foi também a Escola de Datilografia. A única diferença é que a porta não era de correr, eram de madeira, duas partes que se abriam para fora. De um lado, as portas de madeira ainda permanecem do jeito que eram. E também tinha uma janela que dava para o corredor, que não tem mais. As carteiras eram de madeira, mas não tinha nenhum suporte embaixo e também tinha a cadeirinha. Eu lembro que eu não faltava e estudava bastante.*⁶³

*Leonette Maria Modé Gorgatti. Era a professora que dava aula de alfabetização para as crianças negras. Octacílio David que pagava.*⁶⁴

⁶⁰ Comentário de Juliana David ao participar das solenidades na rotatória em que há uma homenagem para os negros matonenses.

⁶¹ João Bento, quando realizamos uma entrevista na casa de minha mãe, vizinha dos barracões de onde emanaram as lembranças.

⁶² Comentário de João Bento, num outro momento, sobre a escolinha de alfabetização.

⁶³ Comentário de Cleide, lembrando-se da escolinha de alfabetização da qual também participou a partir da memória de João Bento.

⁶⁴ Informação dada por Paulo Augusto Bernardi.

Leonette, segundo informações, dava aula na E. E. Padre Nelson Antônio Romão e era uma pessoa muito religiosa. Ela foi uma das professoras, pois também citaram Regina Trevizaneli, que morava ao lado de onde é, nos dias de hoje, o Galli Doces. Leonette foi professora de Iraci Regina, no terceiro ano.

*Tirando o bar, essa parte de cá era um salão grande onde tinha baile, onde o vô Tacílio dava pousada pros funcionários, pro pessoal que pagava pensão pra ele, que trabalhava na sacaria e a professora que eu lembro, que dava aula ali, era Regina Trevizaneli. Eu chamo Iraci Regina porque quando a minha mãe estava grávida ela queria que pusesse Regina e meu pai queria Iraci e a Ré [Regina Trevizaneli] dava aula ali. E aí quando eu nasci meu pai pôs Iraci Regina. Regina em homenagem à Regina Trevizaneli. Eles moravam ali onde é a pracinha, o pai dela tinha um armazém, o seu Reinaldo. Eu era bem pequena, mas eu me lembro que a Ré dava aula ali para o pai Tacílio.*⁶⁵

Isto me mostra a preocupação do meu bisavô com as crianças da Vila. Uma preocupação com algo que ele considerava básico e importante para que o sujeito pudesse conseguir algo para um futuro melhor. Assim também tratou a educação dos seus filhos, o que reforça a hipótese. *O seu tio Baiano estudou né? Não é à toa que chegou onde chegou.*⁶⁶

A sua preocupação com a educação faz lembrar Jacques Delors na obra *Educação: um tesouro a descobrir*, em seu texto intitulado *A Educação ou a utopia necessária*, no qual afirma que a “educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir [...]” e, ainda, uma via mais eficaz dentre outros caminhos, que pode auxiliar na diminuição da pobreza, da exclusão social, das opressões, dentre outras coisas (DELORS, 1996, p. 5).

O local nos dias de hoje é uma tapeçaria. Trata-se de algumas das construções que carregam histórias do município, a partir da qual algumas lembranças vêm à tona, confirmando o que diz Nora (1993) ao reforçar que a memória se fundamenta no concreto, nos objetos, nos gestos e nas imagens.

⁶⁵ Sobre a escolinha de alfabetização e a professora Regina Trevizaneli recordada por Iraci.

⁶⁶ Comentário de Sérgio “Sabará” Figueira quando tratamos sobre educação como elemento que poderia transformar a vida do negro, sobretudo em tempos mais remotos.

Meu tio gostava de jogar bola. Quando era adolescente o meu bisavô o levou para uma peneira em Araraquara e a partir daí iniciou uma trajetória como jogador de futebol. Jogou na Ferroviária, no São Paulo e na Seleção Brasileira na década de 1960 junto com o Pelé. Devido a problemas cardíacos encerrou essa etapa e foi os estudos que permitiram a ele ser funcionário público até a aposentadoria.

Tutu me dizia que ia correndo para a escola, tinha que fazer todo o serviço antes, mas não podia faltar e ia correndo. Colocava os cadernos dentro da bolsinha feita com saco de arroz pela sua mãe e ia para o Grupão. Descobriu o seu nome somente quando entrou na escola. Foi batizada como “Orlei”, para combinar com “Odete” da irmã mais velha. Porém, achava que se chamava Maria Aparecida David. Foi na escola que a professora lhe disse que o seu nome era apenas Aparecida David.

Foto 2 - Batistério de Aparecida David (Tutu).

(1) N.º 0736
(2) Filiação A
(2) Nacionalidade dos pais Brasileiro
Sexo feminino
Lugar do bapt. Matriz
Data da 1.ª comm.
Data da confirm.

Aos cinco e cinco de dezembro de mil novecentos e trinta e oito
(4) na Matriz da Paróquia de Tabatinga, Diocese de São Carlos
O Revdo. Padre José Fernandes Almeida baptizou
solemnemente a Orlei Aparecida, filha legítima de Octacílio Dantes e Francisca
a cinco de outubro de mil novecentos e trinta e oito
de Tabatinga, Diocese de São Carlos
ella natural de Mattinga, residente em Tabatinga
(7) casados na igreja de Tabatinga, Diocese de São Carlos
Foram padrinhos José David e Hilda David
O Vigário, Padre José Fernandes Almeida

Aos de de de na paróquia de Diocese de sença do Revdo. de annos de idade, filh. sendo testemunhas (*)

(1) Numero de ordem correspondente ao anno.
(2) Si fôr filho legítimo, nota-se com um L, sendo filho de pais unidos só civilmente, nota-se com um C, e si os pais forem simplesmente amancebados nota-se com um N, e no registro só se lançará o nome da mãe.
(3) Note-se a nacionalidade do pai e da mãe.
(4) Designe-se a matriz, igreja, capella ou bairro onde se fez o baptismo.
(5) Si a creança foi baptizada em casa, risque-se a palavra solemnemente e note-se á (*) — Supprir as cerimoniaes do baptismo, por ter sido baptizada em perigo de vida por fulano..... Si tiver sido exposta risque-se a palavra solemnemente e note-se á margem (*) baptizou condicio por ter sido exposta no dia..... de de em casa de fulano
(6) Designe-se o lugar do nascimento; na Capital, designe-se ainda a rua e numero da
(7) Si os pais foram unidos só civilmente, risque-se — casados na igreja — e escreva-se gem (*) unidos só civilmente a..... de..... de.....

Fonte: Arquivo da Igreja Bom Conselho de Taquaritinga, dados da pesquisa (2023).

Foi registrada em três de janeiro de 1939, mas a sua mãe sempre dizia que havia nascido no dia três de outubro de 1938, data em que sempre comemorava o seu aniversário. No entanto, após o seu falecimento, busquei o seu batistério nas igrejas em Tabatinga e a pessoa da secretaria enviou-me uma página escaneada de folhas amareladas, as quais demonstravam o tempo percorrido, de seu registro de batismo: Orlei Aparecida, batizada em vinte e cinco de dezembro de 1938, os padrinhos foram o seu avô, José David (o pai de Octacílio, ex-escravizado) e a irmã de seu pai, Hilda David⁶⁷. Qual seria a sua data de nascimento? No batistério diz ser cinco de outubro de 1937.

⁶⁷ No documento os nomes não estão escritos corretamente, diz que o pai era Octacílio Dantes e os padrinhos José Danti e Ilda Danti. O documento está no caderno de imagens. No texto mantive os nomes da forma correta.

Naquele tempo o registro não era feito logo que a criança nascia e, deste modo, essa dúvida fica não só para ela. Dizem que era bem possível que o meu bisavô tenha nascido muitos anos antes de 1915. O mesmo pode ter acontecido com José David. E outros tantos. E isso não acontecia somente com as datas, mas também com os nomes.

Meu pai é Antônio Brito Pereira e só eu que sou Iraci Regina Pereira, eu não tenho o Brito. O Brito foi eles que inventaram, porque tinha uns portugueses lá que era Brito, o meu tio e o meu pai foram lá no cartório e lá não precisava falar nada, e eles foram lá e falaram que queriam trocar o nome e puseram Brito. E lá eles faziam assim [Bahia].

Naquela época, para todos era só até o quarto ano, depois tinha um exame para ser admitido para as outras séries. Alba contou que fez o exame de admissão e compartilhou como era o processo:

Quem era bom nem precisava, mas a maioria fazia cursinho ao mesmo tempo em que a quarta série ou depois. Os cursos eram dados por alunos mais velhos, da Escola Normal (hoje Magistério). Se não me engano, eram aulas de matemática e língua portuguesa. Geralmente se formavam 2 turmas masculinas e 2 femininas. Depois, já na terceira e quarta séries, as turmas eram mistas porque saíam muitos alunos e a coisa ia se afunilando por diversos motivos. Também para o Magistério fizemos exame de admissão.⁶⁸

A história da família de Marco Geraldo também se cruza com a intenção da escolarização:

Agora, minha mãe Alzira Furini Geraldo, natural de Dobrada/SP, veio com seus pais Hermelinda Gasparini Furini e Henrique Furini, por volta de 1950 e por coincidência ou forças do destino também fixaram residência na Santa Cruz, só que na Rua Rui Barbosa. Eles vieram de Dobrada para Matão com os filhos Oswaldo, Alzira e Zaira Pinotti, as meninas com a intenção de terminar o curso de magistério. Como nesta vida e nesta existência nada é por acaso, eles se casaram no dia 31/12/1959 e claro, a residência ficou na Avenida Santa Cruz. Da união de meus pais nasceram: Marlene Geraldo, José Domingos Henrique Geraldo (mais conhecido como Furini) e eu Marco Luiz Geraldo. Meus avós tanto paternos quanto

⁶⁸ Relato de Alba sobre o exame de admissão para o quinto ano.

*maternos sempre tiraram o sustento do comércio; meu avô Domingos Geraldo com o mercado, antes denominado “venda” e o meu avô Henrique com a fabricação de paçocas. Desde criança, ou melhor, desde o ventre a minha mãe já trabalhava no comércio com meu pai e junto com meus irmãos: Marlene e “Furini”.*⁶⁹

Tutu passou no exame de admissão, só que em vésperas de ir para a escola caiu de charrete, ficou com o rosto todo machucado e, com vergonha de ir para escola, não retornou mais. Voltando à escola. Como havia um funil depois do quarto ano, a escola pública era muito boa, os professores ganhavam bem, as turmas eram pequenas, mas a condição econômica e cultural fazia uma seleção: escola boa, mas não para todos.⁷⁰

Em minhas classes de quinta a oitava estudaram três colegas negras filhas do senhor Lins, de origem baiana e funcionário do escritório da “Óleos Cambuhy” e que depois se mudaram de Matão e a professora Maria Augusta da Silva, filha do senhor João “Tatuí” Os irmãos dela estudaram com meu irmão. O convívio foi ótimo.

*No ginásio, na minha classe estudavam a filha do prefeito Antonio Artimonte, os filhos dos dois únicos médicos (doutor Salvador de Toledo Galvão e Leônidas Calígula Bastia), garotas e garotos de Dobrada e da Fazenda Boa Vista (chamada Fazenda dos Ingleses), filhos e filhas de comerciantes, sitiantes dos arredores, do celeiro, do dono da padaria, de trabalhador braçal (pai da Cida Mingorance) do dono da escola de datilografia e contabilista (João Tatuí) de operários das fábricas. Aí a cultura familiar também era determinante porque para algumas famílias de origem europeia era importante que filhas e filhos estudassem ainda que com sacrifício. Já para outras, ensinar as prendas domésticas para as meninas era importante. Para você ter ideia, eu e meu irmão fomos os primeiros a fazer curso superior em minha família.*⁷¹

Nota-se a partir das narrativas que o estudo, além das condições econômicas, também era influenciado pela cultura das famílias. Meu tio (filho do meu bisavô) estudou mais foi alfaiate, as demais irmãs, aprenderam o ofício da costura. Os pais dos imigrantes que estavam na cidade queriam dar estudo para os filhos, mas as famílias menos favorecidas precisam

⁶⁹ Marco Geraldo sobre a vinda da família para Matão.

⁷⁰ Comentários de Alba sobre a escola nas décadas de 1950 - 1960.

⁷¹ Lembranças de Alba sobre o Grupão, cujas vivências evidenciam histórias de negros.

deles para ajudar a compor a renda familiar. Alguns dos filhos de meu bisavô não foram além porque não quiseram, no caso da Tutu, pelo incidente, mas um dos irmãos, por exemplo, trabalhou em instituição financeira.

Fiquei tão encantada com a história da bolsa de saco de arroz, porque a Tutu me contava com felicidade o fato de ter uma sacola bem-feitinha para levar os seus materiais, que então pedi para que me confeccionasse uma. Quando a bolsa ficou pronta eu gostei, mas não consegui ir com ela para a escola porque estava envergonhada. Já na década de 1990, eu também era uma criança da Vila que estava estudando em meio às crianças do Centro, de famílias mais abastadas. Não era para eu estar ali, era para estudar na E. E. Padre Nelson Antônio Romão, mas meu irmão mais velho estudava lá e como brigávamos muito meu bisavô não quis me colocar na mesma escola. E lá eu tinha uma amiga, Cristina, de Dobrada, o que me fez relacionar com os discursos do Grupão, onde crianças de Dobrada também vinham para estudar.

E assim, voltando à bolsa de saco de arroz, saí, atravessei a praça, retirei os materiais de dentro dela e dobrei-a. Não contaria para a minha tia o que fiz para que ela não ficasse chateada. A minha ânsia em ter uma bolsinha de saco de arroz havia terminado no primeiro e único dia em que “fui” com ela para a escola. Isto me fez refletir sobre algo: algumas mazelas do passado são amenizadas na lembrança de quem recorda, com saudosismo, o tempo bom da infância.

Na primeira infância frequentei a Escolinha da D. Cata (particular). D. Catarina Gerdes era uma senhorinha descendente de alemães. O primário todos faziam no Grupão (G. E. José Inocêncio da Costa), fossem do Centro, da Vila ou do Bairro Alto [praticamente os únicos bairros existentes na época].

O Ginásio Estadual e a Escola Normal (Magistério) eram também únicos e públicos, mas o acesso já se afunilava. Havia um exame de admissão e as despesas eram maiores. As famílias mais pobres precisavam dos filhos trabalhando com os pais ou aprendendo um ofício e as filhas ajudando na casa ou empregadas como domésticas.⁷²

⁷² Existia a Vila Santa Cruz, o Bairro Alto e o Centro. A cidade era rodeada de pequenas chácaras, sítios e fazendas. Por volta de 1950/1960, vinham estudantes de Dobrada e da Fazenda dos Ingleses. Alba também trata da questão cultural, o que também implicava na continuidade dos estudos.

Observa-se, a partir da fala de Alba, que escolinha de primeira infância era usualmente particular, razão pela qual as crianças negras e de pessoas mais pobres que viviam na Vila frequentavam a “educação infantil” na informalidade, oportunizada pelo meu bisavô.

Quando busco saber se havia algum tipo de preconceito, discriminação ou qualquer ação assim, na escola ou nos mais variados espaços do nosso território, há certa complexidade na análise das relações. *Também, pode ser, não dá para falar se era racismo ou não, não sei.*⁷³

*Então essa trajetória do negro ela é feito de fato histórico que você não consegue acreditar se é racismo, se é segregação ou se é condição social, não dá pra entender porque eles faziam aquilo. E os nossos pais, não querendo que a gente sofresse tudo aquilo falava: se coloque no seu lugar. Qual é o meu lugar?*⁷⁴

O Grupo Escolar de Matão, conhecido como Grupão, atualmente na E. E. José Inocêncio da Costa (nome dado em 15 de janeiro de 1947, no D.O.E. de decreto n. 16.720) começou a ser construído em 1911 (LEITE, 1992). É a instituição escolar mais antiga da cidade.

Minha tia (assim que chamo, mas na verdade é tia da minha mãe) casou-se com um dos filhos do meu bisavô, um casamento inter-racial, pois ela branca e ele pardo, descendente de negro e ela de italianos e poloneses. Dizia-me o seguinte: *na escola eu sofria preconceito, eu sou branca, mas sofria preconceito porque era pobre. Teve um dia que levei de lanche pão com almeirão, as meninas fizeram uma rodinha e me apontaram e riam.*⁷⁵

*A escola pública foi uma bela experiência de cidadania. O acesso era franqueado a todos e havia uma Caixa Escolar de modo que as famílias contribuíssem mensalmente para que uniformes, material escolar e a sopa da merenda fosse doada aos carentes.*⁷⁶ E nas relações entre alunos:

Na parte escolar ele comentava pouco, principalmente sobre aprendizado. Falava que gostava de jogar bolinha de gude o tempo todo e era repreendido pelas professoras porque

⁷³ Comentário de Élio sobre situações na cotidianidade matonense, que não consegue identificar se é ou não racismo.

⁷⁴ João Bento sobre as relações na Matão do passado.

⁷⁵ Arlene, expondo a situação vivenciada no Grupão.

⁷⁶ Relato de Alba sobre a instituição escolar.

as bolinhas caíam no piso de madeira e faziam barulho. Assim, as professoras "tomavam as bolinhas dele". Também que brigava bastante com outros colegas. Sobre racismo nunca comentou nada e nem se lamentava, mas dizia que era chamado de "negrinho da raposa" quando criança na escola. Me contou histórias de ter aberto o supercílio de um menino que hoje é nosso vizinho (senhor) porque teria o chamado assim e ofendido a mãe dele (vó Francisca).⁷⁷

A partir das falas, se observa que existiam manifestações de discriminação e racismo, ou seja, a ação materializada⁷⁸. Mas havia muitas razões: seja pela cor da pele ou pelas condições econômicas. Como um dos entrevistados disse, não dava para compreender a essência dos atos. Minha tia falava com uma paixão muito grande do período escolar. Sentia-se muito feliz por ser alfabetizada e como dizia, muito bem alfabetizada, e que os anos de estudos que fazemos hoje nem chegam perto daqueles quatro anos, naquelas décadas de 1940 e 1950.

Tutu também dizia que era chamada de negrinha da raposa. Assim como Maria Aparecida Sbrissa, a Didinha, amiga de nossa família. Ela dizia que “[...] quando era pequena e estudava no Centro, algumas pessoas de lá me chamavam de Neginha da Vila Raposa”.⁷⁹ Segundo ela, a expressão era para designar não somente o morador desse território em

⁷⁷ Juliana sobre as vivências do pai no Grupão.

⁷⁸ O preconceito é definido como uma opinião superficial que não tem fundamento em experiências reais ou na razão, mas é impulsionado pela ignorância ou estereótipos. O resultado do preconceito pode desencadear situações de racismo ou discriminação em relação a determinado grupo. O racismo é caracterizado pela crença na superioridade de uma "raça" sobre as outras. Motivado por antipatia e ódio em relação a pessoas com características diferentes, como cor de pele, costumes, tradições e idioma, podendo resultar em atos discriminatórios e os impactos ultrapassam o âmbito individual, frequentemente resultando em efeitos adversos como escravidão, guerras e xenofobia. A discriminação é o tratamento injusto ou negativo com base na pertença a um determinado grupo, seja étnico, etário ou de gênero. Agindo como a manifestação prática do preconceito ou do racismo, a discriminação pode se desdobrar em ações que levam à rejeição, exclusão e até mesmo a práticas prejudiciais como o *bullying*, segregação e exclusão social. Quanto à ação legal no Brasil, a discriminação e o racismo podem ser levados à justiça de acordo com a Lei 7.716/89, enquanto o preconceito, por não representar uma ação concreta, não possui base legal para tal. Conceitos descritos a partir da síntese de Juliana Bezerra sobre os termos preconceito, racismo e discriminação observados em <https://www.significados.com.br/preconceito-racismo-e-discriminacao/>. Acessado em 23 out. 2023.

Ainda, em conformidade com a Lei 14.532/2023, tipifica-se como crime de racismo a injúria racial. O racismo no Brasil é crime inafiançável e imprescritível segundo a Constituição, na medida em quem comete o ato racista pode ser condenado mesmo anos após o crime. Com a Lei 14.532, que incluiu injúria racial na Lei de Crimes Raciais, a punição é mais severa a quem tenta discriminar os negros. Lei disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acessado em 01 jan. 2024.

⁷⁹ Didinha Sbrissa fez esse relato em entrevista ao Jornal A Comarca em 30 de setembro de 2016, conforme o Anexo H.

específico, mas a classe negra e pobre. E quantos não foram chamados assim: Edena, Marlene...⁸⁰

Quando voltamo-nos para a história oficial, não que ela seja menos importante, pois todas as histórias importam, temos uma única faceta descrita:

Naqueles tempos as aulas terminavam ao meio dia. Às 10 horas havia recreio. Comia-se um bom lanche-pão com banana, pão com queijo, com requeijão ou com linguiça... Estas coisas, naqueles tempos, havia com fartura e baratíssimas. Chegando em casa, pouco almoçava-se. Depois alguns serviços ou recados para os nossos pais e o resto do dia desocupado. Este regime, naquele tempo parecia, era igual para todos os meninos. E daí, o programa: pescar, caçar passarinhos com gaiola ou estilingue, armar arapuca, tomar banho no rio, jogar futebol com bola de pano... (LEITE, 1992, p. 109).

Realizando essa leitura, como já mencionei, somos envolvidos pela imaginação e cada um o faz a seu modo: a narrativa parece-me descrever o paraíso. Algumas dificuldades relacionadas em especial às vulnerabilidades econômicas, não são relatadas. Reafirmo: não que estas histórias não sejam importantes, mas elas já ganharam centenas de páginas escritas da nossa história. As vivências da classe marginalizada, conhecemos somente a partir da oralidade. *Hoje eu posso te dizer o seguinte, nós aqui somos todos, todos sobreviventes da miséria.*⁸¹

O meu bisavô sempre prezou pela educação. Num determinado dia, eu estava no que chamamos hoje de Ensino Fundamental Ciclo II, e fui debaixo de chuva para a escola, não era qualquer chuva, mas daquelas que formam enxurradas. Eu estava de guarda-chuva e com uma capa azul, que me protegia todo o corpo e os sapatos. Assim, saía da Vila e ia caminhando até ao E. E. Prof. Henrique Morato. Quando terminei o oitavo ano eu tinha a opção de ir para o CEFAM (Centro Específico de Aperfeiçoamento do Magistério) ou continuar os estudos no E. E. Prof. Henrique Morato. Eu havia passado no processo seletivo para o Magistério, minha redação teve a terceira melhor nota, mas eu queria continuar na mesma escola, por causa dos amigos. Na ocasião, sentei em frente à autoescola e disse que só ia sorrir novamente, quando o curso (Magistério) terminasse. Tutu nem se importou com a minha opinião contrária. E fui, e foi a melhor opção que eu poderia ter tomado.

Tutu nunca faltou nas minhas reuniões e como não dirigia ia a pé, mesmo que fosse longe. De um dia não me esqueço: chegou para a reunião de pais com uma blusa de linha na

⁸⁰ Filhas de Octacílio, que sempre comentaram a referência.

⁸¹ Considerações de João Bento sobre a infância na Vila.

cor verde bandeira, unhas bem-feitas e cuidadas na cor vermelha e uma trança que acabara de fazer, com o cabelo, naquele momento, impecável.

Foi justamente a educação que separou a minha mãe da casa de seus avós na adolescência. Como ela não queria mais estudar, a vivência na casa deles ficou prejudicada. Minha tia Tutu sempre dizia: eu não posso te deixar nada, mas posso te dar o estudo. Isso ninguém vai tirar de você. E a educação era vista como elemento importante para mudar uma realidade social:

*E estamos aqui até hoje, né? Lutando, conseguimos. A maior parte dos meus primos hoje são todos universitários. Saímos numa condição de escravo para sermos universitários. Então foi um salto bem grande. E meus pais sempre priorizaram pra mim, pra minha irmã, pro meu irmão, o estudo dizendo: Você tem que estudar para você mandar. Se você não estudar, você vai mandar em quem? Então a gente segue essa cartilha.*⁸²

Quando os meus pais se separaram, eu tinha apenas cinco anos. No entanto, como minha mãe já vivia pela Vila e trabalhava no empreendimento da família, eu ficava o tempo todo nesse espaço. Deste modo, na separação e pelos caminhos tomados pelos meus pais, Octacílio e Francisca decidiram ficar com a minha guarda⁸³, e eu passei a morar com os meus bisavós aos cinco anos de idade e eles, nascidos em 1915, já estavam com setenta e três.

Uma vez recebemos a visita da Dona Lina, prima do meu bisavô que morava na cidade de Americana e que sempre vinha nos visitar. Mas nesta ocasião, lembro-me de um acontecimento em específico. Naquele dia, conforme os recônditos da minha memória chegou a hora do jantar e tinha arroz, feijão, bife acebolado, salada de alface e refrigerante. Pode até ser que o cardápio não seja exatamente esse, mas nunca saiu da minha mente que tenha acontecido desta maneira, e nunca senti a necessidade de que alguém me confirmasse o evento, como em outras vezes.

Vejo a cena pelo lado de fora da cozinha, à porta, como expectadora dos próprios fatos que vivi, com uma luz amarelada, a parede cinza e a mesa de madeira rodeada pelas visitas. A lembrança é uma mistura das cores cinza da parede da cozinha em tinta a óleo, iluminada

⁸² Sérgio Luiz sobre a contribuição do ensino formal na vida do negro, reforçada pelos antepassados.

⁸³ O termo "guarda" se trata da responsabilidade legal de cuidar e tomar decisões em relação a uma criança. A guarda pode ser atribuída a um ou ambos os pais, ou a outra pessoa, como um membro da família ou um guardião legal, dependendo das circunstâncias.

levemente pela luz amarela incapaz de dar maior visibilidade à minha lembrança. Naquele dia eu fiquei muito feliz. Nós iríamos jantar!

O fato de estar feliz não é por ter passado alguma dificuldade. Na verdade, eu tinha tudo o que precisava. As dispensas do meu bisavô eram sempre cheias, havia muita fartura. Esta dispensa hoje é o meu armário de cozinha: eles haviam ganhado de casamento, se trata de uma peça com mais de oitenta anos. A minha bisavó o chamava de “guarda-comida”, de madeira bem escura e com odor característico da própria madeira.⁸⁴

Esta lembrança não é por acaso. Ela me esclarece alguns pontos da minha infância: eu era uma criança sob os cuidados de velhos. A nossa “janta” era um chá preto com pão, antes das seis horas da tarde. Certamente, para uma criança, esta refeição não era o suficiente. Por esta razão, fiquei muito feliz com aquela visita, pois a partir dela foi feito um jantar. Este fato marcou a minha infância e deixa claro para mim a cotidianidade marcada pela rotina dos mais velhos e nem sempre a partir das minhas necessidades enquanto criança.

Algumas coisas nos influenciam na vida. Nunca tive o hábito de jantar. Depois que fiz a graduação, me lembro de que levava para a casa biscoitos de polvilho e achocolatado para o “jantar” de nós três. Neste tempo éramos apenas a bisa, Tutu e eu⁸⁵. E quando me casei preparar esta segunda refeição era algo estranho e até hoje não tenho esse hábito.

O nosso quintal na Vila Santa Cruz era muito grande. No fundo havia (e ainda há) duas jabuticabeiras certamente próximas dos cem anos. Minha mãe brincava embaixo dela quando criança. Como já mencionei, os barracões (do bar, da escolinha) já existiam quando os bisavós chegaram aqui em 1942. Vale lembrar que a casa onde eles moravam, grande parte dela também era centenária (alguns cômodos foram construídos depois).

*Quando eu tinha os meus oito anos, a casa do meu avô dava de fundo da casa da minha mãe, da minha finada mãe, né. Eu lembro que eu era pequena e eu subia na jabuticabeira e ficava esperando minhas irmãs passarem embaixo dela. Uma vez a Cleonice passou, já era noite e eu pulei. Ela levou o maior susto.*⁸⁶

⁸⁴ Foto do guarda-comida no caderno de imagens.

⁸⁵ Nesta época meu irmão mais velho e a sua filha moravam conosco, mas os hábitos deles eram diferentes. Meu irmão fazia o seu jantar, mas apenas para os dois, pois essa refeição não fazia parte da nossa rotina.

⁸⁶ Cleide, lembrando-se da infância na Vila, na casa dos avós.

Tutu quando era pequena dizia que as árvores já estavam ali. Eu e meus primos temos inúmeras lembranças neste espaço: *vamos brincar debaixo da jabuticabeira?*⁸⁷ O quintal, as jabuticabeiras, a praça, o derredor, são uns dos nossos lugares de memória. Uma lembrança pessoal associada a um lugar específico na cidade pode, de fato, ser considerada um lugar de memória. Nora (1993) define lugares de memória como locais físicos nos quais a memória coletiva é materializada e preservada. Essa abordagem vai além da simples lembrança individual e explora como as memórias individuais se entrelaçam com a memória coletiva de uma comunidade.

Porém, se alguns lugares têm significado não apenas para um único sujeito, mas também para outras pessoas na comunidade, se torna um ponto de conexão e preservação da memória compartilhada. *Falar da Vila Santa Cruz é ficar com olhos cheios de lágrimas, com o coração apertado e parece que se passa um filme lindo, é remexer e mexer num baú carregado de grandes histórias, grandes momentos, infinitas memórias e ilustres pessoas.*⁸⁸

Os lugares de memória podem variar em escala e forma, desde espaços públicos, edifícios históricos, praças, até mesmo lugares mais pessoais e específicos para determinados grupos. O que é relevante é a carga simbólica e histórica que transcende a experiência individual, contribuindo para a construção e preservação da identidade coletiva.

Não é à toa que existe uma luta para recuperar o espaço onde foi o Clube Henrique Dias no passado, para construir algo para uma memória de negros na cidade. *Não faz sentido que seja em outro lugar.*⁸⁹

Deste modo, até mesmo o quintal e as jabuticabeiras podem ser considerados lugares de memória. Havia uma transição de pessoas entre esse quintal e a casa que fazia fundo onde se costuravam as fantasias de carnaval, havia o barracão de madeira que guardava os instrumentos que seriam utilizados nos desfiles de Escolas de Samba e que também armazenava os arcos que davam volume à vestimenta das baianas.⁹⁰

Deste modo, negros e não negros que participavam da Escola de Samba Unidos da Vila Santa Cruz e transitavam frequentemente por este local, principalmente à noite,

⁸⁷ Frase recorrente entre as crianças no passado.

⁸⁸ Saudosismo de Marco Geraldo, ao tratar da Vila se sua infância.

⁸⁹ Fala de Paulo Augusto Bernardi, ao tratar sobre a importância do espaço para a comunidade negra matonense.

⁹⁰ A peça redonda utilizada para deixar a saia ou a roupa mais rodada, especialmente em fantasias de carnaval, é chamada de "anágua" ou "saia de armação". Trata-se de estrutura que pode ser feita de arame ou tecido mais firme e é usada por baixo da saia ou vestido para dar volume e forma. Em algumas regiões ou contextos, também pode ser chamada de "armação", "roda" ou "arco de saia". Essa peça é comumente usada para criar um efeito mais exuberante e festivo nas roupas de carnaval, adicionando volume e movimento, especialmente nas fantasias das "baianas".

certamente devido ao trabalho. Além deste período do dia, ficava ainda mais escurecido pela presença das jabuticabeiras que impedia a penetração da tênue claridade da lua. E nem por isso deixaria de ter movimento.

*A minha mãe comprava os tecidos em Americana já no meio do ano, para o carnaval que seria só o ano que vem. A prefeitura ajudava com algum dinheiro, mas o vô e a minha mãe tirava muito dinheiro do bolso. As fantasias eram todas costuradas na casa dela. Entre a casa da minha mãe e a do meu avô havia um portão, sempre aberto. As casas davam de fundo. Em época de carnaval era o maior movimento nesse quintal, muita gente, tudo passava por ali. A avó Octacílio foi o primeiro a fazer roupas para os homossexuais. Ele fazia a roupa do jeito que eles queriam e eles vinham aqui para experimentar.*⁹¹

*Eu morei na Vila Santa Cruz desde criança e desde criança eu morava com os meus avós maternos os quais eu chamava de pai e mãe a casa onde eu morava fazia fundo com a casa de meus bisavós [Octacílio e Francisca] e tinha fácil acesso entre as casas, a casa dos meus bisavós era uma casa grande com um grande quintal. Neste quintal tinha duas jabuticabeiras onde costumávamos brincar com os primos e amigos. Pelo que se sabe é uma jabuticabeira muito antiga. Minha bisavó Francisca da Cruz tinha uma horta muito grande no quintal onde ela plantava mandiocas e algumas verduras.*⁹²

No quintal tinha o barracão de madeira que armazenava os objetos do carnaval, como mencionei: eu abria escondida a porta, entrava no recinto empoeirado e observava vários instrumentos, bumbos, tambores e pandeiros. Sobraram também algumas fantasias de “baiana” e todos os tipos de lantejoulas. Participei de um desfile de carnaval quando pequena, na Unidos da Vila Santa Cruz.

[...] o meu bisavô Otacílio David gostava muito de carnaval me lembro que até 1990 eles não tinham perdido nenhum carnaval e em todos que participaram foram campeões. Quando eu era criança eu participei de um bloco da escola de samba eu tinha mais ou menos de sete a oito anos de idade e a minha fantasia era ou o arco-íris. No mesmo carro alegórico

⁹¹ Sobre os preparativos para o carnaval a partir das vivências de Cleide.

⁹² Márcio Sabino sobre o quintal dos avós, como lugar de memória.

*em que eu estava também estava minha tia como lua, meu tio como sol e minha prima como estrela. Minha irmã, Michele, também era um arco-íris.*⁹³

Falar de Escola de Samba na Vila é falar de um dos primeiros movimentos de união, lazer, solidariedade e “território livre”.

Aqui em Matão não tinha Escola de Samba, aí então eles montaram o Henrique Dias e os negrão ia tudo para lá e ficavam batendo na lata, porque naquele tempo tinha lata de óleo, aquelas lata de 20 litros, e aí que aconteceu? O Orlando Scutti⁹⁴ era dono da Central Citrus que era uma fábrica de suco que tinha ali na Boa Vista, e ele vinha ali com o Perim Baldan⁹⁵ e ficava ali no meio dos negros, e ele era rico, era dono da fábrica.

Ele comprou todos os instrumentos e deu, e quem foi o intermediário pra pegar os instrumentos foi o Tacilão, aí eles foram pra sair no carnaval. Todo mundo de palheta na cabeça e com calça preta e camisa branca, mas num tinha nada pra por no pé. Então muitos negros foram com o pé no chão e eles cantava assim:

*Chegou general da banda eeê, chegou general da banda ea.
Morô, morô, balança, mas não cai.*

E eles desciam tudo de palheta na cabeça, o teu bisavô, ele começou a tomar conta e ele levava umas mulheres, umas senhoras para dançar, e ele pedia pra elas e pedia para o povo bater palma pras mulheres. Eu me lembro muito bem disso, eles deram os instrumentos para o Luiz Carlos de Paula, o Bié, e através do Bié e Roberto Beijo e do Pacau (Sebastião Bento) que é meu irmão, tinha mais gente, tinha mais gente.

Eles foram atrás do Orlando Scutti e o Orlando Scutti deu todos os instrumentos e não teve grande participação do Tacilão não, o Tacilão já pegou tudo pronto. Eles ganharam

⁹³ Recordações de Márcio Sabino sobre os carnavais na Vila.

⁹⁴ Membro de uma das famílias mais antigas de Matão, Orlando José Scutti destacou-se como empreendedor de grande relevância, demonstrando um profundo envolvimento com a região. Sua atuação incluiu a posição de um dos proprietários da Central Citrus, uma indústria voltada para a exportação de suco concentrado. Nascido em 30 de dezembro de 1923, Orlando José Scutti era filho de Julio Scutti, que emprestou seu nome ao final de uma das vias na cidade, e de Dona Benta Maria Ragazzi. Seu nascimento ocorreu no sítio São Salvador, propriedade da Seção Tamanduá da Companhia Agrícola Fazendas Paulistas, uma empresa associada à Companhia Inglesa. Orlando também foi presidente do Clube Henrique Dias. Informações extraídas da Revista Kappa, edição 17, n. 10, disponível em http://www.revistakappa.com.br/edicoes/matao/edicao_17/files/revista%20kappa.pdf.

⁹⁵ Como chamavam Piero Baldan, que na família era chamado de Pierin.

todos os instrumentos para a escola de samba do Henrique Dias, então o Orlando Scutti é de uma importância, presta a atenção nisso, ele teve uma importância porque ele tinha dinheiro.

A gente precisa entender uma coisa, a Vila Santa Cruz era um território livre, existia segregação da Vila pra cidade entendeu? Muitos brancos não gostava de negros. Mas a Vila não, a Vila foi um território totalmente livre ao ponto que o avô do Paulo Bernardi⁹⁶ era frequentador assíduo da Vila.⁹⁷

Sérgio “Sabará” Figueira aponta que Orlando Scutti tinha visão social e uma grande ligação com a comunidade negra. Para ele, isso se dava ao fato de ter morado na Fazenda Boa Vista que, como veremos adiante, era um local onde todos eram trabalhadores e independentemente da cor, eram todos considerados funcionários da empresa e não havia segregação entre eles. Deste modo, Scutti tinha muitos amigos negros e conhecia as necessidades do bairro, fazendo a doação dos instrumentos.⁹⁸

O que se observa é que todos eram bem recebidos nas festividades realizadas na Vila. Ainda, havia grande ajuda de empresários matonenses para que a escola de samba pudesse se organizar. Como Alba tinha o mesmo sobrenome, perguntei a ela sobre o “Perim Baldan”, comentado nas memórias que escutei. Disse-me que era seu tio. Compartilhei com ela a informação de que ele gostava muito de estar na Vila Santa Cruz junto do “povo” e ela reforçou uma característica dessa personagem tão presente nas histórias *de negros* e nas narrativas sobre a Vila: *Tio Pierin era assim mesmo! Ele deve ter sido padrinho da maioria dos casamentos dos operários da fábrica da Baldan, porque ele se irmanava realmente com eles [...] tinha um número incontável de afilhados de Crisma de todos os bairros da cidade.*⁹⁹

E ele [Octacílio] mostrou muito espetáculo, vários espetáculos. Eu acompanhei vários anos a escola de samba da Vila Santa Cruz, principalmente quando era aqui [na praça da Vila, ponto de chegada]. O desfile da escola era aqui na Rua Central. Ali na frente, na praça do Centro. Descia do lado, quase que em frente ao hospital, ali na ETEC, entrava ali na João Pessoa, sentido contrário. E aí já vinha para cá, pra Vila. Terminava a apresentação algumas vezes podia voltar, mas a grande parte, né, vinha aqui [Praça da Vila, Laurentino

⁹⁶ Vereador na cidade em 2023, autor do projeto da rotatória com homenagem para os negros, descendente de pessoas não negras, frequentadoras da Vila Santa Cruz.

⁹⁷ João Bento expondo informações importantes sobre o carnaval na Vila, o que evidencia a participação daqueles que outrora eram chamados de “simpatizantes” ou “patrícios”, conforme será visto no Capítulo 3.

⁹⁸ Comentário de Sérgio “Sabará” Figueira em reportagem no Jornal A Comarca, conforme anexo H.

⁹⁹ Alba, sobre o tio Piero Baldan.

*Gabriel]. E o que ele inovou com os carros alegóricos? Ele trouxe coisas tão maravilhosas assim que todo mundo ficou boquiaberto. Ele chegou, aquela escola bonita, cor, pena colorida, instrumento novo, tudo novo. Na época não tinha. E ele começou toda essa transformação aqui na região também. É um homem de visão, né? Aí todo mundo vai acompanhando...*¹⁰⁰

Foto 3 - Octacílio David no carnaval de Matão.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Na infância os meses que antecedem fevereiro eram regados às batucadas na praça. E também se ouviam batucadas na praça do 4º Centenário. Era todo um movimento para os desfiles da Escola de Samba. Cleide compôs uma marchinha para que a escola de seu avô fosse para a avenida:

*A Vila desceu o morro pra sambar, sambar até cair no chão,
Viva o samba, viva o samba, viva o samba!
O Carnaval é a alegria de Matão.*

*Toca a minha cúica, responde o meu tamborim,
Manda o recado pra ela, deixa o resto pra mim,*

¹⁰⁰ Sérgio Luiz mencionado algumas características marcantes do carnaval na Vila e o seu pioneirismo.

*Laia laia laia,
laia laia laia laia.*

E muitos brancos estavam ali no nosso meio. Podia participar branco, negro. *Era tudo misturado*¹⁰¹. Refletir sobre o samba implica reconhecer que ele transcende a mera expressão musical e cultural, ou um espaço destinado ao lazer e à festividade. A Praça da Vila, quando falamos em lugares de memória, é para comunidade negra um local que, ao estarmos reunidos, toda a calma e o som dos ventos que batem nas folhas das árvores, evocam a lembrança da coletividade: *Não era parado assim. Era lugar de movimento, de gente de todos os bairros. Vinha gente participar e outros só para assistir os ensaios da Escola de Samba.*¹⁰²

Quando Cleide faz a afirmação de que “não era parado assim”, nesse momento vem descendo com a sua bengala, nos seus já oitenta anos, o senhor Julio Mendes, conhecido como Belo, ou Barbeiro, da Barbearia existente na Vila, desde 1964. Belo tocava nos bailes do Henrique Dias e em toda a movimentação na praça, nos ensaios de Escola de Samba do passado, a sua presença era certa. Tinha um talento muito bonito, excelente músico.

O samba se configura como um cenário com estéticas e particularidades únicas, sendo igualmente influenciado pelas dinâmicas de poder presentes na sociedade brasileira, evidenciadas ao longo de nossa história. Suas composições serviram tanto como instrumentos de propagação do racismo, enquanto veículo de denúncia, revelando o cotidiano de uma população frequentemente, relegada à margem do sistema, alheia aos padrões convencionais e desprovida de outras formas de identificação e pertencimento à sociedade e à nação. Discutir o samba vai além da associação exclusiva aos negros. Observa-se, por vezes de maneira sutil, uma tensão racial relacionada à inclusão de brancos (SILVA, 2016).

Conforme Souza (2007) alguns instrumentos, além de serem centrais nos cultos religiosos africanos e na música de influência africana, tem o tambor como instrumento mais utilizado. Além dele, se observam o agogô, o berimbau, o reco-reco, a viola, entre outros. São utilizados em diversas festividades como nos sambas de umbigada e de roda.

Sodré (1998) aborda a relação do samba com os escravizados africanos de maneira profunda e significativa em sua obra “Samba, o dono do corpo”. O autor contextualiza a origem do samba como uma expressão cultural que emergiu da diáspora africana e da experiência dos escravizados no Brasil. Mostra a relevância das tradições musicais trazidas da

¹⁰¹ João Bento sobre as presenças múltiplas na Vila.

¹⁰² Cleide sobre a Vila do passado, durante conversa na área da casa, em frente à praça, lugar de memória.

África e como essas influências se mesclaram com elementos culturais locais, resultando na formação do samba. Existe também uma conexão do samba com as práticas religiosas dos escravizados, evidenciando como ritmos, danças e cantos ancestrais foram preservados e adaptados no contexto da escravização. As influências das tradições religiosas de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, na formação e na expressão do samba, ressaltam a importância dessas raízes espirituais na configuração do gênero musical.

A função social do samba como uma forma de resistência e celebração da identidade negra reflete as experiências, as lutas e as alegrias do povo descendente dos escravizados africanos no Brasil. Para Sodré (1998) o samba transmite narrativas históricas e expressa as vivências e os sentimentos dos escravizados e de seus descendentes, tornando-se um veículo de preservação cultural e de afirmação da herança africana na sociedade brasileira. Portanto, há uma relação do samba com os escravizados africanos, o qual tem a sua relevância como uma manifestação cultural que incorpora e perpetua as tradições e a memória da diáspora africana no Brasil.

O autor analisa a evolução do samba no Rio de Janeiro, desde suas origens nas festas populares e nos terreiros de candomblé, até sua consolidação como um gênero musical nacionalmente reconhecido. Embora se dedique em grande parte na discussão da relação do samba com o Brasil e com o Rio de Janeiro, também menciona o estado de São Paulo em alguns momentos, destacando a importância deste estado como um centro urbano e cultural que abrigou uma grande população de migrantes, incluindo muitos negros e mestiços que trouxeram as suas tradições musicais e culturais.

A presença do samba em São Paulo se dá especialmente nas comunidades negras e nas periferias da cidade, existindo também uma relação do samba com a indústria cultural e com os meios de comunicação de massa em São Paulo, destacando como o gênero musical foi apropriado e transformado pela mídia, tornando-se um produto cultural de grande alcance e popularidade (SODRÉ, 1998).

Quando pequena, em algumas ocasiões, ficava sozinha sentada embaixo das jabuticabeiras, lendo alguns livros que não eram para a minha idade. Recordo de um de ciências que falava sobre o Bicho-barbeiro. Reproduzi o inseto e fiz um resumo do texto. Quando escolhi o curso de Ciências Sociais, penso sobre quem sou e como fui me constituindo enquanto sujeito. Para mim, existem algumas evidências: folheava “Forças Vivas

da Nação”¹⁰³ e o livro do “Vidigal Bueno”¹⁰⁴. Talvez seja um pouco do viés político que tenha influenciado as minhas escolhas e gostos.

Na nossa sala, num dado dia, com a porta aberta de vista para a praça, meu bisavô sentado junto com a minha mãe recortava quadradinhos de cartolina colorida, dessas convencionais que ainda temos hoje e eu, sentada no chão, carimbando. Eram os “santinhos” que seriam utilizados na campanha eleitoral de vereador de Octacílio, que sairíamos para distribuir depois. Meu bisavô foi vereador de 1977 a 1983. Da segunda vez que se candidatou, não havia vencido as eleições, pois ele havia mudado de partido político (era arenista e foi para o MDB)¹⁰⁵ e esta alteração não foi bem aceita pelo seu eleitorado. Esta lembrança é tão minha, que no decorrer da minha pesquisa me senti surpreendida pelos dizeres de Pollak (1992, p. 2):

Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Naquele momento histórico, ser arenista significava ser conservador e o outro partido (MDB) era formado pela oposição ao governo, com representantes da esquerda, do antigo PTB e de uma ala mais progressista do PSD.¹⁰⁶ Meu bisavô era, portanto, um negro conservador e que estava de acordo com o governo vigente. As razões da sua mudança de partido não me foram comentadas pela família.

¹⁰³ Forças Vivas da Nação é um livro de 1979 da época em que João Baptista de Oliveira Figueiredo era Presidente da República. No livro estão os políticos deste momento: ministérios, senadores eleitos pelo Estado de São Paulo, Governo do Estado, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores nas cidades que formam o Estado de São Paulo. Evidenciam as cidades, zonas, seções, eleitores e resultados das eleições de 1976 para início do mandato em 1977. Em Matão, neste momento, havia 11.387 eleitores, compareceram para votar 10.560. Meu bisavô, arenista, sendo o seu partido nestas eleições representando um total de 38,84% dos votos.

¹⁰⁴ Faço referência ao livro “Bancos e finanças: aspectos da política financeira brasileira”, de Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, impresso por Raízes Artes Gráficas Ltda. Num total de vinte mil exemplares, na primavera de 1981. No texto, apresentei o nome conforme as minhas recordações. O livro também faz parte da minha biblioteca pessoal.

¹⁰⁵ Durante a ditadura militar (1964-1985), existiam, de 1966 a 1979, de forma oficial apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sustentação do regime militar, e o MDB, oposto ao regime instituído.

¹⁰⁶ Informações extraídas da Câmara dos Deputados, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/90158- apenas-dois-partidos-no-regime-militar/>.

Octacílio e o ex-prefeito matonense Jayme Gimenez eram muitos amigos. Gimenez era do MDB. Inclusive, sempre notei uma foto deles na qual Gimenez usava uma camisa com os dizeres “Diretas Já”¹⁰⁷. A partir de tudo que aprendi sobre política na graduação, sempre tive a sensação de que um regime se instaura (está em alta), no decorrer do tempo vai perdendo forças e chega num momento em que é necessária uma renovação. Trata-se de um movimento cíclico. Teria deste modo, o regime militar perdido as suas forças e se fazia necessário algo novo, o que faria até mesmo um conservador mudar a sua opinião.

Voltando às cartolinas, contando sobre o fato para a minha mãe, ela me disse que esta memória era impossível, pois eu havia acabado de nascer. Então perguntei das cartolinas coloridas e do carimbo, e também se os santinhos eram assim. Ela me contou que o meu bisavô fazia os santinhos na gráfica, em preto e branco, mas naquela época era de costume levar uma cola com os números e era essa a função das cartolinas carimbadas. Na verdade, o fato me foi contado, e a menina que está no chão e auxilia carimbando, sou eu me apropriando de um acontecimento “vivido por tabela”. Era uma memória herdada, no sofá estavam os verdadeiros protagonistas.

Aproveitei para perguntar se eu conheci a minha tataravó. Tenho uma imagem na minha mente de uma senhora de cabelos curtos e avermelhados, de andador, acompanhada de uma moça, na porta da nossa cozinha. Minha mãe disse que a mãe do meu bisavô veio da Bahia para visitá-lo quando ele fez uma cirurgia do coração. Esta era, efetivamente, uma lembrança minha.

Uma jovem era obcecada por uma lembrança tão remota que ela não conseguia localizar, e que lhe parecia oriunda de uma vida anterior, recebeu de minha parte um auxílio inesperado quando lhe disse: “Eugênia, esse cachorro de pedra que aparece em seus sonhos no meio da folhagem, orelhas caídas e longas como as de um cão de caça, que deita água pela boca, existe sim, porque ele faz parte também das recordações de minha infância”. Está situado numa alameda do Parque Siqueira Campos... (BOSI, 2004, p. 406).

A trajetória política do meu bisavô começou muito tempo antes, logo na sua chegada em Matão, com as ruas de terra e a cidade iluminada pelos lampiões. Alba, ao falar de/sobre

¹⁰⁷ Movimento político que tinha por objetivo a retomada das eleições diretas para a presidência da República no Brasil.

nós, certo dia me mandou uma mensagem, sem eu tê-la chamado antes, como sempre fazia na ânsia de me aprofundar em suas narrativas:

*Meu marido, Fermino Fechio Filho, que trabalhou com movimentos populares, comunidades eclesiais de base, loteamentos clandestinos, direitos humanos (entre outras coisas) faz questão que eu lhe reafirme que o sr. Octacílio foi a primeira e incontestada liderança popular surgida na cidade. Ninguém antes dele. Era uma autoridade sem cargo oficial!*¹⁰⁸

E meu bisavô sempre era consultado para todas as situações, dizem, ainda, que os moradores tinham muito medo e respeito por ele: *Senhor Octacílio, eu quero separar, o que o senhor acha? Então se a moça era bonita, ele dizia: larrrga, larrrga. Mas, se era feia: casou, faz vida*¹⁰⁹. Quando falamos dele, muitos comentam isso, acentuando sempre o sotaque baiano.

*Conheci muito bem seu bisavô, uma espécie de delegado honorário da Vila. Recorriam a ele para resolver problemas. Estudei no Grupo com a Marlene e a Edena David. E o Baiano (Carmo David) quem não conheceu? [...] Conheci a raia onde eram disputadas as corridas de cavalo, ia às procissões noturnas à luz de velas e com muita cantoria. Meus bisavós e meus avós moravam numa chácara na Vila. Passava-se pelo riacho que ficou debaixo da av. P. Nelson para chegar lá. Tenho 80 anos e boa memória.*¹¹⁰

E assim, da mesma forma que eu folheava livros, também folheava os álbuns de fotografia da família. As fotos mostravam situações relevantes da cidade, a casa sempre cheia de políticos, o Clube Henrique Dias e as escolas de samba. Na nossa área havia faixas com propaganda política, a Autoescola era lugar de recepção dos mais diversos candidatos, inclusive de figura importante que, na ocasião, venceu as eleições para o Governo do Estado de São Paulo.

Na porta da cozinha, embaixo de uma árvore onde ficava o nosso banco de jardim, muitas personagens antes de eu nascer: políticos, figuras influentes na sociedade.

¹⁰⁸ Alba, reforçando informações sobre Octacílio David a partir de seu esposo.

¹⁰⁹ Falas de Octacílio conforme Cleide.

¹¹⁰ Alba, sobre Octacílio David.

*E só não fez mais porque também seguraram o Tacilião até onde puderam. Construiu a escola de samba, fez Henrique Dias, virou empresário, virou vereador, virou um senhor respeitado. Exatamente. É esse o legado do Octacílio.*¹¹¹

Por estas razões recebeu o título de Cidadão Matonense em 1995, já que sua origem era Jacaraci (BA), em reconhecimento pelo que fez pela cidade e o prêmio Zumbi do Jornal Espaço 10 em 1999 em “reconhecimento à ação afirmativa, ao trabalho, luta e sucesso que ultrapassaram seus limites em benefício da participação e desenvolvimento da comunidade afro-brasileira matonense”.¹¹²

Num determinado dia, meu bisavô havia me buscado na escola como de costume. Não lembro ao certo por qual razão não nos falamos no caminho e eu não havia puxado a conversa. Tutu me contou que ele havia ficado chateado e naquele mesmo dia nos sentamos na sala. Ele assistia à televisão. Eu não sabia por onde quebrar o silêncio, então eu pedi para que me ensinasse às horas.

No relógio quadrado de cor creme (certamente era branco, mas ficou com essa cor pelo tempo), de pontas arredondadas, que hoje fica na cozinha da minha mãe, ele me ensinou pacientemente. Aprendi as horas naquela ocasião. Depois disso, pegamos umas bexigas, eu sentada no sofá pequeno do lado da janela e ele no sofá maior do outro lado. E ficamos, assim, um jogando a bexiga para o outro.

Nessa época era comum o hábito de colocar cadeiras na calçada. Nossa área tinha quatro cadeiras de metal, com estofamento vermelho, que no final do dia o meu bisavô levava para a calçada e até um pouquinho mais das 19h ficávamos sentados conversando. Os vizinhos passavam, às vezes paravam e sempre havia uma boa conversa. E assim era a extensão da rua, sempre com famílias sentadas na frente de suas casas no fim do dia.

Esse hábito se estendia para a Autoescola Paratodos. Tratava-se de um negócio que recebia a sua clientela, mas minha tia Tutu, enquanto o comércio estava aberto, sempre colocava uma cadeira para sentar na calçada, debaixo das árvores que havia em toda a extensão da Rua João Pessoa. Chegavam uma irmã ou um conhecido, ia lá pegava uma cadeira e se sentava na calçada, ou até mesmo na porta da autoescola, pois era elevada. Nas

¹¹¹ Sérgio “Sabará” Figueira, sobre Octacílio David.

¹¹² Texto extraído do prêmio concedido a Octacílio David.

minhas férias eu ficava ali, tirava o pó, fazia uma limpeza, cuidava das plantas e averiguava se tinha algum documento para datilografar.

Foto 4 - Michele e Octacílio.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Durante muito tempo, Octacílio me levou e buscou na escola E. E. Prof. Henrique Morato. Também me levou por um ano nas aulas de violão, a escola ficava somente a um quarteirão de seu trabalho, o Ponto de Táxi no Centro. O violão que ele me deu para levar nas aulas era um que ele tocava no Clube Henrique Dias. Como era grande, a minha mão pequena não alcançava para fazer alguns acordes. Deve ser por esta razão que mesmo depois de um ano eu havia aprendido a tocar somente “Parabéns a você”.

Eu era bem pequena e o acompanhava para caminhar no Ginásio de Esportes, dávamos algumas voltas na parte maior, acredito que entre três a quatro voltas, onde gastávamos cerca de quinze minutos em cada uma delas e outra volta ao redor do lago. Possivelmente eu não tinha nem dez anos de idade. Íamos às cinco horas da manhã. Não conversávamos muito. Num desses dias fui com uma blusinha branca com bolas pretas de um tecido que minha tia Tutu havia feito uma blusa para ela e outra para mim.

O meu bisavô não era de falar, por esta razão o que sei dele é o que me contaram. Caso pudesse voltar no tempo, perguntaria de seu pai, avós, de sua mãe e tantas outras coisas que hoje não é possível saber mais. Perguntaria sobre o seu pai, escravizado até os cinco anos de idade, o que ele sabia sobre as experiências dele e como então se deu o casamento com a sua mãe que, pelo que sei, foi por combinados. O meu tataravô trabalhava na casa da família e ela era branca e com mais condição econômica, muito mais jovem que ele. Tutu me contava que a casa deles na Bahia tinha mais de vinte cômodos, mas nunca se interessaram por ir atrás de alguma herança.

Portanto, o que sei sobre ele é porque via documentos, fotos, conversas. Entre nós, era o cuidado (levar à escola, comprar calçados e roupas), brincadeiras e assuntos da cotidianidade. Ele faleceu quando eu tinha dezesseis anos. Foi a primeira vez que percebi, com clareza, o sentido da perda pela ruptura da vida.

Octacílio era, portanto, uma figura importante na Vila Santa Cruz. Este bairro foi o local onde os negros habitaram, predominantemente, no início da cidade. O bairro e a cidade nasceram juntos e cresceram juntos. A atual Vila Santa Cruz, conforme documentação oficial, era a porta de entrada de Matão para quem vinha “dos lados” de Araraquara. Na época havia a expressão, “embaixo do rio” e “acima do rio”. Embaixo do rio estava a Vila Raposo e acima do rio o Centro da Cidade, local onde residiam pessoas com maior poder aquisitivo e aqueles oriundos da imigração europeia.

Portanto, a Vila é para mim um lugar de memória, assim como para muitas outras pessoas.

[...] e tive uma infância pra lá de maravilhosa. Creio que a Vila era o lugar que mais possuía crianças brincando na rua, sem preocupação, sem malícia e perigo, se tinha não sabíamos e víamos. Na rua, durante as brincadeiras todos se tornavam amigos, até parecia que nos conhecíamos há anos! Que nada! Era chutar uma bolinha, jogar uma pelada, tudo no improviso; pés descalços, nariz escorrendo, sem camisa e aquele shorts que só por Deus!

*Era assim... E de repente, chegávamos em casa à noite para tomar um banho, jantar e cama, porque o almoço era na casa de alguém que oferecesse, aí tudo parecia ainda mais gostoso.*¹¹³

Também era lugar onde era possível encontrar apoio. A partir de relatos sobre a Vila, a solidariedade está presente nesta Matão que estava começando a se desenvolver.

E era muito comadre e compadre, que era o respeito à família. Certo? É aí que a minha história, ela é bonita, porque aí que surge a palavra compartilhar. Compartilhar o nascimento do meu filho, compartilhar meu casamento. A pobreza sempre existiu e sempre existe aquele que está em menos condições, certo? Até pela sorte da vida, mas ele tinha esse prazer daquele filho que nasceu dar para a melhor pessoa e ele dizia assim: se eu não puder sustentar esse meu filho, por favor, cuida dele para mim.

Ele dava sequência dessa família, porque muitos não tinham, ficava no meio do caminho. Meu pai morreu com 32 anos, minha mãe com seis filhos imagina o imaginário dessa mulher [...] na vila era trocar experiência pura. A Dorva me contou que o marido dela quebrou o braço, como que eles iam sustentar os filhos dela, sozinho? Então ela fala que meu padrasto conta que ele fazia as ruas [abanar o café com a peneira] com a minha mãe e depois ele voltava para ajudar a Dorva.

*Tem tanta história... as pessoas chamavam o compadre, a comadre. Vinha aquelas mulheres com penca de filho, e às vezes a dona Maria fazia o bolo e não cobrava nada e não tinha recipiente para servir as coisas, trazia na peneira. Você já chegou a ver o negócio da peneira, não? Era aquela peneira de baná café, então eles colocava o alimento e com a peneira passava pra você pegar um pedacinho. Oh que coisa maluca!*¹¹⁴

O que se observa a partir das narrativas é que na Vila as pessoas compartilhavam histórias e se ajudavam nas dificuldades. Era um local de acolhimento. E também podemos observar o sentido da palavra “padrinhos” de uma criança. Caso acessarmos o Obituário da Cidade¹¹⁵, e investigarmos os falecimentos mais antigos, é possível notar a maioria das mortes ocorridas nas fazendas, nas próprias casas e muitas vezes sem assistência. Ainda, mortes

¹¹³ Marco Geraldo sobre a Vila no passado.

¹¹⁴ Vivências relatadas por João Bento.

¹¹⁵ Obituário de Matão na versão digital disponível em <https://cemiteriomatao.com.br/obitos>.

prematuras. Como um caso que Bueno (1996) conta que certo dia aconteceu um acidente muito grave na fazenda¹¹⁶ devido à explosão de duas câmaras de expurgo carregadas de café. Luiz Rodrigues colocava formicida na décima e última entrada quando caiu no funil uma fagulha de seu cigarro que estava aceso. O infrator conseguiu pular da laje segundos antes da explosão, salvando-se de um acidente muito grave que deixou toda a alvenaria pulverizada e as estruturas de ferro retorcidas. Quando foi indagado pelo revisor se estava fumando, ele confirmou a ação. Resultado: o revisor passou para a administração o acontecido e disse que havia sido uma fatalidade, pois ele não havia mentido e também acabara de perder os seus filhos gêmeos de quatro anos de idade há três dias, devido uma infecção no ouvido.

E assim era a vida, morte prematura dos filhos ou os pais que viviam incertos sobre o dia de amanhã. Deste modo, procurava um casal de seu apreço e confiança para cuidar das crianças se porventura viessem a faltar.

Há também relatos de pessoas moradoras do Centro da cidade que bebiam e não eram bem vistas em seu meio. Mas elas iam para a Vila e lá ficavam junto com todos. Participavam de tudo. Na Vila tinha muita gente da cidade que gostava de estar ali, ou seja, na Vila todos eram bem recebidos. Quando estávamos falando de solidariedade, os funerais também foram citados:

O enterro era a coisa mais fantástica que eu me lembro, eles arrancava a porta da frente, colocava naqueles cavalete que os cara fazia para fazer casa, colocava na sala [onde seria colocado o caixão] e as crianças tinham que sair pedindo flores nas casa, porque todas as casa tinha que ter um jardimzinho, tinha. Hoje você não vê jardim nas casas. A família fazia questão de dar um macinho.

E aí eles pegava o morto, levavam naquele lugar que tinha uma bacia, porque não tinha chuveiro, dava banho no defunto e trazia um homem que com a navalha, fazia a barba tudo assim, depois colocava a roupa. Quando era mulher, era uma mulher que fazia isso. Quando era um homem, era um homem que fazia isso.

O corpo tá pronto? Tá! Ai levava o caixão, colocava lá e as mulher colocava tudo flor do lado assim. É uma coisa interessante. E todos nós criança tinha que ficar quieto, quietinho, em silêncio, de pé, ali olhando. Os anjos, e todos os anjos... [música cantada antes de sair para o trajeto até o cemitério que era feito a pé]. Você nunca ouviu essa musiquinha?

¹¹⁶ Referência às Fazendas do Cambuhy.

*Era tudo no pé, ia trocando de mão [o caixão]. Ia todo mundo pra lá, passava na igreja, o sino ficava batendo.*¹¹⁷

*É por isso que a rua se chama Alameda da Saudade.*¹¹⁸

*Eu lembro de ter pedido flores para o velório da Evinha, da tia Tutu.*¹¹⁹

Lembra mãe, a gente escutava o sino da igreja e saía para ver. Quando o sino tocava, passava um tempinho, vinha o pessoal a pé, levando o caixão. Eu sei que os velórios saíam das casas e passavam pela igreja para o padre benzer o corpo e depois seguiram pela Alameda da Saudade até chegar no cemitério. As pessoas iam revezando para carregamento do caixão. A gente sabia que ia passar o enterro porque o sino da igreja tocava. Aí a gente já pensava: morreu alguém e depois de um tempo passava o cortejo.

Aquela época o sentido da mão de direção da Rua José Bonifácio e da Alameda da Saudade era outro. Saía da igreja Matriz Bom Jesus e ia sentido ao velório. Os carros também iam nessa direção. Depois com a mudança do velório que a Rua José Bonifácio e Alameda da Saudade tomaram mão na outra direção.

*Iam cantando a música católica “Mãezinha do céu”.*¹²⁰

Em determinada época do ano, minha bisavó costumava dirigir-se a um dos quartos localizados no quintal, onde guardava sacolas cheias de margaridas secas provenientes da colheita anterior. Estas, após o processo de secagem, serviriam como sementes para o próximo plantio. Com cuidado, ela preparava o canteiro, afofando a terra e regando-a antes de plantar todas as sementes obtidas das flores previamente colhidas e secas, garantindo assim o ciclo contínuo de plantação.

Chegava o dia de Finados, o jardim de margaridas tinha florescido. Havia margaridas de todas as cores: azuis, brancas, rosas e amarelas. Bem cedinho eu ia lá e recolhia, separando-as por cores. Gostava de recolher e separar as flores que eu havia de colocar no túmulo dos três filhinhos da Tutu que morreram pequenos e dos demais membros da família

¹¹⁷ João Bento, sobre os enterros.

¹¹⁸ Cleide, comentando a razão do nome da avenida.

¹¹⁹ Cleide, compartilhando a história sobre os enterros relatada por João Bento.

¹²⁰ Juliana, lembrando-se dos enterros de antigamente, pois mora numa casa de esquina, na Alameda da Saudade.

que não conheci. A primeira filha de minha nasceu sem vida (natimorto) em quinze de abril de 1966 e se chamava Maria Francisca Prudente. Em dezoito de novembro de 1967 também nasceu sem vida o seu filhinho Edson Prudente. Em vinte e cinco de maio de 1969 nasceu Eva Vilma Prudente, ou Evinha, como costumava dizer. O nome havia sido escolhido a partir do nome de sua avó. Evinha viveu por sete meses, falecendo em 25 de dezembro do mesmo ano. Tutu sempre dizia que Evinha havia “estragado” o Natal de todo mundo. Ela morreu de catapora, o que deu uma febre muito grande que virou meningite. Eva Vilma foi velada na sua casa. *As flores eram pegadas de jardim das casas e vizinhos e passavam a noite com os corpos nas salas das casas.*¹²¹

Conta-se que a perua com as vacinas passava nas casas para vacinar as crianças, mas Evinha não foi vacinada porque ainda não tinha idade completa para a dose. Minha avó Marlene saiu correndo atrás da perua, mas a criança, pela idade, não havia sido vacinada.

Íamos para o cemitério cedo, os túmulos já haviam sido lavados no dia anterior e enfeitamos com as margaridas que Francisca plantava. Para as crianças eu gostava de colocar as margaridas coloridas e deixava as brancas para os adultos. Para as meninas eu separava as de cor rosa e para o menino as azuis.

Tutu nunca gostou da cor lilás ou roxa. Os tons lembraram-lhe o falecimento dos filhos. *Minha mãe se recorda de velórios em casas, sendo que aquelas pessoas de baixa renda eram enterradas em caixões feitos em madeira e tecido na cor roxa. A prefeitura fornecia para quem não tinha dinheiro para comprar caixão de madeira.*¹²²

[...] quando a pessoa tinha condições mandava fazer um impresso na gráfica com uma cruz, nome do falecido, data e horário do enterro e eram jogados nas ruas da cidade para divulgação.

Depois havia a missa de sétimo dia que ainda existe, mas após a celebração entregavam um “santinho” da pessoa que era um impresso com foto, nome, data de nascimento e falecimento com alguma frase que guardava-se de recordação.

Disse também [sua mãe, Arlene] que os enterros com o maior número de pessoas que presenciou e comoventes foram do padre Nelson Romão e do filho do doutor Waldemar

¹²¹ Juliana David, sobre os funerais.

¹²² Comentário de Juliana David sobre os funerais, o que confirma a aversão de Tutu pela cor lilás ou roxa.

*Kfourir que era médico. Esse filho do doutor Waldemar faleceu bem jovem em um acidente de veículo e o pai que era médico não conseguiu salvá-lo.*¹²³

E quanta história carrega a Vila Santa Cruz...

Creio que até o presente momento, o caro leitor, percebeu que a minha vida sempre foi em torno da Vila Santa Cruz, a qual tenho imenso carisma, amor e apreço, não admito que falem mal da minha querida Vila. Nestas idas e vindas, o nosso comércio continua na Vila Santa Cruz, na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua João Pessoa.

*A Vila era o ponto de encontro das grandes festas: circo, parque, quermesse e as famosas toreadas do Piriquito, porque não se tinha rodeio. Nestes eventos vinham pessoas de outros lugares, de diferentes bairros que ainda estavam surgindo e se povoando, de sítios e fazendas. E no meio de tudo isso, entre os eventos tinha um lugar especial, a Capela de Santa Cruz, onde a maioria das crianças fez a 1ª Comunhão.*¹²⁴

Na virada do século passado, a Vila Santa Cruz era conhecida como “a boca do mattão”, especialmente para os fazendeiros que chegavam à cidade. A região, iniciando no Bairro do Retiro, era uma espécie de "recepcionista" para aqueles que vinham de Araraquara, passando por fazendas famosas como Santa Maria, Matãozinho e Santa Leonor.

Por volta de 1896, Matão era uma pequena vila com um morador ilustre chamado Pedro Bernava. Pedro, após trabalhar como colono e em uma fazenda próxima, recebeu um donativo do Dr. Gonzaga. Com esse dinheiro, comprou um terreno na Vila Santa Cruz e começou a construir uma capela, tornando-se conhecido por sua devoção e esforços muito relevantes na construção, especialmente, de uma capela.

Minha família sempre comentou desta capela, já que a Vila sempre foi o nosso espaço dominante e, apesar de ter sido demolida, o espaço faz evocar as memórias. *Então, ela foi derrubada, pois veio o progresso e ela estava bem ali, no meio onde deveria ser construída a Avenida Santa Cruz.*¹²⁵

¹²³ Juliana David, sobre os funerais.

¹²⁴ Marco Geraldo sobre a Vila Santa Cruz.

¹²⁵ Relato de Cleide sobre a capela.

*Foi na Capelinha que fiz a minha Primeira Comunhão.*¹²⁶

Foto 5 - Capelinha construída na Vila Santa Cruz por Pedro Bernava na década de 1920.



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Cezar (2023).

Diariamente, Pedro percorria fazendas e sítios pedindo doações para a capela, desde tijolos e madeiras até ovos e frangos. Organizava anualmente a Festa de Santa Cruz, com uma procissão, buscando recursos para sua capela. Mesmo idoso, continuou sua luta até ver a realização de seu sonho.

*Naquela época em que tinha a capelinha construída pelo Pedro Bernava, estava começando a instalar o esgoto na Vila. A gente ia na capela e eu ia na frente, correndo na frente da madrinha [forma como a minha bisavó Francisca era chamada por todos]. Eu passava por baixo, mas ela passava pela ponte, por causa da construção do esgoto.*¹²⁷

¹²⁶ Cleide recordando o local onde fez a Primeira Comunhão.

¹²⁷ Cleide, sobre a instalação de esgoto na Vila, lembrança que veio à tona a partir da ponte para se chegar à capela.

Com o tempo, a velha capela construída por Pedro foi demolida para dar lugar ao progresso e à modernidade. Um grupo de pessoas e a comunidade, então, decidiram construir um grande salão paroquial para continuar suas atividades religiosas. O antigo local de encontro era um barracão cercado de tábuas, onde o Padre Amador Romão realizava as cerimônias religiosas.

O barracão de madeiras me faz lembrar como era inicialmente o Clube Henrique Dias, do qual ainda trataremos.

Quando eu fiz dez anos, me lembro de alguns detalhes da minha festa de aniversário: a roupa que usei, no caso um conjuntinho branco de bermuda e blusa. A blusa era mais curta, o que nos dias de hoje chamamos de *cropped*, decorada com corações, principalmente em tons de rosa, dispostos num retângulo no centro, na parte frontal da peça; uma cena no quintal da minha casa na Vila Santa Cruz em que me vejo transitando da casa principal para a casa da minha tia Tutu, e uma vaga recordação da área cheia de convidados. Lembro-me também, especificamente, de dois presentes. Um chinelinho “Rider” cor-de-rosa, presente de minha tia Iraci, filha de Hilda, irmã do Octacílio, e um ursinho azul.

Quem me deu o urso perguntou se eu gostaria de brinquedo ou roupa, dando fim a um dilema às vezes vivido por adultos em festas de aniversário infantis, quando se pede a opinião da parte interessada (a pessoa era amiga da família e vendia estes itens numa lojinha que eu frequentava com a minha tia Tutu na infância). Quando ela me perguntou, estávamos na loja e eu olhava com encantamento para caixas quadradas e retangulares, certamente com jogos. Prontamente respondi: brinquedo! E até hoje me lembro de, ao abrir o pacote, da minha impressão: havia ficado decepcionada com o urso azul, porque quando mencionei o brinquedo, esperava ganhar uma daquelas caixas.

Contei aqui algumas lembranças da minha festa de dez anos (na verdade, as únicas que tenho), porque foi justamente nesta época que comecei contar o tempo. A ideia de fazer quinze anos parecia algo extraordinário. Os quinze anos chegaram e desta festa não preciso me esforçar para evocar lembranças: as fotografias me tiram o trabalho de lembrar, apesar de, como diz Cunha (2004) o ativamento da memória por meio das lembranças registradas também pode não ser uma simples tarefa. Caso não fossem as fotos, a minha única recordação seria o desejo de ter uma festa com beijinhos e brigadeiros. Mas a minha tia e a minha bisavó

providenciaram doces feitos desde muitos anos, uma tradição, apreciados por grande parte da família: canudinhos com doce de abóbora, doce de leite e mamão.

Minha bisa era especialista em doces caseiros. As crianças ajudavam a descascar, tirar sementes, ralar o milho para o curau, com raladores artesanais feitos pelo meu pai a partir de latas de óleo Mazzola, com uma base de madeira.

E assim, logo me vi com dezoito. Depois disso, veio à época da faculdade e do trabalho e por volta dos vinte e cinco anos, a sensação que tenho é de que fechei os olhos e ao abri-los passou-se todo o tempo mundo. Bosi (2004) já afirmava que o tempo da infância é demasiado longo, com margens quase inexistentes. Na juventude o tempo se transpõe a passos mais desembaraçados. No entanto, na idade madura, existe certa rapidez. Talvez fosse o tempo que girava sobre si mesmo em círculos iguais e cada vez mais apressado, a sucessão enfadonha das horas ou, ainda, as narrativas estagnadas num discurso sempre igual.

Assim como é dividida a vida, a sucessão de etapas na memória também se dá por marcos, os quais sugerem pontos de concentração de significância da própria existência. Como, por exemplo, a festa de dez anos.

Quem nunca ouviu dizer e até mesmo sentiu quando mais jovem o desejo de ser mais velho. E quando nos damos conta da passagem do tempo, queríamos voltar ao passado. Posso reforçar que o desejo de voltar no tempo talvez se dê pela ânsia de tomar atitudes diferentes em questões pontuais. Tenho sorte de ter convivido com velhos. Como eu queria voltar ao passado e escutar novamente as memórias que me foram narradas, quem sabe com menos displicência.

Quando criança, ouvi muitas histórias. Na adolescência talvez tenha negligenciado a finitude da vida, mas Benjamin (1987) já reforçava este fato: na juventude as narrações dos mais antigos por vezes não importam. Quando adulta envolvida pelas tarefas da cotidianidade, possivelmente tenha deixado escapar algo valioso, cuja relevância foi percebida apenas quando se perdeu. Quantas vezes eu pensei em gravar, registrar e escrever as histórias da minha bisavó. Sempre deixando para depois. Agora, o meu recurso são as lembranças.

Portanto, para este estudo foi preciso lembrar-se do vivido e registrar o que foi vivido pelos outros. Lembro-me da minha bisavó. Até aqui a tratei desta forma, mas na verdade eu a chamava de mãe. Estávamos um dia vendo televisão no “quarto do meio”, sentadas na cama, quando ela engasgou com um pedaço de goiabada e deu umas tossidas. Desde que fui morar com eles, sempre tive o receio de perdê-los. Um dia eu estava chorando e o instrutor de trânsito da autoescola me perguntou o motivo, e eu contei o que me afligia. Ele me disse para

ficar tranquila, porque ia demorar muito tempo para eles falecerem. Na ocasião do engasgo, perguntei: *Posso te chamar de mãe?* Como ela aceitou, depois desse evento a chamava assim. E ela sempre me dizia: *Você é a minha filhinha mais nova.*

Nos seus últimos anos, sempre quando estávamos próximas, ela segurava a minha mão. Suas mãos alisavam as minhas por horas, sentada na poltrona de madeira. Aquela mão macia, parecia uma folha de papel.

Sempre cuidou de um quintal enorme, capinando, cultivando. Cuidava da casa, da comida, da nossa roupa. Quando Octacílio partiu, sentada numa cadeira na área de nossa casa, me segurando em seu colo, disse: *seu avô nos deixou, o que vai ser da gente?* A partir daí nos informou que, aos oitenta e quatro anos, que já havia cumprido a sua missão de dona da casa, pois o seu esposo havia partido e que agora está função seria nossa. Nunca havia deixado de cumprir as suas obrigações, se a idade lhe pesava para determinadas tarefas, nunca soubemos. Até aí fora uma excelente cuidadora da casa e da família.

Destituiu-se de toda a sua responsabilidade quando o seu esposo partiu. Isto me exemplifica o compromisso arraigado nos imaginários de cada membro de uma família patriarcal da época, em que a função da mulher de cuidar da casa e dos seus era uma tarefa valorizada. Assim, neste repouso das tarefas diárias (e em outros momentos), ouvi as mais diversas histórias. Seja na cadeira de descanso, ou no banco do jardim.

O cheiro de terra molhada me lembra mãe Francisca aguando o pé de moranguinhos nos finais de tarde de sábado.

Nestes dias, ela descongelava o frango e o temperava com as ervas cultivadas no quintal: salsinhas e cebolinhas. Fazia aquele tempero cheiroso regado à pimenta do reino e tantas outras coisas. O frango ficava nesse molho até a manhã de domingo, quando iria para o forno. Para preparar o recheio, usava as miudezas do frango, não sei ao certo se antes ou depois de cozidas, passava por um moedor de carne manual feito de ferro fundido. E fazia aquela farofa com farinha de milho e miudezas, que ficava muito saborosa.

Filha, netas e bisnetos vinham de Araraquara todo domingo para almoçar. Era uma casa recheada de gente, de comida caseira. Tutu picava todos os legumes para a maionese. Batata, cenoura e vagem, tudo picadinho. Às vezes fazia uma salada fria. Também fazia canudinhos, uma massa de pastel cortada em tiras, enrolada num canudo de aço e que era frita e recheada com os doces de abóbora preparados ao longo da semana.

A casa da Vila tinha um quintal muito grande e um portão que dividia esse espaço da casa que dava de fundo, cuja entrada era do outro lado da rua. Como familiares moravam na

casa que fazia fundo e também no outro quarteirão, era raro precisar ir para o outro lado e passar pela rua. Essa abertura entre as casas era o caminho.

Foto 6 - Michele e Francisca no quintal da casa na Vila.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Pela manhã e pela tarde Francisca aguava as plantas e hortaliças. Havia alface, cebolinha, salsinha, losna, manjeriço, hortelã e couve. As couves atraíam muitas borboletas e eu sempre as caçava. Quando conseguia pegar, alfinetava-as numa placa de isopor. Mas, devido às couves, apareciam sempre as mesmas borboletas, pequenas e de asas amarelas. Outras eram raras, mas também visitam o quintal.

Muitas orquídeas, estrelas d'alva e samambaias, roseiras e sem contar os pomares, com jabuticabeiras, mexeriqueiras, romãzeira e cajueiro. Certamente a minha memória não deve ter descrito tudo. Um quintal imenso, bem cuidado e florido. Os almoços na garagem: era muita gente para a pequena cozinha. Mas quando a casa dos “avós” se fecha... Era uma geração da Vila Santa Cruz, que como tantas outras, rica daquilo que o dinheiro não consegue comprar.

Francisca contava-me que o seu pai havia morrido de tétano quando ainda era criança. O incidente com material contaminado aconteceu trabalhando no próprio quintal. Naquela época a maioria das necessidades era suprida cultivando a terra, tratando dos animais. Eram, na mesma medida, tempos difíceis quando falamos em saúde. Enfim, pela falta de recursos, viu a vida de seu pai terminar em pouquíssimo tempo, pelo avanço da enfermidade.

Dizia ainda que, certa vez, saiu para brincar com os irmãos e de repente avistaram uma onça repousando ao lado de um tronco. Mesmo sendo criança, tal fato me pareceu uma invenção. Porém, ao investigar a história dos negros na cidade, fiz uma leitura atenta das obras de Azor Silveira Leite e lá ele registrava as dificuldades da vida nos primeiros anos, quando as onças rondavam os povoamentos. Neste momento aquela história da infância me fez algum sentido. Francisca contou também que a sua mãe, vendo aos poucos o progresso pelo qual passavam as cidades, dizia: um dia veremos o leite dentro de saquinhos (como se isso fosse a coisa mais absurda que pudesse acontecer).

Ainda pequena, ela me contava sobre todas as frutas que conhecia, essas não convencionais, que não encontramos para comprar. Eram inúmeras, lembro-me, por exemplo, da graviola. Ela me fazia uma descrição detalhada da fruta e eu reproduzia no papel cada uma delas com lápis de cor e perguntava: *está igual?* Naquela época não existiam sites de busca para confirmar a informação.

Francisca era branca, apaixonada por Manoel (ou João) da Silva. Dizia-me que o seu coração acelerava quando ele vinha a cavalo e trocavam algumas palavras. Parece-me que este sentimento era recíproco, mas naquela época os sentimentos não eram levados em consideração. As famílias não aprovariam o casamento de um homem com mais dinheiro com uma moça pobre.

Contava ela que estava cansada de trabalhar e aquilo que recebia ficava para os irmãos e, às vezes, nem havia a possibilidade de comprar o que precisava, com o suor do seu rosto. Foi este cansaço, junto com as dificuldades que passava, que a fez aceitar o casamento com Octacílio. Ela mesma conta que no início não foi por amor, mas por necessidade. Depois o amor nasceu e se manteve firme até a separação pela ruptura da vida. Relatando isso me sinto como Brás Cubas¹²⁸, afinal quem o criticava pela contação de suas mazelas após a sua morte.

Esta historietta fundamenta um pouco o que poderia ser um ponto de partida. Não é fácil o trabalho da escrita e decidir, talvez, por onde começar. Não pelo fato de ser mais importante, mas como também se trata de uma autoetnografia, iniciei pelo meu espaço

¹²⁸ ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 1 v.

dominante, quando ele também foi evocado nas lembranças dos meus entrevistados. Tinha dúvidas sobre este ponto inicial, mas a minha coleta de dados no campo me fez tratar destes assuntos em primeiro lugar, porque era espaço não só relevante para mim, mas para outras pessoas.

Numa certa terça-feira de 2023, na cidade de Dobrada, tivemos uma palestra ministrada pelo supervisor de ensino da região de Taquaritinga, dirigida aos alunos do ensino médio matriculados nas disciplinas do itinerário formativo intitulado "Cultura em Movimento: Diferentes Formas de Narrar a Experiência Humana". Nesta palestra foram apresentados documentos históricos, uniformes antigos, fotografias e outros objetos relacionados à história de Dobrada e à instituição escolar em questão. Foi exibido um antigo uniforme com o nome original da escola, "Benedito Raposo".

O palestrante, por coincidência, cientista social, unespiano, exímio pesquisador da história de sua cidade, explicou que o nome da instituição foi atribuído, inicialmente, a partir do nome de um grande proprietário de terras em Matão. Como diz Peirano (2014), a pesquisa de campo não tem momento de começar e acabar, somos, portanto, nativos etnógrafos. Quando algum evento vivido ou observado surpreende, aí está a etnografia. Até aqui achei que já sabia tudo sobre a Vila Raposa. Tanto na minha família, quanto das pessoas que ouvi, poucos sabiam sobre Benedito Raposo¹²⁹, no imaginário de alguns é porque no bairro havia muitas raposas...

Benedito de Paula Raposo. Como saber mais sobre ele? Em minhas investigações, a primeira coisa que fiz foi procurar o seu nome nos registros de óbito da cidade. Lá dizia que faleceu no dia seis de julho de 1940, aos oitenta e cinco anos. Provavelmente teria nascido em 1855. Filho de Joaquim Antônio Raposo e Maria Edvirge. Neste registro, ainda consta: Praticamente o primeiro morador na atual Vila Santa Cruz, denominada na época de Vila Raposo ou Raposa.¹³⁰

Neste registro diz que a sua cor era branca. Mas Tutu, que era parda, também está como "branca" no registro de óbitos. Só chamo a atenção para esse fato porque as histórias

¹²⁹ Segundo informações extraídas no obituário em Matão, Benedito de Paula Raposo faleceu em 06 de julho de 1940, na Vila Santa Cruz, aos oitenta e cinco anos, de cor branca, filho de Joaquim Antônio Raposo e Maria Edvirge, tendo a sua morte registrada pelo médico Dr. Leônidas Calígula Bastia. Benedito Raposo foi praticamente o primeiro morador da atual Vila Santa Cruz.

¹³⁰ Informação extraída de <https://cemiteriomatao.com.br/obitos>.

contadas dizem que no início do Século XX um carpinteiro negro se destacaria na construção das coberturas de prédios particulares e públicos em Matão, bem como no Distrito de Dobrada. Seu nome, Benedito de Paula Raposo, dono de um sítio onde hoje é a Vila. Entre os anos de 1910 e 1920 ele quem providenciou o madeiramento para a construção de muitos telhados, inclusive do antigo Grupo Escolar de Dobrada.¹³¹

E na visão de quem viveu tempos que buscamos descrever:

*Na Vila moravam matonenses pobres, operários, trabalhadores da terra alheia, lavadeiras e passadeiras nas próprias casas ou empregadas domésticas. Uma grande proporção de negros, mas não exclusivamente. Isso os igualava. Acredito que havia preconceito em relação aos descendentes de africanos mais pela situação social, embora não descarte o preconceito de cor por parte dos europeus.*¹³²

*Não é novidade pra você, mas deixo meu testemunho da experiência italiana através dos relatos de meu pai. Ele contava que, na Itália mocinho ainda, pagou para ver um casal de negros exibidos num circo. Mesmo nossos primos que viviam numa cidadezinha de Veneza e que nos visitaram em 1975, jamais haviam visto afrodescendentes, só em fotos e filmes. Os casamentos aconteciam, mas deviam ser raros. Minha avó contava de compadres, ele italiano e ela negra, que se casaram e tiveram filhos em Matão.*¹³³

O relato menciona algumas especificidades da Vila em que se pode afirmar que a vida de negros e não negros era compartilhada de muitas formas: casamentos inter-raciais e condições econômicas que os colocavam na mesma situação são alguns exemplos. A *Vila Santa Cruz seria, inicialmente, formada por pessoas humildes, agregando grande quantidade de famílias negras.*¹³⁴ Isso justifica a nossa história *de negros* a partir da inclusão implícita que carrega o discurso das presenças múltiplas, na medida em que pessoas, negras ou não, compartilharam vivências, entrelaçando histórias.

¹³¹ Informações colhidas no Anexo H.

¹³² Constituição da Vila a partir das lembranças de Alba.

¹³³ Alba, sobre a visão dos europeus e descendentes a respeito dos negros.

¹³⁴ Comentário de Didinha Sbrissa, conforme o Anexo H.

3 AS RELAÇÕES NA MATÃO DO PASSADO: OUTROS LUGARES

Sei que o mistério subsiste além das águas.

Conceição Evaristo (2008, p. 9)

3.1 Entre o rural e o urbano

Outro espaço esteve presente nas falas dos entrevistados: a Companhia Agrícola Fazendas Paulistas (Fazendas do Cambuhy) e o centro da cidade, no qual estavam os clubes formados por imigrantes europeus. São duas localidades, além da Vila Santa Cruz, que também foram citadas. Faremos aqui um panorama destes dois territórios.

Segundo Bueno (1996) a porção de terra destinada ao cultivo (glebas), localizava-se entre os municípios de Matão, Araraquara e Tabatinga, com uma área aproximada de 31.500 alqueires. Em 1770 Pedro José Netto se estabeleceu nesse espaço por algum tempo, em algum lugar do qual não se sabe especificamente. Em 1820 D. João VI, rei de Portugal, fez a doação da Sesmaria do Cambuhy ao Coronel Joaquim José de Moraes Leme, que por herança a passou para o Conselheiro do Império, Dr. Bernardino Avelino de Gavião Peixoto, que fez nessa localidade a construção de uma usina hidrelétrica e também algumas fazendas destinadas ao plantio de café.

Em 1911, depois de passados noventa e um anos, fora as áreas que já haviam sido vendidas, a família Gavião Peixoto fez a venda das terras remanescentes, num total de 23.312 alqueires à Companhia Agrícola e Pastoral D'Oeste de São Paulo, de propriedade de Dr. Carlos Leôncio de Magalhães, conhecido como Nhonhô Magalhães, que também formou diversas fazendas de café. Num dado momento, Magalhães foi visitar os Estados Unidos e quando voltou nomeou suas fazendas a partir dos estados norte-americanos por ele visitados: Alabama, Niagara, Las Palmas, Flórida, Califórnia, Virgínia e Arizona. Com mais algumas aquisições, a propriedade passou a totalizar 25.084,71 alqueires, o que se tornou muito grande para ser administrada por uma única pessoa. Por essa razão, Leôncio ficou somente treze anos na fazenda, resolvendo fazer a venda das terras da Sesmaria adquiridas da família Gavião Peixoto (BUENO, 1996).

Deste modo, parte da Fazenda Niagara de 235 alqueires foi vendida para Benedito Marques ou antecessores e 635,10 alqueires da Fazenda Santa Cândida para Nicodemos Sanapeschi. Em quatro de novembro de 1924, um total de 22.452,83 alqueires foi, finalmente,

vendido para uma empresa inglesa, a qual era representada no Brasil por *Brazilian Warrant Company Limited*, com sede em Londres. A razão social brasileira foi Companhia Agrícola Fazendas Paulistas, chamada de Fazendas do Cambuhy, a qual atuou em Matão e nas cidades vizinhas de 1924 a 1956 (BUENO, 1996).

Tratou-se de um empreendimento de grande relevância: na década de 1920, apesar da crescente industrialização dos centros urbanos, nosso país ainda tinha como principal produto de exportação o café. Na Fazenda dos Ingleses, em Matão, surgia a maior plantação de café do mundo e na década de 1940 foi a segunda maior produtora de algodão no Brasil.¹³⁵ Ainda, conta-se que a diversificação de produtos foi o que não fez a empresa sucumbir com a crise de 1929, que afetou grandemente a economia cafeeira.

A região das Fazendas do Cambuhy era composta por vinte e três fazendas, chamadas de seções, que abrangiam, portanto, uma extensão de quase vinte e três mil alqueires paulistas, incluindo os municípios de Matão, Araraquara, Gavião Peixoto e Tabatinga. Essa empresa agrícola chegou a ter 2,2 milhões de pés de café em produção, além de atividades de criação de gado e também ter sido pioneira na introdução da citricultura em Matão no ano de 1948.

O livro *Histórias da Fazenda*, segundo o autor comenta¹³⁶, são na verdade histórias da empresa *Cambuhy Coffee and Cotton Estates*. Quando a organização nasceu em território brasileiro, a Abolição da Escravatura, datada de 1888, havia acontecido há trinta e seis anos. A história do negro em Matão começa até mesmo antes da abolição, quando negros libertos de fazendas escravocratas da região vieram para esta localidade. No final do século XIX, a história revela a presença dos negros no espaço que viria a constituir nossa cidade.¹³⁷

Os avós de Sebastião Jacinto¹³⁸ nasceram livres no continente africano, mas foram trazidos para a América como escravos nos navios negreiros. Pouco se sabe sobre a história deles, exceto que tiveram filhos tanto durante o período de cativo quanto após alcançarem a liberdade. Os pais de Sebastião, por sua vez, nasceram livres no Brasil, mais precisamente no estado do Rio de Janeiro. No entanto, quando o neto de escravos nasceu em 1916, os antigos “Jacinto” deixaram Rezende em busca de uma nova vida nos cafezais dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Somente após chegarem a Ribeirão Preto é que o menino foi registrado.

¹³⁵ Alguns dados da história matonense observados em <https://www.cemiteriomatao.com.br/historia/saga-da-imigracao-japonesa>.

¹³⁶ Comentário do autor da obra ao professor Julio Ribeiro, conforme o Anexo K, dizendo que histórias da fazenda na verdade se remetem mais a uma história dessa companhia por vinte e oito anos.

¹³⁷ Informações extraídas do Anexo K.

¹³⁸ Anexo F.

Seguiram então para fazendas de café na região onde hoje está localizado o município de Santa Lúcia, que na época era um distrito de Araraquara. Enquanto isso, os pais de Cândida da Silva, futura esposa de Sebastião Jacinto, se casavam em uma delegacia em São Carlos. Nos primeiros anos de casamento, na década de 1940, estabeleceram-se na Fazenda Cambuhy, em Matão, onde trabalharam inicialmente como “empregados dos ingleses”.

Cairbar de Souza Schutel (1868-1938) foi um prefeito na história matonense responsável por regularizar as terras dos Quintinos¹³⁹, localizadas onde hoje se encontra o bairro Jardim Morumbi. No início do século XX, também se estabeleceu a Vila Santa Cruz, um refúgio para muitas famílias negras que migravam para Matão.

As dificuldades enfrentadas pelos negros no núcleo urbano eram imensas; no entanto, na “Fazenda dos Ingleses”, todos, sem exceção, encontraram oportunidades de justiça social por meio de salários dignos.¹⁴⁰ A vida urbana era movimentada nos fins de semana, porque nas fazendas não havia produtos como roupas, sapatos e aviamentos. Para se ter noção da relevância das Fazendas do Cambuhy para Matão, havia no município sede e distritos um total de cinco mil habitantes, enquanto na fazenda havia um total doze mil. A população rural era muito maior que a urbana. Justamente quando a fazenda termina, em 1956, esse contingente passa a procurar moradia nas cidades e foi o que fez crescer o perímetro urbano matonense.

*Como comecei a morar na Vila Santa Cruz? Destino? Sim! No de repente, nos idos de 1950, meu pai Waldemar Geraldo, conhecido por todos de “Wardemá”, veio com os pais dele da cidade de Ubarana/SP; o Seu Domingos Geraldo e a dona Amabille Geraldo e outros irmãos e aqui em Matão fixaram residência por ser uma cidade próspera e com grandes possibilidades de trabalho e o comércio em expansão.*¹⁴¹

A fala de Marco Geraldo confirma as informações sobre o crescimento da cidade quando o contingente da zona rural passa a procurar moradia neste espaço, pois, como comenta, a família escolheu Matão por ser uma cidade em desenvolvimento e repleta de possibilidades de negócio.

No início do meu texto menciono que num determinado dia eu estava em uma rede social e vi que uma senhora havia comentado uma fotografia de 1951, do Santa Cruz Futebol

¹³⁹ Família de negros que se instalaram em Matão, cujas terras foram regularizadas pelo referido prefeito.

¹⁴⁰ Momento da história relatado no Anexo K..

¹⁴¹ Marco Geraldo sobre a vinda da família para Matão.

Clube. O que me inquietou é que na foto havia brancos e negros, num momento em que se buscava a criação de um clube porque os negros não podiam participar daqueles já existentes no centro da cidade. No entanto, estavam juntos no futebol. Uma das reportagens da série especial “A história dos negros em Matão” diz exatamente o seguinte: “O esporte como fator de inclusão”.¹⁴²

E este fato descreve a diferença das vivências do negro em dois espaços distintos: o rural, no contexto das Fazendas do Cambuhy, e o urbano.

Então começaram a aparecer narrativas sobre as vivências compartilhadas entre negros e brancos nas fazendas. A Fazenda dos Ingleses mostrou-se como um espaço no qual os negros encontravam oportunidades para se destacar no âmbito esportivo, o qual incentivava uma participação mais ampla e inclusiva. Esse contexto promoveu uma forma de integração social, caracterizada por uma mistura cultural e racial, a qual foi chamada de “miscigenação social”, conforme alguns memorialistas da cidade. Sebastião Jacinto (o pai), por exemplo, dedicou-se ao trabalho na Fábrica de Óleos Cambuhy, enquanto nos momentos livres apreciava jogar futebol e tocar instrumentos musicais.¹⁴³

A celebração do Dia do Trabalho, especialmente marcada pela festa do primeiro de maio, era um evento significativo na fazenda, reunindo ricos e pobres num contexto de união e confraternização. Os estrangeiros (que vieram dos Estados Unidos para trabalhar na unidade brasileira) e os administradores participavam de forma ativa das comemorações, junto com toda a comunidade, promovendo uma convivência harmoniosa entre diferentes estratos sociais.

O esporte desempenhou um papel relevante nesse contexto, com a formação de clubes de futebol que reuniam jogadores brancos e negros de diferentes condições socioeconômicas. Esses times mistos não apenas promoviam a convivência social, mas também davam a sua contribuição para a formação de laços familiares e o fortalecimento da coesão na comunidade. Essas práticas esportivas foram vistas como benéficas tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores, conforme destacado por Sérgio Floriano, na reportagem “O esporte como fator de inclusão”.¹⁴⁴

Além das atividades esportivas, os salões de baile presentes em cada fazenda proporcionaram um espaço de convívio onde as presenças múltiplas interagiam de forma

¹⁴² Reportagem no Anexo I.

¹⁴³ Anexo F.

¹⁴⁴ Anexo I.

respeitosa. A cultura dos ingleses, impregnada na organização administrada no Brasil, contribuiu para uma convivência pacífica e igualitária entre os trabalhadores, destituída de exclusão e preconceito. Também mantiveram uma hierarquia organizacional clara, garantindo uma gestão eficaz.

A chegada dos ingleses em 1924 e suas experiências sociais em Matão destacaram-se como um momento significativo na história local, evidenciando diferentes abordagens culturais em relação ao trabalho, lazer e relações sociais.

*Em 1924 acontece um fato extraordinário: os ingleses chegam a Matão e adquirem fazendas de Nhonhô Magalhães (Carlos Leôncio de Magalhães, araraquarense que possuía 23 mil alqueires da antiga Sesmaria do Cambuhy). Os ingleses ofereceriam os mesmos direitos sociais a todos que trabalhariam para eles; ofereceriam escolas às crianças negras e brancas, experiências de cunho social e não puramente capitalistas. Isso sim é coisa de inglês!*¹⁴⁵

É possível dizer que a presença dos ingleses e a companhia em nosso território se trataram de uma experiência diferenciada neste momento histórico, em que o negro, marcado por um passado de escravização, estava à margem de uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Mas encontraram na fazenda igualdade e inclusão, não percebida em muitos outros locais.

Sérgio “Sabará” Figueira conta que quando Dom Pedro II esteve na nossa região, o seu bisavô, Nicolau Jordão, foi um dos pretos encarregados de carregar a liteira¹⁴⁶. *Você sabe que a liteira é aquela coisa que você carrega no ombro, a pessoa vai dentro de um quadradinho e quatro pessoas carregam ela ali.*¹⁴⁷

*A maioria dos negros aqui chegaram em 1800. Outros vieram de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, que era onde tinha, ainda existia a escravidão. Aí tá, meu bisavô chegou a ser escravo. Nicolau Jordão.*¹⁴⁸

¹⁴⁵ Sérgio Floriano, sobre a Fazenda dos Ingleses em Matão, conforme Anexo G.

¹⁴⁶ Trata-se de uma cadeira portátil, aberta ou fechada, suportada por duas hastes laterais, utilizadas para transporte e que são levadas por dois homens ou dois animais de carga, um à frente e outro atrás.

¹⁴⁷ Definição de liteira, por Sérgio “Sabará” Figueira.

¹⁴⁸ Sérgio “Sabará” Figueira sobre a constituição da cidade a sua descendência, cuja história também foi reportagem conforme o Anexo E.

Sobre a presença negra em Matão a partir de fazendas escravocratas de nossa região, também podemos observar as histórias de Maria Aparecida Sbrissa: *Josefina de Arruda teria nascido em 1895 (ou mesmo antes disso), filha de negros que viveram a escravidão em São Carlos.*¹⁴⁹

A partir de 1845, quando cessou o tráfico de escravos da África para a América, e a partir de 1850, com a implantação da Lei Eusébio de Queiroz, durante o auge dos grandes cafezais em São Paulo, houve um aumento significativo na movimentação interna de escravizados no Brasil. Muitos negros migraram das regiões da Bahia e Minas Gerais para o Estado de São Paulo. No final do século XIX, uma considerável quantidade de negros chegou às terras que hoje compõem o município de Matão, provindos de antigas fazendas escravocratas em áreas como Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Carlos. Essa migração foi relevante na formação do até então chamado “Arraial do Mattão” e na expansão dos primeiros cafezais na região, conforme reportagem sobre a série “História dos Negros em Matão”.¹⁵⁰

Segundo Bueno (1996) a produção de café como base da economia imperial iniciou-se em 1727 na Capitania do Pará, a partir de sementes que Alferes Francisco de Melo Palheta trouxe da Guiana Francesa, quando esteve em Cárena, em uma missão diplomática. A cultura cafeeira se espalhou por todas as capitanias. São Paulo foi a quinta província a produzir café. A partir de 1883 superou o Rio em produção e nunca mais perdeu a liderança. E a partir daí foram se formando as fazendas que receberam escravizados presentes nos relatos dos entrevistados.

Nicolau Jordão estava em São Carlos, mais especificamente em Água Vermelha, que é um distrito desta cidade. Veio para Matão e desde então a sua família está no município, há mais de cem anos.

A história teve início na fábrica de óleos Cambuhy, a partir da referida empresa inglesa que adquiriu várias fazendas na região, conhecidas como as Sesmarias do Cambuhy.

Carlos Leôncio de Magalhães¹⁵¹, um visionário, construiu todas as estradas de ferro daqui até Santa Adélia. Posteriormente, ele vendeu as terras para a mencionada companhia inglesa, que modernizou a região, trazendo consigo uma infraestrutura nos moldes europeus. A companhia estabeleceu escolas e construíram casas de alvenaria na colônia, com esgoto,

¹⁴⁹ Didinha, sobre a origem de sua avó, segundo Anexo H.

¹⁵⁰ Reportagem completa no Anexo D.

¹⁵¹ Carlos Leôncio de Magalhães, conhecido como Nhonhô Magalhães, foi um dos maiores fazendeiros de café do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

banheiros e três ou quatro quartos para que as famílias pudessem viver de uma forma confortável.

Cada seção abrigava colônias onde residiam diversas pessoas, e cada fazenda se dedicava à produção de um tipo específico de produto, como algodão, amendoim e girassol, todos destinados à exportação. Nada permanecia no local, sendo tudo enviado para o exterior, incluindo produtos de relevância na época, como o café, que resultou no maior carregamento mundial para a Inglaterra.

Na Companhia dos Ingleses, não existiam distinções. Todos, independentemente da cor, eram considerados funcionários da empresa. A mentalidade trazida pelos ingleses era diferenciada, refletindo também uma abordagem ecológica. Os resíduos da empresa eram reciclados, e a água passava por um processo de decantação antes de chegar ao rio, garantindo a limpeza. Essa abordagem evidenciava uma perspectiva europeia sobre o tratamento dos funcionários, proporcionando benefícios como postos de saúde, escolas, cinema e atividades de lazer nos fins de semana em cada uma das seções. Cada seção possuía seu próprio time de futebol, proporcionando entretenimento e fortalecendo os laços familiares, com as famílias saindo para assistir aos jogos aos domingos.

Quando os ingleses fecharam na década de 1950, vendendo as terras para a Companhia Santo Anselmo de Administrações, a população migrou para a cidade em busca de oportunidades na indústria, o que proporciona um novo conforto para as famílias. Na indústria, as pessoas tinham a possibilidade de se realizar e adquirir uma profissão. Muitos indivíduos, de acordo com suas aptidões, tornaram-se soldadores, mecânicos e progrediram em suas carreiras dentro das empresas.

A chegada do Senai, Senac e outras escolas proporcionou uma mudança significativa, eliminando a distinção entre preto e branco. O acesso à educação tornou-se mais igualitário, possibilitando que muitos negros se formassem em profissões técnicas. A qualificação recebida no Senai, por exemplo, frequentemente resultava em emprego imediato, uma vez que as empresas demandam profissionais qualificados, como torneiros, soldadores e mecânicos.

*Muitos negros conseguiram emprego diretamente após sua formação, permanecendo nas empresas ao longo de suas vidas, avançando para cargos técnicos e especializados.*¹⁵²

Conforme o relato de Sérgio “Sabará” Figueira sobre a Fazenda dos Ingleses, nota-se que não havia nenhuma distinção entre pessoas nas colônias, como foi tratado. Todos eram

¹⁵² Relato de Sérgio “Sabará” Figueira. A influência dos ingleses em Matão também está descrita no Anexo K.

considerados funcionários e frequentavam os mesmos locais, pois os “ingleses” tiveram o cuidado de oportunizar em cada uma das colônias, além das infraestruturas de moradia, locais para o lazer. Élio reafirma este fato, dizendo que quando era criança, os pais iam para o salão para se divertirem e lá estavam brancos e negros. Não era percebido qualquer tipo de discriminação nas colônias, todos eram funcionários das fábricas, não havia diferença entre eles.

Voltando-se agora para o núcleo urbano, quando falamos de Matão neste momento histórico, entre 1940 e 1960, basicamente existiam as colônias (que permaneceram até a existência da companhia inglesa), a Vila Santa Cruz, o Bairro Alto e o Centro. Quando procuramos saber se existia segregação racial na Matão neste período, podemos dizer que qualquer manifestação de discriminação possivelmente acontecia nos clubes formados pelos imigrantes italianos e, mais tarde, na Sociedade Recreativa Matonense (Sorema).

O Grêmio começou como Stella d' Italia (Estrela da Italia), fundada pelos imigrantes. Durante a guerra teve de mudar o nome, quando o Brasil se juntou aos aliados e enviou os pracinhas. O próprio Palmeiras se chamava antes Palestra Italia¹⁵³. Meus pais ainda solteiros o frequentavam e aí eram realizados bailes de formatura com grandes orquestras e trajes de gala. No meu tempo, além disso, eram promovidas as tais "brincadeiras dançantes" com a música dos discos na vitória.

*Os homens jogavam boccia (jogo italiano) e bilhar (que na época chamavam Snooker). Havia um bar também e até quadra de bola ao cesto, onde depois se construiu o Cine Yara. Não havia discriminação nas décadas 1950/60, quanto à cor nenhuma restrição. Era mais questão de escolaridade e classe social, o que limitava a presença de certos moradores. Já o Sport Clube 7 de Setembro (que ficava na avenida 15 de novembro), era mais frequentado pela classe trabalhadora, talvez por ter anuidades mais baixas. Eu e minhas amigas íamos aos bailes nos 2 clubes.*¹⁵⁴

¹⁵³ *Palestra Italia* é uma expressão em italiano que pode ser traduzida como “Academia Itália” ou “Centro de Treinamento Itália”. Geralmente, é associada a clubes esportivos, especialmente no contexto do futebol italiano. *Palestra Italia* é o nome original da Sociedade Esportiva Palmeiras, um clube de futebol brasileiro fundado por imigrantes italianos em São Paulo.

¹⁵⁴ Relatos de Alba sobre os clubes fundados pelos imigrantes.

O jogo de bocha¹⁵⁵ comentado por Alba existiu por muitos anos numa pista, no Ginásio de Esportes do município, hoje desativada. Segundo Alba, o que limitava o acesso dos negros não era exatamente a cor da pele, mas as condições econômicas. Caso façamos uma análise, as relações são complexas. As condições econômicas sem dúvida eram um fator determinante, pois os menos favorecidos não podiam pagar para frequentar o clube e a comunidade negra, em geral, era socialmente desfavorecida. Meu tio Carmo David conheceu Arlene no Grêmio. Carmo tinha dinheiro, quem sabe prestígio por ter jogado na Seleção Brasileira, muito conhecido na sociedade da época, filho de Octacílio, que também era uma figura importante na cidade. No entanto, certamente por causa dos considerados “negros de alma branca”, ou seja, aqueles negros que os brancos achavam “melhorzinhos” e os arrebanhavam, eles podiam entrar nos clubes e participar da vida social dos brancos.¹⁵⁶

A história de Matão é uma narrativa de convivência e interação entre a comunidade negra e os imigrantes europeus, especialmente os italianos, que chegaram à região em busca de oportunidades econômicas. Porém, além do aspecto econômico dessa interação, há também uma importante dimensão social e cultural que merece ser explorada.

Em 1908, a comunidade italiana de Matão inaugurou a “Società Stella D'Italia”, (Sociedade Estrela da Itália), posteriormente conhecida como “Grêmio”. Este clube, juntamente com o Sport Club 7 de Setembro, estabeleceu-se como um centro de vida social e recreativa na área central da cidade. Ambos os clubes ofereciam atividades esportivas e de lazer que atraíam tanto italianos quanto negros.

No entanto, a participação dos negros nos clubes centrais estava condicionada a certas normas sociais e raciais. Como observado por João Bento, apenas os “negros de alma branca” eram aceitos nesses espaços. Esses eram os negros considerados mais adaptáveis socialmente pelos brancos, menos rebeldes e contestadores, que podiam ser integrados à comunidade branca. Essa segregação implícita reflete a estrutura social da época, onde a cor da pele determinava o acesso a certos espaços e privilégios.

A prática da bocha (ou *boccia*, como mencionaram os de origem italiana) nos clubes também serviu como um espaço de interação, mas também de exploração. Como mencionado por Sérgio Floriano, alguns brancos mais privilegiados aproveitavam a habilidade dos jogadores negros na bocha para apostar, lucrando com as vitórias destes. Essa dinâmica ilustra não apenas as relações sociais complexas da época, mas também as formas de exploração e

¹⁵⁵ Nome do jogo em Língua Portuguesa.

¹⁵⁶ Situação retratada na reportagem conforme o Anexo G

marginalização enfrentadas pela comunidade negra, mesmo em contextos aparentemente inclusivos.

Portanto, a história dos clubes recreativos em Matão evidencia não apenas uma coexistência entre negros e imigrantes europeus, mas também as complexas dinâmicas de poder e privilégio que permeavam as interações sociais na sociedade da época.¹⁵⁷

Também ouvimos outras histórias que contaram sobre eventos nestes clubes da cidade, que podem demonstrar o racismo que ocorria na informalidade:

*O meu bisavô, Nicolau Jordão, chegou aqui de São Carlos, foi trabalhar na Fazenda Santa Etelvina, como meeiro, como a grande maioria das pessoas trabalhavam. Aí depois ele colheu uma lata de milho, catou uma lata de milho, assim, ele a minha bisavó, aí ela falou assim pra ele: leva essa lata de milho pra cidade e vende e vê o que você faz. E ele vendeu e comprou um bilhete de loteria e deu o prêmio máximo, como se você ganhasse na mega sena hoje com um bilhete único. Então aí ele comprou metade do Centro. Num dos bailes de carnaval, que ele gostava, ele chegou no Grêmio e tentou entrar, mas foi barrado. Ué, porque eu não posso entrar? Ele não pôde entrar. Não entrou. Ficou marcada uma revolta, e também tinha o Sport, que não entrava preto. Mas nas seções, no Toriba, na Fazenda Tamanduá, cada uma tinha os seus clubes e lá entrava, era tudo misturado. Depois, nos anos 60, criaram a Sorema, que também não deixava.*¹⁵⁸

Mesmo possuindo dinheiro, Nicolau Jordão foi barrado na entrada do clube. Isto significa que nem sempre as condições econômicas era o que separava o branco e o negro, mas o preconceito de cor. Sérgio “Sabará” Figueira reforça, ainda, que tais fatos não aconteciam nas colônias.

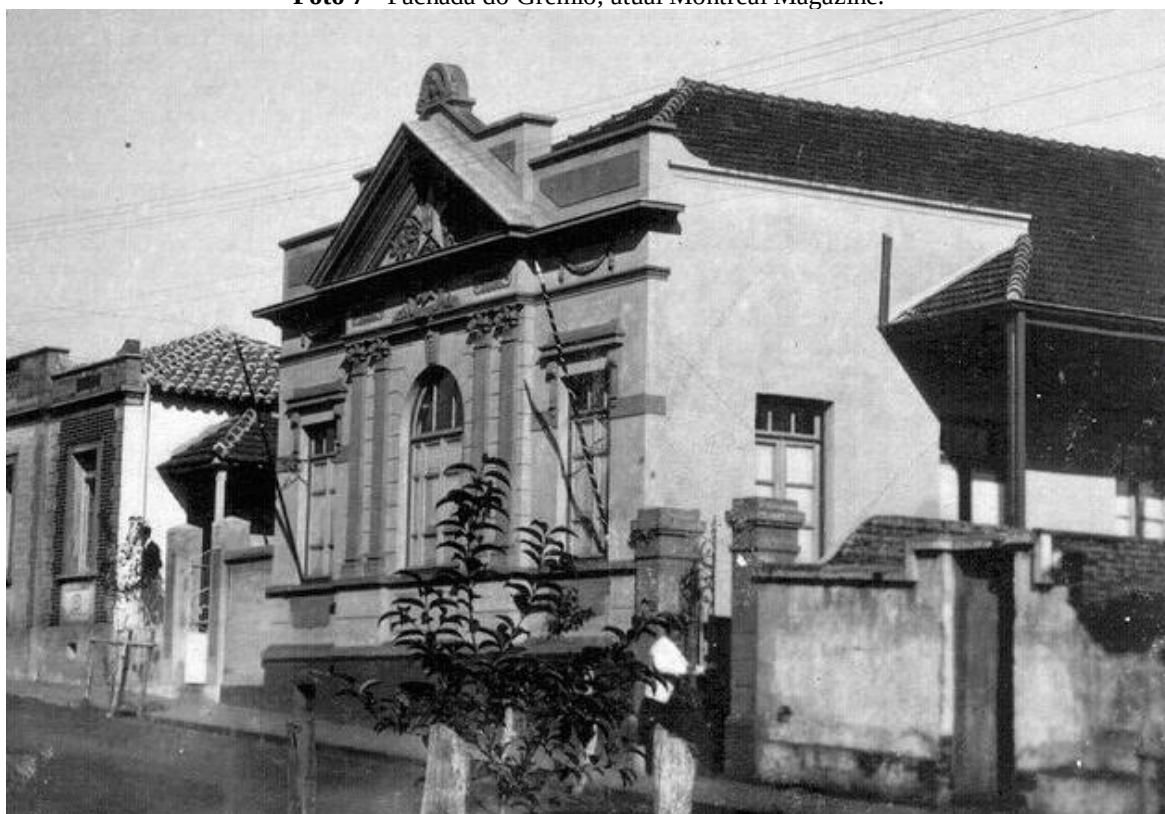
O Grêmio era ainda o prédio velho, sem a reforma que o descaracterizou. Contudo eu não duvido [que havia racismo] porque, a partir do momento em que as pessoas negras passam a ter mais visibilidade, a serem mais bem-sucedidas, o preconceito que sempre existiu aparece. É mais fácil posar de bonzinho pra sentir-se superior, se é que me entende. Na Sorema, a seleção se fazia pelo dinheiro, não sei como é hoje.

¹⁵⁷ Coloco aqui as informações que foram colhidas junto ao entrevistado e que também estão no Anexo G, pois ele participou da série de reportagens “Histórias dos Negros em Matão”.

¹⁵⁸ O relato de Sérgio Luiz mostra que, mesmo podendo pagar para participar dos bailes de carnaval, foi barrado na portaria, certamente em decorrência da cor da pele.

Quanto aos clubes: havia o Grêmio, na Avenida 7 e o Sport Clube, na Avenida 15. O primeiro era aquele fundado pelos italianos e que precisou mudar de nome durante a segunda guerra, sob o governo de Getúlio Vargas. O segundo era frequentado mais pelos operários, comerciários e profissionais como barbeiros, sapateiros, alfaiates e negócios afins, independentemente de serem filhos de italianos ou não. Não havia, à época, impedimento da entrada de negros no Grêmio, não sei se no início havia. Tenho foto da Maria Augusta¹⁵⁹ comigo e amigas formando um bloco carnavalesco que brincou na antiga Stella D'Italia.¹⁶⁰

Foto 7 - Fachada do Grêmio, atual Montreal Magazine.



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Cezar (2023).

Sobre a segregação nos clubes da cidade, a dinâmica das relações não é uma tarefa simples de ser apreendida: por vezes a cor da pele parece afunilar a entrada das pessoas e, em outras, as condições econômicas. E como já mencionei na fala de João Bento: *Então essa trajetória do negro ela é feito de fato histórico que você não consegue acreditar se é racismo, se é segregação ou se é condição social [...]*.

¹⁵⁹ Amiga de Alba, negra.

¹⁶⁰ Reflexões de Alba sobre racismo e preconceito nos clubes fundados pelos imigrantes.

São histórias diversas, que não nos permitem realizar afirmações. Mas fica aqui o registro da complexidade, que ora permite dizer que havia preconceito de cor.

Uma das entrevistadas também citou o *footing*. Segundo Tenório (2004), em meados do século XX, havia uma prática chamada *footing*, que nada mais era que um passeio pelas ruas da cidade. Conforme menciona Silva (1971) este hábito separava os negros e os brancos. Assim como aconteceu em muitas localidades, o *footing* também foi observado em Matão. *No footing em frente ao Cine Politeama os grupos se formavam mais entre pessoas vizinhas ou colegas de trabalho ou escola.*¹⁶¹

Tutu contava que o calçadão no centro de antigamente era local de encontro, mas negros e brancos não se misturavam. Brancos costumavam ficar pela praça, enquanto os negros passavam pelos arredores. Quando falamos na separação entre brancos e negros, é possível afirmar que o centro da cidade foi local para tal fato. O *footing* é um exemplo, bem como algumas situações relacionadas aos clubes.

Por volta de 1960, começou-se também a se discutir sobre a formação de um clube para que se fizesse uma piscina em Matão. A Sociedade Recreativa Matonense (Sorema) também está na memória dos negros quando se fala em segregação racial:

*Um certo dia eu estava descendo com a minha mãe, Marlene David, aquela rampinha que dá acesso ao clube onde aconteciam os bailes. Eu era pequena e notei as pessoas olhando, elas olhavam pra mim. Aí eu perguntei: mãe, por que todo mundo tá olhando pra gente? Minha mãe respondeu: é porque nós somos uns dos únicos pretos que têm o título deste lugar.*¹⁶²

Segundo relatos, o negro começou a frequentar a Sorema quando uma senhora negra se casou com um dos presidentes do Clube.

*Aí abriram uma exceção, porque ele frequentava, os filhos frequentavam e ela não podia frequentar? Aí abriu uma exceção e ela podia entrar, menos na piscina. Quando o negro também pode entrar na piscina, aí os brancos começaram a construir piscinas nas suas próprias casas.*¹⁶³

¹⁶¹ Alba sobre o *footing* em sua mocidade na Matão de 1960.

¹⁶² Cleide contando uma experiência de sua irmã Marlene Cleonice na Sociedade Recreativa Matonense (Sorema).

¹⁶³ João Bento, sobre a Sorema.

*Uma vez ganhou para a presidência um senhor que gostava muito da Vila. Quando ele entrou na presidência da Sorema, aos poucos, os negros começaram a entrar.*¹⁶⁴

As vivências mostram ora o preconceito de cor, ora as condições econômicas. Por fim, havia instada uma situação que impedia a total participação dos negros em muitos locais na cidade, razão pela qual havia a necessidade de um espaço para a comunidade negra, o que fundamenta os esforços para se fundar a “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”.

¹⁶⁴ Cleide, sobre a entrada dos negros no Clube.

4 “SOCIEDADE MATONENSE DOS HOMENS DE CÔR”

[...] Eu vi que o mundo é para os fortes, não importa se haja pouca ou muita pigmentação. Não, eu não choro para o mundo.

Zora Neale Hurston (1979, p. 983)

4.1 Lugar de sociabilidade, solidariedade e política

A ata da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr” é um documento histórico que foi cuidadosamente guardado por Tutu, que armazenava todos os materiais e fotografias antigas da família. Em seu quarto havia um guarda-roupa com duas gavetas repletas de folhas amareladas e fotos em preto e branco. Certa vez, encontrei um livro com a capa quase se desfazendo, examinei seu conteúdo e solicitei que a Gráfica Matonense realizasse o serviço de reparo da capa e a colagem de algumas folhas. Esse cuidado foi necessário não por falta de zelo, mas pela passagem do tempo.

Na época, cursava a Graduação em Ciências Sociais, por volta de 2006. Desde então, o documento passou a fazer parte dos meus arquivos etnográficos (CUNHA, 2004). Imagine-se debruçar na leitura de uma ata escrita há setenta e cinco anos, considerando o ano de 2023, quando a pesquisa foi realizada. Não se trata de uma leitura comum; ao tentarmos nos colocar no mesmo contexto temporal das experiências descritas, ou seja, sermos coetâneos, a tarefa ganha um novo significado. Até um dado tempo, a ata estava bem escrita, detalhando os acontecimentos com clareza.

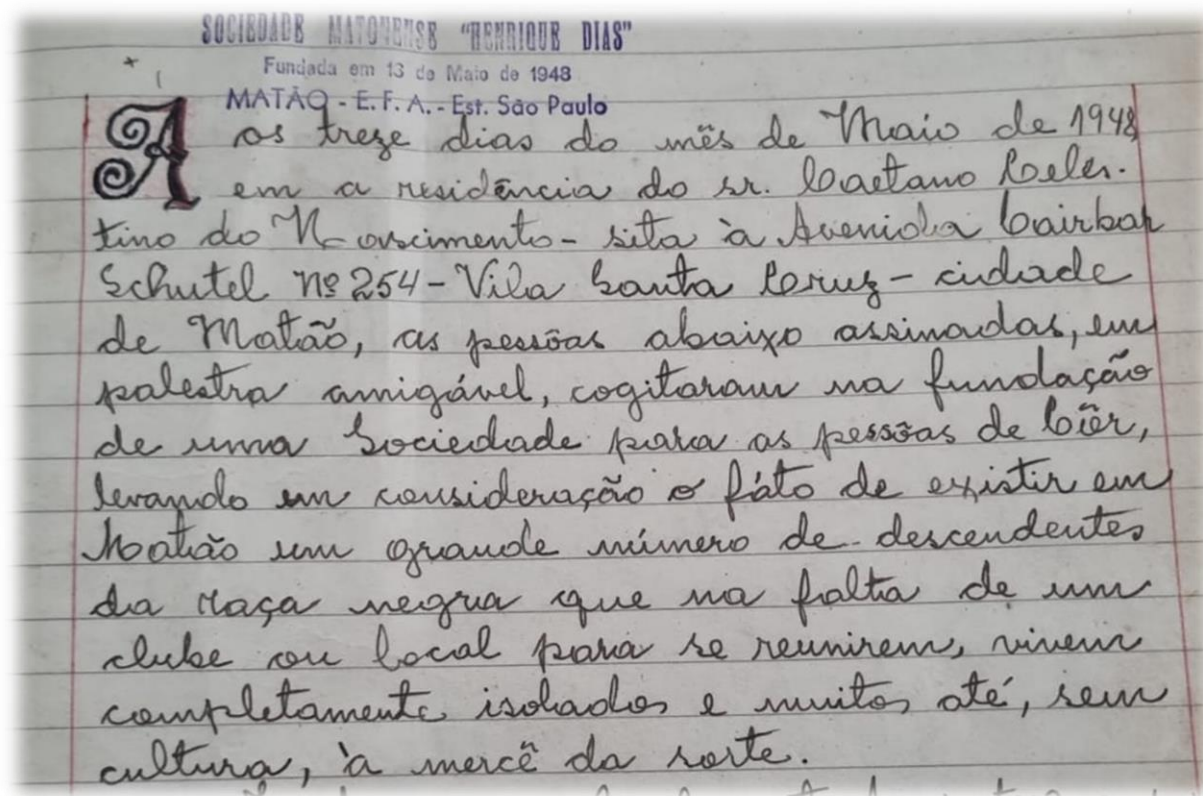
Muitas dessas reuniões, no início, ocorreram nos quintais das residências de membros da comunidade negra. Segundo Didinha Sbrissa relatou ao Jornal “A Comarca”¹⁶⁵, a sua avô materna, Josefina de Arruda, cedia o quintal para que acontecessem reuniões dos “pretos distintos” que levantaram a bandeira do movimento negro na época, para discutir assuntos referentes a criação de um clube.

Tudo começou no dia treze de maio de 1948, na residência de um morador da Vila Santa Cruz, o senhor Caetano Celestino do Nascimento, onde oito pessoas se reuniram com a intenção de discutir a viabilidade de fundar uma sociedade destinada às “pessoas de côr”. A motivação para o ato se fundamentava no grande número de descendentes da “raça negra” que

¹⁶⁵ Anexo O.

viviam na época, isolados, carentes de cultura e à mercê do destino, conforme descreve a ata de fundação. Neste primeiro encontro apontaram para a necessidade de uma segunda reunião para a qual seriam convidados todos os “homens de côr”, pois aqueles presentes na iniciativa eram insuficientes para levar a cabo um projeto grandioso.

Foto 8 - Parte da primeira página da ata da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”.



Fonte: Sociedade Matonense Henrique Dias (1948, p. 1).

Na reportagem “Sociedade Matonense de Homens de Cor”¹⁶⁶ equivocadamente foram relatados dez nomes presentes na primeira reunião, Euclides Alves de Lima e Ernesto de Andrade Balthazar não assinaram a ata neste momento em específico, conforme o documento histórico, que nos permite realizar tal afirmação¹⁶⁷. No mesmo texto, observamos o seguinte subtítulo “nos anos 1940, o movimento negro uniu lideranças por inclusão social”¹⁶⁸. Ao examinar a ata em sua essência, não faria uso dos termos “liderança” e “inclusão social”. Isso porque as reuniões não envolveram apenas líderes, mas pessoas comuns que aspiravam a um

¹⁶⁶ Anexo M.

¹⁶⁷ Na primeira reunião estavam presentes oito homens negros, os quais poderiam ser chamados de liderança: Gentil Celestino do Nascimento, Otavio Barboza da Silva, Juvenal dos Santos, Octacílio David, Benedito Pereira, Guerino Ribeiro, Benedito de Paula e Cheophas Guimarães.

¹⁶⁸ Anexo M.

futuro melhor. Além disso, “inclusão social” não captura totalmente a essência da luta, pois não buscavam ser incluídos em locais onde não eram bem-vindos, mas criar um espaço próprio para que a comunidade pudesse frequentar.

Logo na segunda reunião, decidiram o nome provisório: “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”. Os presentes sugeriram que não fosse uma denominação breve, mas definitiva. Estiveram presentes setenta e oito pessoas.

Nota-se, em relação ao primeiro encontro, um número significativo de interessados no mesmo objetivo e não somente os homens, mas mulheres da comunidade e todos os que se julgavam pertencer ao grupo. Deste modo, quando na primeira reunião se mencionou que seriam convidados todos os “homens de côr”, o termo carrega uma inclusão implícita: não só homens, mas também mulheres. Leônidas Pereira¹⁶⁹ em reportagem ao Jornal “A Comarca” aponta que o clube deu visibilidade, indistintamente, a homens e mulheres. E com o tempo não só para os negros, apesar de a comunidade negra ter iniciado o projeto.

No decorrer dos registros, nota-se o uso de algumas expressões, como “pêssuas de côr”, “raça” e “raça negra”. E deste modo, um grupo que se intitulava “pessoas de côr” realizaram uma série de reflexões e deliberações que foram o ponto de partida para uma jornada que impactaria as vivências da comunidade matonense (negra e não negra) nas próximas décadas.

As organizações começaram a se estruturar, mesmo sem um espaço físico para isso, razão pela qual as residências eram cedidas para os encontros. Uma diretoria provisória e um secretário foram designados para liderar os esforços iniciais. No entanto, a concretização da sociedade demandaria tempo e trabalho, uma vez que eram necessários recursos para a aquisição de terreno, materiais e outros elementos essenciais à construção do espaço físico, o que estaria além das condições econômicas de todo o grupo. Basta imaginar o contexto histórico: em geral estes negros eram descendentes de ex-escravizados.

Para iniciar foi organizado um livro para o registro do número de sócios, identificando aqueles que, de alguma forma, poderiam contribuir. Esses pioneiros foram então chamados de sócios fundadores. Os primeiros recursos foram obtidos por meio de um festival realizado no dia treze de maio de 1948¹⁷⁰ por alguns patrícios e a partir da doação espontânea de cinquenta cruzeiros feita pelo então prefeito da cidade, Dr. Leônidas Calígula Bastia. Nesse estágio, duzentos e oitenta cruzeiros foram arrecadados. Observa-se, portanto, um movimento para

¹⁶⁹ Reportagem no Anexo M.

¹⁷⁰ O dia treze de maio era sempre comemorado pela comunidade. Na ata, observam-se reuniões para discutir, todos os anos, como seriam feitas as festividades em comemoração à abolição.

conseguir recursos para a construção de um local, que até então era o principal objetivo do grupo.

A necessidade de uma gestão financeira para que a “Sociedade Matonense dos Homens de Côr” conquistasse um espaço físico tornou-se evidente, resultando na nomeação de um tesoureiro responsável por coletar as contribuições destinadas à tão almejada construção deste espaço. Uma diretoria provisória, composta por presidente e secretário, foi estabelecida até que os documentos da sociedade fossem legalizados, momento em que seriam realizadas eleições de acordo com os estatutos que seriam elaborados. Uma comissão foi escolhida para a construção deste documento, dando início, portanto, ao processo.

Quadro 1 - Constituição da Diretoria Provisória da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr” até que houvesse eleições conforme Estatutos.

Definido em treze/05/1948	
<i>Presidente</i>	Otavio Barboza da Silva
<i>Secretário</i>	Gentil Celestino do Nascimento
Definido em 28/05/1948	
<i>1º Tesoureiro</i>	Cleophas Guimarães
Comissão para elaborar os estatutos	
	Juvenal dos Santos
	Cleophas Guimarães
	Gentil Celestino do Nascimento
Definido em treze/12/1948	
<i>Vice-Presidente</i>	Juvenal dos Santos
Conselho Deliberativo	
	Paulo Albano
	Sebastião Benedito Alves
	Sebastião Mariano
	Anselmo Alves
	Ernesto de Andrade Balthazar
	Izaltino Alves
	Benedito Mariano
	Eugenio Mariano

Continua

	Caetano Celestino do Nascimento
	Miguel Ferreira
Definido em 17/12/1948	
<i>1º Tesoureiro</i>	Cleophas Guimarães (até então provisório)
<i>2º Tesoureiro</i>	Guerino Ribeiro
<i>2º Secretário</i>	Benedito Geraldo de Andrada Balthazar

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A terceira reunião, ocorrida em dezembro de 1948, marcou um importante avanço. A comissão encarregada da elaboração dos estatutos apresentou um esboço, que foi aprovado por unanimidade após a sua leitura. Nesse dia, a presidência anunciou a ideia de organizar um programa de diversões com o objetivo de conseguir recursos para a sociedade: Baile de Jazz e Brincadeiras Dançantes.

Os Bailes de Jazz aconteciam nas festividades organizadas pelo grupo no início. O jazz tem raízes profundas na cultura afro-americana, originando-se nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, sendo uma expressão musical com influências de diversas tradições culturais africanas, europeias e americanas. Foi fortemente influenciado pelo contexto histórico da segregação racial e da luta por direitos civis nos Estados Unidos. Segundo Guimarães (2003), não se pode desconsiderar a contribuição do negro para com a música, como o jazz, conhecido, dentre outras, como música negra.

No período em que viveu, Zora Neale Huston trata da questão musical na composição de sua identidade: “Quando eu sento no porão resfriado que é o *The New World Cabaret* com uma pessoa branca, a cor aparece” (HURSTON, 1979, p. 984) Na obra Hurston (1979) comenta que ao ouvir a música ela sente como se os tambores tocassem dentro dela, fazendo com que cante, dance e grite. No entanto, nota que o branco que está ao lado apenas ouviu aquilo que ela sentiu. “Os tambores também podem ser lidos como uma remissão à cultura africana” (GUIMARÃES, 2019, p. 48).

As brincadeiras dançantes marcaram não só as festividades dos homens de cor era uma forma de lazer comum na época. *No meu tempo, além disso, eram promovidas as tais “brincadeiras dançantes” com a música dos discos...*¹⁷¹

¹⁷¹ Lembranças de Alba sobre os bailes no Stella d' Italia e Sport Clube 7 de Setembro.

*Quando criança algumas vezes eu acompanhei a minha avó materna Marlene David dos Santos em alguns eventos que tinha no Clube Henrique Dias. Havia um evento chamado brincadeira, era tipo um baile no clube e não frequentavam só pessoas negras, embora, foi feito para o acesso dos mesmos. Frequentavam pessoas de todas as cores.*¹⁷²

Voltando à história do clube, na discussão sobre os detalhes financeiros e no estabelecendo de valores para contribuições de sócios e não sócios, nos diferentes eventos, observou-se que não havia distinção entre pessoas: não entravam somente negros, mas era aberto para todos. E as presenças múltiplas se faziam presente em todo o processo de constituição da referida sociedade:

*[...] seria cobrado a importância de 5 cruzeiros para os homens que já contribuem mensalmente para os cofres da sociedade e 3 cruzeiros para as senhoras e senhoritas nas mesmas condições e as pessoas estranhas à sociedade contribuíram com 8 cruzeiros os homens e 5 cruzeiros as senhoras e senhoritas para as brincadeiras.*¹⁷³

No entanto, para o referido evento ficou estabelecido o preço único de três cruzeiros para os homens e de dois cruzeiros para as mulheres.

O dia treze de maio foi escolhido para a fundação da sociedade, uma data emblemática que marca a Abolição da Escravatura que sempre foi celebrada pela comunidade. Deste modo, dois dias após o primeiro aniversário da fundação (treze de maio de 1949), o tesoureiro apresentou o balancete referente às atividades da sociedade até aquela data. Questões administrativas foram discutidas, incluindo o envio do Extrato do Estatuto para São Paulo, visando à publicação no Diário Oficial.¹⁷⁴

Na ocasião, a festividade de treze de maio aconteceu num salão de propriedade de Floriano Teixeira, cedido pelo mesmo, localizado na Avenida 28 de Agosto, nº 888, obedecendo ao programa estabelecido pela sociedade.

Tenho lembrança de minha mãe contando que na Vila o treze de maio era comemorado com batuque. E da infância à mocidade, me lembro de bailes que aconteciam

¹⁷² Márcio, ao tratar das “brincadeiras” no Clube Henrique Dias, já na década de 1980.

¹⁷³ Sociedade Matonense Henrique Dias (1948, p. 5).

¹⁷⁴ O Extrato do Estatuto foi enviado em 31 de janeiro de 1949.

*debaixo de um enorme pé de jatobá em casa de um senhor cujas filhas estudavam no Grupo e que o chamavam de “seu Anselmo Preto”.*¹⁷⁵

*Anselmo Preto era o balista das escolas de samba, ele ficava na frente com um bastão, mexendo entre os dedos. Anselmo preto, o Anserminho, irmão da Dorva.*¹⁷⁶

Em dezessete de maio de 1950, apresentou-se aos quarenta e quatro presentes que compareceram na reunião, o Extrato do Estatuto que havia sido publicado no Diário Oficial em dezesseis de abril de 1950 e que, posteriormente, seria enviado a repartição competente para que se fizesse o devido registro. Nesta ocasião também se falou sobre a festa em comemoração ao segundo aniversário da sociedade, que aconteceu no dia treze de maio, num salão de propriedade do senhor Jordelino Pereira, na Avenida 15 de Novembro, Bairro Alto. O presidente (Otavio Barboza da Silva) enalteceu a colaboração que a sociedade estava recebendo dos “patrícios”, ou seja, pessoas que não eram pertencentes à raça negra e que amparavam e acolhiam todas as iniciativas da sociedade.

No dia do evento (treze de maio) e na reunião do dia dezessete, foi lido o discurso que apresentava, então, os andamentos e resoluções da sociedade até aquela data:

Nossa sociedade completa hoje o seu 2º aniversário de fundação. Ao contrário do primeiro ano, nestes ultimos 365 dias, quasi nada conseguimos fazer para o progresso da mesma. Esta Diretoria Provisória se nada de positivo conseguiu, não quer dizer que ficou inativa durante todo esse tempo. Organizamos os Estatutos da Sociedade, cujo Extrato foi publicado no “Diário Oficial” do dia 16 de Abril ultimo e estamos ultimando os papeis afim-de que os mesmos sejam registrados, ficando assim definitivamente legalizada a “Sociedade Matonense de Homens de Côr”. Neste ano que passou não organizamos nenhum festival, por falta de um local apropriado para tal mistér, e, por conseguinte não conseguimos aumentar o saldo de CR\$ 3.000,00 e pouco mais arrecadados no ano passado graças a boa vontade de alguns patrícios e também de pessoas não pertencentes à raça. Por esse mesmo motivo fomos forçados também a não receber mais mensalidades que vinham sendo regularmente angariadas para os nossos cofres dos 130 socios contribuintes. Pretendemos que depois de legalizados os papeis da Sociedade e eleita a Diretoria de acôrdo com os Estatutos elaborados, possamos contar com bôa vontade de todos os que pertencem à raça negra de Matão, aliada aos esforços dos Diretores eleitos e principalmente com o auxilio das autoridades Municipais e a colaboração da Autoridade Policial do Município, para que no futuro os negros Matonenses possam ter uma sociedade para divertir-se, educar seus filhos e beneficiar os menos favorecidos da sorte, para nosso proprio orgulho, para orgulho de Matão e

¹⁷⁵ Lembrança de Alba sobre a Vila.

¹⁷⁶ Comentário de João Bento. “Anserminho” era um senhor negro, de baixa estatura, com quem Tutu gostava muito de conversar. Trabalhava no Apoloni, loja de materiais de construção, quando o negócio era perto do Clube Sorema.

principalmente, para orgulho da nossa querida Pátria (SOCIEDADE MATONENSE HENRIQUE DIAS, 1950, p 11).

É possível notar a necessidade de um espaço para que o grupo pudesse realizar suas atividades. Ao analisarmos o desenrolar do processo ao longo dos anos, é possível afirmar que uma das grandes conquistas da comunidade foi a aquisição do terreno e construção do clube, na Rua João Pessoa, nº 1765. O esforço contínuo de nossos antepassados persistiu até 1966, quando finalmente inaugurou-se, no ano de 1966, a pista de dança e outras instalações da sede que já estavam concluídas. Foi, portanto, uma jornada de dezoito anos. Estas informações nos levam a imaginar a persistência do grupo que, até então, não podia frequentar, em sua maioria¹⁷⁷, outros espaços na cidade.

Em 1951 foi proposta a mudança de nome da sociedade, após se apresentar algumas especificidades da portaria nº 29 de 30 de dezembro de 1948, “Divisão de Diversões Públicas” (Constituição Federal de 1946)¹⁷⁸. Em obediência a essa Portaria, o nome “Sociedade Matonense dos Homens de Côr” passaria por outra denominação, cujo nome seria submetido à escolha dos presentes em reunião. Deste modo, dentre uma diversidade de nomes apresentados, venceu o seguinte: “Sociedade Matonense Henrique Dias”, chamada também, simplesmente, de “Clube Henrique Dias”.

Henrique Dias tratava-se de um negro combatente, escravo e que tentava a sua alforria a partir de envolvimento na guerra. O que se sabe é que havia constituído família e que teve quatro filhas. Nasceu no Brasil, descendente de angolanos. Destacou-se pela coragem, engenhosidade militar e mutilação física nas batalhas. Uma questão que se coloca ao observar este personagem na história é a relação de proximidade com senhores brancos que, a primeira vista, parece ser uma contradição: “um negro lutando a favor dos senhores brancos?” (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 80).

Para o historiador Luiz Geraldo Santos da Silva, as motivações pareciam duas. Uma delas seria a condição de católico fervoroso que lutava contra o holandês protestante. A outra seria a possibilidade de ascensão social que a carreira militar oportunizava. No entanto, a sua vida carregava dois elementos contrários: submissão e contestação. Identidade africana com aceitação do poder do branco, o que ocasionava ora lealdade com os negros, ora tirania contra

¹⁷⁷ Não eram todos que não podiam frequentar os outros clubes, pois os “negros de alma branca”, aqueles escolhidos, tinham acesso aos clubes onde a segregação ocorria na informalidade.

¹⁷⁸ Esta portaria está na íntegra no Anexo S. Na ata consta que é uma portaria de 30 de dezembro de 1948, porém a sua publicação no Diário Oficial se deu em 01 de janeiro de 1949. Por meio desta portaria regulamentam-se os eventos e as instituições promotoras de evento em diversos quesitos, como horário de funcionamento naquele dado período.

os mesmos. A sua luta alcançou outros negros, a partir da criação de corpos militares com suas próprias especificidades, chamados de terços dos Henriques, instituídos em toda América Portuguesa. A questão é complexa, na medida em que resultava na manutenção do poder do branco e do escravismo, já que as formações serviam aos governos das capitanias e império português, mas também serviu para reforçar a identidade negra que buscava liberdade e lugares melhores na sociedade (MUNANGA; GOMES, 2004).

*Quem é que consegue montar um exército de negros para expulsar os holandeses? Henrique Dias. Quem criou a primeira força policial de homens armados no Brasil, foi Henrique Dias. E quando ele manda uma carta para Dom João IV em Portugal, ele queria saber quem é que escreveu aquela história bonita, pedindo clemência para que não fizesse tudo aquilo com os negros. E a carta era tão bem escrita e tão bonita, que o rei de Portugal queria saber e eles descobriram que quem escreveu a carta foi um negro. Aí entrou em questões, perai? Vocês estão falando que o negro é um ser movente, um objeto que anda, como que esse negro conseguiu?*¹⁷⁹

Deste modo, após três anos, a sociedade passa a se chamar “Henrique Dias”, conforme a ata de seis de novembro de 1951. Haveria, ainda, muitos esforços para a conquista do tão almejado espaço. E não estavam sozinhos. Observam-se inúmeras referências aos “patrícios” e pessoas não pertencentes à “raça”, que sempre auxiliavam nas iniciativas do grupo. Isso demonstra que não apenas a comunidade negra lutava pelo espaço de socialização.

*Patrício e aquele que ficava junto com a gente [...] muitos brancos se sentia seguro na Vila... alguns aprontaram muito, bebiam, e na cidade, por exemplo, no centro da cidade eles num eram valorizados, então eles vinham pra Vila e chegava ali todo mundo gostava deles. Quer dizer que ali eles eram valorizados. Então eles falavam assim: ah patrício, paga uma lá, patrício. Entendeu? Então, patrício era as pessoas que conviviam no meio.*¹⁸⁰

Em janeiro de 1952 os membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal reuniu-se para discutir preliminarmente sobre diversos assuntos referentes à sociedade. Informou a finalidade da reunião do dia trinta e um de dezembro do ano anterior, que foi justamente o

¹⁷⁹ Quem foi Henrique Dias nas palavras de João Bento quando estávamos falando sobre o nome escolhido para a Sociedade.

¹⁸⁰ Quem eram os patrícios, segundo João Bento.

recebimento de um auxílio municipal de CR\$ 10.000,00, a partir de um projeto de autoria do vereador Januário Groppa, ratificado pelo prefeito municipal em exercício, Dr. Leônidas Calígula Bastia. A importância seria destinada para a construção da sede própria que ficou depositada na Casa Bancária Irmãos Malzoni.

Nesta ocasião, a presidência do clube pediu para que se fizessem notas de agradecimentos ao senhor Januário Groppa (vereador) e ao prefeito Dr. Leônidas Calígula Bastia, nos jornais locais.

Em abril de 1952, como ainda não havia um espaço, discutiu-se sobre a locação de um prédio, pois a sociedade estava semi-inativa por falta de um local que pudesse levar a frequência do clube. Como se aproximava a data de aniversário da sociedade e também do 64º aniversário da Abolição da Escravatura, resolveu-se alugar um prédio no valor quatro mil cruzeiros, por um ano, sendo o pagamento feito em duas prestações (maio e dezembro de 1952). Na ocasião, o locatário foi autorizado a demolir quatro paredes divisórias existentes no referido prédio, obrigando-se a reconstruí-las ao terminar o contrato para a devida entrega ao locador.

Foi realizada, deste modo, a tradicional festa comemorativa da libertação dos escravizados. A realização do evento contou com publicação no Jornal “A Comarca”:

A Sociedade Matonense Henrique Dias, inaugurou festivamente a sua sede social provisória à Rua Ruy Barbosa, nº 834, comemorando o 64º aniversário da Abolição da Escravatura e a passagem do seu quarto aniversário de fundação. A essas solenidades, compareceu elevadíssimo número de pessoas, o que veio dar maior realce aos mesmos, notando-se a presença de Exmos. Senhores: Newton de Azevedo Caivano, Prefeito Municipal; Dr. Helio S. Magro, delegado de polícia; Dr. Alcides Vesani, presidente da Câmara Municipal; Rev. Pe. Nelson Antônio Romão; Luiz Lazzarini, gerente do Banco Artur Scatena, local; Prof. Luiz Fontana Filho, Diretor da Escola Normal e Ginásio Estadual, local; vereadores Dr. Leônidas Calígula Bastia, Januário Groppa, Américo Parisi; representando “A Cidade de Matão”: Jorge Cechetto; Osmar da Costa, representando o sr. Armínio de Arruda Camargo; Leonel da Cruz, representando “A Comarca”.

Às 20h15 teve início a parte cívico-literária que obedeceu ao seguinte programa: Homenagem Póstuma: um minuto de silêncio em memória dos confrades José David, Antonio Ribeiro, José da Silva (Carabina), Jordelina Pereira, Rubens Parada de Lima. Poesias: “Trabalhar”, srta. Aparecida Silva; “Sonho de Negra”, menina Maria Aparecida Alves; “A Pátria”, srta. Lourdes Silvério; Discurso para o senhor João Crisóstomo; “Ser Livre”, poesia da menina Dercilina Albano, “Luiz Gama”, srta Joseita Francisco; Discurso pelo senhor Francisco Bayona; Saudação pelo Rev. Pe. Nelson Antônio Romão; “Histórias para Crianças”, poesia, menina Maria Aparecida Ribeiro [...].¹⁸¹ (SOCIEDADE MATONENSE HENRIQUE DIAS, 1952, p. 17).

¹⁸¹ Trecho extraído da ata do Clube Henrique Dias, que é também uma transcrição da matéria veiculada no Jornal A Comarca.

Neste dia, antes do encerramento, o Prefeito Municipal, Newton de Azevedo Caivano, falou sobre a data de treze de maio e a sua significância e também aproveitou para transmitir aos presentes à notícia de que em breve a sociedade receberia um terreno para a construção de sua sede própria. “Tal notícia foi recebida com prolongada salva de palmas.”¹⁸²

Terminou-se, assim, o evento regado a refrigerantes, bolos e bolos artísticos, doados pelos participantes neste dia... *Dona Nair Galvão fez a doação de um bolo artístico para esta data. Mas também, era uma excelente cozinheira, saudades do Marrom Glacê.*¹⁸³

Apresentei partes da notícia publicada no jornal local, transcrita na ata, justamente para subsidiar algumas interpretações. A Sociedade Matonense Henrique Dias contou com uma grande participação de público e de autoridades no município. O evento foi realizado a partir das doações e organização de pessoas do próprio clube e também de patrícios e daqueles que simpatizam com o grupo. No entanto, nos clubes existentes no centro da cidade, o negro não poderia entrar. Cruzando com as demais informações, como vemos em “As relações na Matão do passado”, pode-se dizer que havia certa discriminação por parte dos imigrantes italianos fundadores dos espaços de lazer, no caso o Stella D'Itália e Sport Clube 7 de Setembro. Diante do exposto, de antemão podemos justificar o título: lugares de sociabilidade, solidariedade e política.

No dia vinte e um de setembro de 1952 na sede provisória da sociedade, localizada na Rua Ruy Barbosa, 834, além da grande massa “colored” foi prestada homenagem ao Deputado Estadual Dr. João Salgado Sobrinho¹⁸⁴ que compareceu na sede às 20h junto com outros políticos e suas respectivas esposas¹⁸⁵. A sessão foi aberta pelo presidente Otavio

¹⁸² Trecho extraído da ata do Clube Henrique Dias, 1952, p. 17.

¹⁸³ Cleide, sobre Dona “Nair Galvão”. Anayr Marcondes Galvão nasceu em 18 de outubro de 1928, em uma fazenda nos arredores de Araraquara, e mudou-se para a Fazenda Boa Vista, em Matão, na infância. Desde cedo, ela enfrentou desafios econômicos e sociais, começando a trabalhar na lavoura aos sete anos para ajudar no sustento da família. Apesar das dificuldades, Anayr demonstrou determinação e resiliência, trabalhando em diversas ocupações, desde enfermeira até cozinheira e empresária. Sua dedicação ao trabalho e sua habilidade culinária a tornaram uma figura conhecida e respeitada na comunidade, tanto pelo serviço prestado quanto pelas delícias gastronômicas que preparava. Além de suas realizações profissionais, Anayr também se destacou em atividades sociais e culturais. Sua participação ativa no Carnaval local e seu envolvimento com o movimento negro demonstram seu compromisso com a preservação das tradições culturais e com a luta contra a discriminação racial e religiosa. Sua postura de respeito e inclusão, evidenciada pelo acolhimento de pessoas de todas as origens em seus estabelecimentos comerciais e atividades comunitárias, reflete os seus valores e sua visão de uma comunidade unida e diversa. O Anexo N nos apresenta a sua história.

¹⁸⁴ João Salgado Sobrinho era matonense.

¹⁸⁵ Estavam presentes Ítalo Ferreira, Nagib Kfoury, Augusto Ferreira, José Martins, Manoel Dias de Lima, Manuel S. de Souza, José Salgado, Manoel Salgado.

Barboza da Silva e passou-se a direção do evento para Juvenal de Santos e o senhor João Crisóstomo que saldou, de improviso, o deputado. Gentil Celestino do Nascimento leu uma saudação e a senhorita Eunice Pereira de Andrada declamou a sua poesia intitulada “Vozes da África”. O deputado falou sobre a sua meninice em Matão e concluiu prometendo auxiliar na construção da sede própria. Terminou-se o evento com uma sessão cívica, servindo-se bolachas com chá para o deputado e comitiva e, depois disso, seguiu-se a brincadeira dançante até altas horas.

Em nove de novembro de 1952 a sociedade passava por grandes dificuldades e era preciso tomar medidas emergenciais e que se fizesse uma campanha bem articulada para conseguir “numerários”¹⁸⁶ para o efetivo funcionamento do clube. O ponto principal e o primeiro a ser discutido era a doação de um terreno, o que seria feito pela Prefeitura Municipal. Também era necessária uma solução para os bailes e brincadeiras dançantes, pois estes estavam impossibilitados de acontecer devido às despesas com contratos de jazz e conjuntos musicais. Deste modo, a campanha também contaria com a aquisição de um amplificador com alto-falante e um pick-up. Eunice Pereira e João Crisóstomo ficariam responsáveis por uma campanha do livro para a biblioteca.

Ainda, seria preciso realizar a cobrança de recibos, o que não era uma tarefa simples: necessitava percorrer longas distâncias e receber de todos os associados. Carmem Pereira se dispôs a ajudar neste sentido.

Em vinte e cinco de novembro de 1954, devido ao afastamento do primeiro secretário, Gentil Celestino do Nascimento, por motivos de saúde e na ausência do segundo secretário, por meio do Artigo 18 do Estatuto, escolheu-se João Chrysostomo Júnior como secretário.

Quadro 2 - Alteração de secretariado conforme o Artigo 18 do Estatuto.

Definido em 25/11/1954	
<i>1º Secretário</i>	João Chrysostomo Júnior

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No dia primeiro de dezembro de 1954 se fez uma reunião para escalar uma comissão para homenagear o Deputado Dr. João Salgado Sobrinho que visitaria a cidade em cinco de dezembro do mesmo ano. A comissão foi composta pelos seguintes membros: Juvenal dos Santos, Cleophas Guimarães, João Chrysostomo Junior, Orlando Galvão e Juvenil Moreira.

¹⁸⁶ Recursos financeiros.

Em vinte e oito de dezembro de 1954 devido a ausência por viagem do secretário nomeado João Chrysostomo Junior, este foi substituído por Cleophas Guimarães. Neste dia a comissão responsável por homenagear o Deputado Dr. João Salgado Sobrinho esclareceu a todos como foi o andamento do evento, o qual envolveu o deputado matonense que tem lutado em prol da comunidade negra.

Quadro 3 - Alteração de secretariado devido motivos diversos.

Definido em 28/12/1954	
<i>1º Secretário</i>	Cleophas Guimarães

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em trinta e um de janeiro de 1955 a sociedade encontrava-se numa situação difícil pela falta de um local para reunirem-se, o que estava tornando impossível seguir com o programa elaborado e até mesmo para que a finalidade da sociedade fosse atingida, que era apresentar festas de arte e festivais e, principalmente, a fundação de escolas educativas para os filhos dos associados. Também havia a hipótese de se criar dentro da sociedade uma escola para a alfabetização de adultos. Deste modo, uma Assembleia Geral foi convocada por Juvenal dos Santos. Informou-se que seria adequado para a sociedade permanecer inativa caso não funcionasse conforme o que estava previsto nos Estatutos (Artigo 2º, alíneas a, b, c). O fato se dava unicamente pela falta de um local.

Após cinco anos, em dezesseis de abril de 1960, a diretoria foi reunida após ser convocada pelo presidente Otavio Barboza da Silva. A reunião aconteceu no prédio nº 73 localizado na Avenida Campos Sales. O motivo era o recebimento de um ofício municipal comunicando a doação de um terreno para a Sociedade Matonense Henrique Dias, por meio da Lei nº 166 de 09 de novembro de 1959.¹⁸⁷

No dia três de abril de 1960 houve uma Assembleia Geral Extraordinária com a reunião de sócios e diretores, conforme os Estatutos Sociais, a qual foi presidida por Guerino Ribeiro. Discutiu-se sobre a construção da futura sede. Elegeu-se o novo Conselho Deliberativo por meio de votação pública, conforme segue:

¹⁸⁷ Anexo A.

Quadro 4 - Conselho Deliberativo eleito em 03 de abril de 1960 por meio de votação pública.

Elegido em 03/04/1960	
Conselho Deliberativo	
	Sebastião Junqueira
	José João Luiz
	Rubens de Paula
	Clóvis Crisóstomo
	José de Paula Filho
	Fortunado Soares Barbosa
	Benedito Sabino
	José Aparecido Luiz
	Mario Silverio
	Walter Marcondes

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após a escolha do Conselho Deliberativo, conforme Artigo 21, alínea A, o Conselho elegeu Presidente e Vice-presidente, bem como o Conselho Fiscal e demais membros:

Quadro 5 - Demais membros eleitos em 03 de abril de 1960 por escolha do Conselho Deliberativo.

Elegido em 03/04/1960	
<i>Presidente</i>	Otávio Barbosa da Silva
<i>Vice-Presidente</i>	Juvenal dos Santos
Conselho Fiscal	
	Benedito Mariano
	Domingos Alves
	Sebastião Pereira
Secretários	
1º	Cleophas Guimarães
2º	Benedito Galvão
Tesoureiros	
1º	Francisco Ribeiro

Continua

2°

Guerino Ribeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No mês de abril de 1960 falou-se sobre os esforços para se receber o terreno doado e também sobre a necessidade de conseguir “numerários” para a sociedade, o que seria feito por meio de sorteios de prêmios doados e para isso era necessário a confecção de cupons.

E assim a sociedade caminhava sem um local específico para, efetivamente, realizarem todas as atividades que desejavam, até que pela falta de recursos financeiros, a sede provisória teve que ser devolvida, com dificuldades no pagamento da última parcela.

No dia dez de junho de 1962 reuniram-se para organizar o Concurso da Rainha “Colored”. Nair¹⁸⁸ Galvão ficou encarregada pelo concurso, sendo as candidatas Dirce Antônio Albano e Eva Araújo. O Baile ficou marcado para vinte e seis de agosto de 1962 e faria parte das Festividades do Padroeiro. A comissão responsável pela organização do baile foi a seguinte: Otavio Barbosa da Silva, Juvenal dos Santos, Domingos Alves, Sebastião Pereira, Francisco José Ribeiro, Guerino Ribeiro e Cleophas Guimarães.

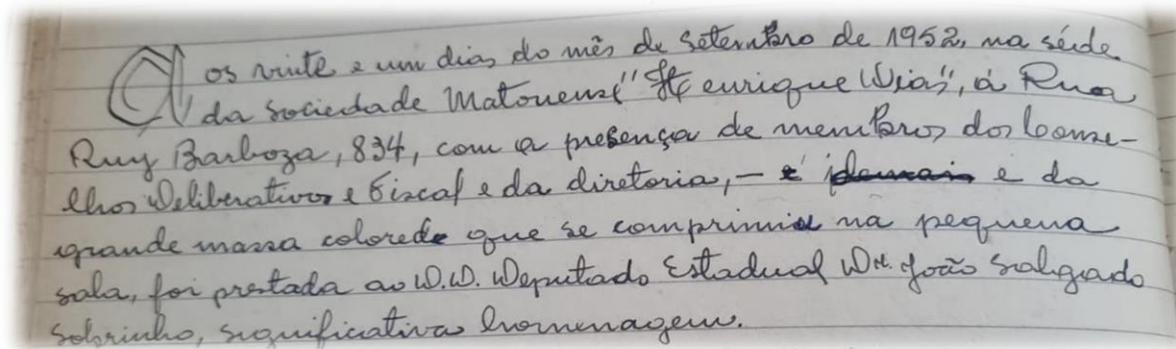
Expressões como “colored”, em tempos passados, eram utilizadas para descrever pessoas não brancas. No entanto, essa terminologia é considerada desatualizada. No ensaio *How It Feels to Be Colored Me*, que pode ser traduzido para o português “Como é Sentir-se uma Pessoa de Cor”, escrito por Zora Neale Hurston, em 1928, evidencia o uso do termo no contexto dos Estados Unidos para se referir a um grupo em específico. A escritora observa que em certos momentos ela se percebe como negra, ou “colored”, expressão usada para identificar pessoas não brancas, mas também empregada para descrever miscigenados em diferentes contextos. Em outras ocasiões, ela apenas reconhece a sua humanidade intrínseca, independentemente da cor de sua pele (ALVES; FERREIRA; SANTOS, 2019).

Nas imagens A e B observamos o uso desse termo na Ata da Sociedade Matonense Henrique Dias, conforme mostra a Foto 9:

¹⁸⁸ Anayr Marcondes Galvão.

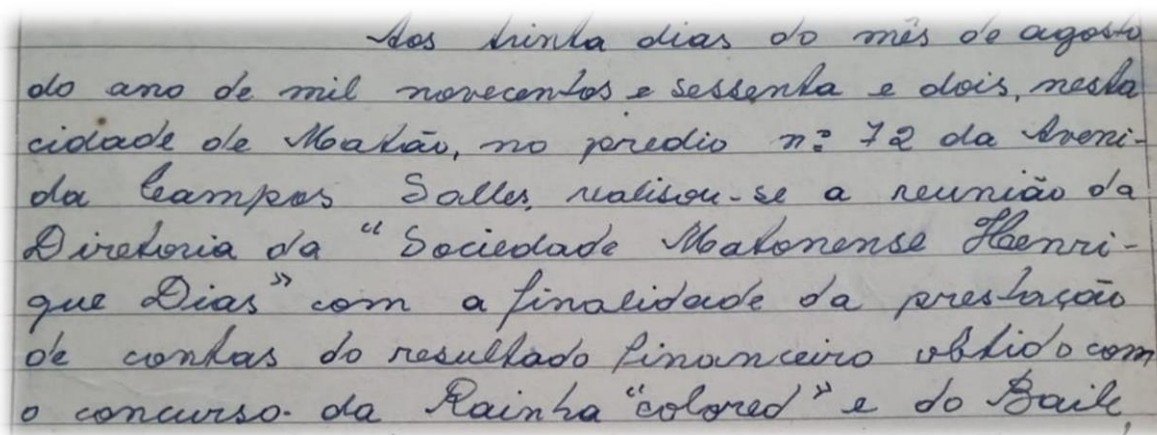
Foto 9 - Uso da expressão “colored”: massa colored (A) e Rainha Colored (B).

(A)



Os vinte e um dias do mês de Setembro de 1952, na sede da Sociedade Matonense "Henrique Dias", à Rua Ruy Barboza, 834, com a presença de membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e da diretoria, — e ~~pleno~~ e da grande massa colored que se comprimiu na pequena sala, foi prestada ao W.D. Deputado Estadual W.D. João Salgado Sobrinho, significativa homenagem.

(B)



Nos vinte dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Matão, no prédio n.º 72 da Avenida Campos Sales, realizou-se a reunião da Diretoria da "Sociedade Matonense Henrique Dias" com a finalidade da prestação de contas do resultado financeiro obtido com o concurso da Rainha "colored" e do Baile.

Fonte: Sociedade Matonense Henrique dias (1952, p. 18; 1962, p. 34).

Observando algumas especificidades da raça, cultura e identidade negra na imprensa tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, entre os anos de 1925 a 1950, o uso do termo “homens de côr” é feito para a construção de uma identidade social e política entre um grupo que não faz uso da palavra “negro”, considerada pejorativa, em que os mesmos se chamam de “homens de côr” (GUIMARÃES, 2003). Usar essa expressão em nosso contexto específico pode ser resultado de uma contextualização histórica.

Conforme Guimarães (2003), a mudança de terminologia na autodesignação dos negros no Brasil reflete, em parte, a revolução identitária global que ocorreu do final do século XIX até meados do século XX. As bases ideológicas dessa revolução foram estabelecidas pela reapropriação e associação de dois termos científicos: “raça”, originalmente um conceito biológico, foi ressignificado para representar uma comunidade histórica e espiritual transnacional, enquanto “cultura” foi adotado como um termo quase sinônimo de “raça”, para descrever as expressões artísticas e materiais desse povo transnacional.

Em inglês, francês e português, respectivamente, as palavras “Negroes”, “nègres” e “negros” foram escolhidas pela comunidade que se identificava como parte desse povo. No

entanto, embora esse povo tenha suas raízes na África, nem sempre reivindicou uma cultura própria, negra ou africana, nas diversas nacionalidades adotadas. William Edward Burghardt Du Bois foi o primeiro a teorizar sobre a “raça negra”, atribuindo-lhe um significado que não era completamente biológico, mas sim próximo do que seria posteriormente definido como “cultura” por Franz Boas (GUIMARÃES, 2003).

Conforme Munanga (2003) a classificação da diversidade humana em raças distintas foi inicialmente motivada pela necessidade de explicar cientificamente a variabilidade humana. Os conceitos e as classificações serviram como ferramentas para operacionalizar o pensamento, e essa variabilidade considerada fato empírico incontestável, mereceu uma explicação científica. No entanto, a classificação resultou numa operação de hierarquização que foi o fundamento para o racismo, resultando em uma escala de valores entre as chamadas raças.

Cientificamente, as raças não existem como entidades biológicas distintas. A noção de raça como categoria biológica foi desconsiderada no contexto da biologia, ciência que demonstrou a inexistência de bases genéticas para a classificação da humanidade em raças hierarquizadas, na contemporaneidade. A inexistência biológica das raças é respaldada pela compreensão científica de que a variabilidade humana não se enquadra em categorias fixas e hierarquizadas (MUNANGA, 2003). Na reportagem sobre a “Sociedade Matonense dos Homens de Cor”¹⁸⁹ comenta-se que na ata da clube se faz uso de algumas terminologias como “raça” e “raça negra”, sendo uma questão biológica e, deste modo, racial. Hoje podemos dizer que se trata de uma compreensão errônea, já que a cor da pele não é uma justificativa para hierarquizar os seres humanos em raças distintas, são apenas manifestações fenotípicas a partir de adaptações superficiais às condições ambientais e não refletem diferenças biológicas entre os grupos humanos.

Porém, quando alguns estudiosos ou o Movimento Negro faz uso do termo raça, desconsideram a ideia da existência de raças superiores ou inferiores, dando para o conceito um significado distinto, relacionando-o ao reconhecimento da diferença entre os grupos humanos, mas sem a atribuição de qualidades positivas ou negativas. Porém, acentua as origens ancestrais e suas identidades próprias. O uso tem sentido social e político e envolve a historicidade da população negra no Brasil. Portanto, a identificação de raças é uma construção social, cultural e política realizada no interior das relações entre os sujeitos no decorrer do tempo histórico (MUNANGA; GOMES, 2004).

¹⁸⁹ Anexo M.

Para Munanga e Gomes (2004), há quem prefira fazer uso da palavra etnia, outra conceituação empregada para se referir ao pertencimento ancestral e étnico-racial dos negros e outros grupos na sociedade. É um termo que ganhou força e busca enfatizar a não marcação de características biológicas pela ancestralidade, mas em decorrência de processos culturais e históricos. Em geral, raça foi um termo que durante muitos anos ligou-se à dominação político-cultural de um povo sobre outro, razão pela qual a sociedade em geral ainda está impregnada por esta definição. O uso de raça ou etnia, portanto, é uma escolha política.

Na ata da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”, elaborada entre as décadas de 1940 a 1970, o recorrente uso de palavras cujos conceitos, empregados historicamente para hierarquizar diferentes grupos de pessoas, evoluíram ao longo do tempo. Mas a forma de designar tem muito a dizer sobre um povo num dado contexto histórico.

Voltando a historicidade do clube, em ocasião do Concurso da Rainha Colored, a diretoria da Sociedade Ítalo Brasileira Matonense¹⁹⁰, por meio do presidente Antônio Natalino Artimonte, ofereceu o salão da sociedade para o Baile de Coroação já que o Clube Henrique Dias não tinha uma sede própria. O convite foi aceito pelos presentes na reunião. Deste modo, a renda dos votos seria em prol da Festa do Padroeiro e a venda de ingressos e mesas, deduzidas as despesas, constituiria em saldo para utilizar na construção da sede junto com CR\$ 60.000,00 de doação do Deputado Osvaldo Santos Ferreira. Informou também que a firma proprietária da antiga “Fazendas do Cambuhy” estaria vendendo diversas casas da colônia por preços oportunos e se houvesse interesse na transação, seria comprada uma casa antiga para demolir e fazer uso, posteriormente, das telhas, tijolos, ripas, caibros e demais materiais.

Em trinta de agosto de 1962 prestou-se contas do Concurso da Rainha Colored e Baile de Coroação. Foram vendidos CR\$ 115.000,00 no total, sendo CR\$ 85.500,00 de Eva Araújo e CR\$ 29.500,00 de Dirce Antônio Albano. Eva foi coroada rainha e Dirce, princesa. O valor dos votos foi destinado a Festa do Padroeiro. Foram vendidos ingressos (CR\$ 15.350,00) e mesas (CR\$ 33.000,00), o que deu um total de CR\$ 48.350,00. Somou-se CR\$ 46.785,00 de despesas. Portanto, o que restou foi para os cofres do clube.

¹⁹⁰ Observa-se que foi oferecido salão no qual os negros não podiam frequentar o que corrobora as informações trazidas pelo campo, ou seja, que os negros que poderiam frequentar eram escolhidos.

Tratou-se também sobre um entendimento entre o presidente Otavio Barboza da Silva e Firmino F. Franco Júnior da firma Corinda S.A., proprietária das Fazendas do Cambuhy sobre o fechamento da compra de uma das casas da Fazenda Mato Grosso com dez cômodos no valor de CR\$ 60.000,00, sendo que a demolição ficaria por conta da sociedade e seria necessária a boa vontade de quem pudesse trabalhar para isso.

Juvenal dos Santos ficou responsável de consultar os associados para auxiliar na demolição do prédio adquirido. Desde modo, nos dias 07, 14, 21 e 28 de setembro e 07 de outubro de 1962 vários associados se locomoveram de madrugada para a seção Mato Grosso a fim de demolir, limpar e carregar tijolos, enquanto outro contingente aguardava na cidade para o descarregamento. Foi um total de dezoito mil tijolos de fabricação antiga, 2.600 telhas francesas, portas, janelas, madeiramentos como ripas, caibros e vigotas.

Os materiais foram depositados uma parte no terreno doado esquina XV de Novembro com Rua São Lourenço e a outra parte no barracão das Casas Rodrigues, localizada na Avenida XV de Novembro, 1130, cedido pelo proprietário Jayme Rodrigues, o qual forneceu caminhão por três vezes para transporte, juntamente com a firma Parisi & Cavichioli que emprestou o caminhão por duas vezes sem nada cobrar.

*Você consegue imaginar todo o esforço dessa gente? E desconstrói a casa, recolhe limpa tijolinho por tijolinho, faz a limpeza do terreno. Quanta coisa passaram para que tivessem esse clube.*¹⁹¹

Na ata solicitou-se que ficassem registrados os nomes de todos aqueles que auxiliaram neste processo e aqui também faremos este registro:

Quadro 6 - Nota de agradecimento àqueles que trabalharam na demolição e carregamento dos materiais adquiridos da Corinda S.A. para a futura construção do clube.

Jayme Rodrigues Lopes, Firma Parisi & Cavichioli, Juvenal dos Santos, Otavio Barbosa da Silva, Sebastião Pereira, João José Luiz, Antônio Miguel, João Belarmino, João Martins, Paulo Martins, Martinho Martins, Eduardo Aleixo, Benedito Barbosa, Sebastião Junqueira, Domingos Alves, Francisco José Ribeiro, Silvio Martins, Dervail Gaspar, Cleophas Guimarães e os menores José Hamilton dos Santos e Cleoguimar Guimarães.

Fonte: Sociedade Matonense Henrique Dias (1962, p. 36).

¹⁹¹ João Bento, sobre os processos de construção da sede do Clube Henrique Dias.

Por fim, Juvenal dos Santos ficou responsável por falar com o prefeito Antônio Natalino Artimonte e José Tortorello (Presidente da Câmara) para realizar a lavratura da escritura de doação do terreno de esquina localizado entre a Avenida XV de Novembro e a Rua São Lourenço para que pudessem fazer a planta.

No entanto, a lei foi revogada pelo prefeito municipal no dia catorze de outubro de 1962, o que foi informado a todos em reunião no dia dezoito do mesmo mês, alegando ser aquela localidade própria para a construção de um Mercado Municipal, de modo que prefeito e câmara deveriam estudar outro local para fazer a doação.

Juvenal dos Santos reforçou que aquele lugar, inicialmente cedido, seria favorável para a construção do clube porque a sua localização era de fácil acesso aos associados que moravam em diferentes bairros e também era próximo às vias de acesso, como ponto de ônibus e a Estrada de Ferro. Aguardariam, a partir daí, o pronunciamento do prefeito.

Em dezembro de 1962 foi convocada uma reunião para informar que o prefeito Antônio Natalino Artimonte revogou a Lei nº 166 de 09 de dezembro de 1959, criando a Lei nº 307 de 15 de dezembro de 1962¹⁹², desapropriando e doando terreno localizado na Vila Santa Cruz, na Rua João Pessoa, esquina com a Avenida Santa Cruz, com medidas superiores ao terreno anterior. No entanto, nada ficou acertado porque a área era usada por terceiros e a sociedade pretendia evitar aborrecimentos e inimizades.

Em seis de janeiro de 1964 convocou-se então uma reunião para falar finalmente do destino da sociedade que já possuía material suficiente para a sua construção (aqueles oriundos da Corinda S.A. em 1962), mas que o terreno ainda estava em estudo. No dia vinte e cinco de julho de 1964, a pedido do senhor Juvenal dos Santos, aconteceu uma reunião entre os diretores para informar que ele havia sido procurado no dia vinte e dois do mesmo mês pelo senhor Ivan Costa e por Celso de Barros Perche para informar que receberiam a visita do Deputado Estadual Dr. Leonardo Barbieri. Gostariam, desse modo, que Juvenal providenciasse uma recepção “condigna”¹⁹³ para recepcionar o deputado e para aproveitar para solicitar auxílio para a construção do clube, já que havia os materiais e estava em cogitação a doação do terreno. Redigiu-se então uma carta explicando detalhadamente tudo o que já havia sido conquistado e as necessidades da comunidade negra para efetivamente construir o tão almejado espaço. Na ocasião, o deputado prometeu auxílio à sociedade.

¹⁹² Anexo B.

¹⁹³ Sociedade Matonense Henrique Dias (1964, p. 40).

Em oito de janeiro de 1965 reuniram-se para tratar do recebimento de CR\$ 700.000,00 da doação prometida pelo Deputado Estadual Dr. Leonardo Barbieri que cumpriu, portanto, o que havia prometido ao Juvenal. O valor foi creditado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no Banco do Estado de São Paulo, repartição de Araraquara, o qual o presidente Otavio Barboza da Silva ficou responsável para retirar a quantia e depositá-la na Casa Bancária Irmãos Malzoni. Em reunião de vinte e quatro de janeiro de 1965 apresentou-se o comprovante de depósito na instituição financeira de Matão e decidiram aguardar a recepção da escritura antes de realizar qualquer movimentação.

No dia oito de abril de 1965 o prefeito Armando Bambozzi, por meio da Lei n ° 418 de 05 de abril de 1965¹⁹⁴ solicitou que se fizesse a exemplo da Sorema, um salão para bailes e para outras atividades da associação. Ainda, informou que a construção poderia ser feita com eucaliptos e cercada com bambu. Em oito de julho do mesmo ano Armando Bambozzi convidou o presidente Otavio Barboza da Silva para comparecer no Cartório do 1º Ofício de Nota para lavrar a escritura de doação do terreno. No dia nove, às 20h, no salão nobre da Prefeitura Municipal, Armando Bambozzi entregou a escritura de doação de terreno medindo 30m de frente por 44m de fundo, localizado na Rua João Pessoa, Vila Santa Cruz.

Em reunião no dia onze de julho de 1965, foi informado pelo presidente Otavio que havia conseguido com Antônio Carlos de Arruda Assumpção, da Fazenda São João, de Dobrada, a doação de eucaliptos e, da Fazenda do Cambuhy, a doação de bambus. Contratou pessoal para corte dos eucaliptos e também se conseguiu caminhão gratuito, oferecido pelo senhor Jayme Rodrigues Lopes para transportar o material cortado. Também seria providenciado o registro do imóvel no Cartório de Imóveis.

Em outubro de 1965 marcou-se uma reunião para informar sobre a construção e para mostrar a todos os presentes a escritura que, depois de muitos anos, significava uma conquista para a comunidade negra matonense. Otávio exibiu para os presentes, certamente com muita alegria, a escritura do terreno, acompanhada pela Certidão de Registro do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Matão, cujos documentos foram transcritos na íntegra em ata.¹⁹⁵ Em vinte e um de dezembro de 1965 o barracão provisório de eucalipto já estava quase no seu término, faltando apenas cimentar o piso e fazer o banheiro masculino. Domingos Alves trabalhou em todo esse processo do início ao fim, realizando preços inferiores, por esta razão, recebeu o agradecimento de todos.

¹⁹⁴ Anexo C.

¹⁹⁵ Sociedade Matonense Henrique Dias (1965, p. 45).

Em trinta e um de janeiro reuniram-se diretores e “simpatizantes” para deliberar sobre a inauguração da pista de dança e os valores a serem cobrados para homens e mulheres. Deste modo, inaugurou-se o tão sonhado clube, em doze de fevereiro de 1966.

*Quando o clube era de eucalipto, o chão era de vermelhão. A gente passava vaselina e lustrava bem o chão, para que se pudesse deslizar nos bailes. Era todo enfeitado com bandeirolas coloridas de seda, estas que a gente vê hoje nas festas juninas.*¹⁹⁶

Foto 10 - Concurso de Beleza Negra.



Fonte: Arquivo pessoal de João Bento (2023).

Na foto 10 observamos um Concurso de Beleza Negra (moças da família Albano)¹⁹⁷ com a coroação de rainha e princesas. Notam-se os bambus ao fundo, bem como as bandeirolas, conforme as lembranças de Cleide.

Depois de conquistado o terreno e construído a sede da Sociedade Matonense Henrique Dias, a ata de reuniões não mais apresenta riqueza de detalhes. Nos dias 22 e 23 de janeiro de 1967 houve Assembleia Geral para nomeação da seguinte diretoria:

¹⁹⁶ Relato de Cleide sobre a pista de dança na época em que o clube era de eucaliptos e bambu.

¹⁹⁷ Anexo M.

Quadro 7 - Constituição da Diretoria em 1967.

Elegido em 22/01/1967	
<i>Presidente</i>	Eduardo Aleixo do Nascimento
<i>Vice-Presidente</i>	Francisco Ribeiro
Conselho Deliberativo	
	Domingos Alves
	Benedito Aleixo do Nascimento
	José João Luiz
	Juvenal dos Santos
	João Camilo Rosa
	Agenor Amarante
	Sebastião Junqueira
	Martinho de Paula Martins
	Sebastião Pereira
	Rubens de Paula
Conselho Fiscal	
	Otávio Barboza da Silva
	Paulo Martins
	Aurazil Alves
Elegido em 23/01/1967	
Secretários	
1º	Cleophas Guimarães
2º	Antônio Albano
Tesoureiros	
1º	José Pereira
2º	Tolentino Santos de Albino

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No ano de 1969 a sociedade ficou praticamente inativa por falta de contribuição. No dia dois de janeiro de 1970 foi convocada uma Assembleia Geral Ordinária a partir da qual se constituiu a nova diretoria, conforme segue:

Quadro 8 - Constituição da Diretoria em 1970.

Elegido em 02/01/1970	
<i>Presidente</i>	Tolentino Santos de Albino
<i>Vice-Presidente</i>	Domingos Alves
Conselho Deliberativo	
	Moacir Geraldo Nogueira
	Sebastião de Andrade
	José João Luiz
	Otávio Barboza da Silva
	Juvenal dos Santos
	Sebastião Pereira
	José Marcolino
	Benedito Luiz
	Carlos de Paulo
	Antônio Albano
Conselho Fiscal	
	Eduardo Aleixo do Nascimento
	Osvaldo Ribeiro
	Cleodival Guimarães
Secretários	
1º	Cleophas Guimarães
2º	Cleoguimar Guimarães
Tesoureiros	
1º	Benedito Aleixo do Nascimento
2º	Francisco José Ribeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No dia onde de fevereiro de 1973 realizou-se uma reunião para a escolha dos diretores. O presidente Tolentino Santos de Albino informou a situação da sociedade, pois o corpo social naquele momento não era suficiente para manter a mesma (havia somente trinta e oito associados) e os demais membros se afastaram do clube que se mantinha com a renda dos bailes, brincadeiras e almoços esporádicos.

Discutiu-se que era preciso a construção das dependências sanitárias sem as quais não seria possível conseguir o atestado de vistoria. Era preciso também construir muro e calçada na frente da sede. Comentou-se também que alguns diretores deixaram de frequentar a sociedade e, além disso, chegaram a difamar todas as benfeitorias que a mesma realizou. Neste dia substitui-se o conselheiro José João Luiz, devido o seu falecimento, por José Aparecido Luiz.

Quadro 9 - Substituição de conselheiro por motivo de falecimento, em 1973.

Definido em 11/02/1973	
Conselho Deliberativo	
	José Aparecido Luiz

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Houve uma Assembleia Geral em 11 de fevereiro de 1976 para eleição de uma mesma diretoria, mas a ata só apresenta assinaturas presentes. Em trinta e um de janeiro de 1978 houve uma reunião na qual se elegeu a diretoria anterior. Portanto, o Quadro 10 mostra a diretoria constituída em 1976 e que permaneceu em 1978 e este é o último registro da Sociedade Matonense Henrique Dias.

Quadro 10 - Constituição da Diretoria em 1976 e 1978.

<i>Presidente</i>	Tolentino Santos de Albino
<i>Vice-Presidente</i>	Benedito Rocha
Conselho Deliberativo	
	Benedito dos Santos
	Benedito Luiz
	José Aparecido Luiz
	José Pereira
	Francisco Albino
	Eduardo Aleixo do Nascimento
	Cleoguimar Guimarães
	Antônio Albano
	Domingos Alves

Continua

	José Marcolino
Conselho Fiscal	
	Juvenal dos Santos
	Martinho de Paula Martins
	Eduardo Claro
Secretários	
1º	Octacílio David
2º	José Batista dos Santos Filho
Tesoureiros	
1º	Benedito Aleixo do Nascimento
2º	Francisco José Ribeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Depois deste período tenho notícias de que minha avó Marlene David dos Santos “tocava” o clube, realizando os bailes de fim de semana. Inclusive, quando eu era pequena, lembro-me que minha mãe às vezes saía no meio da noite para ajudar o meu pai na lanchonete que Marlene, meu avô Benedito dos Santos e meu pai mantinham ao lado do Clube Henrique Dias. Na foto 11, Octacílio recebe políticos no clube, ainda de madeira.

Foto 11 - Visita de Erasmo Dias em Matão, no Clube Henrique Dias.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Esta foi uma visita a Matão de Erasmo Dias, secretário de Segurança do governo Laudo Natel. O prefeito Celso de Barros Perche e eu, seu oficial de gabinete, o acompanhamos ao “Henrique Dias” a convite de Octacílio David (Tacilião).

Mais adiante, em 1998, então pelo procurador no governo de Adauto Scardoelli, fui designado para acompanhar o presidente local do PDS, Raul Erasmo Caparelli, na recepção da região ao candidato Paulo Salim Maluf, que em segundo turno disputava o governo paulista com Mário Covas, vencedor do pleito.

Enquanto saudávamos Maluf na sede do Palmeirinha em Araraquara, no mesmo dia e horário, o candidato Mário Covas convidara para apoio os minguados prefeitos paulistas do PT, e como era o virtual eleito, Adauto foi a São Paulo e eu acompanhei Raul na recepção a Maluf.

Saudei Maluf logo em seguida ao Prefeito de Itápolis, do PMDB, que achou interessante e hábil repetir o que acabara de dizer no meu discurso, “com a certeza de que estamos saudando aqui na Morada do Sol o futuro governador de São Paulo!”

No primeiro turno, Maluf tinha comparecido ao gabinete do Prefeito, encerrando na Câmara, com inflamado discurso, sua última visita a Matão.

Na saudação aos presentes, o cerimonialista de Maluf errara (acredito que de propósito) o nome do pai do Raul.

Maluf levantou da cadeira, empunhou o microfone da Mesa e prontamente corrigiu o cerimonialista com um enfático, porém simpático, puxão de orelha: “me desculpa, mas o nome do saudoso genitor do nosso presidente do PDS aqui em Matão é Belarmino Caparelli!”

Sentado à primeira fila do Plenário, Raul se virou, fixou o grande público e soltou o repto: “Alguém ainda duvida da memória desse homem?”.¹⁹⁸

A Foto 12 dialoga com a anterior, a partir de evento ocorrido na Sociedade Matonense Henrique Dias. Como o meu bisavô era político, os lugares onde ele tinha acesso também eram espaços de política, como a Autoescola Paratados e o Clube Henrique Dias.

¹⁹⁸ Comentário de Paulo Augusto Bernardi, a partir da Foto 9. A foto 10 faz referência à visita de Paulo Salim Maluf durante as disputas eleitorais para o Governo do Estado de São Paulo em 1998. Na ocasião, Márcio Covas (PSDB) venceu em segundo turno com 55,37% dos votos e Paulo Maluf (PPB) com 44,63%. Informações extraídas de <https://tucano.org.br/eleicoes-1998-governador/>. Acessado em 01 jan. 2024. Raul Caparelli, político em Matão, há fotos suas com Octacílio na Autoescola Paratados, no caderno de imagens.

Foto 12 - Paulo Salim Maluf, em visita a Matão nas eleições de 1988.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

A trajetória do Clube Henrique Dias evidencia apoio de negros e não negros e a participação de pessoas com mais condições e daqueles “menos favorecidos da sorte”, expressão da qual faziam uso. São trajetórias que se cruzam num espaço livre, especialmente livre das possíveis práticas preconceituosas entre Centro e Vila num dado momento histórico.

Ao observar a ata do Clube Henrique Dias algumas figuras importantes na constituição do clube, bem como da história matonense, estão presentes na luta cotidiana para conquistar uma sociedade onde os negros e os menos favorecidos (mesmo que não fossem negros, ou seja, as presenças múltiplas) pudessem ter um espaço de lazer e socialização.

Aproveito também para falar de personagens relevantes que conheci e os nomes estão gravados na história do Clube Henrique Dias por vinte e oito anos. Juvenal dos Santos, nascido em quatro de junho de 1916 em Ribeirão Preto, enfrentou dificuldades financeiras desde cedo, levando sua mãe a entregá-lo aos padrinhos Joaquina Rosa e Abel de Lima, que assumiram a responsabilidade de seus cuidados, tornando-se seus pais adotivos. Aos catorze anos, mudou-se para Matão, onde começou a trabalhar na Gráfica “O Clarim”, então dirigida

por Cairbar Schutel. Além de sua profissão como gráfico, Juvenal desempenhava também funções de garçom em festas e de faxineiro no consultório do médico Salvador de Toledo Galvão. Demonstrava habilidades em diversas áreas, incluindo o futebol, onde atuava como zagueiro, a música, como integrante da Corporação Musical Saudades de Matão, e a literatura, escrevendo poesias sob os pseudônimos Jotaense e Nal. Em 1945, casou-se com Laudelina Rodrigues, conhecida como Dona Malvina, com quem teve quatro filhos: José Henrique, Jorge Hamilton, Lia Zilda e Lair (em memória), além de onze netos.

Após trinta e oito anos de serviço na “O Clarim”, Juvenal ingressou na Indústria Matonense de Artes Gráficas (IMAG), onde se aposentou como tipógrafo. Reconhecido por sua bondade e gentileza, era respeitado não apenas como profissional, mas também como cidadão exemplar. Sua dedicação à comunidade também se estendeu à Igreja Católica, onde atuou como ministro da eucaristia. Sua conduta ética e lealdade no futebol lhe renderam homenagens, sendo o campo de futebol da Vila Pereira batizado com seu nome ainda em vida. Juvenal dos Santos faleceu em trinta e um de maio de 1995, aos setenta e oito anos.

“Meus avôs Juvenal e Malvina sempre enfrentaram desafios para criar seus filhos”, relembra Deise Mariana dos Santos, neta do casal. “Eles eram figuras muito queridas em Matão, sendo parte integrante de uma das comunidades mais antigas da cidade, a Vila Santa Cruz. Minha avó era conhecida por suas habilidades culinárias e frequentemente era solicitada para preparar refeições em eventos realizados por famílias influentes da região”, relembra. “Lembro-me com carinho das celebrações de Natal e Ano Novo, onde toda a família se reunia e a mesa transbordava de pessoas”, recorda, com saudosismo, Deise.¹⁹⁹

Não conheci Cleophas Guimarães, mas na leitura minuciosa da ata era outro nome presente nesta história bonita para a nossa comunidade. Nascido em 1916, em Matão, filho de Clementina e Domingos Guimarães, Cleophas Guimarães desde cedo se familiarizou com a arte da tipografia, aprendendo a montar textos utilizando tipos móveis sob a tutela de Augusto Ferreira, pioneiro do Jornal A Comarca. Além de sua habilidade na tipografia, Cleophas nutria uma fervorosa paixão pela música e pelo esporte, destacando-se como corredor e jogador no time de basquete do Sport Club 7 de Setembro.

Durante os anos 30 e 40, ele se destacou no cenário esportivo de Matão, participando de competições e sendo uma inspiração para futuras gerações de atletas. Seus notáveis

¹⁹⁹ História de alguns negros no Anexo F. Comentei aqui sobre o seu Juvenal e Cleophas que fizeram parte da história do clube.

desempenhos na Corrida de São Silvestre, em São Paulo, elevaram o orgulho da comunidade matonense, consolidando-o como um esportista excepcional.

A música também ocupava um lugar especial no coração de Cleophas, que, habilidoso com instrumentos, fez parte da Corporação Musical Saudades de Matão. Essa associação musical era dirigida pelo maestro Flamínio Mazzoni e frequentemente se apresentava no coreto da praça central de Matão, inicialmente conhecida como Praça “Barão do Rio Branco” e posteriormente renomeada para “Dr. Leônidas Calígola Bastia”. Além de suas paixões artísticas e esportivas, Cleophas dedicou muitos anos de sua vida trabalhando na Typographia Artística, que mais tarde se tornou a Gráfica IMAG.

Em 1947, com 31 anos, casou-se com Antônia Ramos, com quem teve seis filhos: Cleoguimar, Cleonice, Cleodival, Cleodemir, Cleonides, e Cleodinei, além de se tornar avô de Haroldo e Ulisses. Aos 43 anos, em 1959, Cleophas iniciou sua carreira no serviço público como Oficial de Justiça no Fórum de Matão, posição que ocupou até seu falecimento em 1975, aos sessenta e um anos.

Em tributo a suas contribuições e ao legado deixado no esporte, a Prova Municipal Pedestre ‘Cleophas Guimarães’ foi instituída em 1979. Além de seus feitos esportivos e culturais, Cleophas era um espírita devoto, engajado em práticas e ensinamentos voltados para a caridade no Centro Espírita Amantes da Pobreza.²⁰⁰

Por meio do nosso arquivo etnográfico, ou seja, a ata da Sociedade Matonense Henrique Dias, é possível compreender especificidades da vida cotidiana e as lutas da comunidade negra, que são frequentemente omitidas ou minimizadas nos registros históricos convencionais. A ata não apenas auxilia no preenchimento de lacunas na história local, mas também oferece uma perspectiva sobre a resistência e resiliência dos negros diante de um contexto de exclusão social e econômica não só local, mas observado em muitos contextos do nosso território brasileiro.

Podemos observar a partir dos registros como a comunidade negra se organizava, social e politicamente, para enfrentar as adversidades, promover a solidariedade entre seus membros e reivindicar seus direitos e reconhecimento. As narrativas contidas no documento são um desafio para a visão estereotipada e marginalizada frequentemente atribuída aos negros nos documentos oficiais, apresentando-os como sujeitos ativos de sua própria história.

²⁰⁰ Anexo F.

Assim, pode-se, na mesma medida, destacar a diversidade e a riqueza das contribuições africanas para a sociedade, já que os negros que estava na Matão do início do século XX eram descendentes de pessoas escravizadas.

Portanto, a importância dessa ata transcende o mero registro de eventos; ela constitui um testemunho da existência, resistência e influência de uma comunidade ignorada pela narrativa histórica dominante. Assim, o estudo desse tipo de documento é fundamental para compreender a história brasileira, reconhecendo a contribuição das diversas populações que a compõem.

Segundo informações trazidas pelo campo, a decadência do clube esteve atrelada à diretoria que não tinha o perfil adequado para administrá-lo. Assim como no início, quando oito líderes se reuniram e realizaram todas as etapas burocráticas e de luta para a conquista do terreno e construção, outros contribuía com recursos financeiros (associados) ou na organização de eventos, cobrança de recibos e promoção de campanhas. Eram ações articuladas que tinham sua relevância e contribuía para que a sociedade caminhasse rumo à criação de um espaço de socialização para a comunidade negra.

Marlene David dos Santos tinha um perfil empreendedor. Além de ser vendedora, ela organizava com maestria bailes e escolas de samba, além de gerenciar a lanchonete que funcionava ao lado do clube. As direções tomadas após o seu falecimento evidenciam uma ausência de perfil adequado e talvez de tempo para realizar todas as atividades necessárias em uma sociedade que promovia bailes com frequência. O jornal “A Comarca”²⁰¹ destacou a existência de administrações completamente desinteressadas. Pode ser que não houvesse interesse, mas uma diretoria que pudesse dedicar o tempo necessário para administrar o clube, com o perfil adequado, foi um fator preponderante.

Conforme relatado por Cleide, o clube não fechou devido a denúncias de barulho, e o prédio foi demolido devido a problemas estruturais, conforme Paulo Augusto Bernardi.

Observando a trajetória da Sociedade Matonense Henrique Dias, pode-se hipotetizar que o surgimento da ONG CARAB (Centro de Atividades de Referência Afro-Brasileira) foi um acontecimento que não contou com a participação da comunidade negra de Matão e que “apropriou-se” do nome do clube, desconsiderando sua essência. A ONG não demonstrou

²⁰¹ Anexo M

preocupação em envolver todos os membros da comunidade negra, como nossos antecessores fizeram.

Deste nodo, não representa a comunidade negra de Matão, pois desde sua criação não buscou envolver os negros, muitos dos quais sequer conhecem sua existência, limitando suas ações, se existirem, a grupos específicos. Se fosse diferente, poderia honrar o grandioso nome construído ao longo de nossa história. Essas considerações são importantes, pois a ONG diz “representar” o clube cuja história foi exposta aqui. Ao trazer essas reflexões, baseio-me nas histórias individuais, na história coletiva e no senso de pertencimento do grupo.

Deste modo, na percepção da comunidade negra (e não negra), o Clube Henrique Dias é um espaço que precisa ser efetivamente resgatado.

5 IMAGINÁRIOS

Elas [as histórias] podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 16)

5.1 Retratos na educação: um olhar sobre o negro no contexto escolar

Na introdução dessa escrita falei sobre a necessidade de desconstruir imaginários. Por meio da Lei 10.639 busca-se promover o conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira até então negligenciada nos currículos.

A História Geral da África²⁰², por exemplo, buscou apontar uma história escrita sob a perspectiva dos próprios africanos. Até então tínhamos o registro de narrativas a partir da visão do colonizador: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019).

Quando se fala na desconstrução de imaginários, considero que primeiramente é preciso conhecer outras facetas de uma mesma história e isso nos faz atribuir outros sentidos a determinadas palavras. Caso façamos uso do termo escravo, já comentamos que se trata de um vocábulo que exprime uma situação imutável, mas escravizado carrega um sentido que faz compreender os escravismos como condição imposta. Portanto, a justiça semântica (FONSECA, 2024) também auxilia na desconstrução de ideias impregnadas sobre um dado assunto em nossa sociedade.

A vivência de João Bento evidencia a necessidade da justiça semântica e da desconstrução de imaginários.

Só foi despertar a história do negro na minha vida é porque eu acho que estava no quinto ano, e num desfile cívico no aniversário da cidade eles me colocaram em cima de uma carreta, que eu tenho até a fotografia, por isso que me despertou, uma fotografia, eu amarrado num tronco e um cara simulando que tava me batendo. Naquela cena, minha mãe se revoltou tanto que queria que me tirasse de cima da carreta como escravo, amarrado com

²⁰² História Geral da África, um total de oito volumes que tratam sobre o continente, a partir de um projeto da UNESCO desenvolvido desde 1964. Todos os volumes estão disponíveis em <https://ipeafro.org.br/gratuito-historia-geral-da-africa-em-8-volumes-7357-paginas-em-pdf/>.

*uma corrente. Então é uma coisa, da onde que eles tiraram isso que eu tinha que ser um escravo e o outro tinha que bater ne mim, está entendendo?*²⁰³

Foto 13 - Desfile cívico na cidade de Matão na década de 1960.



Fonte: Fotografia de arquivo pessoal cedida por João Bento (2023).

João Bento conta que ele seria outro personagem no desfile, no entanto, o menino que deveria estar na carreta (Pelourinho Móvel) na referida encenação não compareceu no dia marcado, pois os pais não lhe deixaram participar. Assim, ele foi convidado para substituí-lo. Logo retirou a roupa que estava, certamente para participar do desfile num outro contexto, colocou outra vestimenta que seria usada pelo colega e foi. Conta que para ele tudo estava normal, era apenas um menino e que “topou” na hora. Mas, ao vê-lo, sua mãe foi tomada por um grande desespero, querendo que o tirassem de lá.

²⁰³ Relato de João Bento a partir de situação vivida no período escolar e sobre a foto que ganhou, quando adulto, da mãe de seu professor, Dervail Joaquim, já falecido.

João menciona que, naquele momento, não fez perguntas, afinal era somente um menino. Mas a hipótese para a atitude da mãe seria pelas poucas décadas do fim da escravização, e talvez tivesse pensado: *será que isso tudo vai voltar de novo?*²⁰⁴

Ou ainda pelas histórias que ela ouviu na infância, já que certamente, pelo período histórico, os seus passados foram escravizados. *Seria impossível não ser escravo nessa época.*²⁰⁵ Diz ainda que é possível os seus antepassados escravizados terem vindo da Bahia.

O desfile foi realizado em 1964 e a sua participação foi pela instituição Afonso Lemos, hoje Escola Municipal Adelino Bordignon. A imagem mostra prédios antigos, perto da atual farmácia de esquina em frente ao Ponto de Táxi no centro da cidade.

Como foi visto no capítulo anterior, a Abolição da Escravatura que aconteceu em treze de maio de 1948 era uma data amplamente comemorada pela comunidade negra e, de acordo com reportagem contida no Jornal “A Comarca”²⁰⁶, as escolas comemoravam a data “durante toda a primeira metade do Século 20 e até o final da década de 1960. As instituições reforçavam esse dia em lembrança à Princesa Isabel e à libertação dos escravos”. Porém, na reportagem não se menciona um aspecto importante, isto é, a forma como isso era feito, reforçando estereótipos e colocando o negro numa situação histórica que se busca continuamente desconstruir.

O fato descrito por João Bento nos faz também indagar sobre como o tema era tratado nas escolas, por volta dos anos de 1960. Segundo informações trazidas pelo entrevistado, a pessoa que simulava bater era seu professor. Inclusive, ele ganhou a referida fotografia de sua mãe. Ao encontrá-lo num dado momento, quando já era adulto, ela disse que tinha este registro em sua casa e que gostaria de dar a ele. Para contextualizar, podemos observar alguns estudos neste sentido, pois os imaginários na sociedade são criados por alguma razão.

Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) fizeram uma análise sobre a presença do racismo em livros didáticos brasileiros, num momento em que a Lei 10.639, a qual inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-Brasileira, havia acabado de ser promulgada.

Conforme os autores, a partir de uma análise do estado da arte sobre a temática, o material analisado apresentou informações sobre escravizados de forma bastante limitada e muitas vezes preconceituosa. Estudos realizados na década de 1950, como os de Bazzanella

²⁰⁴ Hipóteses de João Bento sobre o que poderia ter pensado a mãe.

²⁰⁵ Fala de João Bento sobre a impossibilidade de os antepassados maternos não terem sido escravizados.

²⁰⁶ Anexo M.

(1957) e Hollanda (1957), mostraram que a maioria dos manuais justificava a escravidão como uma necessidade econômica e apresentava os donos de pessoas escravizadas de forma positiva, sem referir os maus-tratos dispensados a elas.

As crônicas transcritas em livros didáticos mostravam concepções preconceituosas compartilhadas pelos personagens negros, que eram retratados como pobres ou miseráveis e desempenhavam papéis sociais estereotipados ou estigmatizados.

As narrativas das crônicas evidenciavam também a existência do preconceito e do ridículo aos quais os negros eram submetidos, o que pode sugerir uma tentativa de combater o discurso racista.

No Quadro 11 observam-se estudos na década de 1950 sobre escravidão, racismo, valores e estereótipos:

Quadro 11 - Referências sobre estereótipos e preconceitos na literatura didática brasileira na década de 1950.

AUTOR	PESQUISA/PUBLICAÇÃO	RESULTADOS
Dante Moreira Leite (1950)	“Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros.”	Chegou-se às seguintes formas assumidas de preconceito: caracterização de personagens negros em situação social inferior; superioridade da raça branca em beleza e inteligência; postura de desprezo e/ou piedade em relação aos negros e combate do preconceito por exemplos da História do Brasil.
Programa de Atividades do CBPE e UNESCO (1956 e 1957)	“Projeto de análise do conteúdo de livros didáticos e de manuais utilizados por professores e alunos.”	Avaliação do impacto desse material sobre as crianças leitoras. Como resultado desse projeto dois artigos foram publicados por Bazzanella e Hollanda, em 1957.
Bazzanella (1957)	“Valores e estereótipos em livros de leitura.”	Análise de dez livros de leitura destinados à 4a série primária, em busca de estereótipos e valores explícitos. Os resultados: incidência mínima de preconceito explícito (duas vezes). A partir de observações, detectou-se que a figura do negro estava associada a funções subalternas, escravidão e à figura do contador de histórias.

Continua

Hollanda (1957)	“A pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de História destinados ao curso secundário brasileiro.”	Análise de 20 manuais do antigo curso ginásial (quatro de História Moderna e Contemporânea; seis de História da América e dez de História do Brasil). Os resultados: cinco manuais referiam-se à escravidão como algo condenável; quatro aos maus-tratos durante o tráfico, sendo a figura dos donos de escravos positiva (não referido os maus tratos por eles dispensados). A maioria dos manuais justificava a escravidão como uma necessidade econômica.
-----------------	--	--

Fonte: Negrão (1988).

Nota-se no Quadro 11, a partir desses resultados de pesquisa, a presença de estereótipos e preconceitos em materiais didáticos brasileiros, os quais foram analisados na década de 1950. Os estudos de Dante Moreira Leite (1950) e do Programa de Atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)²⁰⁷ e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) entre 1956 e 1957, apontam para a existência de representações negativas de personagens negros nos livros didáticos primários.

A pesquisa de Bazzanella (1957) sobre estereótipos em livros de leitura acrescenta uma dimensão ao identificar uma associação da figura do negro a funções subalternas e à escravidão, indicando a presença elementos ou mensagens que não são explícitos, mas que sugerem ou comunicam implicitamente questões relacionadas à raça. Deste modo, as manifestações são reveladas por meio de imagens, narrativas, estereótipos e símbolos que transmitem ideias sobre diferenças raciais, poder, hierarquias ou preconceitos, sem abordar de uma forma direta, o que dá uma sensação de neutralidade nas narrativas.

Já o estudo de Hollanda (1957) sobre manuais de História no curso secundário destaca a complexidade das abordagens sobre a escravidão, apontando as divergências na forma como

²⁰⁷ Órgão criado no interior do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), dedicado à pesquisa, à profissionalização do magistério e à melhoria da qualidade da educação pública. Anísio Teixeira, educador baiano, fez parte de uma geração de intelectuais brasileiros e iniciou a sua atuação pública entre os anos de 1920-1930. Acreditava que seria possível transformar a sociedade por meio das reformas do ensino. Assumiu a direção do Inep em 1952 e criou condições para que fossem desenvolvidas pesquisas social e educacional no Ministério da Educação (MEC). A partir disso criou o CBPE em 1955 para que fosse possível planejar, controlar e fiscalizar de forma precisa a situação educacional do país (XAVIER, 2022).

o tema era apresentado, desde condenações até justificativas econômicas. Os resultados apontam para a necessidade de uma reflexão e revisão dos materiais educacionais para compreender de forma mais crítica a história e as relações raciais. Nota-se no Quadro 12 como eram representadas as categorias étnico-raciais nos livros didáticos:

Quadro 12 - Algumas características detectadas pelos estudos sobre representações das categorias étnico-raciais em livros didáticos brasileiros.

§ Importância de personagens. Branco como representante da espécie, muito mais frequente nas ilustrações, representado em quase a totalidade de posições de destaque e ilustrações de capas (Pinto, 1987; Silva, 1987, 1988a, 1988b); negro menos frequente nas ilustrações, prioritariamente identificado pela etnia, ao passo que o branco por nome próprio e atributos familiares (Pinto, 1987; Silva 1988a). Estudo posterior de Silva (2000, 2001a) aponta maior índice de representação de negros no centro ou em posições de destaque e aumento proporcional de número de personagens, mantendo a sub-representação de negros. Personagens negros aparecem menos frequentemente em contexto familiar (Pinto, 1987; Silva, 1987, 1988a, 2000, 2001a). Quando apresentada, a família é invariavelmente pobre (Triumpho, 1987). Os papéis familiares são omitidos ou menos numerosos (Silva, 1988).
§ Personagens negros desempenham um número limitado de atividades profissionais, em geral as de menor prestígio e poder (Pinto, 1987; Silva, 1987, 1988a, 2000, 2001a). Relata a diversificação de papéis e funções profissionais dos negros, e a representação deles com poder aquisitivo.
§ Crianças negras representadas em situações consideradas negativas, raramente em contexto escolar ou desempenhando atividades de lazer (Silva, 1988a, 2000, 2001a) afirma a humanização no tratamento, com menções positivas à criança negra; a utilização de nome próprio para tal criança; a presença em práticas de atividades de lazer e em situação escolar.
§ Tratamento estético das ilustrações apresenta o negro com traços grotescos e estereotipados (Pinto, 1987; Silva, 1987, 1988a). Silva (2000, 2001a) relata a representação positiva de características fenotípicas.
§ Apresentação dos negros e mestiços prevalentemente como personagens sem possibilidade de atuação na narrativa, em posição coadjuvante ou como objeto da ação do outro, em contraponto com os personagens brancos, com maiores possibilidades de atuação e autonomia (Pinto, 1987, Chinellato, 1996).
§ Contexto sociocultural do negro omitido nos livros analisados, nos quais prevaleceram os valores da cultura europeia (Triumpho, 1987; Silva, 1988a, 2000, 2001a; Chinellato, 1996; Oliveira, 2000). A complexidade das culturas africanas não foi abordada (Pinto, 1999).
§ Livros didáticos mantiveram a população negra confinada a determinadas temáticas que reafirmam o lugar social ao qual ela está limitada (Oliveira, 2000).
§ Discursos das crônicas transcritas em livros didáticos apresentaram as concepções preconceituosas compartilhadas, ou “introjetadas”, pelos personagens negros (Chinellato, 1996).
§ Personagens negros tratados pelas crônicas são pobres ou miseráveis e desempenham os papéis sociais estereotipados ou estigmatizados. Por outro lado, as narrativas das crônicas fazem uso da existência do preconceito e do ridículo a que este submete os agentes preconceituosos. Nota-se a “polifonia” dos textos, que comunicam mensagens diversas, por vezes contraditórias, por meio de recursos discursivos diversificados (Chinellato, 1996).

Continua

§ Predominância de perspectiva eurocêntrica da história. Negação de outros pontos de vista e omissão de fatos históricos que concorreriam com a visão europeia (Triumpho, 1987, Negrão, 1988; Oliveira, 2000).

§ Oliveira (2000) e Pinto (1999) relatam que os livros didáticos assimilaram determinadas críticas que foram realizadas, passando a tratar de eventos históricos antes relegados, e iniciando a inclusão do negro como participante em processos históricos. Mas ainda se encontraram, nos textos didáticos, afirmações restritivas e abordagens simplificadoras. Relatam a ênfase na representação do negro escravo, vinculando-o a uma passagem daquela condição à de marginal contemporâneo, pouco tratada a diversidade de sua condição (Oliveira, 2000). No que se refere à resistência negra enfatizaram-se manifestações individuais em lugar de coletivas.

Fonte: Adaptado de Silva (2002).

No Quadro 12 observamos uma série de padrões e estereótipos nas representações étnico-raciais em livros didáticos brasileiros, o que certamente implicou na construção de identidades e da percepção social. Existe uma predominância de personagens brancos em posições de destaque, tanto nas ilustrações quanto nas capas dos livros, o que já sugere uma disparidade étnico-racial. A representação excessiva de personagens brancos influencia a percepção de quem são os protagonistas da sociedade, reforçando a ideia de que o branco é o padrão e o normativo.

A sub-representação de personagens negros, quando presentes, reforça estereótipos negativos, como a associação frequente com a pobreza e a limitação de papéis familiares e profissionais. A omissão ou a representação limitada do contexto sociocultural dos negros contribui para a invisibilidade das culturas africanas, reforçando a hegemonia da cultura europeia.

O tratamento estético das ilustrações, com traços grotescos e estereotipados, ressalta a persistência de representações negativas que perpetuam preconceitos. No entanto, é evidente que alguns estudos mais recentes mencionam uma representação positiva de características fenotípicas, indicando uma possível mudança, embora limitada.

A limitação das atividades profissionais atribuídas aos personagens negros demonstra uma reprodução de estereótipos que associam a comunidade negra a posições de menor prestígio e poder. A representação de crianças negras em situações negativas, especialmente fora do contexto escolar, reforça estigmas e limita a diversidade de experiências representadas. A perspectiva eurocêntrica predominante na abordagem histórica contribui para a negação de outros pontos de vista e a omissão de eventos históricos relevantes, marginalizando a contribuição africana para a construção da história brasileira.

O fato também nos permite reforçar a importância da Lei nº 10.639, a qual surgiu com o objetivo de tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados. Esta lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) para incluir a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Deste modo, as instituições escolares deveriam incluir em suas disciplinas, conteúdos que abordem este conteúdo, valorizando a contribuição dos negros para a formação da nossa sociedade.

Esta lei buscou promover a diversificação do currículo escolar e combater a discriminação racial. De acordo com Machado e Napoli (2016) os fenômenos caóticos ressonantes, ou seja, um fenômeno discriminatório oriundo do senso comum e que é transferido do meio social para o ambiente escolar, estão presentes, portanto, na escola. Por essa razão, a educação formal também é relevante para que se mude não só as realidades nas instituições escolares, mas que ultrapasse os seus muros. Além disso, os autores afirmam que o racismo é um fenômeno quase universal e que se manifesta em todas as sociedades humanas, levando à exclusão, discriminação e preconceito contra o outro. Tratar destas questões no ambiente escolar seria uma ação relevante.

No entanto, Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) evidenciam que um dos principais desafios é a resistência de alguns setores da sociedade em reconhecer a importância da história e da cultura afro-brasileira para a formação da sociedade brasileira. Além disso, muitas vezes os professores não estão preparados para abordar esses temas em sala de aula, o que pode levar a uma abordagem superficial ou estereotipada do assunto. Também há a falta de materiais didáticos adequados e a ausência de investimento em formação continuada para os professores.

[...] o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2011, p. 87).

Segundo Carneiro (2011) o contexto escolar também é cenário para tratar do epistemicídio do qual já falamos. As análises realizadas do material didático observadas aqui

ilustram o epistemicídio formulado pela autora: desvalorização, ocultamento e negação são alguns elementos.

Em contrapartida, a Lei 10.639/03 pode influenciar e enriquecer o ensino de história no Brasil ao promover a diversificação do currículo escolar ao valorizar a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira. Com isso, os estudantes podem ter acesso a uma história mais plural e inclusiva, que reconhece a diversidade étnica e cultural do país. Pode, ainda, contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, ao combater o racismo e a discriminação racial (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003). Porém, a efetividade destas ações após vinte anos da sua implantação é outra história.

Para ilustrar, podemos ver o caso específico na sociedade matonense (nosso objeto de análise). No dia 20 de junho de 2022, a Câmara Municipal aprovou de forma unânime o Projeto de Lei (PL) nº 86/2022, apresentado pelo vereador Paulo Augusto Bernardi. Por meio deste projeto buscou-se incorporar no programa educacional das escolas públicas municipais conteúdos relacionados à História e à Cultura Afro-Brasileira, em conformidade com a Lei Federal nº 10.639/2003.

*Essa lei é de 2003, não é nova, tem vinte anos de existência, daqui a pouco vinte e um. Cadê os docentes interessados nessa história, cadê as pessoas para interessar nisso, para implantar? Quando fala, fala de maneira tímida. Faz aquela abordagem pequena, conta a historinha e volta naquela fase, para falar do negro tem que falar de maneira básica... as pessoas falam de maneira bem básica. Mas o processo, o contexto de tudo, ninguém fala.*²⁰⁸

Conforme o referido projeto, a responsabilidade de definir a metodologia para a inclusão desses conteúdos no currículo escolar e, se necessário, estabelecer parcerias com organizações e indivíduos dedicados a este conteúdo, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Os tópicos abordados no conteúdo programático incluirão diversos aspectos da história e cultura que moldaram a sociedade brasileira, o que envolve o estudo da história africana, a trajetória dos negros no Brasil, a riqueza da cultura negra brasileira e a contribuição dos negros para a formação da sociedade nacional, enfatizando as suas influências nas esferas social, econômica e política.

²⁰⁸ Sobre a Lei nº 10.639 a partir de João Bento, que acompanhou o PL nº. 086/2022.

Passei a pesquisar e formular leis e propostas em benefício do povo negro, com destaque na Lei [PL nº 086/2022]²⁰⁹ que exige a imediata aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais. Aprendi muitas lições que me foram sonegadas no tempo de estudante. Fiz propostas para a saúde da população negra e para homenagear alguns expoentes da raça e resolvi iniciar um movimento para devolver o Henrique Dias aos negros.²¹⁰

O vereador responsável pelo projeto reforçou a relevância da iniciativa, ressaltando que muitos alunos desconhecem a significativa contribuição histórico-social dos descendentes de africanos para o país e para Matão, revelando, na mesma medida, uma preocupação com práticas racistas, razão pela qual é fundamental o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela legislação federal.²¹¹ O que se nota, portanto, é que foi preciso o estabelecimento de um Projeto de Lei para que se cumprisse, no caso das escolas municipais matonenses, o que a Lei nº 10.639 institui há duas décadas.

No início de 2024 perguntei como estava o andamento da referida lei após a apresentação do PL e me foi informado que estão aguardando para resolver a agenda da vinda do presidente da Comunidade Negra do Estado de São Paulo e do Coordenador de Políticas para a População Negra do Estado de São Paulo, Robson Silva Ferreira²¹², para discutir sobre esse assunto para que a implantação seja feita de forma a gerar os resultados esperados, ou seja, um conhecimento da história que valorize toda a diversidade que a constituiu.

A pesquisadora, como professora na educação básica do Estado de São Paulo, tem se dedicado ao estudo das relações raciais desde a graduação em Ciências Sociais. A trajetória como educadora na rede estadual de ensino levou a observar a problemática do preconceito e do racismo no cotidiano escolar, o que a motivou a reflexão sobre as estratégias e práticas adotadas com os alunos do Ensino Médio.

Em 2023 foram observadas algumas demandas da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) numa cidade do interior paulista, com pouco mais de oito mil habitantes. Nesse contexto, a pesquisadora e um grupo de professores foram designados para desenvolver um projeto em uma unidade escolar com o objetivo de promover a autodeclaração étnico-racial dos estudantes no momento da matrícula. No caso específico desta unidade escolar, na

²⁰⁹ Anexo R.

²¹⁰ Paulo Augusto Bernardi narrando sobre as suas ações em benefício da comunidade negra matonense.

²¹¹ Informações extraídas de reportagem no Jornal A Comarca, disponível em http://www.acomarcenet.com.br/materia.php?id_materia=8208. Acesso em 20 dez. 2023.

²¹² Robson Silva Ferreira é advogado, professor e Coordenador Adjunto de Cursos na Universidade Zumbi dos Palmares. Informações disponíveis em <https://br.linkedin.com/in/robson-silva-ferreira-364a91ab>.

qual a pesquisadora leciona, observou-se que, de um universo amostral de quatrocentos alunos do Ensino Médio, apenas cinco se autodeclararam negros, embora o fenótipo evidenciasse um número muito maior de alunos que se enquadravam nessa categoria. Diante desses dados, a Diretoria de Ensino da região reconheceu a necessidade de desenvolver um projeto voltado para a questão da autodeclaração.

Embora seja um caso isolado em uma realidade específica, tem-se por hipótese que esse episódio exemplifica o racismo estrutural que permeia a sociedade, o qual transcende seus limites e repercute no ambiente escolar. Machado e Napoli (2016) denominam esse processo, como já mencionado, de “fenômenos caóticos ressonantes”. Estas vivências mostram, portanto, a relevância da Lei nº 10.639.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se trata de um documento normativo e que estabelece os conteúdos mínimos que todos os estudantes no território brasileiro devem aprender em cada etapa da Educação Básica. Quando se remete a Educação Antirracista, esta temática é tratada como Temas Contemporâneos Transversais (TCT) a serem abordados ao longo da educação formal, ou seja, em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A Educação Antirracista na BNCC pode ser entendida na valorização da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira com o intuito de combater o racismo e a discriminação racial. Por meio dos princípios nos quais se fundamenta, busca promover questões raciais, o respeito à diversidade étnico-racial, e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos em relação a essas questões. É válido observar ainda que o assunto não está limitado a uma única área do conhecimento, mas deve ser trabalhado de forma interdisciplinar, razão pela qual se trata de um TCT envolvido pelo “Multiculturalismo”, ou seja, “diversidade cultural, educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras” (MEC, 2019, p. treze).

A BNCC se trata de um documento cujos debates estão em curso e é possível observar lacunas, desafios e possibilidades na Educação Antirracista notadas na lei e também nos currículos. Considera-se que o racismo estrutural não se limita apenas às práticas e atitudes individuais ou de grupos, mas é um processo enraizado nas estruturas e instituições sociais, manifestando-se de maneira persistente e sistêmica, afetando determinados grupos ao longo do tempo. Tratar estas questões no ambiente escolar, onde a educação formal acontece, é sem dúvida um aspecto a ser considerado.

5.2 O negro nas narrativas oficiais

A relevância do assunto aqui tratado, ou seja, dos imaginários que podem ser o fundamento para práticas racistas ou preconceituosas, pode ser ilustrado nas palavras de Adichie (2019, p. 10-11):

Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. Aqui está uma citação de um mercador de Londres chamado John Locke, que velejou para a África ocidental em 1561 e fez um relato fascinante de sua viagem. Após se referir aos africanos negros como “animais que não têm casa”, ele escreveu: “Também é um povo sem cabeça, com a boca e os olhos no peito”. Rio toda vez que leio isso. É preciso admirar a imaginação de John Locke. Mas o importante sobre o que ele escreveu é que representa o início de uma tradição de contar histórias sobre a África no Ocidente: uma tradição da África subsaariana como um lugar negativo, de diferenças, de escuridão, de pessoas que, nas palavras do maravilhoso poeta Rudyard Kipling, são “metade demônio, metade criança”.

Afinal, o que vem em nossa mente quando falamos em escravismo? Pessoas escravizadas sempre existiram na história. A escravidão é uma prática observada há milhares de anos e que assumiu diferentes formas ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo. A noção de escravidão não surgiu com a dominação e a ida forçada dos africanos para outros continentes, mas é uma prática antiga da humanidade. Pode ser observada nos textos bíblicos que mencionam a escravidão dos israelitas no antigo Egito, bem como em obras literárias que retratam o trabalho escravizado em antigas civilizações, como a romana e a grega (MUNANGA; GOMES, 2004).

Desde tempos antigos os homens têm escravizado outros homens que eram considerados diferentes ou inferiores e, muitas vezes, como resultado de guerras. Esses últimos sempre foram uma das principais fontes de escravismo, sendo forçados a trabalhar ou vendidos como mercadoria (SOUZA, 2007).

Para este estudo, no entanto, abordou-se sobre uma tipologia específica de escravismo. O que se chamou de Escravidão Moderna envolveu negros africanos e é a resultante de um complexo processo histórico que compreendeu a expansão colonial europeia, o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e a consolidação do sistema escravista no continente americano. Ao afirmar que escravizados sempre existiram na história, não se trata de um recurso para justificar este processo ou concebê-lo como natural, mas para provocar, justamente, algumas inquietações.

Possivelmente, em sua experiência pessoal, o leitor já se deparou com um imaginário presente na sociedade de que os negros africanos estavam acostumados a serem escravizados,

visto que na própria África, o povo escravizava a sua própria gente. Essa visão, presente no imaginário da sociedade, pode sugerir uma justificativa para o escravismo. No entanto, é importante considerar que essa ideia é uma simplificação equivocada, pois a escravização praticada pelos europeus no período colonial foi diferente daquela que existia em algumas sociedades africanas, tanto em números quanto na maneira como ocorria o processo.

Pode-se dizer que a ação de escravizar, efetivamente, existiu em muitas sociedades africanas antes do tráfico de negros pelos europeus via rota transatlântica. O escravismo era mais comum nas grandes cidades, capitais dos reinos e nos centros de comércio, locais em que havia maior fluxo de riquezas, além de diferenças sociais mais acentuadas entre os grupos.

Pessoas escravizadas eram vistas como parte integrante dessas sociedades e era uma mercadoria valiosa nas rotas do Saara. Conforme eram obtidos por meio de guerras ou ataques às aldeias desprotegidas, muitos cativos eram negociados com comerciantes que os levavam para o norte da África. Algumas vezes, eram enviados para além do Mediterrâneo, principalmente para a península arábica (SOUZA, 2007).

Segundo Ogot (2010) inúmeros rótulos se aplicaram à África no período histórico de 1500 a 1800. Assim, uma diversidade de livros de História reduz este período a um único termo: “a era do tráfico negreiro”. Isto mostra a significância dada somente a este aspecto da história do continente, desconsiderando, por exemplo, que em partes da África esse evento foi além, pois durou até 1850.

Em contrapartida, existiam partes do continente, como a África do Sul, que praticamente desconheceu este processo. Observa-se aqui, conforme Ogot (2010), o problema de um único rótulo que desconsidera uma série de outros fatos que ocorreram nesta grande extensão territorial, que é o continente africano. O autor menciona que cada rótulo tem a sua parte de verdade, mas nenhum expõe o dinamismo e a complexidade desse período.

Poderíamos aqui versar sobre especificidades das sociedades africanas e detalhar mais sobre o escravismo, mencionando, por exemplo, na África pré-colonial, a escravização se tratava de uma prática social diversificada e com inúmeras funções, como o pagamento de dívidas, aquisição de prestígio, cumprimento de penas judiciais ou a incorporação de novos membros à família (MUNANGA; GOMES, 2004).

No entanto, no período do tráfico negreiro pelo Oceano Atlântico, muitos africanos foram capturados para serem vendidos aos europeus, resultante de uma ação praticada entre grupos étnicos rivais. Devido às caracterizações de como se deu o escravismo nas Américas,

distinto daquele praticado nas sociedades africanas, existe hoje um desconforto entre os africanos ao abordarem a temática do tráfico negreiro. Reforça-se que este assunto é para o africano uma questão carregada de sentimentos e da sensação de corresponsabilidade pelo comércio envolvendo o próprio povo. Os brancos parecem tentar se desvincular de sua culpa histórica transferindo a responsabilidade para líderes africanos envolvidos no tráfico de pessoas escravizadas (MUNANGA; GOMES, 2004).

Este discurso mostra que é preciso compreender alguns imaginários, especificamente na sociedade brasileira, no Estado de São Paulo, na microrregião do nosso objeto de análise, isto é, o município de Matão. É o espaço em que vivemos e dele vemos emanar certas concepções. Trata-se de um território que recebeu contingente escravizado para trabalhar nas fazendas de café, sendo cenário relevante tanto do escravismo quanto da pós-abolição. Conforme Ferreira e Mattos (2007) a compreensão de qualquer processo humano num dado período demanda, sem dúvida, a compreensão do processo histórico que o constituiu.

Segundo Adichie (2019, p. 16) “[...] as histórias foram usadas para espoliar e caluniar”. Mas, se observarmos outras versões de uma mesma história, contada sob as perspectivas distintas do material oficial, quem sabe as histórias também sejam uma forma de “empoderar e humanizar”.

É importante reconhecer as ideias que temos a respeito de uma das maiores tragédias da humanidade, que foi o tráfico negreiro que ocorreu por mais de trezentos anos. Estimativas observadas na história da África sugerem que esse comércio retirou cerca de quarenta a cem milhões de africanos de sua terra natal, especialmente pela rota transatlântica, em direção a outros países (KI-ZERBO, 2010).

O Brasil foi o país das Américas a escravizar o maior número de africanos a partir de 1538 e foi o último do mundo cristão a abolir a escravidão. Ao pensarmos, portanto, em questões raciais, o nosso país é um objeto de análise muito relevante. O Estado de São Paulo não fica atrás.

Quando falamos desses imaginários e de como o negro e o escravizado é visto de forma depreciativa, podemos considerar os discursos que seguem.²¹³

Para Furtado (2003) existe uma série de fatores que propiciaram uma situação favorável à expansão da cultura do café no Brasil na última década do século XIX. De um lado, a oferta do produto no exterior passava por dificuldades, a exemplo da produção asiática

²¹³ No texto seguinte faço justiça semântica (FONSECA, 2024) ao termo, mas as obras originais utilizam a palavra “escravo”.

que foi prejudicada por enfermidades e os seus cafezais destruídos. Por outro, a questão da imigração passou a ser relevante pelos estados e, em maior medida, pelo Estado de São Paulo, representado pela classe dos fazendeiros de café.

Além disso, uma grande inflação de crédito beneficiou os cafeicultores e o crédito necessário dado a eles com o objetivo de financiar novas terras elevou o preço do produto em moeda nacional, com depreciação cambial. Inicialmente, em São Paulo, se formou a agricultura do café à base do trabalho escravizado, porém em menor escala ao comparar com as antigas províncias que são hoje os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto, após a decadência da agricultura cafeeira nas regiões da primeira expansão, São Paulo passou a ter um rápido desenvolvimento que logo trouxe o início de grandes fluxos migratórios europeus (FURTADO, 2003).

Nota-se que “[...] talvez em bem poucas situações histórico-sociais se poderá apreciar a escravidão operando como um ‘fator social construtivo’ como na fase do desenvolvimento da economia paulista” referindo-se a agricultura cafeeira (BASTOS, 1988, p. 22). Com a crise da mineração, Bastos (1998) mostra que os descendentes de escravizados que trabalhavam nesta economia em decadência, foram levados para participar do desenvolvimento da grande lavoura. Assim, a mão-de-obra escravizada concentrou-se no Estado de São Paulo.

O novo sistema econômico desta região, ou seja, o desenvolvimento da agricultura cafeeira se mostrou propício ao aceite da imigração, uma vez que esse contexto se desenvolveu junto com o fim do regime escravocrata. Com a abolição, nem ao estado, nem à igreja, nem aos donos dos ex-escravizados foi atribuída a obrigação de manutenção do contingente negro ao novo sistema emergente (BASTOS, 1998).

Mais além, quando se realiza uma análise desta situação, as informações que encontramos são de que o negro estava socializado para viver num sistema social específico, ou seja, a ordem escravocrata e desta maneira não encontrou no projeto abolicionista apoio que lhe garantisse uma nova inserção social. “Assim, fica excluído da ordem social competitiva, restando-lhes as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista” (BASTOS, 1991, p. 38).

Diante desse cenário, nas últimas décadas do século XIX surge Matão, cidade do interior paulista, região que abriga o objeto desta proposta de estudo. Essa cidade tornou-se município dez anos após o fim do regime escravocrata. Sua história começa pouco antes com a chegada de inúmeras pessoas vindas de municípios vizinhos que, pouco a pouco, foram adquirindo terras e estabelecendo-se na região.

Pautando-se em uma história oficial da cidade, observa-se que a partir de 1890, diversas pessoas vindas de Araraquara, São Carlos, Capivari, Tietê, dentre outros territórios, compraram terras nesta localidade para se ocuparem da cultura do café, que naquela época alcançava preço elevado, estabelecendo-se aqui com as suas famílias. Mais fatos envolveram o rápido crescimento populacional desta região, como a vinda de muitas famílias de Araraquara que fugiram dali devido à febre amarela que dizimava a população. Desta maneira, paulatinamente formou-se uma povoação: Matão foi, primeiro, o Arraial do Senhor Bom Jesus das Palmeiras (LEITE, 1992).

Esta cidade recebeu muitos fazendeiros que formaram as suas fazendas de café, no estado que aos poucos, conforme ressalta Furtado (2003), se transformou no centro de desenvolvimento do país. O significado especial da escolha do Estado de São Paulo como núcleo de estudo das relações sociais, por Roger Bastide: “mais do que qualquer cidade brasileira, aí subsistem as sobrevivências da sociedade escravocrata, ao lado das inovações da sociedade capitalista” (BASTOS, 1988, p. 22). Neste contexto há também o preconceito de cor, que justificou o trabalho servil do africano e agora justificará uma sociedade de classes, que não alteraria estereótipos antigos.

No livro “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, Fernandes (1978) tem como unidade de investigação a cidade de São Paulo e por meio do estudo da integração do negro, analisa as transformações sofridas pela população como um todo, frente ao processo de urbanização e industrialização no país. Também explica a razão pela qual o seu olhar voltou-se para este estado: “a escolha de São Paulo, como unidade de investigação, explica-se naturalmente” (FERNANDES, 1978, p. 10).

Para Fernandes (1978) neste estado houve um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo no que diz respeito à elaboração socioeconômica do regime de classes. Trata-se também do local em que a revolução burguesa aconteceu de forma mais significativa, sob a norma do que se denominou Trabalho-livre, na Pátria-livre. Ainda, devido especificidades histórico-sociais, nela o negro apenas adquire importância econômica real de forma tardia e sofre, prejudicialmente, as consequências da concorrência da substituição populacional. “Desta maneira, o estado de São Paulo permitia apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do ‘negro’ do sistema de relações de produção” (FERNANDES, 1978, p. 10).

Na região cafeeira, as consequências da abolição e do novo sistema econômico foram muitas, a imigração é um exemplo. Em Matão, também se pode observar esta realidade em

muitas páginas da historiografia local, a qual atribui o desenvolvimento da cidade relacionado aos fazendeiros de café e aos grupos de imigrantes: “A cidade de Matão foi edificada em terras d’antes pertencentes ao município de Jaboticabal [...] antes já existiam muitos moradores, alguns com suas fazendas já formadas e outros formando as suas” (LEITE, 1992, p. 15).

E ainda: “Dois irmãos, italianos, imigrantes, que como tanto outros vieram para derramar o suor fecundo do seu amor por esta terra ‘dádiosa e boa’, deixaram a povoação de Américo Brasiliense e, com tudo o mais, mudaram-se para o arraial do Bom Jesus” (LEITE, 1992, p. 15).

Reforço que não cabe aqui, e esta não é a intenção, de desqualificar ou reduzir a relevância dos imigrantes na história da cidade, mas de reconhecer que o desenvolvimento do município de seu a partir de várias contribuições, como as do negro, que não são relatadas na história.

Ainda, sob a análise econômica de Celso Furtado, as vantagens que apresentava o trabalhador europeu em relação aos ex-escravizados, eram óbvias (FURTADO, 2003). Tendo em vista a história pelo viés econômico, a ideia de riqueza ao escravizado era quase que estranha, ele não tinha o hábito de vida familiar, via o trabalho como castigo e visivelmente como corolário da escravidão.

Fernandes (1978) também ressalta que os fazendeiros tinham maiores estima e confiança na capacidade de trabalho dos colonos portugueses, alemães e italianos. Como foi citado, em Matão esses grupos ganharam destaque na história oficial: “no Cine Politeama, antes, quando surgia alguma bandeira da Itália, ou mesmo a figura de algum político italiano, tudo era palmas [...]” (LEITE, 1993, p. 23).

Assim, o ex-escravizado “surgia como figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à febre do café” (FERNANDES, 1978, p. 20). E como uma das consequências dos contextos produzidos após a Abolição da Escravatura observa-se o surgimento da “Sociedade Matonense dos Homens de Côr”²¹⁴. “Aos treze dias do mês de maio de 1948 em residência do Sr. Caetano [...] em palestra amigável, cogitaram a fundação de uma sociedade para as pessoas de Côr”²¹⁵. Ainda como justificativa para a sua formação “[...] o fato de existir em Matão um grande número de descendentes da raça negra que na falta

²¹⁴ Grafia da época.

²¹⁵ Trechos extraídos da ata do Clube Henrique Dias.

de um clube ou local para se reunirem, vivem completamente isolados e, muitos até, sem cultura, à mercê da sorte”.²¹⁶

No cinquentenário da fundação do município, isto é, em 1948, na história oficial, momento em que a população negra se agitava para formar uma sociedade, mostra que o município de Matão almejava a independência judiciária, razão pela qual apresentou na Assembleia Legislativa de São Paulo um memorial que apontava uma série de informações, reforçando, sobretudo, a quantidade de cafeeiros (como vimos, a Fazenda dos Ingleses chegou a ter por volta de 2,2 milhões de pés de café em produção).

Na década de 1960, conforme dados do censo demográfico, Matão possuía um total de 8.176 habitantes. Não se observa nenhuma notícia, neste momento histórico, que retrate as manifestações da população negra. O que nos deu este dado foram documentos que estavam no interior das famílias e as histórias narradas.

Este foi o contexto histórico que também impactou a população negra na cidade de Matão, a qual foi caracterizada de uma forma que pode até ter o seu fundo de verdade, mas é uma faceta de muitas outras que não foram consideradas. E ainda, o apagamento de suas memórias é ainda mais notório.

No entanto, os negros também foram importantes protagonistas na história do município. Vamos mencionar, por exemplo, um “negro na galeria dos prefeitos”.²¹⁷ Benedito Rosa de Lima e Costa era fazendeiro e coronel da Guarda Nacional. Ao observar a Galeria dos Prefeitos na prefeitura da cidade nota-se um prefeito negro entre os brancos.

Aos quarenta e dois anos, de janeiro a julho de 1917, Benedito Rosa de Lima e Costa foi intendente de Matão, uma função equivalente a de prefeito. Posteriormente, teve seu segundo mandato de intendente de janeiro de 1923 a janeiro de 1924, o que não era habitual no interior paulista na referida época, na qual estava instalado o coronelismo da Primeira República (1889-1930).

Informações a respeito de Benedito Costa foram resgatadas das Câmaras Municipais de São Pedro e de Marília, conforme segue:

Benedito Rosa de Lima e Costa nasceu em 30 de agosto de 1875 na cidade mineira de Ouro Preto, onde se formou farmacêutico em 1893. Era filho de Luiz Xavier da Costa e Anna Luiza França da Costa. Em 1899 casou-se com Clotilde Teixeira Costa, com quem teve dez

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Estas informações podem ser observadas no Anexo H.

filhos: Cícero, Bráulio, Ana Rita, Luiz Xavier, Benedito Júnior, Maria Candelária, Helena, Osvaldo, Séptimo e Terezinha. No Estado de São Paulo, integrou o Diretório do Partido Republicano Paulista (PRP) e, sendo fazendeiro, o negro na galeria de prefeitos teve o título de tenente-coronel da Guarda Nacional. Coronéis da Guarda Nacional eram homens com prestígio, geralmente fazendeiros ricos em uma sociedade ruralizada. Tal título, originalmente, vinha desde o Período Regencial, quando da abdicação de Dom Pedro I, e durou até o início da República. No início, os coronéis foram também lideranças políticas e paramilitares que controlavam os votos em suas áreas de atuação – características essas que mostram a força econômica e política do negro Benedito Rosa de Lima e Costa.

Nesse contexto, ele foi vereador no município de São Pedro (40 km de Piracicaba), dos 24 aos 27 anos (1899-1902), e aos 30 anos (1905) foi também o primeiro prefeito negro daquela municipalidade, ficando no cargo por nove anos consecutivos (até 1914). Após a atuação política em São Pedro e região de Piracicaba, o coronel Benedito foi prefeito de Matão por dois mandatos. Os intendentos eram escolhidos pelas Câmaras Municipais.

Em 1928, mudou-se definitivamente para Marília, onde tinha fazendas de café e exerceu a vereança nos mandatos de 1929-30 e de 1936-37. Também em Marília, foi presidente da Câmara em 1929 e membro do Conselho Consultivo do Município de 1931 a 1933. Durante a Revolução Paulista de 1932, integrou o movimento revolucionário MMDC (iniciais dos nomes de quatro estudantes paulistas mortos em uma manifestação: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo). Faleceu no dia 28 de abril de 1937, em Marília.²¹⁸

Matão, portanto, tem um prefeito negro em sua história, o que era raro em outros territórios neste momento histórico. Podemos, ainda, observar outros prefeitos, como Cairbar Schutel, que ajudou famílias negras quando Matão ainda estava nascendo.

Após a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, os negros no Brasil esperavam por uma inclusão efetiva na vida política, econômica e social do país. No entanto, persistiam as discriminações e perseguições, especialmente contra as religiões de matriz africana²¹⁹. Nesse contexto, a formação da Vila do Senhor Bom Jesus das Palmeiras, posteriormente conhecida como Matão, durante o período republicano, representou um marco na história da comunidade negra.

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Liberdade ao culto religioso pode ser visto no Anexo G e religiões de matriz africana em Matão podem ser observadas no Anexo N.

Em 1892, fazendeiros adquiriram terras dos Innocêncio da Costa e deram início à construção da primeira capela matonense, marcando o surgimento do vilarejo. Com a chegada da Estrada de Ferro em 1898, Matão foi elevado à categoria de Município, desmembrando-se de Araraquara, e em 1899 estabeleceu-se a primeira Câmara Municipal, com a solene instalação da Municipalidade e a inauguração da Estação de Trem.

É a partir desse momento que se destaca a figura de Cairbar de Souza Schutel, o primeiro intendente de Matão, como um líder que institucionalizou o respeito às comunidades negras locais. Reconhecido como o “pai dos pobres”, Schutel, além de ser um líder espírita, ficou conhecido por seu compromisso com a gestão pública e o bem-estar das classes desfavorecidas da população.

Sob a gestão de Schutel, os Quintinos²²⁰ e outras comunidades negras passaram a ser respeitados em seus costumes e modo de vida, com a preservação de suas terras no final do século XIX. Apesar do preconceito que enfrentou devido à sua liderança e práticas espiritualistas, Schutel foi amplamente reconhecido por sua contribuição para o desenvolvimento de Matão, especialmente no que diz respeito à inclusão e assistência social aos mais necessitados, independentemente de sua origem étnica.

A gestão de Cairbar Schutel marca um período significativo na história matonense, representando a institucionalização do respeito e da valorização das comunidades negras, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.²²¹

Portanto, apesar de um apagamento da história do negro na literatura oficial, observamos algumas situações raras na cidade, tendo em vista uma sociedade marcada pelos imaginários criados a partir da escravidão.

²²⁰ Regularização das terras dos Quintinos na gestão de Schutel no Anexo G e a sugestão de um “Memorial dos Quintinos” no Anexo L. Waldir Simões de Almeida, nasceu em 1936 em Matão, filho de Antonino Simões de Almeida, de ascendência portuguesa, e de Amélia Paiola de Almeida, descendente de italianos. Em sua infância na década de 1940, vivendo na área central da cidade, ele desfrutava de uma vida simples e sem televisão, passando os dias brincando nas ruas, frequentando a escola e auxiliando seus pais em suas atividades cotidianas. Lembrando com carinho da distância entre o Centro e a Vila Santa Cruz, onde um campo de futebol era uma fonte de admiração para ele e seus amigos, Waldir destaca a importância das comunidades negras de Matão, incluindo os Quintinos, que moravam na localidade hoje conhecida como bairro Jardim Morumbi. Waldir propôs a criação de um “Memorial dos Quintinos” para preservar a memória dessas comunidades. Aos vinte anos, Waldir estudava para ser professor primário. Nesse período, a venda da “Fazenda dos Ingleses” ao Grupo Moreira Salles em 1956 marcou o início da urbanização de Matão, com a migração dos moradores da fazenda para a cidade. Esse processo resultou na formação de novos sítios e agrovilas familiares a partir das terras subdivididas da fazenda. Entrevista com Wladir, no Anexo L.

²²¹ Informações extraídas do Anexo G.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias importam. Muitas histórias importam.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 16)

Quando iniciei o Mestrado, explorando as teorias de Foucault (1971) acerca do discurso e do poder, discutíamos, de maneira simplificada, um exemplo para ilustrar conceitos por vezes complexos: quando alguém está doente e precisa buscar ajuda para o tratamento, procura um médico, o qual detém o poder do discurso. É este profissional quem descreve o necessário e orienta para as ações apropriadas. Contudo, fora do contexto da Medicina, o poder do discurso não mais reside exclusivamente no médico.

Foi assim que me senti indo ao campo. Tornei-me tão pequena com as “minhas teorias” a partir das histórias de vida narradas. Para iniciar uma conclusão para este estudo que tentei elaborar, inicialmente reforço: o campo tem o poder do discurso. A afirmação partiu das minhas experiências no decorrer da pesquisa.

Pode-se dizer que se trouxe uma contribuição teórica para histórias *de negros*, na medida em que se registraram memórias colhidas, as quais foram relatadas pelas presenças múltiplas que contaram as suas histórias e vivências. Conteí aqui como foram os encontros. Algumas dessas pessoas são mais procuradas para falar das histórias *de negros*, outras nem tanto. Alguns sujeitos eram próximos da pesquisadora, outros foram “achados” a partir da etnografia que não tem hora para acontecer. E assim foram promovidos encontros presenciais ou virtuais para criar as condições de falar. A pesquisadora foi surpreendida por mensagens de entrevistados que, sem uma provocação prévia, relataram pensamentos que lhes vieram à mente de forma espontânea ao refletirem sobre o projeto.

Como se trata de uma (auto) etnografia, as minhas histórias também revelaram muito sobre a época vivida, ou seja, a infância nos anos de 1980 e 1990. Em geral ouvimos a expressão “foi criado pelos avós”. No meu caso, “pelos bisavós” e o quanto isso implicou na minha trajetória. Bosi (2004), tão presente nesta narrativa, corrobora com as minhas experiências quando afirma que o trabalho do velho é lembrar. Deste modo, mesmo sem ter a noção da riqueza que as histórias carregam, ouvi e vivi situações que no momento oportuno de uma pesquisa científica, tornaram-se a matéria-prima para uma escrita de histórias negligenciadas.

Fui ao campo de espírito aberto. É claro que, como pesquisadora, eu tinha um roteiro preestabelecido, pois o estudo tinha objetivos a serem atingidos. No entanto, as informações

emergentes do campo evidenciaram novas questões a serem exploradas. Isso não é incomum para metodologias que utilizam entrevistas como ferramenta de coleta de dados. Contudo, é importante destacar que não foram atribuídos significados ao campo de maneira arbitrária; ao contrário, foi o próprio campo que se encarregou dessa tarefa.

Iniciei compartilhando minhas histórias pessoais, uma vez que minha família sempre foi um ponto de referência para quem deseja saber mais sobre a Vila e a Matão de antigamente, tendo se estabelecido nesse território por volta de 1940. Minha família também é frequentemente lembrada por aqueles interessados nas histórias *de negros* que foram protagonistas em uma sociedade que começava a se reestruturar no período pós-abolição, ao lado de muitos outros personagens importantes neste contexto.

Minhas lembranças de Octacílio David são as de um homem íntegro que trabalhou até a velhice, movido pelo prazer de uma vida ativa, algo que ele valorizava profundamente. Lembro-me de quando eu era criança, antes de ele seguir para o Ponto de Táxi, fazia questão de dar uma volta no quarteirão. Essa era sua maneira de verificar se eu estava cumprindo com minhas responsabilidades, como arrumar a cama e varrer a casa. Era uma figura respeitada e cuidadosa, portador de valores que foram transmitidos aos seus descendentes. Como mencionei anteriormente, a mudança só ocorre quando nós mesmos nos dispomos a mudar. Precisamos agir para então mover o mundo ao nosso redor, e foi isso que aprendi com ele. Octacílio nunca se conformou com a passividade diante das adversidades; pelo contrário, era exemplo de luta. E sua luta não era apenas pessoal, pois lutava, na mesma medida, pelo bem-estar dos outros.

Quando nasci, ele já estava na velhice. No entanto, por meio das experiências compartilhadas e das histórias que ouvi sobre ele, consegui entender a vida de um homem negro que, como muitos de sua época, eram da forma que Hurston (1979) descreve a si mesma: não eram tragicamente negros, não havia lamento guardado na alma. Ainda, inspirando-me na autora, os olhos desses sujeitos guardavam segredos. Esta percepção de Hurston (1979) está contextualizada em uma época e território específicos: ela nasceu em 1891, em Notasulga, Alabama, Estados Unidos. Assim, é importante considerarmos a vivência dessas pessoas dentro de seu contexto histórico.

Narrando as memórias, estes segredos demonstraram para mim o não pertencimento a um “grupo de negros que creem que a natureza de alguma forma deu a eles uma lida suja e baixa, cujos sentimentos são feridos por causa disso” (HURSTON 1979, p. 983). Pois saíram à luta e conquistaram muitas coisas para a família e para a comunidade. São lembrados com saudosismo e alguns jovens carregam as suas histórias.

Octacílio veio para Matão hora no lombo de jumento, hora de carona, ou a pé... E “fez vida”²²². Era um dos “negros de alma branca”, como diz João Bento, como tantos outros que sobressaíam numa sociedade marcada pela exclusão, pois ficaram à margem num momento pós-abolição, que escravizou pessoas por mais de trezentos anos. Exclusão e marginalização foram alguns corolários do escravismo.

Que histórias sobre o período de escravização Octacílio carregou, transmitidas pelo seu pai? Não sabemos. Que o estudo também sirva de um ponto para reflexão: devemos explorar as memórias dos mais velhos.

Quando descrevi sobre a relevância da oralidade para conhecer histórias e, neste caso, histórias não contadas na literatura oficial, apontei para o papel do contador de histórias e dos mais velhos, os quais se voltam “tão prazerosamente para o passado” (BOSI, 2004, p. 421). No entanto, uma provocação: e qual é o nosso papel?

Contei nesta pesquisa que ao pensar em inicia-la, a minha bacia ainda estava cheia (voltando à história das jabuticabas), mas quando decidi levar a cabo um projeto que havia nascido há quase duas décadas, as minhas fontes já haviam partido pela efemeridade da vida. Não podemos negligenciar o tempo quando as pessoas são o nosso objeto de análise.

No ano de 2015, a minha bisavó Francisca David adoeceu, alguns dias após a partida de sua filha caçula, Edena. Até então tinha alguns comprometimentos físicos devido à idade aproximada de cem anos, mas não apresentava doenças ou fazia uso de remédios controlados. Mas a partida de sua filha a afetou de tal forma que ela também se foi poucos dias depois. Como muitos dizem, a causa da morte teria sido a tristeza. Narrar esse fato tem um sentido.

Estávamos lá no hospital e eu fui chamada a noite para acompanhar Francisca que iria para o quarto. Cheguei à sala de emergências e ela tentou falar comigo, mas havia muito barulho de equipamentos e ela também fazia uso de máscara de oxigênio. Não me esforcei para ouvir o que ela tentou me dizer repetidas vezes. Pensei: no quarto, em silêncio, poderemos conversar. Não chegamos ao quarto. No corredor, antes de entrar no quarto, ouvi o seu último suspiro e uma lágrima sutil escorrer pelo seu olho esquerdo, após a cabeça ter tombado, levemente, após o último fôlego de vida.

Sempre pensei que Francisca não poderia partir antes de fazermos uma festa de cem anos. Ou acreditei que teríamos o tempo necessário para falarmos ainda naquele dia, onze de junho de 2015. O tempo da conversa que eu esperava ter, não aconteceu. Assim como em outras ocasiões da vida, em que as minhas fontes estavam ali e se passou pela minha cabeça

²²² Termo utilizado por Octacílio para se referir às ações empreendidas para uma vida dar certo no relacionamento, trabalho, criação dos filhos, dentre outros.

explorar as suas vivências, mas não fiz. Portanto, existem dois personagens relevantes: o contador de histórias e aqueles que se debruçam sobre as suas narrativas.

Na contemporaneidade, podemos considerar que, daqui a alguns anos, devido às transformações ocorridas no mundo digital, talvez não seja difícil reconstruir histórias. Isso não significa, porém, que a oralidade perderá sua importância. Há vestígios registrados por toda parte. No entanto, estamos em um momento em que os mais velhos são nossa fonte principal para escrever sobre o passado. Como afirma Chamoiseau (2018), é necessário recorrer à tradição oral, aos contadores de histórias.

Foram muitas pessoas relevantes nesta narrativa. No entanto, o tempo de Mestrado é demasiado curto para explorar de forma significativa outras memórias. Mas acredito que este esforço seja só o início de um trabalho mais abrangente. E assim, a partir das informações que foram possíveis de reunir, observamos em Matão um bairro que se formou nos primórdios da cidade, ou seja, a Vila Santa Cruz, inicialmente chamada de Vila Raposo ou Raposa, reduto de famílias não só negras, mas daquelas em situações socioeconômicas desfavorecidas. Um lugar onde o negro encontrou dificuldades e, na mesma medida, oportunidades.

Quando falamos do Clube Henrique Dias, observamos um movimento da comunidade, por longos anos, até conseguir o almejado lugar para reuniões e lazer. Porém, esse processo não se deu de forma isolada. Prefeitos, donos de empresas, aquele empreendedor que tinha um caminhão para carregar os eucaliptos... A comunidade negra recebeu auxílio de muitas pessoas.

Quando iniciei este projeto, o meu imaginário estava carregado por um vocábulo: discriminação racial. Mas os relatos e histórias escritas evidenciaram o racismo em situações específicas na nossa história. Não podemos afirmar *porque é que fazem aquilo*, citando João Bento. Também não podemos afirmar *se era ou não há racismo*²²³. Como Alba também afirmou: *Contudo eu não duvido [que havia racismo]*, quando comentei as situações vivenciadas por alguns dos entrevistados, pois na sua fala, disse-me não ter percebido essa prática no passado. Há uma complexidade nas relações.

A situação vivida pelo negro em Matão corrobora situações experimentadas em outros espaços, como em Araraquara que, a partir da proibição da entrada dos negros nos clubes da cidade, fez surgir o “Baile do Carmo”, objeto de análise de Tenório (2004). Por esta razão, no início deste estudo afirmei que, apesar das diferenças, o Baile do Carmo e a criação do Clube Henrique Dias significavam uma manifestação do negro diante da sociedade de classes que se

²²³ João Bento e Élio Floriano, sobre a complexidade das relações que não permitem enxergar, de fato, se determinadas circunstâncias eram ou não manifestações racistas.

firmava após a Abolição da Escravatura. São manifestações distintas, cujos fundamentos são parecidos.

Considerando as informações obtidas no campo, o racismo existente entre a Vila e o Centro tinha como uma das razões, sobretudo, a questão da imigração. Os imigrantes eram “racistas”. Por um tempo pensei em amenizar o termo nestas considerações, mas realidades precisam ser ditas. Não tenho a intenção que soe como acusação, mas que sirva de reflexão sobre um período histórico que fez formar ideias preconcebidas que foram base para o racismo. Por este motivo é preciso desconstruir imaginários, como foi tratado no último capítulo. A educação formal é importante neste processo, o que evidencia, portanto, a importância da implementação da Lei 10.639.

Estas situações demonstram aspectos da sociedade brasileira que também foi constituída a partir de escravizados africanos e a sua descendência, o que implica numa série de relações, onde cada lugar carrega a sua especificidade. Para escrever novas histórias que representem adequadamente o negro, livre de estereótipos, é preciso considerar outras faces de uma mesma história, já que histórias foram usadas no decorrer do tempo para depreciar, mas elas também podem ser uma reparação, segundo os pressupostos de Adichie (2019).

As histórias *de negros* aqui descritas muitas vezes mostram situações cotidianas, aquelas que não serão contadas nos livros que se ocupam de registrar a História. No entanto, os relatos da vivência, a “escrevivência”, revelam aquilo que estudos convencionais podem deixar escapar entre os dedos.

Não fui ao campo, do qual também faço parte, explorar as memórias de pessoas sem que elas recebessem nada em troca. Este estudo se destina à comunidade matonense, negra e não negra, e também àqueles que por algum momento da vida, tiveram Matão como espaço relevante em suas vidas. Deste modo, as lembranças que se dispuseram a compartilhar, ficam registradas para os nossos descendentes; alguns deles nos conhecerão somente pela escrita. Quando se fizer uma leitura deste texto, que não se perceba somente um conjunto de informações colhidas para serem tratadas no meio acadêmico. As histórias de vida não falam de um tempo abstrato, ou a-social, como diria Bosi (2004), pois se assim fosse nunca abarcariam lembranças ou se constituiriam na natureza humana, mas é um tempo “represado e cheio de conteúdo” (BOSI, 2004, p. 422), a partir do qual podemos enxergar as inúmeras contribuições que auxiliam na tessitura da história do nosso país.

Aproveito para reforçar que há uma necessidade de estender esta pesquisa, colher outras histórias que também devem compor um “registro oficial” de histórias *de negros* na cidade, pois há muito a ser explorado. Deste modo, há limitações no trabalho que empreendi,

pois registrou apenas uma faceta de inúmeras outras. Como diz Adichie (2019), as histórias são importantes. Muitas histórias são importantes.

Sinto-me como na poesia de Manoel de Barros, quando a mãe dizia ao menino: “[...] vazios são maiores e até infinitos”. São muitas lacunas nessa história, espaços infindáveis, mas cada ação pode “encher os vazios” que jamais se tornarão cheios, pois colher e registrar memórias são “como roubar um vento e sair correndo com ele [...]” (BARROS, 2010, p. 469-70).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALCOFF, Linda. O problema de falar pelos outros. Tradução de SILVA, Vinícius Rodrigues Costa da Silva; ZEFERINO, Hilário Mariano dos Santos; & CHAGAS, Ana Carolina Correia Santos das. Abatirá – **Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 1, p. 409-438, jan./jun. 2020.

ALVES, Érica Fernandes; FERREIRA, Geniane D. F.; SANTOS, Célia R. **Identidade e subjetividade no ensaio How it feels to be colored me, de Zora Neale Hurston**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.4 v.2 - 2019.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa** / Manoel de Barros. São Paulo: Leya, 2010.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1959.

BASQUES, Messias. Diários de antropologia griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston. **Revista Antropológicas**, [S.l.], abr. 2020. ISSN 2525-5223.

BASTOS, Élide Rugai. Um debate sobre a Questão do Negro no Brasil. **Perspectiva**. São Paulo, v. 2, n. 2, 1998, p. 20-6.

BASTOS, Élide Rugai. A questão social e a sociologia paulista. **Perspectiva**. São Paulo, v. 5, n. 1, 1991, p. 3-9.

BAZILLI, C. **Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea**. 1999. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

BENJAMIN, Walter. O narrador considerações sobre a obra de Nicolai. In: Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 198-221.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 17ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 01 dez. 2023.

BUENO, Luiz Marques. **Memórias da Fazenda**. Matão: Edição do autor, 1996.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. 4ª ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política - A história que vivi**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

CARNEIRO, Edilson. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli Racismo, **sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paul : Selo Negro, 2011.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287–322, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/XYzjLRvbTLVNnfsZVMJTYgf/?lang=pt#> . Acesso em 02 mai. 2023.

CHAMOISEAU, Patrick. Introdução à edição brasileira. In: HURSTON, Zora Neale. **Olualê Kossola**: as palavras do último homem negro escravizado. Tradução de Bhuví Libanio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

DANAGA, A. C. **Encontros, efeitos e afetos**: discursos de uma liderança Tupi Guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFSCar, São Carlos, 2016.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FABIAN, J. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 503–520, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/4TXgswtk5DHwj8jWQJSw4fB/#>. Acessos em 20 set. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 3ª edição, 1978.

FERREIRAS, Ricardo Franklin; MATTOS, Ricardo Mendes. O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-63, mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Paris: Gallimard, 1971.

FONSECA, Dagoberto José. **Um povo, duas nações: Angola e Brasil – o mundo Bantu no Atlântico**. Edição: 1ª Dandara Editora, 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. M: Ltc, 1973.

GUIMARÃES, A. S. A. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29-30, 2003. DOI: 10.9771/aa.v0i29-30.21059. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21059>. Acesso em: 3 jan. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Paris: Biblioteca Vertice, 1968. 189 p.

HOLLANDA, G. A. A pesquisa dos estereótipos e valores nos compêndios de história destinados ao curso secundário brasileiro. **Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, mar. 1957.

HURSTON, Z. N. **How it feels to be colored me**, 1979. In: BAYM, N. (General Editor). The Norton Anthology of American Literature. Volume 2, Shorter 7th editi on, London/New York: W.W Norton & Company, 2008.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **Metodologia e pré-história da África**. Brasília, DF: UNESCO; Ministério da Educação, 2010.

LEI Nº 5.619, DE 07 DE JULHO DE 2022. PROJETO DE LEI Nº 086/2022. Dispõe sobre a inclusão dos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras, na forma da Lei Federal 10.639/2003, no programa curricular das escolas públicas municipais e dá outras providências. Disponível em <https://www.matao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Atos-Oficiais-08.07.pdf>. Acesso em 31 dez. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEITE, Azor Silveira. **Uma história para Matão**. 1 ed. Matão: Gráfica Matonense, 1992.

LEITE, Azor Silveira. **Uma história para Matão**. 2. ed. Matão: Gráfica Matonense, 1993.

LEITE, Azor Silveira. **Uma história para Matão**. 3. ed. Matão: Gráfica Matonense, 1995.

MACHADO, Vitor. NAPOLI, P. H. **Estigma e discriminação no ambiente escolar: uma proposta para a construção da práxis docente**. 2016. Machado, Imagens da Educação. 6. 53. Disponível em 10.4025/imagenseduc.v6i2.29911. Acesso em 01 dez. 2023.

MEIRELES, Cecília, 1901-1964. **As palavras voam**. Org. Bartolomeu Campos de Queiroz. 3 ed. São Paulo: Global, 2018.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 117-129, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas no Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Gaudi Editorial, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741988000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 jan. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, J. D.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. Territórios negros urbanos em São Carlos- SP (Brasil) no Pós-abolição. **Semata: Ciências Sociais e Humanidades**, n. 30, 20 Dec. 2018. Disponível em <https://revistas.usc.gal/index.php/semata/article/view/5369>. Acesso em 01 ago. 2023.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. A libertação dos Jegues e a questão identitária. In **História Revista**, Goiânia, v.12, n.1, p.1-13, jan/jun, 2007.

OGOT, Bethwell Allan. História geral da África, **V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mai. 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PROUST, Marcel. **Em Busca do Tempo Perdido: Obra Completa**. Curitiba: Nova Fronteira, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, D. dos S. (2022). A Filosofia fora das grades (curriculares): a Lei 10.639/03 e os desafios para um ensino de filosofia antirracista. **Revista Teias**, 23(68), treze4–146. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.54025>. Acesso em 01 dez. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia, BAZILLI, Chirley ; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 125–146, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Dw9cqWCzcddHVZjv3TnYGt/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 01 dez. 2023.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.1treze972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/1treze972>. Acesso em: 3 jan. 2024.

SILVA, Paulo V. B. da. **Relações raciais em livros didáticos brasileiros**: uma síntese da literatura. São Paulo: PUC/SP, 2002. Disponível em <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1808--Int.pdf>. Acesso em 01 dez. 2023.

SILVA, Katia Gomes da. O embranquecimento do samba. **Pensando Áfricas e suas diásporas**, n. 2, p. 82-90, 2016.

SOARES, A. M. P. DOS S. A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 17, n. 2, p. e20210026, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/zcVRNRsDs59Wr5n9gRHsGzN/#>. Acesso em 10 ago.de 2023.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

TENÓRIO, Valquíria Pereira. **Uma interpretação do “Baile do Carmo”**: Memória, sociabilidade e identidade étnico racial em Araraquara. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004.

XAVIER, Libânia Nacif. Inep durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 265, p. 615–654, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/yyZ39HKKDTcW4dmWMCCBNCf/?lang=pt#>

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). Max Weber. São Paulo: Ática; 1991. p. 79-127.

MOTTA, Pedro Mourão Roxo da ; BARROS, Nelson Filice de. Resenha. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 6, p. treze39–treze40, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xjr7WRWBffwSDMYQYhCZvFt/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 21 dez. 20treze.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade:** uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ANEXOS

Anexo A - Lei nº 166, de 9 de dezembro de 1959 (Doação de propriedade do Município à Sociedade Matonense Henrique Dias)



OFÍCIO N.º

Prefeitura Municipal de Matão

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 166, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1959.-

Dispõe sobre doação de área de terreno de propriedade do Município à Sociedade Matonense Henrique Dias, de Matão, e dá outras providências.-

WALTER CICOGNA, Prefeito Municipal de Matão, Comarca de Matão, Estado de São Paulo, etc., usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte Lei:-

Artigo 1º)- Fica o Prefeito Municipal autorizado a doar à Sociedade Matonense Henrique Dias, de Matão, uma área de terreno pertencente ao patrimônio municipal, a fim de ser construído o prédio próprio para a instalação e funcionamento de sua sede, destinada a recreação dançante.-

Artigo 2º)- O terreno, objeto da presente doação, tem a área de 383,50² (trezentos e oitenta e três metros e cinquenta centímetros quadrados), ressalvada a parte atualmente ocupada pelo poço semi-artesiano ali localizado, sendo 13,00 metros na avenida 15 de Novembro, por 29,50 metros na Rua São Lourenço, confrontando pela frente com a Avenida 15 de Novembro, de outro lado com a Rua São Lourenço, nos fundos com Antônio Pereira, e finalmente do outro lado com Feres Lian.-

Artigo 3º)- A Sociedade Matonense Henrique Dias obriga-se a construir um prédio térreo para sua conveniente instalação e funcionamento.-

Parágrafo único:- Fica a referida sociedade na obrigação de iniciar a construção do mencionado prédio dentro de 1 (hum) ano, e terminá-lo completamente, quatro anos após, a contar da data da escritura de doação.-

Artigo 4º)- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Prefeitura Municipal de Matão, aos 9 de dezembro de 1959.-

Walter Cicogna
WALTER CICOGNA
Prefeito Municipal

Ivan Costa
Ivan Costa
Secretário

Anexo B - Lei nº 307, de 15 de dezembro de 1962 (Desapropriação e doação de terreno)

LEI Nº 307, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1962.-

Dispõe sobre desapropriação e doação de terreno e dá outras providências.-

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º)- Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a desapropriar, amigável ou judicialmente, e doar o imóvel sito à Rua João Pessoa, esquina com a Avenida Santa Cruz, à Sociedade Matonense Henrique Dias, de Matão, para que nele seja construída a sua sede social.

Artigo 2º)- Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a ocorrer as despesas criadas pelo artigo anterior.

Parágrafo único:- O valor do presente crédito correrá por conta da anulação parcial da verba codificada sob números 241 8 63 2 - Serviços Industriais - b) Esgotos - Aquisição de manilhas e mão de obra para aumento da rede.

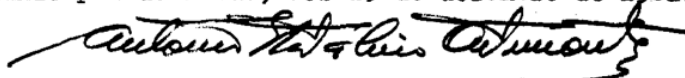
Artigo 3º)- A Sociedade Matonense Henrique Dias obriga-se a construir um prédio para sua conveniente instalação e funcionamento, dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação.

Parágrafo único:- Caso a Sociedade Matonense Henrique Dias não cumpra o disposto neste artigo, o terreno em apreço reverterá ao Município de Matão.

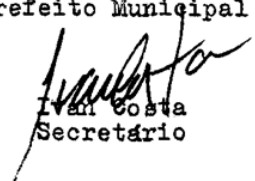
Artigo 4º)- Fica revogada a Lei nº 166, de 9 de dezembro de 1959, em todos os seus termos.

Artigo 5º)- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Prefeitura Municipal de Matão, aos 15 de dezembro de 1962.-



ANTONIO NATALINO ARTIMONTE
Prefeito Municipal



Ivan Costa
Secretário

Anexo C - Lei nº 418, de 5 de abril de 1965 (Doação de imóvel à Sociedade Matonense Henrique Dias)

LEI Nº 418, DE 5 DE ABRIL DE 1965.

Autoriza doação de imóvel à sociedade matonense "Henrique Dias" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - fica a prefeitura municipal autorizada a doar a sociedade matonense "Henrique Dias", de Matão, a área de terreno caracterizada no decreto nº 307, de 26 de fevereiro de 196, para fim de nela ser construído o prédio de sua sede social.

Artigo 2º) - se no prazo de 1 ano, contado da data da escritura de doação, não for iniciada a construção de que trata o artigo anterior, fica a presente doação revogada de pleno direito, revertendo o imóvel ao município.

Artigo 3º) - para atender as despesas de desapropriação de que trata o decreto nº 307, de 26 de fevereiro de 1965, bem como as de doação autorizada pela presente lei, fica o poder executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 800.000.

§ único - o valor do presente crédito correrá por conta da anulação da verba do orçamento vigente codificada sob nºs 5251 - 4.1.1.1.6.6 - obras e melhoramentos públicos - construção de próprio público - despesas de capital.

Artigo 4º) - fica revogada a lei nº 307, de 15 de dezembro de 1962.

Artigo 5º) - esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Independência, aos 05 de abril de 1965.

Armando Bambozzi

Prefeito municipal

Anexo D - História dos negros em Matão é contada

História dos negros em Matão é contada

Estão previstos doze capítulos semanais, a partir de hoje

Semanalmente, de setembro a novembro, A Comarca publicará a série 'A história dos negros em Matão', organizada pelo professor Julio Cesar Ribeiro da Silva. "Nesta primeira semana, fazemos uma introdução geral sobre a vinda de negros escravos para esta região do Estado, com a colaboração dos memorialistas matonenses João Bento (Cucão), Sérgio Floriano e Sérgio Figueira (Sabará)", destaca Julio Ribeiro, agradecendo a todos os colaboradores da série. "Teremos ainda a colaboração de Didinha Sbrissa, Deise Mariana dos Santos, José Carlos Marcolino da Silva, Cleoimar Guimarães, Leônidas Pereira, Natali Galvão, Tânia e Elisabete Jacinto, entre outros", cita Julio.

A partir de 1845, com o fim do tráfico negreiro da África para a América, e de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, concomitantemente à época dos grandes cafezais paulistas, aumentou a



O professor Julio Ribeiro, organizador da série. "Precisaremos da contribuição de todos, com sugestões e informações pertinentes aos temas"

circulação interna de escravos no Brasil e muitos negros vieram da Bahia e Minas Gerais para o Estado de São Paulo. "Assim, já no final do Século 19, muitos negros vieram para as terras onde hoje se localiza o município de Matão, oriundos de antigas fazendas escravocratas da região – em Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Carlos –, contribuindo com a formação do 'Arraial do Matão' e com os seus primeiros cafezais", revela Julio, baseado em entrevistas e pesquisas que fez para a série.

Nas semanas seguintes, nos próximos capítulos da série, A Comarca abordará temas como os negros meeiros do final do Século 19; os Quintinos e a liberdade de culto religioso; a expressão 'negros de alma branca'; o prefeito negro de Matão; a Vila Santa Cruz e seu 'antigo dono', o negro Benedito Raposo; a chegada dos ingleses em Matão (empregando negros e brancos); o centenário de nascimento de Cleophas Guimarães, Juvenal dos Santos e Sebastião Jacinto; a Sociedade Matonense Henrique

Dias e as Famílias Negras Antigas de Matão (do final do Século 19 a meados do Século 20).

"Da 9ª a 12ª semanas, no mês de novembro, pretendemos falar também dos 30 anos do Projeto Negritude, das Escolas de Samba das décadas de 1980 e 90 e seus principais líderes carnavalescos, assim como sobre religiões de matrizes africanas. Precisaremos, no entanto, da contribuição de todos, com sugestões e informações pertinentes aos temas. De antemão, agradecemos a colaboração", adianta Julio Ribeiro.

A sua empresa merece mais destaque!

No caderno de **Negócios**
o seu empreendimento ganha visibilidade.

ANUNCIE AQUI!
3382-1999

A Comarca Journal

Anexo E - Dos caminhos do ouro ao café

8 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 2

Dos caminhos do ouro ao café



Para escoar a produção cafeeira. Entre 1897 e 1898, há o traçado e a construção da Estrada de Ferro da Estação de Matão

I Julio Ribeiro

Existiam também, além de sítios e fazendas, latifúndios de antigas sesmarias

O trajeto de Araraquara a Itápolis (80 km) – passando pelos atuais Bueno de Andrada, Silvânia, Matão, São Lourenço do Turvo e Quadro – já era conhe-

cido desde o século 18 como um dos caminhos das Gerais, do ouro, de Goyaz. Porém, de Araraquara ao ‘Córrego das Pedras’ (hoje Itápolis), era preciso atravessar o Mattão – densas matas e animais selvagens. Isso fazia com que tropeiros e viajantes que cavalgavam pela Estrada Boiadeira de Araraquara tivessem cautela.

Diante do perigo iminente, se fosse à tardezinha, muitos preferiam parar a tropa e passar

a noite nas proximidades de Santa Josepha (atual bairro rural de Silvânia), localidade que já naquela época era chamada de Mattãozinho – uma das paradas antes de se adentrar no Mattão. Algumas léguas, picadas e anos mais tarde, os Innocência da Costa fixar-se-iam às margens do Córrego Espiga Vermelha (atual Marginal Padre Nelson).

De apossamentos dos Innocência da Costa, adquirem

terras no Mattão, após 1880, os Arruda Campos, Augusto dos Santos, Bellintani, Brochado Corrêa, Dias de Toledo, Gabriel de Carvalho, Malzoni, Pio de Freitas, Pires Corrêa, Silva Coelho e Silveira Leite, entre outros, alguns vindo das vizinhanças. Eles derrubariam matas, arariam terras e formariam as primeiras lavouras cafeeiras nas redondezas do Arraial do Mattão.

Mas, além de seus sítios e fazendas, nesta região de Ara-

raquara existiam também latifúndios de ‘sinhões’ e ‘sinhás’.

Esses latifúndios eram, geralmente, oriundos de antigas sesmarias concedidas pelo imperador aos seus protetores e protegidos. Tal qual a Sesmaria do Cambuhy, originalmente concedida ao brigadeiro José Joaquim Pinto de Moraes Leme; aproximadamente 31 mil alqueires seriam herdados por sua sobrinha Brites Maria Pinto Gavião e, na descendência, por

seu afilhado, o desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, cujas terras pegariam hoje parte de Gavião Peixoto, Matão, Nova Europa e do distrito de Curupá (Tabatinga).

Contudo, naquele tempo, depois de ‘Curato do Espírito Santo do Córrego das Pedras’ (hoje Itápolis - ‘curato’ por termo religioso), vasta região do oeste paulista ainda era para os brancos um ‘terreno despovoado’ ou ‘zona pouco conhecida’.

Negros meeiros, ‘terra de à meia’

A oralidade é um dos marcos civilizatórios da cultura negra. Pelos relatos de Sérgio Figueira (Sabará), nesta foto (acima) do acervo de sua família está o seu bisavô materno Nicolau Jordão, “que foi escravo em São Carlos e, depois, meeiro em Matão na Fazenda Santa Etelvina”.

“Nesta foto também estão o saudoso Tião Ronqueta, muito conhecido como jogador do São Lourenço Atlético Clube, a Maria Elisa, o meu bisavô Nicolau Jordão, a Maria do Rosário, a Florinda, a Nina e a Maria Orlanda, que é minha mãe, a única da família ainda viva. A criança da foto ainda está viva também, é a Dona Dalva Pires, minha vizinha até hoje”, relata Sabará. “Tem uma história que diz que meu



bisavô Nicolau Jordão chegou a carregar a liteira de Dom Pedro II quando este imperador visitou São Carlos”, conta Sabará.

“Há uns 75 anos atrás, minha avó colheu milho e deu para meu bisavô Nicolau vender

na cidade. Com o dinheiro da venda do milho, ele comprou um bilhete da Loteria Federal a pedido de minha avó. Deu o primeiro prêmio! E eles compraram a casa que é da minha família”, narra Sabará.

Seja no caminho de ida ou de volta das Minas, seja na formação de vilas e fazendas, a presença do negro nesta história é cada vez mais óbvia com relatos de bisnetos dos ‘então libertos’. O memorialista negro matonense Sérgio Figueira (Sabará) conta que, no final do século 19, seu bisavô materno, Nicolau Jordão, foi escravo em São Carlos e, logo depois, meeiro em Matão (cultivava terras com fazendeiros e sitiantes). “Naquele tempo existiam os meeiros. Os negros que eram meeiros chegavam e cuidavam da terra e contratavam brancos, negros e indígenas para que pudessem fazer a colheita”, explica Sabará.

“Meu bisavô Nicolau Jordão era meeiro na Fazenda Santa Etelvina, aqui em Matão. Ele veio de São Carlos, da gleba de negros escravos que aqui se fixaram. Junto com vários,

os Quintinos e outras famílias também faziam de Matão um núcleo. Meu bisavô foi escravo”, narra Sabará, recordando a memória familiar e reafirmando a presença de negros e índios em Matão no Século 19. Para Sabará, quando seu bisavô veio para Matão, os Quintinos vieram também e formaram um núcleo de resistência negra onde hoje é o Jardim Morumbi, nas proximidades do atual cemitério da cidade.

Nessa comunidade negra, um dos membros se chamava Quintino, nome pelo qual todos os demais eram também conhecidos. “Um dos Quintinos, por exemplo, era o Tobias, que dá nome a um dos córregos de Matão, o Águas do Tobias. Os Quintinos foram os primeiros grandes ecologistas de Matão”, destaca Sabará. A ideia de uma comunidade originalmente de características quilombolas é defendida por João Bento

(Cucão). “Era um reduto negro; ao ponto que o divertimento, os bailes dos negros começaram ali. Tem um jatobazeiro ali, que hoje é um grande referencial dessa resistência”, cita o memorialista.

De acordo com Cucão, no final do século 19 houve narrativas de que famílias quintinas eram desrespeitadas por coronéis da região, os quais almejavam terras dos negros e teriam preconceitos dos mais variados tipos. “Fazendeiros de Araraquara e região se reuniram onde hoje fica o cemitério de Matão para violentar meninas negras. Existia também um factoide, uma informação falsa, de que quando um homem estava com uma doença ou mal qualquer, para depurar tudo isso, ele teria que estuprar uma negra, principalmente se ela fosse virgem”, revela uma das narrativas segredadas da tradição da oralidade de negros em Matão.

Anexo F - Cem anos de três ícones negros**série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —**

CAPÍTULO 4

Cem anos de três ícones negros

1916-2016. Centenário de nascimento de Cleóphas Guimarães (à esquerda), Sebastião Jacinto (ao centro) e Juvenal dos Santos (à direita)

I Julio Ribeiro

Famílias negras mais antigas merecem pesquisa aprofundada

Dentre as famílias negras mais antigas de Matão, estariam aqui no final do Século 19 e

primeira metade do Século 20 'os' Albano, Aleixo, Amaran-te, Ângelo, Arruda, Augusto, Batuta, Bento, Carvalho, Chrysóstomo, Feta, Figueira, Flóriano, Gabriel, Gomes, Gregório, Guimarães, Jacinto, Jordão, Junqueira, Luiz, Marcondes, Miguel, Nascimento, Nogueira, Otávio, Quintino, Raposo, Ribeiro, Rodrigues, Sampaio, Santos, Selestino, entre outros.

Esses núcleos eram conhecidos por nome de família (sobrenome) ou por prenome (primeiro nome) – e, em alguns casos, por apelido – de alguém da família. Quintino, por exemplo, era prenome de um, pelo qual todos os demais eram conhecidos. Sobre suas origens, os negros mais antigos vieram para cá de vários lugares, alguns de outros Estados, princi-

palmente de onde havia grande concentração de escravos, sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre cada uma dessas famílias pioneiras.

Nasceu em Matão, por exemplo, Cleóphas Guimarães, há cem anos, 1916; mesmo ano em que Juvenal dos Santos nasceu em Ribeirão Preto e Sebastião Jacinto, em Rezende-RJ, três figuras de

fundamental importância para a história e a cultura dos negros em Matão. Doador a padrinhos e criado na Vila Santa Cruz, Juvenal aprendeu a profissão de tipógrafo (gráfico), foi músico e jogador de futebol (zagueiro) reconhecido em toda a cidade.

“Lembro-me do carnaval de rua que homenageou a memória de meus avós Laudelina (Malvina) e Juvenal dos Santos

com bonecos de Olinda, em Matão”, recorda a neta Deise Mariana dos Santos (22 anos). Já os pais do também centenário e saudoso Sebastião Jacinto vieram do estado onde estava a Capital do Império, Rio de Janeiro, para as fazendas de café de Ribeirão Preto e, depois, para os cafezais onde hoje está o atual município de Santa Lúcia (então distrito).

Cleóphas

Filho de Clementina e Domingos Guimarães, Cleóphas Guimarães nasceu em Matão em 1916. Bem menino, aprendeu a profissão de tipógrafo (ou seja, compor textos com tipos móveis) com Augusto Ferreira, fundador do Jornal A Comarca. Entre as paixões de Cleóphas estavam a música e o esporte. Era corredor e integrou a equipe de ‘bola ao cesto’ (basquete) do Sport Club 7 de Setembro.

Nas décadas de 1930 e 1940, Cleóphas esteve entre os atletas que representaram Matão em competições esportivas, incentivando as gerações seguintes. Quando moço, participou de edições da Corrida de São Silvestre, em São Paulo, cujos bons resultados comprovavam sua condição de excelência esportista. Sua participação na prova era motivo de orgulho para os matonenses.

Já a paixão de Cleóphas pela música o fez aprender a tocar instrumentos e integrar a Corporação Musical Saudades de Matão, juntamente com o maestro Flaminio Ma-

zzoni e vários outros músicos matonenses que tocavam no coreto da então Praça ‘Barão do Rio Branco’, hoje a praça central denominada ‘Dr. Leônidas Calígola Bastia’. Cleóphas também trabalhou por muitos anos na Typographia Artística (depois, Gráfica Imag).

Em 1947, aos 31 anos, Cleóphas Guimarães casou-se com Antonia Ramos, com quem teve seis filhos: Cleo-guimar, Cleonice, Cleodival, Cleodemir, Cleonides e Cleodinei, e dois netos (Haroldo e Ulisses). Em 1959, aos 43 anos, ingressou na carreira pública, exercendo a função de Oficial de Justiça no Fórum de Matão, onde trabalhou até o seu falecimento em 1975, aos 61 anos.

Em sua homenagem, em 1979 foi criada a Prova Municipal Pedestre ‘Cleóphas Guimarães’, em reconhecimento aos feitos deste ilustre esportista matonense. Cleóphas era espírito e desenvolvia práticas e ensinamentos de caridade no Centro Espírita Amantes da Pobreza.

Sebastião

Os avós de Sebastião Jacinto nasceram livres, no continente africano; vindo de lá para cá nos navios negreiros, foram escravos na América. Não se sabe ao certo a história, apenas que tiveram filhos tanto no cativeiro, como no raiar da liberdade. Os pais de Sebastião nasceram livres no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, mas assim que o menino neto de escravos nasceu, em 1916, os antigos Jacinto saíram de Rezende para tentar uma vida nova em cafezais dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Somente quando chegaram a Ribeirão Preto é que o menino foi registrado.

Seguiram viagem para fazendas de café onde hoje está o município de Santa Lúcia (então distrito de Araraquara). Enquanto isso, àquela época, casavam-se em uma delegacia de São Carlos aqueles que seriam os pais de Cândida da Silva (Dona Candinha, futura esposa de Sebastião Jacinto). Assim, com seus vinte e poucos anos, Candinha e Sebastião se casaram em Santa Lúcia, em 1939, tendo apenas o amor um pelo outro até o fim de suas vidas.

Recém-casados, no início dos anos 1940, mudaram-se para a Fazenda Cambuhy, em Matão, e foram primeiramente ‘empregados dos ingleses’. Ao longo do casamento, tiveram nove filhos (Maria Aparecida, Benedita, Iolanda, Maria Sebastiana, Ana Maria, Doracy, Sebastião, José Luiz e Elisabete), 15 netos e 16 bisnetos. Sebastião Jacinto (pai) trabalhou na Fábrica de Óleos Cambuhy e, nas horas vagas, adorava jogar futebol e tocar instrumentos musicais. “Aprendi a dançar dentro de casa, ouvindo o meu pai tocar”, recorda a primogênita Maria Aparecida.

“Por iniciativa de meus pais, para agradecer a vida, desde 1960 minha família toda se reúne na Festa do Ano Novo, até hoje”, conta a filha caçula Elisabete. “Essa tradição começou lá em Toriba (Fazenda Cambuhy); era simples e acontecia debaixo de uma parreira. Nossos amados pais já não se encontram mais aqui conosco, mas permanece o legado de união e amor que eles nos deixaram”, considera Elisabete.

Juvenal

Juvenal dos Santos nasceu em 4 de junho de 1916, em Ribeirão Preto. Por dificuldades financeiras, sua mãe o teria dado aos padrinhos Joaquina Rosa e Abel de Lima, os quais passariam a ser seus pais. Em Matão, aos 14 anos, Juvenal ingressou na Gráfica ‘O Clarim’, dirigida à época por Cairbar Schutel. Complementariamente à profissão de gráfico, Juvenal trabalhava também como garçom em festas e como faxineiro no consultório do médico Salvador de Toledo Galvão.

Jogava futebol e tocava na Corporação Musical Saudades de Matão. Foi enxadrista e escrevia poesias com os pseudônimos Jotaense e Nal. Em 1945 casou-se com Laudelina Rodrigues (a Dona Malvina), com quem teve quatro filhos: José Henrique, Jorge Hamilton, Lia Zilda e Lair (em memória). Tiveram também onze netos.

Depois de 38 anos de ‘O Clarim’, Juvenal ingressou na ‘Imag’ (Indústria Matonense de Artes Gráficas), onde se aposentou como tipógrafo. “Diziam que ele era meio atrapalhado; ia aos ensaios com o automóvel

e, quando terminava, voltava para casa a pé. Uma pessoa terna e extremamente bondosa”, lembra o amigo José Carlos Marcolino da Silva (55 anos).

Juvenal também colaborou com a Igreja Católica, como ministro da eucaristia. Exemplo para outros atletas no futebol (era um zagueiro extremamente técnico e leal), nunca recebeu advertência de um juiz. Por isso, ainda em vida, foi homenageado com o nome do campo de futebol da Vila Pereira. Juvenal dos Santos faleceu em 31 de maio de 1995, aos 78 anos.

“Meus avós Juvenal e Malvina sempre se viraram para criar os filhos”, comenta a neta Deise Mariana dos Santos (22 anos). “Os dois eram muito queridos em Matão; moravam em um dos bairros mais antigos da cidade, a Vila Santa Cruz. Minha avó cozinhava em almoços e festas promovidas por famílias importantes da cidade”, cita. “Lembro-me que em todo Natal e Ano Novo, toda a família se juntava e nem cabíamos na mesa de tantas pessoas”, sorri a neta, com saudade.

Anexo G - A liberdade de culto religioso

8 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 3

A liberdade de culto religioso

I Julio Ribeiro

Os negros foram institucionalmente respeitados a partir do prefeito Cairbar Schutel

Um ano depois da Abolição da Escravatura, um levante político e militar no Rio de Janeiro (então capital do País) instaurou a República, em 15 de novembro de 1889. A primeira Constituição Republicana do Brasil, em 1891, afirmaria que todos seriam iguais perante a lei e que haveria liberdade de culto religioso. “Nós, negros, então acreditamos que seria melhor, que participaríamos da vida política, econômica e social da Nação, mas até hoje religiões de matrizes africanas são perseguidas no Brasil e ainda sofremos muitas discriminações”, explana o memorialista João Bento (Cucão).

“Dois anos, três anos após a Abolição da Escravatura e

a Proclamação da República, estávamos nós, negros, a andar por este País”, complementa o memorialista Sérgio Floriano. Assim, já em regime republicano, com negros livres por lei e com liberdade religiosa, forma-se aos poucos a Vila do Senhor Bom Jesus das Palmeiras (onde hoje é o Centro de Matão). Em 1892, fazendeiros compram terras dos Innocência da Costa e, entre 1894-1895, constroem a primeira capela matonense, cuja missa inaugural e de fundação do vilarejo seria em 25 de março de 1895.

Em 1897, já como Distrito de Paz, Matão recebe o projeto da Estrada de Ferro, construída em 1898, ano em que, no dia 27 de agosto, é elevado à categoria de Município, desmembrando-se de Araraquara. No ano seguinte (1899), toma posse a primeira Câmara Municipal, instala-se solenemente a Municipalidade e inaugura-se a Estação de Trem. Em várias obras civis (as quais já vinham desde a formação da vila), negros e brancos trabalhavam juntos.

Para os memorialistas João Bento (Cucão), Sérgio Figueira (Sabará) e Sérgio Floriano, é a partir de 1899, na primeira gestão de Cairbar de Souza Schutel (1868-1938), primeiro intendente de Matão, que os Quintinos e outras comunidades negras matonenses passaram a ser respeitados institucionalmente em seus costumes e modo de vida, tendo suas terras preservadas naquele final de Século 19. “Cairbar Schutel era considerado o ‘pai dos pobres’, era espírita e foi o primeiro prefeito de Matão”, lembra Floriano.

O próprio farmacêutico e político Cairbar Schutel teria sofrido preconceito por ser um líder, estudioso e praticante da Doutrina Espírita; porém, seria reconhecido por todos como uma pessoa iluminada, devido ao seu trabalho de excelência na gestão pública e junto às classes mais desfavorecidas da população (incluindo os pobres – negros e brancos – em programas e ações de assistência social e qualificação profissional).



Cairbar Schutel.
Primeiro intendente de Matão incluiu os pobres – negros e brancos – em programas e ações de assistência social



'Mappa da Província'. Organizado a pedido da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, expondo, assim, o interesse do governo em povoar as terras paulistas com imigrantes europeus

“Esses negros de almas brancas”

Em 1886 foi organizado um mapa da província de São Paulo, a pedido da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, dois anos antes da Abolição da Escravatura e três anos antes da Programação da República, expondo, assim, o interesse do governo em povoar as terras paulistas com imigrantes europeus e seus descendentes, de maneira prioritária, dentro de uma política racial de tornar ‘branco o País’. Nas primeiras décadas republicanas seguintes, são formados o Arraial e a Municipalidade de Matão, incluindo a vinda de europeus.

“Ao falarmos de aspectos desse nascimento de Matão, nós negros percorremos toda essa história sempre ao lado desses imigrantes europeus. Porém, paralelamente a essa parte econômica, temos a parte social e cultural”, discorre Sérgio Floriano. Em 1908, a comunidade italiana matonense inaugura a ‘Sociedade Stella D’Italia’, clube mais tarde conhecido como ‘Grêmio’. “Então os italianinhos, como eram tratados, vão criar o núcleo deles, a Sociedade Stella – mais tarde, Grêmio. Tem também o Sport Club 7

de Setembro. Os dois clubes na área central da cidade”, continua Floriano.

“A italianada vai construir essa vida social no Centro, com dois clubes fortes. O Sport, por exemplo, tinha bocha e muitos negros frequentavam e praticavam o esporte junto com os brancos”, cita Floriano. João Bento (Cucão) faz um adendo: “Só podiam participar dessa inclusão social dos clubes centrais ‘os negros de alma branca’ (sorriem os entrevistados). Eram aqueles negros que os brancos achavam melhorzinhos e os arrebanhavam. Aí podiam entrar no clube”.

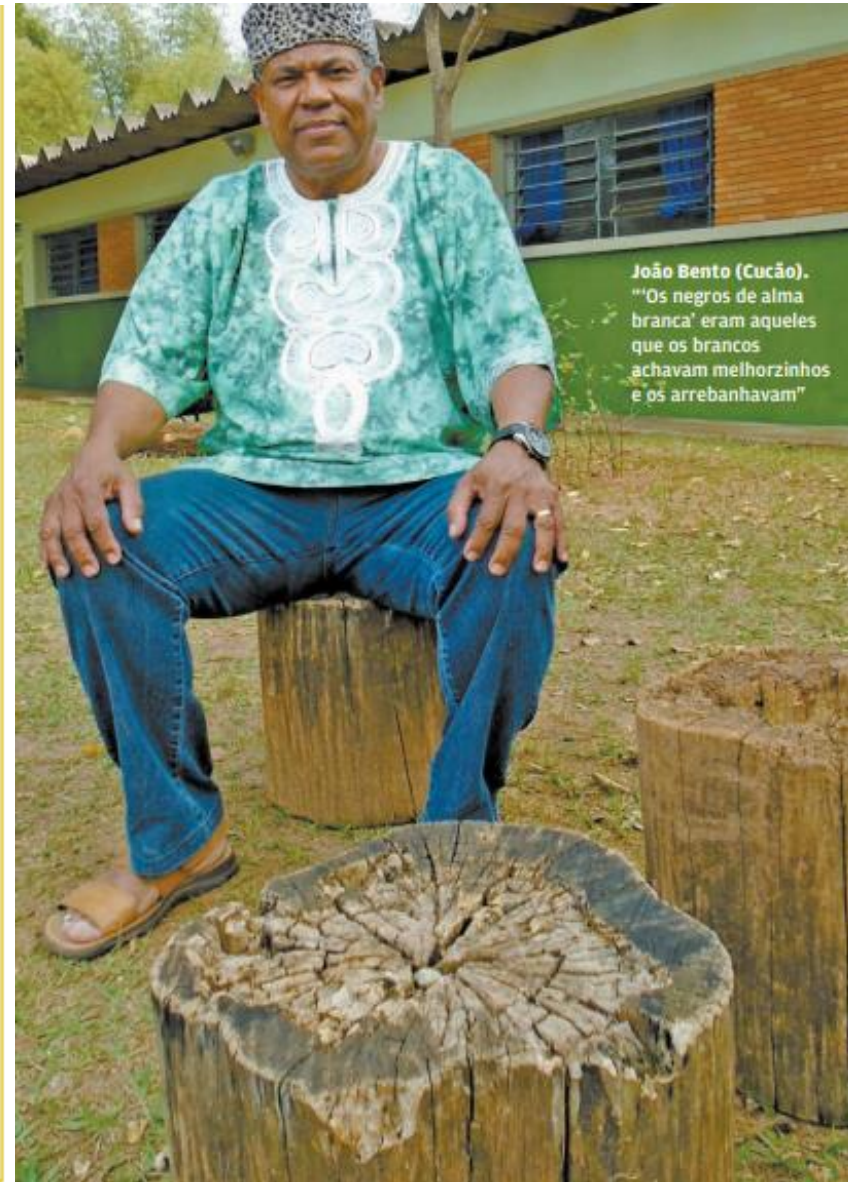
“Isso estava incrustado na colônia italiana, chamar ‘negro de alma branca’”, pontua Sabará. “Sim, negros mais adaptáveis socialmente, menos rebeldes, menos contestadores, que tinham convívio mais ameno, eram tachados de ‘almas brancas’. A bocha, por sua vez, facilitava apostas; então, alguns brancos mais aquinhoados levavam o negro amigo para jogar bocha e apostavam no negro; o negrão ganhava e os brancos ganhavam na aposta”, explica Floriano.

“Mas, por outro lado, não

podemos também nos esquecer do prestígio do nosso prefeito negro, pelo fato de poucos saberem que, nas primeiras décadas do Século 20, Matão teve um prefeito negro que era fazendeiro em Marília, tenente coronel da Guarda Nacional e membro do Partido Republicano Paulista (PRP)”, frisa Sérgio Floriano, em referência a Benedito Rosa de Lima e Costa (1875-1937), intendente de Matão em 1917 (de janeiro a julho) e 1923-1924 (janeiro a janeiro).

“Em 1924 acontece um fato extraordinário: os ingleses chegam a Matão e adquirem fazendas de Nhonhô Magalhães (Carlos Leônio de Magalhães, araraquarense que possuía 23 mil alqueires da antiga Sesmaria do Cambuhy)”, cita Floriano. “Os ingleses ofereceriam os mesmos direitos sociais a todos que trabalhariam para eles; ofereceriam escolas às crianças negras e brancas – experiências de cunho social e não puramente capitalistas. Isso sim é coisa de inglês!”, afirma Sérgio Floriano, que adianta outro capítulo a ser contado: ‘Os ingleses’.

(J.R.)



João Bento (Cucão).
“‘Os negros de alma branca’ eram aqueles que os brancos achavam melhorzinhos e os arrebanhavam”

Anexo H - O negro na galeria de prefeitos

8 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 5

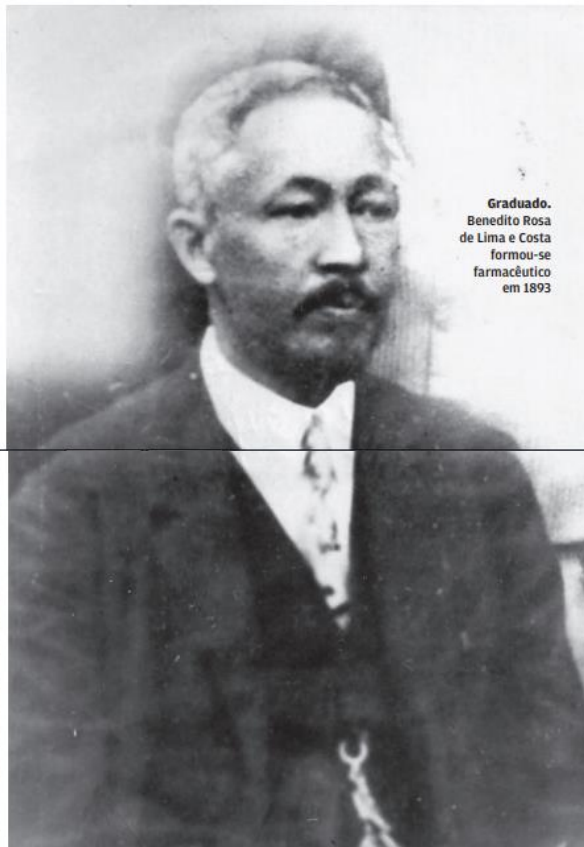
O negro na galeria de prefeitos

I Julio Ribeiro

Benedito Rosa de Lima e Costa era fazendeiro e coronel da Guarda Nacional

Ao olharmos para a Galeria dos Prefeitos, instalada na Prefeitura de Matão, uma imagem nos chama a atenção: um prefeito negro entre os brancos. Aos 42 anos, de janeiro a julho de 1917, Benedito Rosa de Lima e Costa foi intendente de Matão (o equivalente a prefeito); depois, teve seu segundo mandato de intendente de 1923 a 1924 (de janeiro a janeiro) – algo raro no interior paulista durante a época do coronelismo da Primeira República (1889-1930) e até nos dias atuais. Mas, afinal, quem foi este prefeito negro de Matão? As Câmaras Municipais de São Pedro e de Marília nos dão uma luz.

Benedito Rosa de Lima e Costa nasceu em 30 de agosto de 1875 na cidade mineira de Ouro Preto, onde se formou farmacêutico em 1893. Era filho de Luiz Xavier da Costa e Anna Luiza França da Costa. Em 1899 casou-se com Clotilde Teixeira Costa, com quem teve dez filhos: Cícero, Bráulio, Ana Rita, Luiz Xavier, Benedito Júnior, Maria Candelária, Helena, Osvaldo, Séptimo e Terezinha. No Estado de São Paulo, integrou o Diretório do Partido Republicano Paulista (PRP) e, sendo fazendeiro, ob-



Graduado.
Benedito Rosa de Lima e Costa formou-se farmacêutico em 1893

teve o título de tenente-coronel da Guarda Nacional.

Coronéis da Guarda Nacional eram homens com prestígio, geralmente fazendeiros ricos em uma sociedade ruralizada. Tal título, originalmente, vinha desde o Período Regencial, quando da abdicação de Dom Pedro I, e durou até o início da República. No início, os coronéis foram também lideranças políticas e paramilitares que controlavam os votos em suas áreas de atuação – características essas que mostram a força econômica e política do negro Benedito Rosa de Lima e Costa.

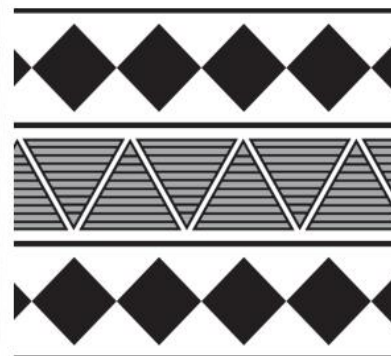
Nesse contexto, ele foi vereador no município de São Pedro (40 km de Piracicaba), dos 24 aos 27 anos (1899-1902), e aos 30 anos (1905) foi também o primeiro prefeito negro daquela municipalidade, ficando no

cargo por nove anos consecutivos (até 1914). Após a atuação política em São Pedro e região de Piracicaba, o coronel Benedito foi prefeito de Matão por dois mandatos. Os intendentes eram escolhidos pelas Câmaras Municipais.

Em 1928, mudou-se definitivamente para Marília, onde tinha fazendas de café e exerceu a vereança nos mandatos de 1929-30 e de 1936-37. Também em Marília, foi presidente da Câmara em 1929 e membro do Conselho Consultivo do Município de 1931 a 1933. Durante a Revolução Paulista de 1932, integrou o movimento revolucionário MMDC (iniciais dos nomes de quatro estudantes paulistas mortos em uma manifestação: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo). Faleceu no dia 28 de abril de 1937, em Marília.

la municipalidade, ficando no

Marília.



Enquanto isso, a Vila Santa Cruz

Naquele mesmo início de Século 20, um carpinteiro negro se destacaria na construção de coberturas de prédios públicos e particulares em Matão e no então distrito de Dobrada. "Benedito de Paula Raposo era dono do sítio onde hoje é a Vila Santa Cruz (um dos bairros mais antigos de Matão). Nos anos de 1910 e 1920, providenciou o madeiramento de muitos telhados e foi também responsável pela cobertura do antigo Grupo Escolar de Dobrada", relata José Carlos Marcolino da Silva (55 anos), autor de livros ilustrados de histórias de municípios da região.

A Vila Santa Cruz seria, inicialmente, formada por pessoas humildes, agregando grande quantidade de famílias negras. Josefina de Arruda teria nascido em 1895 (ou mesmo antes disso), filha de negros que viveram a escravidão em São Carlos. Quando

muito jovem, ela veio para Matão e foi uma das primeiras moradoras da Vila Santa Cruz. "Minha avó Josefina trabalhou para os primeiros Malzoni de Matão, depois para outras famílias", lembra Maria Aparecida Sbrissa (Didinha, de 80 anos).

"Eu nasci em Matão, em 1936. Quando eu tinha 5 anos, minha mãe morreu de tuberculose; fui criada por minha avó Josefina, na Rua Prudente de Moraes, na Vila Santa Cruz", conta Didinha. "Quando era pequena e estudava no Centro, algumas pessoas de lá me chamavam de 'Neginha da Vila Raposa', porque queriam dizer classe negra, classe pobre. Na escola, eu escrevia peças de teatro; era amiga da Iríde Cicogna e da Ivone Galvão; até o diretor nos assistia no recreio", recorda.

"No 13 de Maio, recitava poesia; depois tinha o baile. Na Vila

(Santa Cruz) tinha o 'Baile dos Pretos', em frente onde morava a Dona Maria Mistura. Perdi um relógio lá, de tanto dançar", sorri a entrevistada. "Era coisa de família; os pretos, cada um levava um prato, um bolo. Dançávamos de tudo, bolero, samba, valsa... Vinha até gente de fora. Aprendi a dançar com o meu primo Euclides Alves de Lima; ele me dizia: 'um, dois e volta, um, dois e volta'. O ponto alto era o 13 de Maio", destaca Didinha.

"Como os negros não tinham clube, fizeram o 'Henrique Dias'; a primeira construção desse clube foi de eucalipto e bambu, feita por várias famílias negras", informa João Bento (Cucão), destacando movimentos negros na primeira metade do Século 20. "Mas ainda tinha o 'Baile nos Quintinos', do outro lado da cidade, e reuniões de negros no Centro", discorre Cucão.



Histórias. Didinha Sbrissa (80 anos) viu o antigo Clube 'Henrique Dias' nascer

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL Nº 210943

Nome: JOSEFINA DE ARRUDA
Filiação: Pai: JOAQUIM DE ARRUDA Mãe: DINA ALVES
Nacionalidade: BRASILEIRA Idade: 40 anos
Naturalidade: SÃO CARLOS 23/6/1895
Residência: MATÃO

OBSERVAÇÃO: Somente tem valor de identidade para fins de viagem.

ISENTO DE SALVO-CONDUTO
Matão, 30 de Outubro de 1936

João Bento de Albuquerque
(Assinatura da Autoridade)

T.G.L. (CARGO)

Documento. Josefina de Arruda (avó de Didinha Sbrissa) era filha de escravos

Quando tinha uns 12 anos de idade, Didinha Sbrissa presenciou "uma reunião de negros distintos" na casa de sua avó Josefina de Arruda, "na Rua Prudente de Moraes, embaixo de uma mangueira". A pauta era a criação de um clube para os negros, o que se efetivaria com a Sociedade Matonense 'Henrique Dias', em 13 de maio de 1948 (60 anos da Abolição da Escravatura). "Eu era menina e me lembro dessa reunião no quintal de casa; compareceram Cleóphas Guimarães, Gentil Selestrino, Juvenal dos Santos, Francisco Ribeiro, dentre outros; eram pretos distintos e exigentes, homens de respeito. Formaram o clube junto com o povo da Vila", recorda Didinha.

João Bento (Cucão, 62 anos) destaca que, pelos relatos dos negros mais antigos, "a primeira sede do 'Henrique Dias' foi erguida com eucaliptos e bambus" em um sistema de mutirão. "A sede do 'Henrique Dias' antigo foi construída por negros; participaram membros das famílias Albano, Augusto, Batuta, Bento, David, De Paula, Guimarães, Luiz, Otávio, Ribeiro, Santos, Selestrino, entre outras famílias", narra Cucão, referência em história afro-brasileira e dos negros em Matão.

"Algumas dessas famílias que lideraram a criação do clube eram um povo negro cujos pais trabalhavam para a estrada de ferro – eram ferroviários e tinham uma renda boa", continua Cucão. "Anos depois, contribuindo

do com esse movimento negro lá na década de 1960, Orlando Scutti doa instrumentos musicais para o Clube 'Henrique Dias' formar a sua primeira escola de samba, junto com o Octacílio David. E a escola de samba nada mais era do que a inclusão social através do ritmo", pontua Cucão.

Para o fotógrafo e memorialista negro Sérgio 'Sabará' Figueira (60 anos), "o empresário Orlando Scutti tinha uma grande ligação com os negros e muita visão social", devido ao fato de ter morado na Fazenda Boa Vista. "O Seu Orlando tinha muitos amigos negros que deram a ele essa outra visão e, vendo aquela necessidade do bairro, fez a doação dos instrumentos musicais", frisa Sabará. (J.R.)

Anexo I - O esporte como fator de inclusão

6 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 6

O esporte como fator de inclusão



Toriba Futebol Clube.
Sebastião Jacinto (à esquerda)
e Sebastião Floriano Netto (ao
centro) ao lado do amigo 'Totô'
no Torneio 1º de Maio

I Julio Ribeiro

O '1º de Maio' era o grande momento para confraternizar negros e brancos

Os memorialistas João Bento (Cucão), Sérgio Floriano e Sérgio Figueira (Sabará) defendem a tese de que negros de áreas rurais ganharam maior inserção social por meio do esporte. "Tem

um negócio muito interessante em Matão: o negro começa a ser inserido socialmente nos festejos de 1º de Maio", fala Cucão, referindo-se à festa anual da 'Cambuhy Coffee and Cotton Estates', empresa conhecida como 'Companhia dos Ingleses', a qual, sob administração estrangeira, atuou em Matão de 1924 a 1956.

Continua Cucão: "Lá na 'Fazenda dos Ingleses', na área do esporte, o negro se sobressai. Então o branco, para também se sobressair, tinha que estar inserido junto. E,

se assim podemos dizer, acontece uma 'miscigenação social'". "Exatamente!", diz Sérgio Floriano.

"O 1º de Maio era o grande momento de confraternização entre ricos e pobres. Quem eram os ricos nas 'Fazendas dos Ingleses'? Eram os administradores de cada fazenda, eram os estrangeiros que tinham a condição de vida melhor; eles juntavam todos para dançar nos salões sociais que tinham construído em todas as fazendas e também incentivavam a prática do esporte. Ai um clube

de futebol tinha de ser formado", prossegue Floriano.

"Esses times vão mesclar os brancos com os negros para jogarem futebol juntos; eles vão conviver socialmente, constituir famílias juntos, um vai ser compadre do outro. Isso cria um entrelaçamento social fantástico e não conspira contra o patrão", conclui Sérgio Floriano. "Até hoje, dentro das famílias que moraram em Toriba, na Colônia dos Ingleses, todo mundo é amigo", completa Sabará.

"Em cada fazenda ou sessão

existia, por exemplo, um salão de baile em que conviviam harmonicamente negros e brancos", destaca Sabará. Abrangendo áreas que seriam dos atuais municípios de Tabatinga, Nova Europa, Matão e Gavião Peixoto, a 'Companhia dos Ingleses' chegou a reunir 23 fazendas, totalizando aproximadamente 23 mil alqueires paulistas (ou quase 560 km²).

Entre as sessões iniciais estavam: Água Sumida, Alabama, Arizona, Barreiro, Boa Vista, Califórnia, Cambuí, Contribuição,

Flórida, Guanabara, Mato Grosso, Niterói, Palmas, Pedregulho, Retiro, Santa Josefa, São João, Tamandaré, Tamandú, Virgínia, entre outras. Toriba foi uma sessão industrial com a fábrica de glicos.

Nas colônias dessas fazendas, em dignidade e em igualdade, viveram e trabalharam lado a lado negros e brancos, os quais, assim como os que moraram nos núcleos urbanos, ajudaram a desenvolver nosso município e merecem que suas histórias sejam resgatadas por seus filhos, netos e bisnetos.

‘Para trazer ao alto rendimento’



Nesta fotografia do famoso Torneio 1º de Maio, Eugênio Leite da Silva (o 'Genião') é o primeiro da esquerda para a direita, ao lado de José Figueira (pai de Sérgio 'Sabará' Figueira). "O quarto é o meu pai, Sebastião Floriano Netto. Agachado com a menina, temos o pai do 'Marron Liso', o senhor Jesuino", identifica o artista plástico e músico Elio Floriano. "O senhor todo de branco, ao lado do meu pai (José Figueira), é o Sanches, pai do Claudio, do Zé Roberto e outros dois irmãos. O senhor em pé de calça preta e camisa branca é o senhor Olívio Gabriel, pai do Ditão Gabriel (Benedito) e tio do Adão Gabriel, que vende camisa de

time de futebol na praça central. A máquina fotográfica que está com meu pai existe e fotografa até hoje", ressalta Sabará.

"Este foi o primeiro torneio do Dia do Trabalho, realizado no antigo campo do Toriba Futebol Clube, criado pelo Genião, pelo José Figueira e todos os jogadores. Acontece que este torneio gerou ciúmes no União Operária, o time da Companhia dos Ingleses. O torneio mudou de configuração e foi realizado onde hoje é o Clube da Bambuzzi. Felizmente, o Projeto Negritude, o time do Toriba, a Prefeitura e empresários continuaram essa tradição até os dias atuais com a disputa do Torneio 1º de Maio", elogia Sabará.

"O que reinava nesse 1º de Maio eram duas atividades importantíssimas. Mas vamos voltar um pouquinho pra gente pegar a linha do tempo. Em 1924 vai acontecer um fato extraordinário: ingleses

chegam a Matão e adquirem glebas de terra. Politicamente, lá na Inglaterra já existiam dois grandes partidos: o Trabalhista e o Conservador. Ai, o que acontece? Os ingleses chegam aqui e implantam

experiências de cunho social, e não puramente capitalistas. Por quê?", reflete Sérgio Floriano.

Cucão responde à reflexão: "Para trazer o negro ao alto rendimento. Entendeu? Eles (os

ingleses) vêm e oferecem a escola tanto para o negro como para o branco; a todos que trabalhavam na fazenda, eles ofereciam os mesmos direitos sociais. Isso sim é coisa de inglês; tanto que eles

foram convidados a sair porque esse modelo não serviria para o Brasil", continua Floriano.

Cucão complementa: "Você dá o divertimento ao seu trabalhador no sábado e no domingo; na

segunda-feira, ele chega oxigenado no serviço". "Pois é", continua Floriano, "lazer e recreação". "E no final do ano, presentes para todos os funcionários", conclui Sabará. (JC)

Anexo J - A trajetória da família Floriano

6 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 7

A trajetória da família Floriano

Valdomiro Floriano (à esquerda). Na década de 1920, trabalhou na antiga Cambuhy Coffe and Cotton Estates, a Fazenda dos Ingleses, em Matão

I Sérgio Floriano

Era preciso abrir 'picadas' nas densas matas daquele Mattão

Com certeza, um Floriano nasceu em meados do Século 19, provavelmente filho de africanos. Este teve vários filhos, dentre eles Valdomiro Floriano, que casou-se com Isabel Galdino e geraram Helena, Alice, Amélia, Júlia, Inês, Roberto e Sebastião Floriano Netto. Sebastião veio ao mundo do Mattão de Pau D'Alho e das lindas palmeiras imperiais em 1º de agosto de 1926.

Naquela época difundia-se o jazz, a eletricidade, o rádio, a modernização das fábricas e o cinema falado. Os sucessos do momento eram 'Carinhoso', 'Brejeiro', 'Apanhei-te Cavaquinho', 'Lamento', 'Vou Vivendo' e '1 a 0'. Era apresentado pela primeira vez o tango argentino 'Caminito'. Nascia Fidel Castro, líder cubano. A marcha da Coluna Prestes percorria 33 mil quilômetros pelo Brasil afora,

semeando a revolução e tornando Luiz Carlos Prestes o 'Cavaleiro da Esperança'. Washington Luiz assumia a presidência da República. Nascia Elizabeth 2ª, a Rainha da Inglaterra.

Sebastião, por sua vez, foi criado na Fazenda dos Ingleses, em Matão; em várias colônias morou com seus pais e irmãos, que trabalhavam na roça nesse tempo. Não frequentou o grupo escolar, mas aprendeu a fazer 'contas' com os coleguinhos vizinhos que frequentavam a escola da Boa Vista. Assim, conseguiu ler e escrever de esforço próprio.

As densas matas daquele Mattão ainda povoavam a região. Era preciso abrir 'picadas' e derrubar lenhas para alimentar o desenvolvimento que chegava com os ingleses. E lá vai o negrinho com seus 12, 13 anos e um machado trabalhar para ajudar a família. O tempo passou. Lenheiro, Josefinha, Colônias da Contribuição, Leopoldina e dos Heróis (sessões da Fazenda dos Ingleses).

Em 1º de maio de 1949, Sebastião se junta a companheiros da Fábrica de Óleos Cambuhy e funda o Toriba Futebol Clube, um time de trabalhadores que

disputaria o torneio de futebol mais importante do município, ganhando assim a lindíssima Taça 'Phoebes Hagard'.

Como percebemos, o futebol e o Corinthians sempre foram paixões na vida de Sebastião – o Caxambu; a outra paixão: Albina, Albininha, Nin. Filha de Eugênio Leite Ângelo da Silva – o Genião – e Manoela Paulino. Todos moravam em Toriba e Boa Vista, se conheceram. Eles eram felizes e sabiam. Casaram-se em 14 de fevereiro de 1952 e tiveram quatro filhos: Sérgio (1953), Celso (1955), Edson (1957) e Elio (1958).

Em 1959, mudaram-se todos para Campinas; mas em pouco tempo, a saúde de Sebastião fica debilitada com complicações respiratórias. É alertado pelos médicos para cuidar-se em cidade de clima quente. Não teve dúvidas: voltou imediatamente para Matão, fixando moradia na Colônia do Arroz.

É convidado a trabalhar na IBEC - 'International Basic Economy Corporation'. Fundada por Nelson Rockefeller, em 1947, era uma corporação internacional que atuava também em Matão no campo da pesquisa e do desenvol-

vimento econômico. Chegando a Matão, Sebastião Floriano ajuda a formar outra equipe de futebol de trabalhadores para disputar e ganhar outra vez o Torneio 1º de Maio. Foi uma grande conquista, impedindo o imbatível Toriba F.C. de ganhar em definitivo, pela 3ª vez consecutiva, a cobiçada Taça 'Phoebes Hagard'.

NA CAPITAL

Outubro de 1961. Sebastião toma uma grande de decisão: convence a esposa Albina e seus quatro filhos a tomarem o rumo da capital São Paulo. Seu sonho: criar, educar e formar os filhos, dando-lhes um ofício para cada um, melhorando de vida numa cidade grande e cheia de oportunidades. Trabalhava-se muito. Sebastião aproveitou todas as chances que teve como metalúrgico, prestando serviços nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na Bardela S.A. e na Voith, todas de grande porte; porém, muito longe da casa de Sebastião, no bairro do Ipiranga, na Vila Carioca. Quanto trem, subúrbio e ônibus para se chegar no horário do trampo!

No lazer com os amigos, não

faltava o futebol da várzea, amador e de qualidade, que era a sua dedicação especial. Foi campeão como técnico e incentivador de jovens equipes nas Copas dos jornais 'Gazeta Esportiva' e 'Diário Popular'. Disputou torneios e campeonatos com garra de vencedor, de norte a sul da Paulicéia. Suas principais equipes foram: Santos (da Vila Carioca, em São Paulo), Cruzada Paulista e Huracán, todos no Ipiranga, desde os anos 1960 até 1980. Um vitorioso de mão cheia!

A Família seguia seu caminho. A esposa Albina prestava serviços domésticos. Nas poucas residências em que trabalhou, era admirada por suas 'patroas', que a chamavam de Maria; todas, pessoas de grande estima que ajudavam Albina na missão de estudar e educar os filhos pequenos. Quantas enchentes, ruas alagadas e filhos nas costas para atravessar os córregos nas idas e vindas do trabalho e da escola! Quanto medo e coragem!

Cada ano de escola concluído pelos filhos era motivo de festa e celebração para Albina e Sebastião. Teve Grupo Escolar, Sesi, Jardim da Infância, Externato

Menino Jesus, Escolas Agrupadas, Ginásio, Senai, Exército, Colégio, Escola Técnica e Escola Superior. Quantas formaturas! Amigos daquela época até hoje! A Igreja de Santo Antônio, a Comunidade Eclesial de São Vicente, as primeiras comunhões; os padres e as irmãs de caridade que alfabetizavam adultos no Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

A Escola de Samba Imperador do Ipiranga insistia em ensaiar sua bateria na rua da casa do Sebastião. Quanta animação para todas as noites, mas o trabalho esperava o dia seguinte. Quanta história de vida, Sebastião! Lembra da Copa do Mundo de 1970? O Brasil Tricampeão! A mudança para a Rua Vemag foi uma festa, afinal, a casa tinha um quarto a mais e era no alto de um sobrado. Lembra do Timão em 1977? Depois de 23 anos, o Corinthians sagrava-se Campeão Paulista. Gol de Basílio, o pé-de-anjo! Quanto tempo se passou... Os filhos se casaram, menos o Elio, que preferiu ser o artista da família, reconhecidamente. Sebastião ganha Felipe, Denise e Débora como seus netos.

Naquela época difundia-se o jazz, a eletricidade, o rádio, a modernização das fábricas e o cinema falado. Os sucessos do momento eram 'Carinhoso', 'Brejeiro', 'Apanhei-te Cavaquinho', 'Lamento', 'Vou Vivendo' e '1 a 0'. Era apresentado pela primeira vez o tango argentino 'Caminito'. Nascia Fidel Castro, líder cubano. A marcha da Coluna Prestes percorria 33 mil quilômetros pelo Brasil afora,

volvimento que chegava com os ingleses. E lá vai o negrinho com seus 12, 13 anos e um machado trabalhar para ajudar a família. O tempo passou. Lenheiro, Josefina, Colônias da Contribuição, Leopoldina e dos Heróis (sessões da Fazenda dos Ingleses).

Em 1º de maio de 1949, Sebastião se junta a companheiros da Fábrica de Óleos Cambuhy e funda o Toriba Futebol Clube, um time de trabalhadores que

respiratórias. É alertado pelos médicos para cuidar-se em cidade de clima quente. Não teve dúvidas: voltou imediatamente para Matão, fixando moradia na Colônia do Arroz.

É convidado a trabalhar na IBEC - 'International Basic Economy Corporation'. Fundada por Nelson Rockefeller, em 1947, era uma corporação internacional que atuava também em Matão no campo da pesquisa e do desenvol-

tunidades. Trabalhava-se muito. Sebastião aproveitou todas as chances que teve como metalúrgico, prestando serviços nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na Bardela S.A. e na Voith, todas de grande porte; porém, muito longe da casa de Sebastião, no bairro do Ipiranga, na Vila Carioca. Quanto trem, subúrbio e ônibus para se chegar no horário do trampo!

No lazer com os amigos, não

possuam de grande estima que ajudavam Albina na missão de estudar e educar os filhos pequenos. Quantas enchentes, ruas alagadas e filhos nas costas para atravessar os córregos nas idas e vindas do trabalho e da escola! Quanto medo e coragem!

Cada ano de escola concluído pelos filhos era motivo de festa e celebração para Albina e Sebastião. Teve Grupo Escolar, Sesi, Jardim da Infância, Externato

mudança para a Rua Vemag foi uma festa, afinal, a casa tinha um quarto a mais e era no alto de um sobrado. Lembra do Timão em 1977? Depois de 23 anos, o Corinthians sagrava-se Campeão Paulista. Gol de Basílio, o pé-de-anjo! Quanto tempo se passou... Os filhos se casaram, menos o Elio, que preferiu ser o artista da família, reconhecidamente. Sebastião ganha Felipe, Denise e Débora como seus netos.



Linha do Tempo. Nos anos de 1920, a família Floriano começa a trabalhar na Cambuhy Coffee and Cotton Estates, a Fazenda dos Ingleses; na primeira imagem, vemos os patriarcas Isabel Galdino e Valdomiro, pais de Sebastião Floriano Netto que, na década de 1940, na sacaria da Fábrica de Óleos Cambuhy (segunda imagem), fundou com colegas o time União Operária. Em 1953 (terceira imagem), Sebastião se casa com Albina Conrado (dia 14 de fevereiro, em Matão). Em 1966, os Florianos vivem na Vila Carioca em São Paulo - Sebastião e Albina com os filhos Sérgio, Celso, Edson e Elio

Anexo K - O legado dos ingleses

8 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 8

O legado dos ingleses

Júlio Ribeiro

Constituiu-se uma relação de amizade e confiança, sob trabalho rígido

Em 2002, o memorialista matonense Luiz Marques Bueno (1926-2014) lançou seu livro 'Memórias da Fazenda: A História da Fazendas do Cambuhy'. Chamou-me a atenção, à época, o título e o autor me explicou que o 'Histórias da Fazendas' era a 'História da empresa' Cambuhy Coffee and Cotton Estates que, pertencente à 'Brazilian Warrant Company', atuou em Matão e cidades vizinhas de

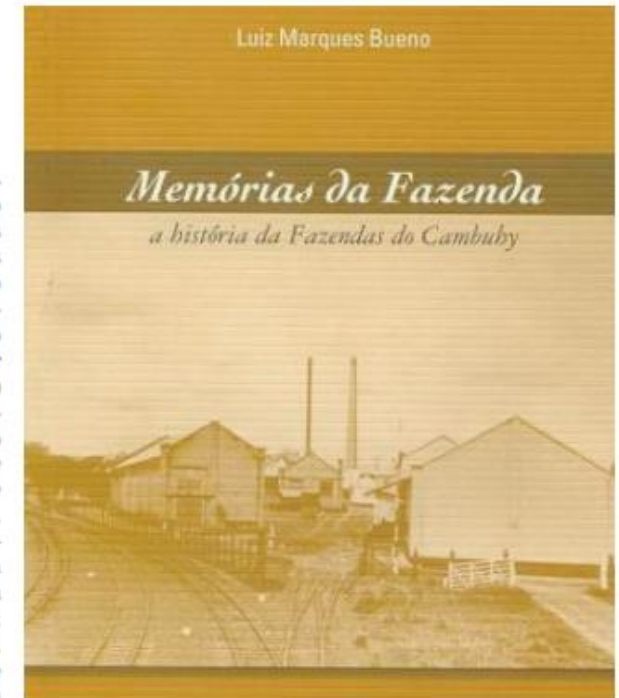
1924 a 1956.

Considerando a Abolição da Escravatura em 1888, 36 anos depois da escravidão, negros matonenses filhos e netos de libertos exercem os mesmos direitos trabalhistas dos brancos, ou seja, todos em plena igualdade de condições de trabalho, de salário pela profissão exercida e, destacadamente, de convívio. Além das relações de trabalho, porém, constituía-se também uma relação de amizade e de confiança em um sistema extremamente rígido e, ao mesmo tempo, justo. Talvez por isso, a palavra 'empresa' ganhava um significado de justiça e dignidade para descendentes de africanos, europeus, asiáticos e ameríndios.

Tal palavra 'empresa' me foi dita também pelo 'último dos ingleses', o administrador John Aubrey Veasey (1923-2008). Ele nasceu em Londres e ainda jovem veio trabalhar na Cambuhy Coffee and Cotton, onde constituiu família. Ao ser entrevistado no início dos anos 2000 em sua residência no bairro do Pinheirinho, ao lado de sua esposa Vera, ele perguntou: "Por que vocês matonenses têm tanto interesse por uma empresa?" (não tínhamos uma resposta para aquele momento). "Nós vínhamos para trabalhar e fazer o melhor possível", disse Veasey. Subjazia, desde então, a questão ético-racial a ser amadurecida.

A História dos Negros em

Matão começa com a Abolição da Escravatura, ou mesmo antes, quando negros libertos vêm de fazendas escravocratas da região para cá, havendo o registro desta presença no final do Século 19. No início do Século 20, em 1901, Cairbar de Souza Schutel (1868-1938) regulariza as terras dos Quintinos, onde hoje é o bairro Jardim Morumbi. Naquele início de século, consolida-se também a Vila Santa Cruz, reduto de muitas famílias negras que vêm para Matão. Eram enormes as dificuldades para os negros no núcleo urbano; mas, na 'Fazenda dos Ingleses', encontravam oportunidades de justiça social por meio de um salário digno.



Obra. Capa do livro de autoria de Luiz Marques Bueno

1956, Moreira Salles e IBEC



Família Jacinto, que trabalhou tanto para os ingleses como para os americanos da IBEC. Benedita, Doracy, Maria Sebastiana, Maria Aparecida, Ana Maria, Elisabete, Sebastião, José Luiz e Iolanda

Dividida em 23 fazendas associadas, a área da 'Fazendas dos Ingleses' compreendia quase 23 mil alqueires paulistas, o que corresponde a 556 mil quilômetros quadrados, abrangendo os municípios de Matão, Araraquara, Gavião Peixoto e Tabatinga. A companhia agrícola chegou a ter 2,2 milhões de pés de café produzindo, criação de gado e foi a introdutora da citricultura em Matão, em 1948. Em 1956, os ingleses venderam a companhia ao Grupo Moreira Salles (que começou a venda de aproximadamente 17 mil alqueires paulistas).

O Grupo Moreira Salles iniciou também parceria com o empresário norte-americano Nelson Rockefeller, considerado naqueles tempos como um dos maiores milionários do

planeta. A parceria trouxe para Matão a International Basic Economy Corporation (IBEC), para a qual foi cedida uma das fazendas, a Contribuição, onde se desenvolvia pesquisas agrícolas com a participação de vários estrangeiros. A IBEC atuou em Matão até 1964, quando, em seu lugar, veio o IRI- Rearch Institute (ou Instituto de Pesquisas IRI), de Jerome Francis Harington.

Na próxima edição, **A Co-marca** publicará trechos de entrevistas realizadas com Waldir Simões de Almeida (80 anos) e Reginaldo Vedoato (70), os quais, respectivamente, trabalharam na IBEC e no IRI. Abaixo, depoimento de Elisabete de Fátima Jacinto – família matonense que trabalhou tanto para os ingleses como para os americanos.

Nossos amigos norte-americanos

I Por Elisabete Jacinto

Viviam uma bela amizade fraterna, livres pelos campos de Toriba

Nossa amizade com os Russow começou em 1956, quando o casal senhora Audrey e senhor Helmuth Russow veio dos Estados Unidos para morar em Matão, no Toriba. Eram do Highlands Ranch, de Denver, Colorado. O Senhor Russow era engenheiro agrônomo e veio trabalhar na IBEC (International Basic Economy Corporation), que chamávamos de 'Fazenda de

Experiências'; pois lá se faziam pesquisas agrícolas e tinha um laboratório.

Minha irmã Iolanda foi trabalhar de babá do filho do casal, o menino se chamava Wolf; depois, foi uma por vez, a Maria Aparecida, a Maria Sebastiana e, por último, a Ana Maria. Todas elas, babás.

Quando acabou a IBEC, o senhor Russow trabalhou com Luiz Marques Bueno, também engenheiro; mas creio que o diploma norte-americano não valia aqui no Brasil e, sendo assim, o senhor Russow não poderia assinar os projetos.

Algum tempo depois, mudaram-se para São Paulo e minha

irmã Ana Maria trabalhou com eles até voltarem para os Estados Unidos em 1968. Foram várias influências norte-americanas na nossa família; uma delas foi a de festejar o Natal com cedrinho, enfeitar, dar presentes, fazer a ceia com alimentos típicos da cultura dos Estados Unidos. Quando era o nosso aniversário, a senhora Audrey dava um bolo de presente para cada um de nós que fazia aniversário.

Ela, Audrey Russow, nos ensinava a fazer as receitas culinárias e nos dava os pratos para levarmos para casa; por exemplo, batatas de várias formas no lugar do arroz, codorna assada e outras receitas. Até na maneira de nos vestir, fomos

influenciados positivamente por eles; começaram a usar bermudas sociais porque lá nos Estados Unidos usavam esse tipo de roupa e nós, aqui, começávamos a usar também.

Lembro-me que a primeira Kombi que eu vi aparecer em Toriba era do senhor e da senhora Russow, e eles sempre levavam alguém de nossa família para viajar ou passear com eles. Se iam a um restaurante, a pessoa que os acompanhava sentava à mesa com eles e a senhora Russow nos ensinava a usar corretamente os talheres, o garfo, a faca, inclusive a colocar o guardanapo no colo. E nós 'nos sentíamos'.

Minha irmã Maria Sebastiana conta que em uma dessas

viagens com os Russow, eles chegaram a São Paulo em 1964, em plena revolução militar, e o exército estava na rua. Depois foram para o Rio de Janeiro e de lá para Minas Gerais, chegando até Ouro Preto em 21 de abril de 1964, onde ouviram quem seria Castelo Branco em um pronunciamento na Praça Tiradentes.

Em novembro de 1964, Maria Sebastiana viajou com os Russow para os Estados Unidos, retornando ao Brasil somente em março de 1965. O senhor Helmuth e a senhora Audrey já faleceram, mas a amizade com a família Russow continua até hoje. O filho Wolf, sua esposa Janet e suas filhas Alex e Katie são nossos amigos e trocamos

correspondências com eles. A família Jacinto será sempre grata aos Russow, porque eles tinham o objetivo de promover e ampliar oportunidades e equiparações de direitos entre todas as pessoas.

Meu irmão Sebastião Jacinto Filho e Wolf Russow tiveram uma infância muito unida, viviam soltos no bairro de Toriba; subiam em árvores, nadavam no rio, caçavam.

Na hora de estudar, Wolf Russow tinha aulas de Inglês e Português em casa, com os pais; meu irmão ia ao Grupo Escolar 'Dr. Leopoldino Meira de Andrade'. Depois das aulas, porém, viviam uma bela amizade fraterna, como meninos que eram, livres pelos campos de Toriba.

Anexo L - Estrangeiros motivaram igualdade racial

6 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 9

Estrangeiros motivaram igualdade racial

| Julio Ribeiro

Waldir Simões
sugere 'Memorial
dos Quintinos'

Os memorialistas matonenses João Bento (Cucão, 62 anos), Sérgio Floriano (62) e Sérgio Figueira (Sabará, 60) salientam que imigrantes europeus trouxeram ideais anarquistas para o Brasil no final do Século 19 e início do Século 20. Eles contam que, em 1917, o movimento operário anarquista deflagrou uma grande greve em São Paulo e, em 1918 e 1919, no Rio de Janeiro. "Esses ideais do anarquismo pairavam pelo País e daí foi se fomentando todo um movimento trabalhista", comenta Sérgio Floriano. Na década de 1920, mesmo com a industrialização, mesmo com a industrialização que crescia em seus grandes centros urbanos, o Brasil ainda tinha como principal produto de exportação o café, e na 'Fazenda dos Ingleses', em Matão, surgia a maior plantação de café do mundo.

Era a época da 'política do café com leite' – o Estado de São Paulo apresentava políticos ligados à cafeicultura; Minas Gerais, à produção leiteira. Os ingleses não participavam diretamente dessa alternância de poder; focavam em seus empreendimentos pelo País e permitiam as manifestações da cultura e da política local. Em 1929, contudo, ocorre a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e muitos cafeicultores brasileiros que exportavam para os Estados Unidos vão à falência. A 'Cam-buby Coffee and Cotton Estates'



FOTOS: JULIO RIBEIRO

Waldir Simões com Cucão. "Minha mãe levava alimentos e roupas aos moradores daquela comunidade, que, na minha opinião, tinham características de famílias quilombolas"

não chegou a ser atingida por essa crise mundial devido ao capital inglês e à diversificação de seus produtos agrícolas – dentre os quais, destacava-se também o algodão.

“Além do café, lá na ‘Fazenda dos Ingleses’ tinha o algodão e outras plantações, como a Colônia do Arroz e a criação de suínos”, cita Cucão, destacando que “todos, pela função que exerciam, recebiam a mesma remuneração e tinham os mesmos direitos trabalhistas”. Sabará destaca também que, na ‘Fazenda dos Ingleses’ tinham muitos japoneses, italianos, espanhóis, entre outros imigrantes, assim como negros e indígenas”. No início da década de 1930, já na Era Vargas, o núcleo urbano de Matão dependia da Fazenda. A cidade em si era, territorialmente, pequena; enquanto o campo liderava as demandas de produção e comércio.

O matonense Waldir Simões de Almeida nasceu em 1936, filho de Antonino Simões de Almeida (descendência portuguesa) e Amélia Paiola de Almeida (descendente de italianos). “Meus tios e avós vieram da Europa”, conta Waldir. “Morávamos aqui do lado (na área central da cidade), jogávamos bola aqui na rua, descalços. Não tinha televisão. Brincava, ia à escola, ajudava o pai e a mãe”, recorda sua infância na década de 1940. “Todo mundo se conhecia. Mas nós, meninos do Centro, tínhamos receio de atravessarmos sozinhos o Córrego Espiga Vermelha (atual Marginal Padre Nelson) e irmos à Vila Santa Cruz; lá tinha um campo de futebol imenso onde hoje é a praça principal do bairro; ficávamos maravilhosos”, continua Waldir. A Vila Santa Cruz era um dos principais núcleos das famílias negras de Matão; do outro lado da cidade, outra comunidade afro-descendente de destaque era ‘os Quintinos’, onde hoje se localiza o bairro Jardim Morumbi, próximo ao Cemitério Municipal.

MEMORIAL DOS QUINTINOS

“Meus pais e eu íamos nos Quintinos quase todo final de semana; passávamos por lá porque era caminho para visitarmos um sítio que ficava perto da Pedreira

e minha mãe levava alimentos e roupas aos moradores daquela comunidade, que, na minha opinião, tinham características de famílias quilombolas. Eu brincava com os meninos de lá. Até hoje tem um jatobazeiro naquele local como reminiscência daqueles tempos; sugiro que façamos um Memorial dos Quintinos ao redor daquele pé-de-jatobá, uma praça, antes que a memória se acabe”, revela Waldir. Aos 20 anos, ele estudava para ser professor primário; a ‘Fazenda dos Ingleses’ fora vendida ao Grupo Moreira Salles em 1956 e a paisagem urbana de Matão começava a crescer devido à vinda de moradores da Fazenda para a cidade. Outro fenômeno que ocorria era o surgimento de novos sítios e agrovilas familiares (colônias) a partir de glebas da Fazenda que se dividia.

“A Fazenda Boa Vista (uma das sessões e um dos nomes pelos quais era conhecida a ‘Fazenda dos Ingleses’) tinha trazido um exemplo muito grande de convivência para Matão, além de ajudar a desenvolver o município em uma gama de relações culturais

e desportivas. Suas 23 sessões tinham times de futebol e salões de bailes, e todas as colônias faziam uma verdadeira romaria para a Festa do 1º de Maio, Dia do Trabalho. E os ingleses participavam ativamente de todas essas atividades. Eles tinham um respeito muito grande pelo direito de todos, por seus vizinhos e funcionários. Tinha uma hierarquia muito bem acentuada, ninguém podia passar por cima de ninguém, mas eles supriam as necessidades materiais de todos e tinham uma organização empresarial perfeita”, destaca Waldir Simões.

Com o fim da ‘Fazenda dos Ingleses’, enquanto a cidade crescia e a agricultura familiar de colonos se fortalecia em Matão, o matonense Waldir Simões se formava professor primário em 1957 e, no ano seguinte, lecionaria em Dolcinópolis, um município que hoje tem aproximadamente 2 mil habitantes, na microrregião de Jales, no noroeste paulista. “Naquela época, Dolcinópolis

e tudo aquilo era sertão”, diz o professor. Em 1959, Waldir voltou a Matão para trabalhar na IBEC (‘International Basic Economy Corporation’, uma empresa norte-americana que havia se instalado na Fazenda dos Moreira Salles para desenvolver pesquisas agrícolas). “Na IBEC, por exemplo, fizemos pesquisas com todos os tipos de grãos – arroz, feijão, milho; muitos brasileiros e estrangeiros deram suas contribuições para a produção de alimentos”, salienta o professor.

Em 1964, a IBEC passou a ser IRI - Rearch Institute (ou Instituto de Pesquisas IRI) e Waldir Simões trabalhou no local até 1966, quando foi para a Usina Santa Luísa, na área rural do

então distrito de Motuca, à época município de Araraquara. “Para mim foi fácil trabalhar na Usina e fazer as pesquisas que envolviam cinco mil alqueires e os seus relatórios; pois eu tinha aprendido tudo isso na IBEC e no IRI. Terminada a pesquisa de campo, íamos para o laboratório e para a indústria e analisávamos toda a cadeia de produção”, cita Waldir. “Depois da Usina Santa Luísa, fui convidado para trabalhar com o prefeito Laert José Tarallo Mendes (Laertão) e começamos a desenvolver a ideia do leite de soja, que eu havia aprendido a fazer com os americanos lá na época da IBEC e que alimentaria populações mundiais na década de 1980”, finaliza Waldir.

Os ‘gringos’ são citados



Vedoato. Trabalhou no IRI - Rearch Institute por 35 anos

Reginaldo Vedoato (70 anos) trabalhou no IRI - Rearch Institute de 1964 até o seu fechamento em 1989, sendo o “último funcionário a apagar as luzes”. Assim como Waldir Simões, Reginaldo Vedoato acredita também que os ingleses e outros estrangeiros que trabalharam na ‘Cambuhy Coffee and Cotton Estates’ e, depois, na IBEC e no IRI contribuíram com o capital cultural e humano do município de Matão, além de oportunizarem atividades econômicas a partir de suas pesquisas.

“Muitos estrangeiros passaram por aqui; creio que na época de seu maior fluxo, o IRI chegou a ter cerca de 150 pessoas trabalhando em pesquisas, incluindo o pessoal de campo, os trabalhadores braçais, os pesquisadores e os administradores do escri-

tório”, calcula Vedoato. Ele guarda uma centena de nomes de memória e cita uma dezena de estrangeiros que contribuíram com o desenvolvimento de Matão, com a justiça social e a igualdade racial.

Dentre os que passaram pelo IRI, Vedoato cita: “Jerome Francis Harrington, pesquisador norte-americano responsável pelo instituto; Jurgen Rein, alemão, ‘o mais antigo de todos’; Lawrence Quinn, americano; Frederico Gulllove, dinamarquês; Willen Bisschoff, holandês; Henri Pierre Steenmeijer, holandês; Hendrikus van der Vem, holandês; Aubrey John Veasey, administrador inglês; Juan Desiderio Rolon, paraguaio; Luiz Manoel Martins de Freitas, português; Luch Fobbe, belga; Toshiyuki Tanaka, japonês”.

LOTÉRIAS

MEGA-SENA - Concurso: 1870 - Acumulou!

Resultado: 18 20 30 32 33 40
Estimativa de prêmio para o próximo concurso, a ser apurado em 29/10/2016 - R\$ 75.000.000,00

DUPLA-SENA - Concurso: 1561 - Acumulou!

Resultado - Primeiro Sorteio: 03 26 37 43 47 49
Resultado - Segundo Sorteio: 19 22 23 28 38 41

LOTOMANIA - Concurso: 1704 - Acumulou!

Resultado: 00 11 12 13 21
24 29 31 37 47
52 55 56 59 64
70 75 76 87 97
Estimativa de prêmio (20 acertos) para o próximo concurso, a ser apurado em 28/10/2016 - R\$ 5.500.000,00

FEDERAL - Extração: 05122

Prêmio	Bilhete	Valor do Prêmio R\$
1º	24.892	350.000,00
2º	87.666	19.000,00
3º	70.307	18.000,00
4º	50.027	14.000,00
5º	75.107	12.012,00


LOTÉERICA BUSCARDI
VENHA BUSCAR SUA SORTE
FONE: 3384-7648

Anexo M - Sociedade Matonense de Homens de Cor



Julio Ribeiro

Nos anos 1940, o movimento negro uniu lideranças por inclusão social

"Aos treze dias do mês de maio de 1948, em a residência do Sr. Caetano Celestino do Nascimento sita à Avenida Cairbar Schutel nº 254 - Vila Santa Cruz - cidade de Matão, as pessoas abaixo assinadas, em palestra amigável, cogitaram na fundação de uma sociedade para as pessoas de Cor, levando em conta o fato de existir em Matão um grande número de descendentes da raça negra que, na falta de um clube ou local para se reunirem, vivem completamente isolados e muitos até, sem cultura, à mercê da sorte. Tendo o assunto despertado interesse por parte de todos os presentes, ficou resolvido que se convocasse uma reunião para a qual seriam convidados todos os Homens de Cor de Matão, afim de estudarem a ideia, em vista do número das pessoas presentes ser insuficiente para tomar a cargo uma iniciativa de tão grande vulto. A reunião foi, então, marcada para o dia 27 do corrente, tendo todos concordado. Resolveu-se, também, que se escolhesse um dos presentes para fazer as vezes de presidente-provisório da futura Sociedade, para o qual foi escolhido por aclamação o Sr. Otavio Barboza da Silva que escolheu eu Gentil Celestino do Nascimento para Secretário, que, para constar lavrei a presente ata que ficará sendo a ata da primeira reunião para a futura Sociedade para os Homens de Cor de Matão e vai

assinada por mim e por todos os presentes. Matão, 13 de maio de 1948. (aa) Gentil Celestino do Nascimento, Otavio Barboza da Silva, Juvenal dos Santos, Otacilio David, Benedicto Pereira, Guerino Ribeiro, Benedicto de Paula, Euclydes Alves de Lima, Ernesto de Andrade Balthazar, Cleophas Guimarães".

Essa é a transcrição do documento histórico 'Ata da Reunião para Fundação da Sociedade Matonense de Homens de Cor', realizada em 13 de maio de 1948, entidade que existiu de fato e se constituiu juridicamente em 'Sociedade Recreativa Matonense Henrique Dias'. A iniciativa mostra a atuação do movimento negro matonense na década de 1940 no núcleo urbano e, em especial, na Vila Santa Cruz, localidade de grande concentração de famílias negras na cidade. A data escolhida para a fundação da sociedade e os termos utilizados em seu primeiro documento escrito mostram muitos desafios que os negros e a sociedade em geral teriam ainda de superar historicamente até os dias atuais. Por alusão e comemoração à Abolição da Escravatura, que teria ocorrido em 1888, o dia 13 de Maio era uma data muito comemorada pelas famílias, pelas escolas e pelas comunidades durante toda a primeira metade do Século 20 e até o final da década de 1960. As instituições reforçavam esse dia em lembrança à Princesa Isabel e à libertação dos escravos.

Atualmente, há também outros entendimentos e datas comemorativas em referência aos Negros e à História Afro-Brasileira; a exemplo de 20 de Novembro, Dia de Zumbi dos Palmares, um

líder negro. Contudo, se a 'comemoração pela comemoração' ainda era um desafio histórico a ser superado pela sociedade em geral, o movimento negro matonense se fez presente em 1948 na data de maior importância para a visibilidade dos negros naquele tempo, ou seja, 13 de Maio. Outro motivo de reflexão que o documento histórico nos mostra diz respeito às terminologias utilizadas à época, tais como 'homens de cor'. Ora, todos nós temos uma 'cor'. O termo 'cor negra' acentuava naquele momento histórico uma questão biológica, portanto, racial; daí também o termo 'raça negra' ou 'homens de cor', expressões construídas historicamente e tidas como 'naturais' entre negros e brancos. Por fim, a questão de gênero, uma vez que as mulheres negras davam respaldo a todo esse movimento, por que um documento que circularia por cartórios aludiria a uma 'Sociedade de Homens de Cor' e não a uma 'Sociedade de Homens e de Mulheres Negros'?

Trata-se de uma questão complexa que necessita de uma análise mais aprofundada e, no momento, nos mostra um espaço público-jurídico "ainda para atuação de homens"; em especial, de homens brancos. Se os negros conclamavam por seus direitos sociais, haveria de ser homens negros letrados a subscreverem esse documento, apoiados por suas filhas, esposas, mães, tias e avós - mulheres negras que ainda estavam invisíveis para a História que ajudavam a escrever. Como legenda da imagem que abre este capítulo, moças das Famílias Albano, Bento e de Paula são premiadas em concurso de beleza negra na Sociedade Recreativa

Henrique Dias, nos anos 1960. Ao fundo é possível ver também a primeira construção do clube, que ainda era de eucalipto e bambu, feita em mutirão pelo movimento de famílias negras de Matão no final da década de 1940. A Sociedade Henrique Dias, assim, deu visibilidade a homens e mulheres indistintamente.

CONCESSÕES PÚBLICAS

"Nos anos 60, mais precisamente em 1965, o prefeito Armando Bambozzi cedeu uma área na Rua João Pessoa, número 1765, na Vila Santa Cruz, onde seria construído um ginásio de esportes para a comunidade negra. Essa construção do ginásio aconteceu nos anos 80, em 1987, com o prefeito Jayme Gimenez", cita Leônidas Pereira (66 anos), explicando ainda que a concessão teria ocorrido por um prazo de 30 anos. "Foi um contrato celebrado entre a Prefeitura e o Clube Henrique Dias, tendo como presidente o Otacilio David, que prontamente ergueu o prédio lá existente", continua Leônidas. "Porém, se optou então pela exploração de um salão de baile para o lazer aos finais de semana. Passados os anos, as administrações que se seguiram foram completamente desinteressadas em fomentar a verdadeira identidade do Clube Henrique Dias", lamenta Leônidas.

"Nos anos 90, o 'Henrique Dias' tornou-se um clube voltado a bailes de salão; mais popularmente falando, de forró. E com essas administrações equivocadas, houve movimentos de intolerância por parte da vizinhança para com o clube em relação aos bailes. Em 1998, a situação chegou ao seu limite máximo, provocando o fecha-



Leônidas Pereira. "Administrações foram completamente desinteressadas em fomentar a identidade do Clube Henrique Dias"

mento do clube. O 'Henrique Dias' foi sitiado pela Guarda Municipal, que bloqueou a entrada dos membros da diretoria, que não tiveram alternativa senão partirem para a esfera judicial", relembra Leônidas. "Então, passado este momento de turbulência, o clube não conseguiu se reerguer, entrando em decadência total", conclui ele, que assumiu a presidência do 'Henrique Dias' em 2007.

"Vendo tanta precariedade e nada podendo fazer para reverter aquela situação, procuramos outra solução; a saída encontrada pela diretoria, em 2008, foi transformar o clube numa ONG (Organização Não Governamental)", conta Leônidas, que reuniu os então diretores do clube para debaterem a ideia. "Pretendíamos reestruturar um clube de serviços à comunidade e não mais um salão de baile de forró", enfatiza o atual diretor da ONG CARAB. "Queríamos a fomentação dos esportes, das artes, da cultura e da inclusão social, inclusive com a participação

de portadores de necessidades especiais; dadas essas explicações, foi escolhido um nome pela diretoria: Centro de Atividades de Referência Afro-Brasileira", recorda o fundador da ONG.

Acrescentou-se à sigla CARAB o nome 'Henrique Dias'. "Não podíamos deixar de lado o nome do clube que deu origem ao movimento negro desde 1948 e a nova denominação começou com novo Estatuto Social, nova Ata de Fundação e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)", explica Leônidas. "Com esta nova entidade, esperamos resgatar a autoestima, a cidadania, a igualdade de direitos e a inclusão social das comunidades dos bairros Vila Santa Cruz e IV Centenário e adjacências, fazendo-se a justiça social", finalizou Leônidas. Em 2012, Adilco Ferreira da Silva elegeu-se presidente da ONG CARAB 'Henrique Dias'. Atualmente, completando 30 anos, a concessão do espaço firmada em 1987 pelo então prefeito Jayme Gimenez necessita de renovação.

Anexo N - A Mãe Gê e o Candomblé em Matão

8 | Cidade

A COMARCA | MATÃO - SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

série especial — A HISTÓRIA DOS NEGROS EM MATÃO —

CAPÍTULO 11

A 'Mãe Gê' e o candomblé em Matão



A 'iyalorixá'. Uma das referências em religiões de matrizes africanas



Mãe Gê e integrantes da Caravana da Beleza Negra. Homenageados pela Câmara Municipal em solenidade realizada em maio de 2015

I Julio Ribeiro

"Deus é de todos nós", lembra a religiosa

Geralda Afonso de Freitas ('Mãe Gê', 68 anos) é natural de Itabuna-BA. Quando ela tinha cerca de 18 anos, sua família saiu da Bahia e se fixou em Rubinéia, às margens do Rio Paraná, na região de Santa Fé do Sul, extremo noroeste do Estado de São Paulo. Na década de 1980, a Mãe Gê mudou-se para Matão e hoje, no candomblé, ela é uma das referências em religiões de matrizes africanas no município. "A minha ligação com o candomblé começou quando eu tinha de 13 para 14 anos, lá na Bahia", lembra. "Eu me sinto como uma zeladora, zelo pelos orixás", disse Mãe Gê.

Sendo uma das religiões de matrizes africanas mais praticadas no mundo, tendo atualmente mais de três milhões de seguidores, o candomblé foi trazido ao Brasil

por escravos; originalmente, na África, as nações que praticavam o candomblé destacavam orixás específicos, isto é, ancestrais africanos que representam forças da natureza. A junção dos orixás em um culto é um fenômeno brasileiro, devido à diversidade de nações africanas que para cá vieram e, agrupadas em senzalas, nomeavam um 'zelador de santo', conhecido também como 'babalorixá' no caso dos homens e 'iyalorixá' no caso das mulheres.

"Os seguidores se tornam como um filho da gente; eles vêm tomar bênção de mim", exemplifica Mãe Gê, 'iyalorixá' que mora no Jardim Popular. "Existem muitos preconceitos contra as religiões africanas. As pessoas acham que a gente não tem nada a ver com Deus. Isso não existe! Deus é de nós todos. Todos nós temos Deus", frisou ternamente a religiosa, lembrando que encontrou tanto acolhimento como preconceito quando chegou ao município. "Matão, às vezes, machucou a gente; mas aqui tem

pessoas maravilhosas. Demorou, mas parece que agora entrou nos eixos. A gente não é mais visto com maus-olhos", declarou.

"O candomblé é a minha vida, mas jamais deixo de me apegar primeiramente com Deus Todo Poderoso e com Jesus Cristo, que estão acima de todas as coisas. Aqui na terra, porém, sou muito apegada aos orixás", continuou a mãe-de-santo. Em 1988, no Centenário da Abolição da Escravatura, a Escola de Samba Nova Era desfilou no Carnaval com a Mãe Gê e seus seguidores, em uma de suas alas. "Levei meus filhos-de-santo à avenida e foi uma coisa muito respeitosa", recordou. "Eu tinha muito medo de a gente sofrer com o desrespeito".

"Como eu estava em cima de um carro alegórico, as minhas meninas estavam embaixo, descendo a avenida com as roupas dos orixás. Eu não queria que houvesse qualquer coisa diferente", contou a Mãe Gê sobre a homenagem que recebeu no Carnaval matonense. "Eu digo

que amo Matão!", agradeceu. Para o memorialista e ativista negro João Bento (Cucão), um dos diretores da antiga Escola de Samba Nova Era, o principal objetivo da homenagem era o vínculo religioso histórico dos negros. "Estamos dando visibilidade a uma pessoa que nós respeitamos", disse Cucão.

"Quando a gente fala da História do Negro, o nosso vínculo é com as religiões de matrizes africanas. E se nós respeitamos as religiões, por que teremos

vergonha do nosso vínculo histórico?", reflete Cucão. "Além deles (a mãe e os filhos-de-santo) estão muito bem arrumados, o que mais impressionou foi o cheiro de incenso pela avenida", recordou o memorialista sobre o Carnaval de 1988. Para Cucão e Mãe Gê, o candomblé é uma religião de todos. "O negro sabe a dor da exclusão, então ele não vai excluir os outros", destacou Cucão.

"Aqui, a gente abraça a todos, mas o respeito também é rigoroso a todos. Nunca podemos dizer:

'daqui desse portão para dentro você não entra'. Mas aqui dentro, exijo respeito. No candomblé, além do dom, tem que praticar, viver e se aprofundar, tendo aquela vivida e adquirida. Sou uma filha de Oxum, a deusa das águas doces, da fertilidade, do amor, da paz, da alegria. Peço para os orixás me darem paz e que eles olhem por todas as pessoas. Eu amo Matão, por isso peço a Deus e aos orixás que olhem por esta cidade", finalizou Mãe Geralda.

Enem abordou intolerância religiosa

Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), 8,6 milhões de pessoas se inscreveram para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2016, um instrumento do MEC para avaliar a qualidade do ensino no País. As provas do Enem têm um total de 180

questões objetivas e uma redação (uma das provas mais importantes, pois pode definir se o candidato terá uma boa nota final do exame). O primeiro tema da redação do Enem 2016 foi 'Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil' e trouxe como apoio um gráfico

da Secretaria de Direitos Humanos sobre denúncias de intolerância religiosa no Brasil. De acordo com o gráfico (retirado do jornal *Folha de S. Paulo*, de 27/06/2015), fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação. (J.R.)

A matriarca da família Galvão



Álbum de família. Anayr Galvão (centro) entre seus seis filhos, tendo ainda 20 netos e 21 bisnetos

I Natali Galvão

Minha avó Anayr Marcondes Galvão, atualmente com 88 anos, mora em Matão há 81 anos. Reside em casa própria, na Vila Santa Cruz, com dois filhos, uma nora e uma neta. Tem seis filhos, 20 netos e 21 bisnetos (o 22º está a caminho). É extremamente ativa: acorda cedo, reza o terço, faz chá, cuida das plantas, lava roupas, faz almoço, sai para fazer compras, administra sua pensão (pequeno hotel), trabalha no Restaurante À Moda Mo, entre outras atividades.

Sua história começa em 18 de outubro de 1928, quando nasceu em uma fazenda pertencente ao município de Araraquara, onde seus pais, Maria Ferreira e

Belmiro Marcondes, moravam e trabalhavam. Com a morte de seu pai, em 1935, mudou-se para a Fazenda Boa Vista (A Fazenda dos Ingleses, em Matão), junto com suas irmãs Noêmia e Iracema, e sua mãe grávida de seu irmão Valter. No local, residiam e trabalhavam seus avós maternos, Giuseppina Octaviani e Cypriano Ferreira (que hoje denomina uma das principais vias daquele bairro).

Com apenas 7 anos, começou a trabalhar com sua mãe na lavoura porque tinha de ajudar no sustento da família. Devido à necessidade de trabalhar, frequentou a escola por apenas um ano, tempo suficiente para aprender a ler e escrever. Aos 12 anos, começou a trabalhar

no Hospital como passadeira, depois como enfermeira e em seguida assumiu a cozinha, aprendendo as primeiras lições de culinária com a Irmã Rúbica. Com 15 anos foi trabalhar como doméstica na casa da professora Irene de Camargo, cujo marido, o advogado José Correia Gomes, se encontrava muito doente e necessitava de cuidados; assim, passou a exercer também a função de enfermeira, pois já tinha experiência.

No dia 27 de janeiro de 1950, casou-se com Benedito Galvão, com quem teve os filhos José Ademir (Bibão), Luiz Gonzaga (Bonga), Francisco (Chicão), Belmiro (Milão), Roberto (Gim) e Patrícia (Tatá). Seu marido faleceu há 26 anos em Matão,



Em seu casamento. Com o marido Benedito Galvão

cidade onde também nasceu. Ele é o filho mais velho de Francisco Galvão e Benedita de Abreu Raposo (filha de Benedito Raposo, primeiro morador da Vila Santa Cruz, antigamente conhecida como Vila Raposo pelo fato das terras pertencerem a ele).

Trabalhou como doméstica e cozinheira em muitas casas de famílias, dentre elas a de Sylvio de Mattos Carvalho (patrono da Escola Técnica de Matão), Rino Malzoni e Walther Moreira Salles, quando esse último vinha com a família passar as férias na Fazenda Boa Vista. A 'Vó Anayr' trabalhou também, voluntariamente, para arrecadar recursos para a construção da

Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus; por causa disso, em 1962, recebeu a bênção apostólica e a indulgência plenária do Papa João XXIII.

Ela recebeu convite para trabalhar como cozinheira na Citrosumco, mas ao saber que sua contratação implicaria na demissão de uma funcionária, recusou o convite. Comovido com sua atitude, Horst Hapel, um dos 'cabeças' da empresa na época, convidou-a para trabalhar na casa dele, em Araraquara, e ela aceitou. Na cidade vizinha, também trabalhou na casa de Jurgen Glockner. Após seis anos trabalhando em Araraquara, decidiu abrir seu próprio

negócio em Matão, em 1979: a Rotisserie Marrom Glacê, na Vila Santa Cruz. Em 1981 abriu também o Restaurante Marrom Glacê, no Centro. Em 1986 abriu a Pousada dos Viajantes, na Vila Santa Cruz, em funcionamento até hoje.

Na Rotisserie e Restaurante Marrom Glacê, fez muitas feijoadas, tortas de frango, banana, maçã, Ceias de Natal, entre outros saborosos pratos. Vó Anayr recebeu dois títulos: o de Cidadã Matonense e o de Rainha da Melhor Idade. Atualmente, ela é a mais antiga integrante do bloco carnavalesco 'Os Onça', fundado em 2010 pela família Galvão.



Folã. Integrante mais antiga do bloco 'Os Onça'

Anexo O - Desafios da história local e cotidiana



1. **Genil Maria Albano e Chico Ribeiro se casaram em 1952.** Francisco José Ribeiro, hoje, é o nome de uma Rua no Residencial Maria Cândida.
2. **Militar.** Na década de 1940, Chico Ribeiro alistou-se e serviu o exército, mas não seguiu carreira.

I Julio Ribeiro

'Pretos distintos' foi uma expressão cunhada pela octogenária Maria Aparecida Sbrissa, a Didinha (80 anos), em entrevista para a série especial 'A História dos Negros em Matão', cujo 12º e último capítulo é publicado por **A Comarca**. Bisneta de escravos que moraram em São Carlos, a matonense Didinha Sbrissa nos contou que a avó materna, Josefina de Arruda, cedia o quintal de sua casa (na Rua Prudente de Moraes, Vila Santa Cruz) para reuniões de 'pretos distintos, homens de valor' que queriam fundar uma sociedade para os negros da cidade e, em especial, da vila. A 'Sociedade Matonense de Homens de Cor', precursora

da Sociedade Henrique Dias, foi oficialmente constituída em 13 de maio de 1948; sua ata de fundação traz uma relação de nomes de 'pretos distintos' que levantaram a bandeira do movimento negro à época.

Um dos nomes aludidos de memória por Didinha Sbrissa, no entanto, não consta no documento oficial – o do 'seu' Chico Ribeiro. Quem era ele? Francisco José Ribeiro (Chico Ribeiro) nasceu em 12 de novembro de 1923 e cresceu no bairro de Toriba. "Ele era corintiano de coração. Na década de 1940, alistou-se e serviu o exército, pelo qual era um eterno apaixonado; nas suas histórias por conta deste período, sua grande frustração foi não ter seguido

carreira militar", nos relata a filha Marta Ribeiro (57 anos), moradora da Rua Coronel Leão Pio de Freitas (Bairro Alto). Chico Ribeiro era também conhecido por ser um ferroviário. No dia 16 de setembro de 1950, ele foi admitido na antiga EFA - Estrada de Ferro Araraquara.

Em 14 de junho de 1952, Francisco José Ribeiro se casou com Genil Maria Albano Ribeiro; desta união nasceram seis filhos: Maria Helena, Silvia, Marta, Adriana, Eliani e o menino Erlei. "Meu pai era um homem íntegro, muito devoto e amado por todos", argumenta a filha Marta. "Aposentou-se da Estrada de Ferro Araraquara em 31 de março de 1979. Faleceu em 13 de maio de 1998 e, em 11 de

abril de 2001, foi homenageado, tendo seu nome perpetuado em uma rua no Residencial Maria Cândida", conclui ela, em uma síntese de um, entre muitos – homens e mulheres, jovens e adultos, negros e brancos – distintos que colaboraram com a história de luta pelos direitos sociais dos negros em Matão. Para a Família Ribeiro, em especial, era o pai.

O trabalho de memorialista será, portanto, o de reconstruir a bela complexidade humana das memórias que lhe são confiadas. Como desafios estarão também os enfrentamentos acerca de gêneros, gerações e interreligiosidades (ou seja, o diálogo respeitoso entre distintas religiões). Reconstruir, pois, tempos, espaços, saberes e sentimentos

que não eram seus e que, paulatina e maravilhosamente, lhes são apropriados. De quem ouve e escreve uma memória, o sensível e o inteligível precisam estar livres de preconceitos e discriminações. Percebeu-se, comprovadamente, que os negros estão no município de Matão desde o final do Século 19, concomitantemente às leis abolicionistas daquela época.

Com o fim do tráfico negro internacional, a vinda de escravos para a Região Central do Estado de São Paulo se relaciona com a comercialização em território nacional de negros para as lavouras cafeeiras paulistas. Se já existiam muitas fazendas formadas até o antigo 'Matão', depois havia também um grande sério a ser descoberto. Terras ainda

devolutas, possessões, sesmarias. Tanto no campo como na cidade que se formava, o negro aqui estava; apesar da invisibilidade que lhe imputaram nas páginas históricas que se seguiram até então. Resgatar memórias familiares de negros matonenses é fazer a justa reparação histórica, quiçá, social. Assim foi desafiada esta série especial de reportagens, ao tentar mostrar um caminho possível de se contar e de se fazer a História Local e do Cotidiano.

Há a esperança da emancipação e da solidariedade entre todos.

Julio Cesar Ribeiro da Silva é educador, graduado em História, Letras e Pedagogia, com pós-graduação em Didática.

Projeto Negritude, 30 anos

I Por Sérgio 'Sabará' Figueira

Organizado em 1986 por Elio Floriano, Sérgio 'Sabará' Figueira e Salvador Scutti Júnior (Dudi), o Projeto Negritude difunde a cultura de forma geral e a trajetória dos negros no Brasil, bem como a sua importância na construção da raça e do povo brasileiro e da América Latina.

Nos seus 30 anos, o Projeto Negritude avança na luta pela igualdade racial e realiza palestras sobre conscientização em escolas, empresas e centros culturais, além de realizar um trabalho junto a empresários visando a contratação de funcionários negros. Outra bandeira do projeto é a Anemia Falciforme (conjunto de distúrbios que causam a deformação e destruição dos glóbulos vermelhos).

O primeiro evento do Projeto Negritude foi uma apresentação musical que falava sobre a América Latina, com a participação de vários artistas matonenses, dentre eles o maestro Luiz Piquera, o publicitário Célio Gardini, as professoras Paula



Missão. Desde 1986, o Projeto Negritude promove palestras e manifestações artísticas em Matão para difundir a história e a cultura dos negros no Brasil

Cavichioli Galvão, Tânia Cosci e Paula Machado, o Humberto Apoloni e outras pessoas queridas como o artista plástico Pedrão Borracha e o professor José Carlos Torchio.

Não vamos acreditar no preconceito, e sim na falta de informação, mais conhecida como ignorância. Vamos à resistência enquanto raça formadora da população brasileira.

Fomos tratados como coisa, e não há precedentes na história da humanidade com relação ao que foi feito com os negros no Brasil. Essa coisa nojenta tem que ser repudiada. Sem querer

muito, só estamos clamando pelos nossos direitos. Queremos avançar enquanto sociedade, para crescermos na igualdade.

A África é o local de origem da humanidade, e muitas vezes

as pessoas desprezam a história e a cultura do negro. O Projeto Negritude busca e buscará sempre levar o conhecimento sobre a História do Negro para todos, sempre!



Anexo P - Reportagem sobre a Vila Santa Cruz, Jornal "A Comarca"

Eliziana Souto

A Vila Santa Cruz é um dos bairros mais antigos da cidade. Em sua formação, o número de famílias era pequeno, os que ali habitavam eram parentes entre si ou eram "cunhados". Na ocasião, o bairro era conhecido como Vila Raposa e ganhou popularidade em razão da presença de uma zona de meretrício, sendo "Dona Clotilde" uma das mulheres mais conhecidas, embora respeitadas como as famílias do bairro. Com o passar dos anos, a "casa de tolerância" foi extinta e o local passou a se chamar Vila Santa Raposa e, sem que os moradores soubessem a razão, aconteceu Vila Santa Cruz do dia para a noite.

Cláudio Hermida de Arruda, mestre de obras e músico, reside na Avenida Santa Cruz. Ele nasceu em 1938 e há 64 anos mora no mesmo bairro. "Atendimento as famílias eram mais unidas, umas frequentavam as casas das outras. Com o advento da televisão, isso não ocorreu mais. Os fatores sociais como um todo também acabaram influenciando nessa distância, mas tenho saudade desse tempo", ele conta que a Igreja de Santa Cruz ficava na Rua José Bonifácio, esquina com Avenida Santa Cruz. "O Pedro Berrava era o responsável pelo budar do sino, avisando o horário das missas, dos casamentos e dos funerais. Anos mais tarde, essa pequena igreja deixou de existir dando lugar à Paróquia de Santa Cruz, com uma nova arquitetura, construída no Jardim Bascardi, reunindo féis daquele bairro, da Vila Santa Cruz e adja-



Cláudio Hermida de Arruda, histórias engraçadas.

cências", conta.

O bairro foi obtendo algumas conquistas, como a infra-estrutura implantada pelo prefeito Newton Caviano e o asfaltamento da Rua José Artimonte, conhecida no passado como "Estrada Brasileira". Ali foi construída a primeira Igreja Evangélica do município – a Igreja da Congregação Cristã do Brasil. Outro prédio de destaque na "Vila" é a "Capela de São João" – no mês junho, toda a comunidade se reúne para os terços de Santo Antônio, São João e São Pedro. "No passado, o Dia de São João era sagrado e o 'fogueiro' era tanto que acordava toda a cidade", lembra Cláudio.

Dentre as particularidades, onde hoje é a Praça "Laurentino Gabriel" era um campo de futebol. "Naquele tempo nossa distração era assistir o 'Santa Cruz Tacilão Futebol Clube' jogar. Octacílio David foi um dos personagens mais marcantes, não só do nosso bairro mas também da cidade. Dentre as histórias do bairro, uma delas trata do assédio a um aparelho radifônico, numa determinada ocasião, o 'Nin Gardim' comprou seu primeiro rádio. Foi uma verdadeira festa, porque só ele tinha o aparelho; então todo mundo ia para casa dele ouvir os programas, dentre eles, 'O Anjo' e 'Jerônimo' eram os mais apreciados", relata Cláudio.

Casado com Maria Terezinha Zanardi de Arruda, pai de três filhas e avô de três netos, Cláudio lembra com saudade do dia de seu casamento (9 de julho de 1956). "Ao chegar em casa, achei tudo muito quieto. Pensei comigo: isso é velório ou casamento? Mas quando abri a porta, azeitei, pois a Banda 'Saudades de Matão' – da qual fui um dos músicos fundadores, tocando trombone – nos aguardava. Como presente de casamento, os músicos tocaram o dobrado 'Dons Corações'. Essa cena jamais esqueço", conta.

Ele e sua família afirmam que adoram o bairro onde residem, mas ressaltam que a alteração no horário da coleta de lixo, que antes era diária, gerou pequenos desconfortos. "Acreditamos que a Vila Santa Cruz nos oferece uma vida tranquila. Precisamos apenas de um supermercado no bairro e um maior zelo na Praça 'Laurentino Gabriel', porque em duas vezes destruíram a imagem da Virgem, instalada na parte central da praça", salienta.

'MESTRE TACILÃO': DO FUTEBOL AO SAMBA
Octacílio David e sua esposa Francisca desembarcaram de trem para alistar a cidade como terra natal em 1942. Uma de suas filhas, Aparecida David, a "Tutu", tinha na ocasião dois anos. Desde então, "Tacilão" (como era chamado) se transformou num dos personagens mais marcantes da cidade.

Remexendo em seus arquivos pessoais, Tutu encontrou várias fotografias de seu pai. Ela conta que, dentre tantas façanhas, "Tacilão" era uma pessoa muito preocupada com as famílias mais carentes e sempre procurou aju-



Tutu: "Meu pai tinha amizade com todo mundo".

dar. "Meu pai foi comerciante, precizeiro, taxista, vereador (1938-1983), dono da Auto Escola Matão – hoje de nossa família, irmão de quarenta e sete outros filhos, mas foi como sambista e coordenador da Escola de Samba 'União da Vila Santa Cruz' que ele realizou. Um dos fundadores, escola foi o professor Darcy de Vedove, mas quem coordenava, meu pai e minha irmã Maria David dos Santos – falecida em 1990. Eles ficaram à frente da escola por anos seguidos e também dirigiram o Grêmio Recreativo 'Henrique Dias', que inicialmente era destinado à Comunidade Negra, mas anos depois passou a receber pessoas de todas as raças e bairros. O terreno para a construção do clube foi doado pelo José Gimeez, quando foi prefeito pela primeira vez, mas em meados da década de 90 o 'Henrique Dias' não funcionou mais", conta.

"Tacilão" era pai de quatro mulheres e um homem – Carmo David, o "Baião". "Meu irmão jogou no São Lourenço Futebol Clube, na Matonense, na Ferroviária e no São Paulo, chegou a ser convocado para a Seleção Brasileira e deu muito orgulho ao meu pai, que tinha amizade com todo mundo, desde os mais pobres até o alto escalão da política estadual, como Lauro Natal, Paulo Maluf, entre outros. Ele gostava de festa, de alegria, de carnaval. Faleceu em 11 de novembro de 1999, deixando uma história de vida. Com certeza, foi o carnavaleiro mais querido da cidade", afirma.

Tutu mora com os familiares na Rua João Pessoa e diz que o bairro oferece tudo que ela e os seus precisam. "Sou muito feliz aqui porque minha raiz está fincada na Vila Santa Cruz", conclui.

BLOCO DO JUVENAL

Dentre os moradores mais antigos do bairro está Laudelina Rodrigues dos Santos, conhecida como Dona Malvina (nome de batismo dado por sua mãe). Ela mora na Vila Santa Cruz há 76 anos. Em sua juventude trabalhou como faxineira, doméstica, lavadeira e passadeira em várias casas de família da cidade. "Na casa do Dr. Sylvio de Mattos Camargo trabalhei 25 anos. Aprendi a ler e escrever e frequentei a escola graças a dona Inez da Silva Coelho", conta ela.

Mavela ficou realmente conhecida como Dona Malvina ao de trabalhar como ajudante de cozinheira, na ocasião da formatura de Jayme Gimeez a professor. "Como não havia ninguém cozinhar na festa, a Dona Maria – sua mãe – me chamou. Eu com muito medo, mas graças a Deus saiu tudo certo e fui cozinhar para várias famílias matonenses. No passado não tinha buffet, então as cozinheiras eram contratadas. No casamento da professora Leyle Gorgatti com o Arlindo Zarbin, eu também fui responsável", revela.

Durante 40 anos, Dona Malvina – contando sempre a ajuda de seu marido Juvenal dos Santos – prestou serviços de faxina, aniversários, casamentos, etc. Seu marido também foi muito conhecido na cidade, pois além de trabalhar como ajudante a esposa, Juvenal – carinhosamente chamado de "Ju" – foi integrante da Banda "Saudades de Matão". Era o



Dona Malvina, preta e branca.

RESTAURANTE PAULISTA

COMIDA POR KILO

- SELF-SERVICE
- MARMITEX

A MELHOR COMIDA DA CIDADE

284-2644 Rua Rui Barbosa, 1.811 - Santa Cruz

Anexo Q - Membros da comunidade negra querem reerguer a Sociedade Matonense Henrique Dias

Membros da comunidade negra querem reerguer a Sociedade Matonense Henrique Dias
Objetivo é construir o Centro de Tradições da Cultura Negra de Matão no mesmo local

Postado por [Natali Galvão](#) |
[sexta, 26 de janeiro de 2024 | 14:18 hs](#)



Envolvimento. Representantes da comunidade negra se reuniram no último dia 20 para debater sobre o resgate.

Foto: Natali Galvão

Membros da comunidade negra local querem construir o Centro de Tradições da Cultura Negra de Matão no mesmo terreno que abrigou o Clube Henrique Dias, localizado na Rua João Pessoa, nº 1.765 (Vila Santa Cruz). Para isso desejam solucionar um conflito que tramita na Justiça há cerca de sete anos e que ainda pode demorar muitos anos para ser resolvido.

Para agilizar o processo, cerca de 20 representantes da comunidade negra se reuniram no último dia 20 de janeiro e optaram por intermediar uma tentativa de conciliação entre as partes envolvidas no conflito: a Prefeitura, proprietária do terreno, e o Centro de Atividades de Referência Afro-Brasileira Henrique Dias (Carab), que tem a posse do local.

“Temos a palavra empenhada do prefeito Cido Ferrari de que o imóvel será utilizado para a construção do Centro de Tradições da Cultura Negra de Matão”, afirma o advogado e vereador Paulo Augusto Bernardi, que auxilia os integrantes da comunidade negra no objetivo de reerguer a Sociedade Matonense Henrique Dias, fundada há 75 anos.

Consta em ata que no dia treze de maio de 1948, na residência de Caetano Celestino do Nascimento (Avenida Cairbar Schutel, nº 254, Vila Santa Cruz), um grupo de oito pessoas cogitou fundar uma sociedade para pessoas negras, levando em consideração o fato de existir em Matão um grande número de negros que, na falta de um clube para se reunirem, “vivem completamente isolados e muitos até sem cultura, à mercê da sorte”.

Assinaram a ata de fundação: Gentil Celestino do Nascimento, Otavio Barbosa da Silva, Juvenal dos Santos, Octacílio David, Benedito Pereira, Guerino Ribeiro, Benedito de Paula e Cleophas Guimarães. Nascia assim a Sociedade Matonense dos Homens de ‘Côr’ (grafia usada na época), que em 1949 teve o nome alterado para Sociedade Matonense Henrique Dias.

A Lei nº 418, de 5 de abril de 1965, revela que a Prefeitura de Matão doou o terreno na Rua João Pessoa para a Sociedade Matonense Henrique Dias construir a sede do clube. E a ‘Escritura de Doação Pura e Simples’, datada de 1º de julho de 1985, mostra que a Sociedade Matonense Henrique Dias doou o imóvel de volta para a Prefeitura 20 anos depois.

“Após 18 anos, em 2003, a Prefeitura apresentou essa mesma escritura para registro, porém, o Cartório de Registro de Imóveis apontou algumas falhas, o que acabou impossibilitando o registro”, afirma Paulo Bernardi. Ele diz ainda que 14 anos depois, em 2017, a Prefeitura optou por ingressar com uma ação de usucapião.

“Desde então, o processo tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Matão. Além da necessidade de citar os antigos e atuais proprietários dos imóveis que fazem divisa com o terreno, houve uma contestação por parte do Carab, nome atual da Sociedade Matonense Henrique Dias”, explica o advogado e vereador.

Cientes desse processo, membros da comunidade negra decidiram marcar uma reunião com o representante legal do Carab para pedir a retirada da contestação. “O Carab alegou que usou o terreno e, portanto, não havia tempo para a Prefeitura usucapir o imóvel”, informa Paulo Bernardi.

“Depois que a Prefeitura tiver a propriedade plena do imóvel será necessário regularizar o estatuto social, eleger uma diretoria, agregar novos sócios e regularizar a entidade nos aspectos tributário, fiscal e contábil. Somente após essa regularização poderemos buscar recursos públicos para a construção do Centro de Tradições da Cultura Negra de Matão”, acrescenta o advogado e vereador.

RESGATE

Bisneta do fundador Octacílio David, Michele Fernanda Sabino Gubbiotti participou da reunião e falou sobre a importância de recuperar o local. “É interessante resgatar o mesmo espaço do Clube Henrique Dias porque é um lugar de memória; se a gente perdê-lo, a essência será perdida. Não faz sentido de que seja em outro lugar”, diz a professora, que está concluindo uma dissertação de mestrado sobre histórias de negros na Terra da Saudade.

“Temos que conhecer o passado para entender o presente e projetar o futuro. O Clube Henrique Dias foi uma realidade para nossos ancestrais e as pessoas precisam ter consciência da importância daquele espaço. Nessa luta, estamos resgatando a memória do passado, daquilo que os nossos ancestrais construíram. É um espaço da comunidade negra e não podemos deixá-lo inativo”, conclui João Bento (Cucão), historiador e ativista da comunidade negra de Matão.



Fonte: Natali Galvão - free lancer

Anexo R - Lei nº 5.619, de 07 de julho de 2022. Projeto de Lei nº 086/2022



PREFEITURA DE MATÃO
Palácio da Independência

LEI Nº 5.619, DE 07 DE JULHO DE 2022. PROJETO DE LEI Nº 086/2022

AUTORIA: VEREADOR PAULO AUGUSTO BERNARDI

Dispõe sobre a inclusão dos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras, na forma da Lei Federal 10.639/2003, no programa curricular das escolas públicas municipais e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam incluídos os conteúdos *relacionados à história e à cultura afro-brasileiras, na forma da Lei Federal 10.639/2003*, como programa curricular das Escolas Públicas Municipais.

Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Educação e Cultura a definição da metodologia de introdução dos conteúdos no currículo escolar e, se necessário, formar parcerias com entidades e pessoas dedicadas à história e cultura afro-brasileiras, para fins do cumprimento do tema no programa curricular.

Art. 3º O conteúdo programático a que se refere esta Lei incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Independência, aos 07 de julho de 2022.

APARECIDO FERRARI
Prefeito Municipal

Sábado, 1.º de Janeiro de 1949

DIÁRIO OFICIAL do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil)

Núm. 1 — Ano 59.º

partamento Federal de Segurança Pública.

Todos os documentos devem ser selados, por folha com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE ORGANIZAÇÃO, EMPRESA, COMPANHIA, ESTABELECIMENTO OU QUALQUER ENTIDADE QUE PROMOVA FILMAGEM DE FILMULAS CINEMATOGRAFICAS, COM ESTUDIOS

As organizações acima referidas, para a revalidação do alvará anual para funcionamento, deverão cumprir até o último dia do mês de fevereiro, as exigências das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f", constantes do pedido de alvará anual para funcionamento inicial.

DO PEDIDO DE ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE ORGANIZAÇÃO, EMPRESA, COMPANHIA, ESTABELECIMENTO OU QUALQUER ENTIDADE QUE PROMOVA FILMAGEM DE FILMULAS CINEMATOGRAFICAS, SEM ESTUDIO

As organizações acima referidas, para obter o alvará anual para funcionamento, deverão, fazer-o, por meio de requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, assinado pelo responsável, com firma reconhecida, acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros), (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948).

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE ORGANIZAÇÃO, EMPRESA, COMPANHIA, ESTABELECIMENTO OU QUALQUER ENTIDADE QUE PROMOVA FILMAGEM DE FILMULAS CINEMATOGRAFICAS, SEM ESTUDIO

As organizações acima referidas, para a revalidação do alvará anual para funcionamento, deverão solicitar-o até o último dia do mês de fevereiro, instruído com a prova de pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros) com firma reconhecida e obedecendo as exigências das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f", constantes do título anterior. Todos os documentos devem ser selados, por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES DE DIVERSÕES, ATRAÇÕES E QUALQUER OUTRAS DE CARÁTER RECREATIVO, AMBULANTE

Os parques de diversões, pavilhões, tiro ao alvo, cinemas e outros estabelecimentos ambulantes de diversões ou atrações, para iniciarem suas atividades no Estado, deverão requerer, previamente nos termos desta Portaria a vistoria policial.

Satisfeita essa formalidade e deferida que seja a vistoria, deverá requerer alvará anual para funcionamento inicial, da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento, assinado pelo responsável, com firma reconhecida, acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento na importância de Cr\$ 300.00 (trezentos cruzeiros), (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948);
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- prova de pagamento do imposto sindical;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- relação discriminativa dos artistas e auxiliares de diversões sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES DE DIVERSÕES, ATRAÇÕES E QUALQUER OUTRAS DE CARÁTER RECREATIVO, AMBULANTE

As organizações acima referidas, para continuarem exercendo suas atividades no Estado, deverão requerer a revalidação do alvará anual até o último dia do mês de fevereiro, cumprindo as exigências constantes das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do título anterior.

Todos os documentos devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DO PEDIDO INICIAL PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES QUE MINISTREM AULAS PRÁTICAS DE DANÇAS

As empresas ou organizações que se constituírem para ministrar aulas práticas de danças, deverão folhetar alvará anual para funcionamento inicial da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 300.00 (trezentos cruzeiros), (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948);
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;
- prova de pagamento do imposto sindical;
- relação discriminativa dos auxiliares sujeitos a registro na Divisão;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro.

Do requerimento, solicitando alvará anual, deve constar, sempre, o domicílio do responsável.

Todos os documentos devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES QUE MINISTREM AULAS PRÁTICAS DE DANÇAS

A revalidação do alvará anual para funcionamento de empresas ou organizações que ministrem aulas práticas de danças, deverá ser feita até o último dia do mês de fevereiro, obedecendo as formalidades constantes das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do título anterior.

Todos os documentos devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DO PEDIDO DE ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO DE CABARÉ, "BOITE", "GRILL-ROOM", "EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO QUE PROMOVA CHÁS OU JANTARES DANCANTES OU COM NÚMERO DE VARIEDADES; BAR RESTAURANTE, CONFETARIA, CASA DE CHÁ E OUTROS ESTABELECIMENTOS SIMILARES DANCANTES OU COM NÚMERO DE VARIEDADES

As organizações acima referidas, para obterem alvará anual para funcionamento inicial, deverão proceder da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento inicial, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento na importância de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) se o estabelecimento funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e de Cr\$ 300.00 (trezentos cruzeiros) nas demais cidades do interior;
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- relação discriminativa dos artistas e auxiliares de diversões sujeitos a registro na Divisão.

g) — prova de pagamento do imposto anual;

h) — relação discriminativa dos auxiliares sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO DE CABARÉ, "BOITE", "GRILL-ROOM", EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO QUE PROMOVA CHÁS OU JANTARES DANCANTES OU COM NÚMERO DE VARIEDADES; BAR RESTAURANTE, CONFETARIA, CASA DE CHÁ E OUTROS ESTABELECIMENTOS SIMILARES DANCANTES OU COM NÚMERO DE VARIEDADES

A revalidação do alvará anual para funcionamento dos estabelecimentos acima mencionados, deverá ser solicitada ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, até o último dia do mês de fevereiro, obedecendo as formalidades constantes das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do título anterior.

Todos os documentos devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

Do alvará anual para funcionamento de bar, lanchonete, sorveteria, casa de chá, restaurante, confetaria e outros estabelecimentos similares que tenham orquestra ou música mecânica, vitrola com ou sem inserção de moedas; estabelecimentos comerciais que mantenham jogos de bilhar, "snooker", dama, dominó, "boliche", "lanier", xadrez e outros quaisquer jogos permitidos; organização, empresa, estabelecimento que abastecer os manuais de jogos de habilidade, atração, recreação ou de demonstração de força; outros similares; empresa ou qualquer outra entidade que explore barcos para passeio a título de recreação

As entidades acima enumeradas, para iniciarem suas atividades, deverão requerer alvará anual para funcionamento, até o último dia do mês de fevereiro, da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros) se o estabelecimento funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto, e de Cr\$ 50.00 (cinquenta cruzeiros) se funcionar nas demais cidades do interior, (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948);
- atestados de antecedentes criminais, para fins de direito, dos responsáveis se o estabelecimento funcionar na Capital ou atestado de boa conduta, se funcionar no interior;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- prova de pagamento do imposto sindical;
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- prova de registro no Departamento de Exportações, somente para piscinas;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- prova de pagamento do imposto anual;
- certificado de vistoria Municipal.

Em casos especiais e a juízo do Diretor da Divisão de Diversões Públicas, poderá ser exigida folha-corrida, para fins de direito, dos responsáveis, em substituição ao atestado de antecedentes; vistoria ou verificação para funcionamento dos estabelecimentos mencionados neste título, bem como, dispensada a prova de organização comercial, se o estabelecimento funcionar na Capital ou atestado de boa conduta, se funcionar no interior.

Todos os documentos devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

Do alvará anual para funcionamento inicial de Rincos de Patinação

As empresas ou organizações que se constituírem para explorar rincos de patinação, deverão por meio de requerimento, solicitar alvará anual para funcionamento inicial, instruído com o pedido com a seguinte documentação:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento inicial, assinado pelo responsável e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros);
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- relação discriminativa dos artistas e auxiliares de diversões sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES DE DIVERSÕES, ATRAÇÕES E QUALQUER OUTRAS DE CARÁTER RECREATIVO, AMBULANTE

As organizações acima referidas, para obterem alvará anual para funcionamento inicial, deverão proceder da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento inicial, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) se o estabelecimento funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e de Cr\$ 300.00 (trezentos cruzeiros) nas demais cidades do interior;
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- relação discriminativa dos artistas e auxiliares de diversões sujeitos a registro na Divisão.

o estabelecimento funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e de Cr\$ 50.00 (cinquenta cruzeiros) nas demais cidades do interior, (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948);

b) — prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);

c) — atestado de antecedentes, para fins de direito, se o estabelecimento funcionar na Capital ou atestado de boa conduta, se funcionar no interior;

d) — certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;

e) — certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;

f) — prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;

g) — prova de pagamento do imposto anual;

h) — relação discriminativa dos auxiliares sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos, devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO DE RINGUE DE PATINAÇÃO

A revalidação do alvará anual para funcionamento de ringue de patinação, deverá ser solicitada ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, até o último dia do mês de fevereiro, obedecendo as formalidades constantes das letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do título anterior.

Todos os documentos, devem ser selados por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

Do alvará anual para funcionamento inicial de Empresa, Organização ou qualquer outra Entidade que explore barcos para passeio a título de recreação, ou que mantenham piscinas públicas

As entidades acima mencionadas, para exercerem suas atividades, deverão requerer ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, até o último dia do mês de fevereiro, da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros) se funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto, e de Cr\$ 50.00 (cinquenta cruzeiros) se funcionar nas demais cidades do interior, (Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948);
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- prova de registro no Departamento de Exportações, somente para piscinas;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- prova de pagamento do imposto anual;
- certificado de vistoria Municipal.

Em casos especiais e a juízo do Diretor da Divisão de Diversões Públicas, poderá ser exigida vistoria ou verificação para funcionamento das entidades mencionadas neste título, bem como, dispensada a prova de organização comercial, se o estabelecimento funcionar na Capital ou atestado de boa conduta, se funcionar no interior.

Todos os documentos, devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO INICIAL DE EMPRESAS OU ORGANIZAÇÕES DE DIVERSÕES, ATRAÇÕES E QUALQUER OUTRAS DE CARÁTER RECREATIVO, AMBULANTE

As organizações acima referidas, para obterem alvará anual para funcionamento inicial, deverão proceder da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento inicial, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido pelo requerimento, na importância de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) se o estabelecimento funcionar na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto e de Cr\$ 300.00 (trezentos cruzeiros) nas demais cidades do interior;
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- folha-corrida, para fins de direito, do responsável;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- certificados de vistorias Municipais (segurança do prédio), Higiene e do Corpo de Bombeiros, onde houver;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- relação discriminativa dos artistas e auxiliares de diversões sujeitos a registro na Divisão.

tadual e inutilizadas na forma da lei.

VISTORIA PREVIA ISENTA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO DO SELO, POR VERBA

Dependerá de vistoria prévia policial, para autorização do funcionamento, independente do pagamento do imposto do selo, por verba, circos, teatros, salões de festas de associações nitidamente estudantis, literárias, culturais, artísticas e de funcionários públicos federais, estaduais e municipais e de militares, cujo pedido deve ser feito, na Capital, a Divisão de Diversões Públicas, em Santos, a sua Seção e nas demais cidades do interior, aos delegados de Polícia, por meio de requerimento assinado pelo responsável, selado com Cr\$ 5.00 (cinco cruzeiros) em estampilhas estaduais e com firma reconhecida.

Do Alvará anual para funcionamento inicial de teatro

Satisfeita a formalidade constante do título anterior, deverá o interessado requerer alvará anual para funcionamento inicial, legalizando-o no seu pedido, se o teatro funcionar sob sua responsabilidade ou de terceiros.

O pedido deverá ser dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, selado com Cr\$ 5.00 (cinco cruzeiros) em estampilhas estaduais, assinado pelo responsável, com firma reconhecida e acompanhado dos certificados de vistorias: Municipal (segurança do prédio), Higiene e Corpo de Bombeiros; Certificado de vistoria policial fornecido pela autoridade que a procedeu; prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado, ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro; prova de pagamento do imposto anual; atestado de antecedentes, para fins de direito, do responsável, se o estabelecimento funcionar na Capital ou atestado de boa conduta, se funcionar no interior;

prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente), quando se tratar de empresa teatral, bem como, de relação dos auxiliares sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos devem ser selados, por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

DA REVALIDAÇÃO DO ALVARÁ ANUAL PARA FUNCIONAMENTO DE TEATRO

O pedido de revalidação de alvará anual para funcionamento de teatro, deverá ser feito até o último dia do mês de fevereiro, por meio de requerimento regular dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, e acompanhado da documentação acima relacionada e referente a teatro, com exclusão dos seguintes documentos: certificado de vistoria policial; prova de quitação com o serviço militar ou permanência legal no país e de organização comercial.

Todos os documentos devem ser selados, por folha, com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros) em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

Do pedido de alvará anual para funcionamento inicial de circo

Satisfeita a formalidade constante do título anterior, o responsável pelo funcionamento do circo, deverá solicitar, em continuação, alvará anual para funcionamento inicial, da seguinte forma:

- requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, solicitando alvará anual para funcionamento inicial, assinado pelo responsável, selado com Cr\$ 5.00 (cinco cruzeiros) em estampilhas estaduais;
- prova de organização comercial (certidão de registro na Junta Comercial ou em cartório competente);
- prova de pagamento do imposto anual;
- atestado de antecedentes criminais, para fins de direito, do responsável, se o circo funcionar na Capital ou atestado de boa conduta se funcionar no interior;
- prova de quitação com o serviço militar, se brasileiro nato ou naturalizado ou prova de permanência legal no país, se estrangeiro;
- certificado de vistoria ou verificação, fornecido pela autoridade policial que a procedeu;
- relação discriminativa de todos artistas e auxiliares sujeitos a registro na Divisão.

Todos os documentos, devem ser selados com Cr\$ 2.00 (dois cruzeiros), por folha, em estampilhas estaduais e inutilizadas na forma da lei.

Da revalidação do alvará anual para funcionamento de circo

A revalidação do alvará anual para funcionamento de circo,

Sábado, 1.º de Janeiro de 1949

DIÁRIO OFICIAL
do Estado de São Paulo (R. B. do Brasil)

Núm. 1 — Ano 50.º

Qual categoria e na mesma ci-

A falta de cumprimento de qualquer dispositivo referente aos filmes de longa metragem, será punida pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas com a penalidade de proibir na cidade lei.

Os filmes nacionais que estiverem em processo de censura, não serão considerados de "boa qualidade", para o efeito do disposto no art. 24 do aludido decreto, salvo se essa propaganda for de interesse nacional, a julgar do Serviço de Censura de Diversões Públicas.

O filme nacional que for incluído em processo de censura, não poderá ser exibido no mesmo dia, em mais de um cinema, na mesma cidade, desde que, independentemente do filme, conste do programa outro filme nacional nas condições previstas na obrigatoriedade.

DGS PROGRAMAS

Dependendo de aprovação previa, os programas de espetáculos teatrais, circenses, cinematográficos, de audição, bailes, cantos, recitações, e de variedades, na Capital pela Divisão de Diversões Públicas em Santos pela sua Seção e nas demais cidades do interior pelas respectivas delegacias de Polícia.

O programa deve ser impresso ou datilografado e apresentado pelo responsável, com antecedência mínima de 24 horas, para a competente aprovação.

O programa deve ser feito em 4 vias, sendo a primeira arquivada em Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) em estampilhas autuais.

É permitida a aprovação de programas por várias dias seguidos, não excedendo, porém, a 7, desde que tal programa não seja de qualquer natureza alterado.

A Divisão de Diversões Públicas, a sua seção em Santos e as delegacias de Polícia não aprovam o programa de qualquer audição musical, representações artísticas ou teatrais, cinematográficas, circenses, de variedades, de execução musical e de outras funções, onde haja a utilização de produção intelectual ou outras, desde que os mesmos venham acompanhados, cada vez da autorização do autor ou pessoa subrogada nos direitos dele.

A apresentação de certificado de censura cinematográfica não dispensa a autorização do autor ou pessoa subrogada nos direitos dele.

Quando se tratar de programa cinematográfico, a terceira via do mesmo, aprovada ou não, deve ser encaminhada, mensalmente, a esta Divisão, a fim de ser remetida ao Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal n.º 4.064, de 29 de janeiro de cumprimento do disposto no art. 2.º do artigo 1.º do decreto lei federal n.º 4.064, de 29 de janeiro de 1942.

Os programas referentes a espetáculos cinematográficos não poderão ser aprovados desde que haja no mesmo um filme cujo conteúdo nacional de boa qualidade.

DA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS PARA JOGOS

Cabendo à Divisão de Diversões Públicas, por força de lei, a expedição de alvarás para toda e qualquer diversão ou recreio, e, portanto, para jogo lícito, visto que, jogo lícito, em espécie, é recreio, alia previsto anteriormente, na Portaria Policial n.º 44 de 19 de dezembro de 1940, não podendo, portanto, ser confundido com jogos proibidos por lei, e sendo permitida a prática de jogo lícito, em associações, clubes ou sociedades recreativas, parques de diversões e outras entidades semelhantes, e, competindo à Divisão de Diversões Públicas, elevar o nível moral das diversões ou recreações em geral, reprimindo ou proibindo na que sejam prejudiciais, determina o seguinte, no tocante a jogos:

A prática de jogos lícitos, em associações, organizações ou sociedades recreativas e outras que, também, tenham finalidade recreativa, e uma vez que, a situação das mesmas seja regular perante a Divisão de Diversões Públicas, isto é, que possuam alvará atual, expedido pela Divisão e, também, alvarás angulares para bailes, festivais literários ou artísticos e outros entretenimentos, referentes ao exercício de 1948.

As entidades interessadas em obter esses alvarás, ficam obrigadas por ocasião do pedido do primeiro alvará mensal, apresentarem relação completa dos sócios, com nome, idade, profissão e residência, devendo, assim, procederem de seis em seis meses.

As associações seculares, Círculos, deverão encaminhar essas

relações à Divisão de Diversões Públicas, em Santos, e sua Seção e nas demais cidades do interior, às respectivas delegacias de Polícia, para efeito de controle e fiscalização.

Para a expedição dos respectivos alvarás, é necessário que as associações tenham sede social adequada, previamente autorizada, na Capital pela Divisão de Diversões Públicas, em Santos pela sua Seção e nas demais cidades do interior, pela delegacia de Polícia; para esse fim, as mesmas deverão solicitar vistoria prévia ou vistoriação, por meio de requerimento regular, acompanhado de prova do pagamento do imposto do selo, por verba, devido na importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), nos termos da Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948, de aplicação de outras penalidades, na forma da lei, por parte desta Divisão e de outras autoridades competentes.

Os jogos cuja prática seja permitida, são aqueles não classificados na categoria de jogos de azar e nos quais não intervenham, banalmente, os jogadores.

Não será tolerado a cobrança do chamado "barato", como, também, de qualquer outra modalidade de proventos, assim como, de rendimentos ou elementos extras ao quadro social, permitindo-se, somente, a prática desportiva, pelos sócios, no mesmo gozo de seus direitos.

O funcionamento de jogos terá início às 20 horas, com término às 2 horas do dia seguinte.

As inobservâncias destas determinações, implicam na cassação do respectivo alvará, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades, na forma da lei, por parte desta Divisão e de outras autoridades competentes.

Os parques de diversões, feiras e quermesses que mantenham abertas para jogos de habilidade, não poderão pagar em dinheiro, os prêmios ganhos, sob pena de cassação do respectivo alvará, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades, na forma da lei, por parte desta Divisão e de outras autoridades competentes.

O Registro de Artistas, Empregados e Auxiliares de Diversões, por força de lei, os artistas, empregados e auxiliares de diversões, a referida nesta Portaria, estão sujeitos ao registro nesta Divisão, para exercerem suas atividades profissionais.

Quando se tratar de artista, além da documentação exigida abaixo para o necessário registro, o mesmo deve apresentar prova de pagamento do imposto do selo, por verba, devido, na importância de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), à vista do disposto estatuta na Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948, e quando se tratar de empresário de diversões, o mesmo deverá comprovar sua situação regular perante a Divisão.

O registro deve ser solicitado pelo interessado, por meio de requerimento dirigido ao Diretor da Divisão de Diversões Públicas, arquivado com Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) em estampilhas autuais, com firma reconhecida e acompanhado da seguinte documentação:

a) — atestado de boa conduta, expedido pela delegacia de Polícia, ou de antecedentes criminais, para fins de direito, quando na Capital;

b) — carteira profissional do Ministério do Trabalho;

c) — prova de permanência legal no país, quando estrangeiro;

d) — cinco fotografias, de frente e sem chapéu, tamanho 3 x 4;

e) — prova de quitação militar, quando for o caso;

f) — no caso de se tratar de baile, de salão, deve juntar, também, atestado de saúde, devendo o mesmo, ser revalidado em cada período de seis em seis meses.

Os pedidos de registro de artistas, empregados ou auxiliares de diversões, domiciliados no interior, deverão ser encaminhados à Divisão de Diversões Públicas, por intermédio da autoridade policial local.

Do Horário

Os cabarets, dançantes, "boîtes", "grill-room", "taxi-dances" e outros estabelecimentos de diversões semelhantes, não poderão ter funcionamento, além das 4 horas da tarde seguinte, ficando, entretanto, o horário de início de sua atividade, a critério do Diretor da Divisão de Diversões Públicas.

As empresas ou organizações que ministrem aulas práticas de dança, poderão funcionar até as 24 horas.

As vespertinas dançantes promovidas por empresas, organizações ou

qualquer entidades que promovam ou explorem bailes públicos, não poderão, no entanto, ultrapassar das 19 horas.

Os cinemas, teatros, circos ou pavilhões, poderão iniciar suas atividades às 10 horas, com término às 4 horas do dia seguinte, desde que tenham programa aprovado e estejam na posse do respectivo alvará.

Os parques de diversões, quermesses, riques de patinação tiro ao alvo e estabelecimentos comerciais que mantenham jogos de dama, bolha, dominó, xadrez, "tauletes" e outras pernilheiras, inclusive orquestra ou música mecânica, poderão, com ou sem ingresso, e nos dias, poderão funcionar até a 1 hora do dia seguinte, salvo com autorização, em casos especiais, e que poderão ir além desta hora.

Os estabelecimentos comerciais que mantenham jogos de bilharia, poderão ter funcionamento diurno.

Os bailes poderão ter início às 20 horas, com término às 4 horas do dia seguinte, com exceção dos bailes carnavalescos, que terão início às 24 horas, não podendo, também, ultrapassar das 4 horas.

O horário para funcionamento de outras diversões não especificadas fica a critério do Diretor da Divisão.

DA OBRIGAÇÃO

A Seção da Divisão de Diversões Públicas em Santos, e as demais delegacias de Polícia no interior, deverão remeter anualmente, relação completa dos cinemas que exibiram filmes nacionais de longa metragem e de curta duração, cumprimento do disposto no art. 25 do decreto federal n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1944, inciso III, parágrafo 2.º, bem como, de que deixaram de cumprir esse dispositivo legal, assim de que, nítidos esse papel, sejam encaminhados ao Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, para a necessária aprovação e solução.

Outrosim, e para os devidos fins, deverão enviar, até o dia 15

de março de cada ano, relação completa dos estabelecimentos de diversões, inclusive das associações, associações recreativas e outros sujeitos ao controle e fiscalização da Divisão, que requererem alvará anual, bem como, dos que não cumpriram esse dispositivo legal.

DAS PROIBIÇÕES

Por força do decreto n.º 24.645, de 10 de julho de 1934, que estabelece medidas de proteção aos animais, não é permitida a realização ou promoção de lutas entre animais da mesma espécie ou espécie diferente, toureadas e simulacros de toureadas, ainda mesmo em lugares privados, bem como, arrojar aves e outros animais nas casas de espetáculos e exibições para tirar sortes ou realizar acrobacias, e ainda, apressar, como atração, em lugares anti-higiénicos, o que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem da sua luz.

DA FISCALIZAÇÃO

A Divisão de Diversões Públicas que, por força de lei, tem jurisdição em todo território do Estado, exercerá de autonomia e sem prejuízo da fiscalização exercida no setor das diversões públicas em geral, pelas autoridades policiais ou militares, a fiscalização, sua fiscalização pelo interior do Estado, através do seu corpo de fiscais.

DAS PENALIDADES

A inobservância ao disposto nesta Portaria será punida, na conformidade do Título II, do decreto n.º 4.405-A, de 17 de abril de 1929 — Regulamento Policial do Estado de São Paulo — e de outras leis que a Divisão incumbem executar.

Esta Portaria entrará em vigor a partir do 1.º de janeiro de 1949. Cumpra-se e publique-se no Diário Oficial — São Paulo, 30 de dezembro de 1948. — Dr. Joaquim Bulhões, Diretor da Divisão de Diversões Públicas. De acordo: Paulo Alfredo Silveira, Assessor, Delegado Auxiliar da 4.ª Divisão Policial — Chefe do Departamento de Investigações e Atuação. Nelson de Aguiar, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

FAZENDA

G-23930-48 — José Pereira de Mello — aux. fisc. rendas I — Autorização Cr\$ 428,80 (GE 24-12-48).

G-23970-48 — José Coelho de Aguiar — exator K — Autorização Cr\$ 320,00 (GE, em 24-12-48).

Assistência Jurídica: G-25609-48 — José Gabriel de Moraes — aux. fisc. rendas K — Ofício-se à Secretaria da Justiça (SP 16-12-48).

Contador: G-15811-48 — Cláudio Faria de Almeida — exator K — Autorização de férias não gozadas (SP 16-12-48).

Disponibilidade: G-32237-47 — Angelo Mendes Correa — subdiretor — Indeférrito, à vista dos pareceres da Consultoria e Assessoria. A comissão OS 64-48 (SP 19-12-48).

Extinção afastamento — G-24275-48 — Plínio Faria Fraga Moreira — exator O — Ofício-se à Secretaria da Justiça — (SP 21-12-48).

Díarias — G-16086-48 — Ariston Franco — exator K — Indeférrito, à vista das informações (DSI 29-12-48).

Férias — G-50757-48 — Pablo Macino de Macedo — aux. rendas M — Autorização e sobreestamento das férias (DSI 28-12-48).

G-38799-48 — Leonardo Goldstein — aux. rendas K — Autorização e sobreestamento (DSI 28-12-48).

Gratificação: Maria José Moreira — exator K — Autorização na forma proposta (DGS em 28-12-48).

G-30835-48 — Italo Ghisi — caixa O — Indeférrito, sendo extensivo a todos os casos identicos ainda não resolvidos (SP 28-12-48).

Afastamento — Luis Ayres de Moraes — of. administrativo I, à disposição da Secretaria da Justiça e de Negócios do Interior, até 31 de dezembro de 1949 sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do cargo efetivo, a fim de prestar serviços inerentes ao citado cargo (ato N 519, de 31-12-1948, devidamente autorizado pelo Sr. Governador).

Francisco Scatitoni — caixa I, à disposição da Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, até 31 de dezembro de 1949, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do cargo efetivo, a fim de prestar serviços inerentes ao citado cargo (ato N 520, de 31 de dezembro de 1948, devidamente autorizado pelo Sr. Governador).

Roberto Pinheiro Lucas, escrivão H, à disposição da Prefeitura Municipal de Campinas, até 31 de junho de 1949, em prolegação, com prejuízo de vencimentos e sem prejuízo das demais vantagens do cargo efetivo, a fim de

prestar serviços inerentes ao cargo de cargo (ato N 81, de 31-12-1948, devidamente autorizado pelo Sr. Governador).

Classificação — Antonio Carlos Fogaça — cto: rendas classe M, atualmente ex. PF, exator, a pedido, sem onça para o Estado, IR 4), diretoria da Arrecadação (R 4), do Departamento da Receita (Port. n.º 69, de 30-12-48, DGS).

Apelida efetivação: — Em 28 de dezembro de 1948, o Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda apostilou, de acordo com o art. 1.º do decreto-lei 17114-47, o título de Fausto Curiano da Moura, que independente de qualquer formalidade, fica efetivado em cargo de 13 de março de 1947, em contar da classe "H" da carreira de escrivão, parte permanente, tabela III do Quadro da Secretaria da Fazenda.

Apostila: — Aristides Macedo Filho — O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, apostilou, em apostila, que a disponibilidade a que se refere o título TP 2170-48, é no período "R" a partir de 1.º de setembro de 1947, (SP 29-12-48) — G-3363-48.

Licença Férias: — G-3363-48 — Eneias Fontes — exator J 18, Rita P. Quatro, um mês e 2-1-1949 — das. 1700647 — (DGS 29-12-48).

G-36438-48 — Walter Bonini — exator K (Sorechana), um mês 1911-1949 — das. 17008-48 — (DGS 29-12-48).

Licença Militar: — G-36749-48 — Mario André Dorla — esc. H, inquirido no 337 De 18-12-48 a 15-2-49 — art. 145 des. fed. 8500-48 e L.º dec. fed. 4548-42 — (DGS 29-12-48).

Licença Férias: — Adaptação: — G-33233-48 — Antonio Siqueira — esc. K (DGS). Autorização dois meses e vinte e nove dias ao 367. 170047 (SP 6-12-48).

Licença Saúde: — G-36216-48 — Indolfin Pereira de Alencar, aux. (G-1512-48) 20 dias e 6 de 15-12-48 — art. 144 161 (DGS 29-12-48).

Licença de saúde: — G-33769-48 — Albino Pereira — esc. rendas M (Serr. Port. Santos) 30 dias e 30-11-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-36227-48 — Carmem Maria Julia Locke Faria — esc. H (DR) 20 dias e 20-12-48 — art. 144, 161 (GR 29-12-48).

G-35249-48 — Manoel Kadou — esc. H (DRP — Araramara) 30 dias e 27-11-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-35677-48 — Helton Coudreia Leite — exator M (C — Jai) 60 dias e 8-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38025-48 — Rosa Brand de Lima — esc. H (DR) 20 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (GR 29-12-48).

G-38190-48 — Maria Amarelle Penillio — mec. G (DDI) 10 dias e 15-12-48 — art. 145, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Jarbas Luminoso Pereira — exator K (DDI) 40 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Ana Paes Cunha — esc. H (DDI) 20 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-34021-48 — João Francisco Azeiteiro — esc. (DGS — Sorechana) 30 dias e 1-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Theres Barthelemy Alencar — esc. H (R. J. R. Porto) 16 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Maria da Graça Pinheiro — esc. H (Sorechana) 19 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Geraldo Pereira de Mendonça — exator J, Interior (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Alvimar Pereira — esc. rendas M (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — (Sorechana) um mês e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Alvimar Pereira — esc. rendas M (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Alvimar Pereira — esc. rendas M (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

G-38849-48 — Alvimar Pereira — esc. rendas M (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

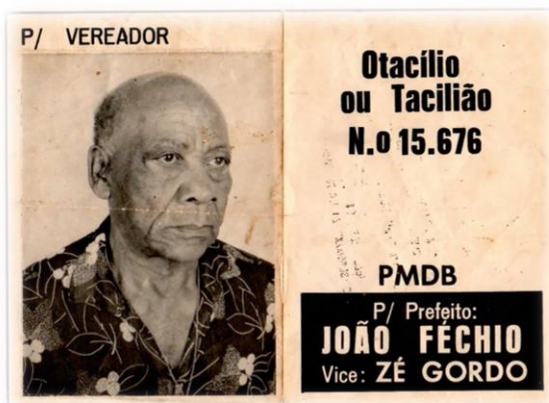
G-38849-48 — Alvimar Pereira — esc. rendas M (Sorechana) 10 dias e 15-12-48 — art. 144, 161 (DSI 29-12-48).

Mensagem Oficial

Página — 15 —

CADERNO DE IMAGENS

Política e carnavais



Octacílio cantando no Clube Henrique Dias



Objetos da família

Guarda-comida e o moedor de carne de ferro fundido



Tetravós

Sebastiana, mãe de Octacílio e Hilda (irmã) na primeira foto; na segunda, Benta, mãe de Francisca, ao centro, com Tutu e seu Frozino (segundo esposo).



3º Festival de Artes de Matão (FESTA)



LITERATURA

13h30 | Biblioteca Municipal

LANÇAMENTO DE LIVRO

**LEMBRANÇAS DE NEGROS:
MEMÓRIA E SOCIABILIDADE EM MATÃO**

Originando-se de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a obra trata-se de um estudo sobre memória e lembranças traçadas por negros, dando voz a uma história que até então estava mantida no interior das famílias e que não é encontrada na bibliografia oficial.

O ponto de partida foi a Vila Santa Cruz. Esta vila também foi o ponto de partida de Matão: o bairro e a cidade nasceram juntos e cresceram juntos. É neste espaço dominante (bairro-cidade) que viveu e vive a população afrodescendente retratada na obra.



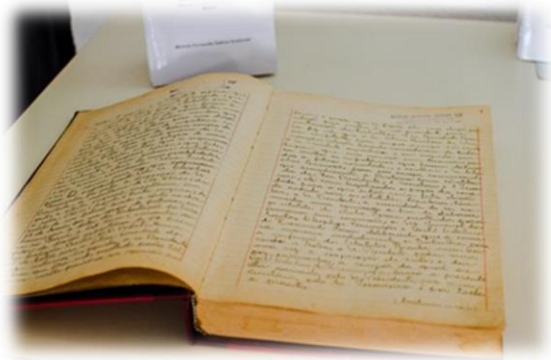
Arquivo pessoal de "Octacílio David".

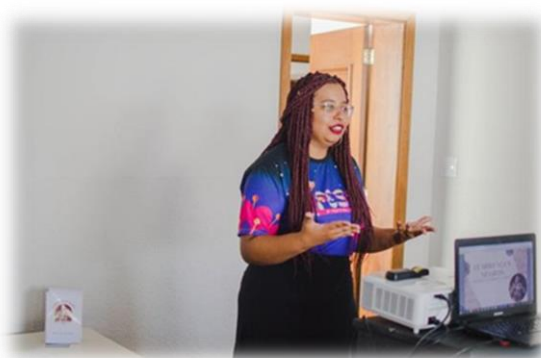
FICHA TÉCNICA
PESQUISADORA E ESCRITORA: Michele Fernanda Sabino Gubbiotti
EDITOR DE IMAGENS: Lucas Matheus Bueno

MATÃO
125
ANOS

 **MATÃO**
 TRABALHO, ORGULHO E DESENVOLVIMENTO











Panorama Cultural: Fórum de Cultura Negra



PANORAMA cultural

2023

FÓRUM DE CULTURA NEGRA

Uma Mecha de Identidade: a importância do cabelo e da estética negras como ferramentas de identificação cultural

📅 13/11 | 19h30

📍 Casa da Cultura

Encontro do Coletivo Aquilombar

📅 14/11 | 20h

📍 Biblioteca Municipal

Lembranças de Negros: memória e sociabilidade em Matão

📅 14/11 | 15h

📍 Casa da Cultura

Espetáculo "Acalantos do Mundo"

📅 15/11 | 18h

📍 CRAS IV Centenário

Recital Preto

📅 16/11 | 19h30

📍 Casa da Cultura

Encontro de Origens Culturais

📅 19/11 | 16h

📍 Rua do Esquentá

 **MATÃO**
TRABALHO, ORGULHO E DESENVOLVIMENTO